



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 199 - SEXTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

| MESA DO SENADO FEDERAL | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Ycrif go k' O qne"/"RO F D' O Uir#5.6+ | 3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) |
| 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ² | SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) ¹ 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM) |

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100

LIDERANÇAS

| | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹⁴⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PV - 1 Paulo Davim | Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Humberto Costa - PT Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella | Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁹⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁶⁾ Paulo Bauer ⁽⁸⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁷⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Líder em exercício do DEM - 5 José Agripino ^(2,12,15) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾ |
| PR - 7 Líder Magno Malta - PR ⁽¹¹⁾ Vice-Líder Clésio Andrade | PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti | PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL |
| PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ⁽¹³⁾ Vice-Líder Sérgio Petecão | Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo | |

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
12. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
13. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
14. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.

| EXPEDIENTE | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial | Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patricia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia |

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 214ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 1.424, de 2011, de autoria do Senador Paulo Bauer, solicitando autorização para desempenho de missão no exterior, no período de 1º a 3 de dezembro próximo. 48662

Nº 1.425, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando autorização para desempenho de missão no exterior, nos dias 1º e 2 de dezembro próximo. 48663

Nº 1.426, de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando autorização para desempenho de missão no exterior, no período de 1º a 3 de dezembro próximo. 48663

Nº 1.427, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando autorização para desempenho de missão no exterior, no período de 1º a 3 de dezembro próximo. 48664

Nº 1.428, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 148, de 2011; e 718, de 2007. 48664

Nº 1.429, de 2011, de autoria do Senador Gim Argello, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 176, de 2008; e 682, de 2011... 48665

Nº 1.430, de 2011, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 190, de 2009; e 174, de 2011. 48665

Nº 1.431, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando a oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007. 48665

Nº 1.432, de 2011, de autoria do Senador Armando Monteiro, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2011. 48665

1.2.2 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 1.648, de 2011, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.947, de 2011, referente à auditoria

realizada nos contratos de prestação de serviços entre o Ministério da Justiça e a empresa Aplauso Organização de Eventos Ltda. (TC 024.895/2009-7), com informações complementares ao Requerimento nº 1.300, de 2007, do Senador Alvaro Dias. 48665

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Adoção, pela Presidente da República, em 22 de novembro de 2011, e publicação em 23 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 551, de 2011, que *altera dispositivos das Leis nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992, nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, nº 12.462, de 5 de agosto de 2011; e dá outras providências*. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 48665

Término do prazo, terça-feira última, sem interposição recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 98, de 2009; e, 168, de 2010; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 482, de 2003; 2, 48 e 478, de 2011. ... 48666

1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 701, de 2011, de autoria do Senador Cícero Lucena, que *altera dispositivos da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, que “cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional”, para adequá-la à Constituição de 1988 e dá outras providências*. 48667

Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável...* 48672

Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2011, de autoria do Senador Wellington Dias, que *altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que “dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal”, para modificar a definição de bebida alcoólica e proibir a exposição, a propaganda, a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas em logradouros públicos*. 48673

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Informação de que foi protocolado na Secretaria-Geral da Mesa requerimento de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, deixa de ter seguimento. **(Requerimento nº 1.433, de 2011)**..... 48678

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 1.434, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, solicitando autorização para desempenho de missão no exterior no período de 4 a 10 de dezembro próximo. 48679

Nº 1.435, de 2011, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, solicitando informações ao Ministro de Estado da Saúde..... 48679

1.2.7 – Comunicação

Da Liderança do PP no Senado Federal, de indicação de membro para integrar o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes **(Ofício nº 77/2011, de 24 do corrente)**. *Designação do Senador Ivo Cassol, como titular, para compor o referido Conselho*..... 48680

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADORA MARTA SUPLICY – Preocupação com a má gestão dos recursos públicos na cidade de São Paulo, em especial no setor de infraestrutura urbana. 48680

SENADOR FRANCISCO DORNELLES, como Líder – Comentários acerca do cenário econômico mundial e apoio às medidas tomadas pelo Governo Federal para mitigar os efeitos da crise..... 48682

1.2.9 – Parecer

Nº 1.303, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 114, de 2011..... 48683

1.2.10 – Discursos do Expediente (expediente)

SENADOR BENEDITO DE LIRA – Apelo ao Governo Federal para que ocorra a inclusão do estaleiro Eisa, no Estado de Alagoas, na licitação para produção de sondas da Petrobras. 48701

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Leitura da carta da Srª Mãe Silva de Oxalá, dirigida a todos os Senadores e Senadoras da República, que trata dos avanços obtidos para a eliminação das desigualdades raciais no País. 48702

SENADOR ANIBAL DINIZ – Preocupação com o número crescente de haitianos que têm entrado no Brasil; e outro assunto. 48705

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, com Líder – Satisfação com a divulgação do nome de S. Exª, pelo site **Congresso em Foco**, no rol dos Senadores que se destacaram em 2011..... 48706

SENADORA LÍDICE DA MATA – Homenagem ao economista Rômulo Almeida pelo transcurso dos vinte anos de seu falecimento; e outro assunto..... 48727

SENADORA ANA AMÉLIA – Registro da importância do trabalho de conciliação entre produtores rurais e ambientalistas realizado pela Comissão de

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle durante as discussões acerca da reformulação do Código Florestal..... 48730

SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder – Apoio às políticas públicas implantadas pelo Governo Federal em diversos municípios nordestinos que elevaram seus índices de desenvolvimento.... 48731

SENADOR ALVARO DIAS – Indignação com a permanência do Ministro Carlos Lupi no Ministério dos Transportes. 48732

SENADOR IVO CASSOL – Registro da importância do setor agropecuário para o desenvolvimento do País e da necessidade de existência de um Código Florestal que atenda os anseios do setor..... 48733

SENADORA MARINOR BRITO, como Líder – Cobrança da regulamentação, pelo Congresso Nacional, do Conselho de Comunicação Social. .. 48736

SENADOR PAULO BAUER – Apelo para que o Ministério dos Transportes promova a duplicação da rodovia que liga Jaraguá do Sul a São Francisco do Sul, em Santa Catarina..... 48738

1.3 – ORDEM DO DIA**1.3.1 – Leitura de requerimento**

Nº 1.436, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando inversão da pauta da presente sessão para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2011, tenha preferência para apreciação. **Prejudicado.** (votação nominal)..... 48739

1.3.2 – ORDEM DO DIA (continuação)**1.3.3 – Item 2 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)**

Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011 – Complementar, do Senador José Pimentel, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal – Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências*. **Discussão encerrada.** Apreciação adiada para a sessão deliberativa de amanhã..... 48749

1.3.4 – Item 5 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (DRU)*. **Não houve oradores** na segunda sessão de discussão, em primeiro turno..... 48749

1.3.5 – Item 6 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*. **Discussão encerrada.** Apreciação adiada para a sessão deliberativa de amanhã..... 48750

1.3.6 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Leitura de requerimento

Nº 1.437, de 2011, de autoria do Senador Lindbergh Farias, solicitando a constituição de Comissão Temporária Externa, composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, com o objetivo de realizar visita *in loco* ao Campo de Frade e às demais instalações da empresa petrolífera Chevron Brasil Petróleo Ltda. 48751

1.4.2 – Discursos

SENADOR SÉRGIO SOUZA – Satisfação com a aprovação, hoje, do texto do novo Código Florestal, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. 48751

SENADORA LÚCIA VÂNIA, como Líder – Comentários sobre artigo da jornalista Karla Jaime Morais, intitulado “Felicidades”, publicado, hoje, no jornal **O Popular** que aborda o problema dos portadores do Xeroderma Pigmentoso. 48753

SENADORA KÁTIA ABREU, como Líder – Homenagem à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA –, pela passagem do seu aniversário de 60 anos. 48755

SENADOR LINDBERGH FARIAS – Destaque para matéria publicada hoje no jornal **Valor Econômico** sobre a situação da economia argentina; e outros assuntos. 48759

SENADOR ACIR GURGACZ – Destaque para a aprovação, hoje, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do projeto do novo Código Florestal; e outro assunto. 48763

SENADOR PAULO PAIM – Comemoração pela aprovação, na Câmara dos Deputados, do projeto de autoria de S. Ex^a que regulamenta a profissão de catador de lixo; e outros assuntos. 48766

SENADOR PEDRO SIMON – Análise da influência libanesa na cultura brasileira. 48787

SENADOR WALTER PINHEIRO – Análise da atual conjuntura econômica brasileira e mundial. 48790

SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Anúncio de medidas de combate à violência no Rio de Janeiro e no Brasil; e outros assuntos. 48794

SENADOR JORGE VIANA – Agradecimentos pela ajuda recebida dos colegas parlamentares no avanço da tramitação do novo Código Florestal Brasileiro no Senado Federal. 48796

1.4.3 – Pareceres

Nº 1.304, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2011. 48802

Nº 1.305, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2011. 48805

Nº 1.306, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2011. 48809

Nº 1.307, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2011. 48813

Nº 1.308, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2011. 48817

Nº 1.309, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 579, de 2011. 48820

Nº 1.310, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008. 48830

Nº 1.311, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2010. 48834

1.4.4 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 579, de 2011, seja apreciado pelo Plenário. (**Ofício nº 210/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**). 48840

Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2010, continue sua tramitação. 48841

1.4.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro de recebimento do relatório Anual 2010 referente ao FGTS. 48841

SENADORA ANGELA PORTELA – Comemoração pela aprovação no dia 23 de novembro, na CCJ da Câmara dos Deputados, do Projeto que institui a Semana Nacional da Educação Infantil. 48841

1.4.6 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 25, às nove horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 48842

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 24.11.2011

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 214ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 24 de novembro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, da Sra. Marta Suplicy, dos Srs. Waldemir Moka, Mozarildo Cavalcanti, da Sra. Ana Amélia, dos Srs. Eduardo Suplicy, Paulo Paim e Lindbergh Farias.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 20 horas e 37 minutos.)

É o seguinte o registro de Comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

214ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 24/11/2011 07:40:55 até 24/11/2011 20:38:00

| Partido | UF | Nome | Pres | Voto |
|---------|----|--------------------------|------|------|
| PDT | RO | ACIR GURGACZ | X | |
| PSDB | MG | AÉCIO NEVES | X | |
| PR | AM | ALFREDO NASCIMENTO | X | X |
| PSDB | SP | ALOYSIO NUNES FERREIRA | X | |
| PSDB | PR | ALVARO DIAS | X | X |
| PP | RS | ANA AMÉLIA | X | X |
| PT | ES | ANA RITA | X | |
| PT | RR | ÂNGELA PORTELA | X | X |
| PT | AC | ANÍBAL DINIZ | X | X |
| PSB | SE | ANTÔNIO CARLOS VALADARES | X | X |
| PR | MS | ANTONIO RUSSO | X | X |
| PTB | PE | ARMANDO MONTEIRO | X | X |
| PP | AL | BENEDITO DE LIRA | X | X |
| PR | MT | BLAÍRO MAGGI | X | X |
| PMDB | SC | CASILDO MALDANER | X | |
| PSDB | PB | CASSIO CUNHA LIMA | X | |
| PSDB | PB | CÍCERO LUCENA | X | |
| PP | PI | CIRO NOGUEIRA | X | |
| PR | MG | CLÉSIO ANDRADE | X | |
| PDT | DF | CRISTOVAM BUARQUE | X | |
| PSDB | GO | CYRIL MIRANDA | X | |
| PT | MS | DELÍDIO DO AMARAL | X | |
| DEM | GO | DEMÓSTENES TORRES | X | |
| PSC | SE | EDUARDO AMORIM | X | |
| PMDB | AM | EDUARDO BRAGA | X | X |
| PT | SP | EDUARDO SUP LIC Y | X | X |
| PMDB | CE | EUNÍCIO OLIVEIRA | X | |
| PTB | AL | FERNANDO COLLOR | X | |
| PSDB | PA | FLEXA RIBEIRO | X | X |
| PP | RJ | FRANCISCO DORNELLES | X | |
| PMDB | AP | GEOVANI BORGES | X | |
| PTB | DF | GIM ARGELLO | X | X |
| PT | PE | HUMBERTO COSTA | X | X |
| PMDB | CE | INÁCIO ARRUDA | X | X |
| PP | RO | IVO CASSOL | X | X |
| PMDB | PE | JARBAS VASCONCELOS | X | |
| PDT | BA | JOÃO DURVAL | X | X |
| PT | AC | JORGE VIANA | X | X |
| DEM | RN | JOSÉ AGRIPINO | X | X |
| PT | CE | JOSÉ PIMENTEL | X | X |
| PMDB | AP | JOSÉ SARNEY | X | |
| PSD | TO | KÁTIA ABREU | X | |
| PSB | BA | LÍDICE DA MATA | X | X |
| PT | RJ | LINDBERGH FARIAS | X | X |
| PMDB | MA | LOBÃO FILHO | X | X |
| PSDB | GO | LÚCIA VÂNIA | X | |
| PMDB | SC | LUIZ HENRIQUE | X | |
| PR | ES | MAGNO MALTA | X | |
| PRB | RJ | MARCELO CRIVELLA | X | X |
| DEM | SE | MARIA DO CARMO ALVES | X | |
| P-SOL | PA | MARINOR BRITO | X | |
| PT | SP | MARTA SUP LIC Y | X | |
| PTB | RR | MOZARILDO CAVALCANTI | X | X |
| PSDB | SC | PAULO BAUER | X | |
| PV | RN | PAULO DAVIM | X | |
| PT | RS | PAULO PAIM | X | X |
| PMDB | RS | PEDRO SIMÓN | X | X |
| PDT | MT | PEDRO TAQUES | X | X |
| P-SOL | AP | RANDOLFE RODRIGUES | X | |
| PMDB | AL | RENAN CALHEIROS | X | X |
| PSB | DF | RODRIGO ROLLEMBERG | X | X |

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA

| Partido | UF | Nome | Pres | Voto |
|---------|----|------------------|------|------|
| PMDB | RR | ROMERO JUCÁ | X | X |
| PSD | AC | SÉRGIO PETECÃO | X | |
| PMDB | PR | SÉRGIO SOUZA | X | X |
| PMDB | RO | VALDIR RAUPP | X | |
| PR | TO | VICENTINHO ALVES | X | X |
| PMDB | PB | VITAL DO REGO | X | |
| PMDB | MS | WALDEMIR MOKA | X | X |
| PT | BA | WALTER PINHEIRO | X | X |

Compareceram: 69 Senadores

Emissão: 24/11/2011 20:38:36

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

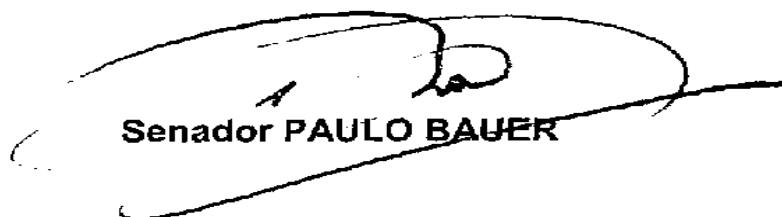
REQUERIMENTO Nº 1.424, DE 2011

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa, no dia 02 de dezembro de 2011, para participar da XXVIII Sessão Plenária do Parlamento do MERCOSUL, na cidade de Montevideu, Uruguai.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estarei ausente do país nos dias 01 e 03 do corrente mês.

Sala das Sessões,



Senador PAULO BAUER

REQUERIMENTO Nº 1.425, DE 2011

**Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Digníssimo Presidente do Senado Federal**

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para me ausentar dos trabalhos da Casa nos dias 01 e 02 de dezembro do corrente ano, tendo em vista minha participação na **XXVIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul**, no próximo dia 02 de dezembro, na cidade de Montividéu, Uruguai, conforme disposto no processo nº 034017/11-9.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do mesmo Diploma Legal, que estarei ausente do País nos dias acima citado.

Brasília, 23 de novembro de 2011.


Senador **Antonio Carlos Valadares**

REQUERIMENTO Nº 1.426, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como desempenho de missão parlamentar oficial da Casa, no exterior, minha participação na **XXVIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul**, no próximo dia 02 de dezembro deste, em Montevidéu, no Uruguai.

Comunico ainda, nos termos do artigo 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País, no período de 01 a 03 de dezembro de 2011, para participar do supracitado evento.

Sala das Sessões, em 23 de dezembro de 2011.

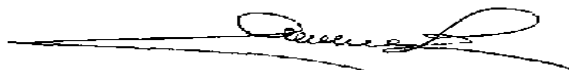

Senador **Inácio Arruda**

REQUERIMENTO Nº 1.427, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior minha participação, no dia 02 de dezembro de 2011, na **XXVIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul**, a realizar-se em Montevideu, Uruguai.

Para efeito do disposto no art. 39, comunico que estarei ausente do País no período de 1º a 3 de dezembro de 2011.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 2011.



Senadora Ana Amélia
PP - RS

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado 148/2011, com Projeto de Lei do Senado 718/2007 por versarem sobre matérias correlatas.

JUSTIFICAÇÃO

Os projetos tratam da regulamentação do descarte e da destinação final de produtos farmacêuticos com o objetivo de preservar a saúde pública e proteger o meio ambiente. Dessa forma, solicito que o PLS 148/2011 seja apensado ao PLS 718/2007, por ser esse o mais antigo.

Sala das Sessões,

Senador **EDUARDO MATARAZZO SUP LICY**

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.429, de 2011

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 176, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado nº 682, de 2011, tendo em vista regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2011. – Senador **Gim Argello**.

(À Mesa, para decisão)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.430, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado 190 de 2009 e 174 de 2011, de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Humberto Costa, respectivamente, por tratarem da mesma matéria.

Sala das sessões, – Senador **José Pimentel**.

REQUERIMENTO Nº 1.431, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que, sobre o Projeto de Lei do Senado Nº 3, de 2007, que dispõe sobre as sociedades cooperativas, além das comissões constantes do despacho inicial, seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2011. – Senadora **Ana Amélia**.

REQUERIMENTO Nº 1.432, DE 2011

Senhor Presidente,

O Projeto de Lei do Senado Federal nº 181 de 2011, que “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de permitir a prorrogação de acordo ou convenção coletiva enquanto não for celebrado novo instrumento normativo”, tramita na Comissão de Assuntos Sociais – CAS, em caráter terminativo.

Nos termos do inciso II, alínea C, item 12, do art. 255 combinado com o inciso I do art. 99, todos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro que sobre a matéria seja ouvida também a Comissão

de Assuntos Econômicos –CAE, tendo em vista que a proposta em exame estabelece a prorrogação automática do acordo ou convenção coletiva enquanto não for celebrado novo instrumento normativo, portanto além de desestimular as negociações coletivas, não considera as situações de dificuldades econômicas que podem ser enfrentadas pelas empresas.

Desta forma entendemos, nos termos do RISF, pela necessidade de análise do PLS 181 de 2011 pela CAE.

Sala das Sessões, – Senador **Armando Monteiro**.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 1.648/2011, do Tribunal de Contas da União**, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.947, de 2011, referente à auditoria realizada nos contratos de prestação de serviços entre o Ministério da Justiça e a empresa Aplauso Organização de Eventos Ltda. (TC 024.895/2009-7), com informações complementares ao Requerimento nº 1.300, de 2007, do Senador Alvaro Dias.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Senhora Presidente da República adotou, em 22 de novembro de 2011, publicou no dia 23 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 551, de 2011**, que *altera dispositivos das Leis nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992, nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, nº 12.462, de 5 de agosto de 2011; e dá outras providências*.

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV)

| | |
|---------------------|------------------|
| Renan Calheiros | 1. Vital do Rêgo |
| Francisco Dornelles | 2. Ana Amélia |
| Eduardo Amorim | 3. Eduardo Braga |
| Paulo Davim | 4. Waldemir Moka |

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)

| | |
|----------------|---------------------|
| Humberto Costa | 1. Marcelo Crivella |
| Acir Gurgacz | 2. Lindbergh Farias |

Antonio Carlos Valadares 3.Cristovam Buarque
Inácio Arruda 4.Lídice da Mata

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM)

Alvaro Dias 1.Aloysio Nunes Ferreira
Demóstenes Torres 2.Jayme Campos

PTB

Gim Argello 1.João Vicente Claudino

PR

Magno Malta 1.Clésio Andrade

***PSD**

Kátia Abreu 1.Sérgio Petecão

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Paulo Teixeira 1.Henrique Fontana
Arlindo Chinaglia 2.Artur Bruno

PMDB

Henrique Eduardo Alves 1. Teresa Surita
Marcelo Castro 2. Antônio Andrade

Bloco (PSB/PTB/PCdoB)

Jovair Arantes 1.Givaldo Carimbão
Osmar Junior 2.Edson Silva

PSDB

Duarte Nogueira 1.Otavio Leite

PP

Aguinaldo Ribeiro 1.Jerônimo Goergen

DEM

Antonio Carlos Magalhães Neto 1.Pauderney Avelino

Bloco (PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL)

Lincoln Portela 1.José Rocha

PDT

Giovanni Queiroz 1.André Figueiredo

Bloco (PV/PPS)

Sarney Filho 1.Rubens Bueno

***PMN**

Jaqueline Roriz 1.

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: 23-11-2011
 - Designação da Comissão: 24-11-2011(SF)
 - Instalação da Comissão: 25-11-2011
 - Emendas: até 29-11-2011 (6 dias após a publicação)
 - Prazo na Comissão: 23-11-2011 a 6-12-2011 (14º dia)
 - Remessa do processo à CD: 6-12-2011
 - Prazo na CD: de 7-12-2011 a 20-12-2011 (15º ao 28º dia)
 - Recebimento previsto no SF: 20-12-2011
 - Prazo no SF: de 21-12-2011 a 13-2-2012 (42º dia)
 - Se modificado, devolução à CD: 13-2-2012
 - Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 14-2-2012 a 16-2-2012 (43º ao 45º dia)
 - Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 17-2-2012 (46º dia)
 - Prazo final no Congresso: 2-3-2012
- A matéria será publicada em avulsos.
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Esgotou-se terça-feira o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2009** (nº 2.971/2004, na Casa de origem, do Deputado Nelson Pellegrino), que *altera a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dispor sobre a atividade de pai social*;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2010** (nº 4.570/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal de Contas da União, que *acrescenta dois cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União para provimento em Gabinete de Auditor do Tribunal de Contas da União*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2003**, do Senador Paulo Paim, que *altera o disposto no caput do artigo 103 Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2011**, do Senador Flexa Ribeiro, que *designa o açaí fruta nacional*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2011**, do Senador Ricardo Ferraço, que *altera o art. 306 da Lei nº 9.503, de 30 de setembro de 1997 – o Código Brasileiro de Trânsito, para tornar crime a condução de veículo automotor sob a influência*

de qualquer concentração de álcool ou substância psicoativa; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2011**, do Senador Lindbergh Farias, que *revoga o art. 5º da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, que institui o voto impresso para as eleições de 2014.*

Tendo sido apreciados terminativamente pelas comissões competentes, os **Projetos de Lei do Senado nºs 482, de 2003; 2, 48 e 478, de 2011**, aprovados, vão à Câmara dos Deputados.

O **Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2009**, aprovado com substitutivo, pelas comissões competentes, retorna à Câmara dos Deputados.

O **Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2010**, aprovado com emenda, pela comissão competente, retorna à Câmara dos Deputados.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO **Nº 701, DE 2011**

Altera dispositivos da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, que “Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional”, para adequá-la à Constituição de 1988 e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 1º, 2º, 3º, 6º, 11 e 19 da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º.....” (NR)

§ 1º Os Conselhos Federal e Regionais de que trata este artigo constituem, em conjunto, autarquia federal com autonomia administrativa e financeira.

.....” (NR)

“Art. 2º O Conselho Federal compor-se-á de dois representantes de cada Conselho Regional e respectivos suplentes, com mandato de quatro anos, eleitos de forma direta, por meio de voto pessoal, secreto e obrigatório, mediante eleições realizadas na segunda quinzena do mês de março do ano do término do mandato, aplicando-se pena de multa em importância não excedente ao valor da anuidade ao profissional que deixar de votar sem causa justificada..” (NR)

“Art. 3º Os membros dos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e os respectivos suplentes, com mandatos de quatro anos, renováveis por igual período, serão escolhidos por eleição direta, mediante eleições realizadas na segunda quinzena do mês de março do ano do término do mandato, por meio de voto pessoal, secreto e obrigatório, aplicando-se pena de multa em importância não excedente ao valor da anuidade ao profissional que deixar de votar sem causa justificada.

.....” (NR)

“Art. 3º-A. O Conselho Federal regulamentará as eleições de que tratam os arts. 2º e 3º, observado o disposto nesta Lei.”

“Art. 5º Compete ao Conselho Federal:

I–Eleger, dentre os membros, por maioria absoluta, o seu presidente, vice-presidente, secretários e tesoureiro.”

“Art. 6º Os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional serão organizados nos moldes do Conselho Federal, sendo-lhes facultado determinar o número de seus conselheiros, que não pode exceder a trinta entre efetivos e suplentes”. (NR)

“Art. 7º Aos Conselhos Regionais competem:

I–Eleger, dentre os membros, por maioria absoluta, o seu presidente, vice-presidente, secretários e tesoureiro.”

“Art. 11.” (NR)

Parágrafo único. A aplicação dos recursos dos Conselhos Federal e Regional será objeto de fiscalização por parte do Tribunal de Contas da União, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.” (NR)

“Art. 19. Os membros dos Conselhos de que trata esta Lei perceberão diária por sessão a que comparecerem, conforme percebem os ocupantes de cargos de natureza especial do Poder Executivo Federal..

Parágrafo único. Além da diária percebida nos termos do caput, ficam os Conselhos autorizados a normatizar a concessão de gratificações, auxílios de representação, jetons e passagem aérea.” (NR)

Art. 2º As alterações feitas por esta Lei nos arts. 2º, 3º e 6º da Lei nº 6.316, de 1975, produzirão efeitos a partir das primeiras eleições realizadas para os Conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, após a sua vigência.

Parágrafo único. É autorizada a prorrogação de mandatos de conselheiros em curso, exclusivamente para que sejam unificados os respectivos processos eleitorais, nos termos previstos na redação dada por esta Lei ao art. 2º da Lei nº 6.316, de 1975.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

De há muito que a legislação que disciplina os Conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional necessita de atualização.

Concebida no período autoritário, estabelece eleições indiretas para o Conselho Federal, sistemática que desmerece a democracia interna das instituições e contraria os postulados contemporâneos dessa espécie de organização.

Desse modo, a Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, que criou os Conselhos em questão permaneceu inalterada até 1995, situando-se ainda hoje à margem das mudanças institucionais que o País viveu a partir do processo de redemocratização.

Nesse sentido, a presente iniciativa destina-se a alterar a Lei em referência, procurando adequá-la aos postulados do ordenamento político-institucional inaugurado com a promulgação da Constituição de 5 de outubro de 1988.

Assim, mediante alteração no § 1º do art. 1º da Lei em tela estamos deixando expresso que os Conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional dispõem de autonomia administrativa e financeira.

Por outro lado, por modificação do art. 2º, *caput*, estamos estabelecendo a eleição direta para o Conselho Federal de que se trata e estatuinto, ainda, que esse Conselho compor-se-á de dois representantes de cada Conselho Regional, eleitos de forma direta, mediante eleições realizadas na segunda quinzena do mês de março, com mandato de quatro anos.

Como consequência, ficam derogados os § 1º a 3º do mesmo art. 2º, que dispõem sobre a eleição indireta para o Conselho Federal.

Ademais, no art. 3º, *caput*, estamos deixando expressa a faculdade de reeleição para os membros dos Conselhos Regionais e no art. 6º estamos permitindo que os Conselhos regionais determinem o número dos seus membros, observado o máximo de trinta e um conselheiros.

De outra parte, propomos acrescentar parágrafo no art. 11 da Lei de que se trata para deixar expresso que a aplicação dos recursos dos Conselhos Federal e Regionais aqui tratados será objeto de fiscalização por parte do Tribunal de Contas da União, nos termos

previstos no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Além disso, estamos modificando o art. 19 da Lei em tela para estatuir que os membros dos Conselhos de que se cuida perceberão diária por sessão a que comparecerem, conforme percebem os ocupantes de cargos de natureza especial do Poder Executivo Federal, nos termos da primeira coluna de valores do Anexo I do Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009, aplicando-se as atualizações subseqüentes.

Estamos também estabelecendo autorização para os Conselhos em questão normatizarem a concessão de gratificações, auxílios de representação, jetons, passagem aérea e hospedagem, seguindo regra já presente na Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004.

Por fim, como regra transitória para garantir a aplicação das alterações ora propostas sem que haja solução de continuidade estamos propondo que os efeitos das alterações ora pretendidas sejam produzidos a partir das primeiras eleições previstas para os Conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, após a entrada em vigência da lei alteradora e, caso necessário, com prorrogação de mandatos de conselheiros, exclusivamente para que sejam unificados os respectivos processos eleitorais, conforme consignado.

Em face do exposto, solicitamos o apoio das Senhoras e Senhores Senadores para o aperfeiçoamento e ulterior aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Cícero Lucena**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.316, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1975.

Texto compilado

Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Dos Conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Art. 1º São criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, com a incumbência de fiscalizar o exercício das profissões de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional definidas no Decreto-lei nº 938, de 13 de outubro de 1969.

§ 1º Os Conselhos Federal e Regionais a que se refere este artigo constituem, em conjunto, uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Trabalho.

§ 2º O Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional terá sede e foro no Distrito Federal e jurisdição em todo o País e os Conselhos Regionais em Capitais de Estados ou Territórios.

Art. 2º O Conselho Federal compor-se-á de 9 (nove) membros efetivos e suplentes, respectivamente, eleitos pela forma estabelecida nesta Lei.

§ 1º Os membros do Conselho Federal e respectivos suplentes, com mandato de 4 (quatro) anos, serão eleitos por um Colégio Eleitoral integrado de 1 (um) representante de cada Conselho Regional, por este eleito em reunião especialmente convocada.

§ 2º O Colégio Eleitoral convocado para a composição do Conselho Federal reunir-se-á, preliminarmente, para exame, discussão, aprovação e registro das chapas concorrentes, realizando as eleições 24 (vinte e quatro) horas após a sessão preliminar.

§ 3º Competirá ao Ministro do Trabalho baixar as instruções reguladoras das eleições nos Conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Art. 3º Os membros dos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e os respectivos suplentes, com mandato de 4 (quatro) anos, serão eleitos pelo sistema de eleição direta, através do voto pessoal, secreto e obrigatório, aplicando-se pena de multa em importância não excedente ao valor da anuidade ao membro que deixar de votar sem causa justificada.

§ 1º O exercício do mandato do membro do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, assim como a respectiva eleição, mesmo na condição de suplente, ficarão subordinados, além das exigências constantes do artigo 530 da Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar, ao preenchimento dos seguintes requisitos e condições básicas:

I – cidadania brasileira;

II – habilitação profissional na forma da legislação em vigor;

III – pleno gozo dos direitos profissionais, civis e políticos;

IV – inexistência de condenação por crime contra a segurança nacional.

Art. 4º A extinção ou perda de mandato de membro do Conselho Federal ou dos Conselhos Regionais ocorrerá:

I – por renúncia;

II – por superveniência de causa de que resulte a inabilitação para o exercício da profissão;

III – por condenação a pena superior a 2 (dois) anos, em virtude de sentença transitada em julgado;

IV – por destituição de cargo, função ou emprego, relacionada à prática de ato de improbidade na administração pública ou privada, em virtude de sentença transitada em julgado;

V – por falta de decoro ou conduta incompatível com a dignidade do órgão;

VI – por ausência, sem motivo justificado, a 3 (três) sessões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas em cada ano.

Art. 5º Compete ao Conselho Federal:

I – eleger, dentre os seus membros, por maioria absoluta, o seu Presidente e o Vice-Presidente;

II – exercer função normativa, baixar atos necessários à interpretação e execução do disposto nesta Lei e à fiscalização do exercício profissional, adotando providências indispensáveis à realização dos objetivos institucionais;

III – supervisionar a fiscalização do exercício profissional em todo o território nacional;

IV – organizar, instalar, orientar e inspecionar os Conselhos Regionais e examinar suas prestações de contas, neles intervindo desde que indispensável ao restabelecimento da normalidade administrativa ou financeira ou a garantia da efetividade do princípio da hierarquia institucional;

V – elaborar e aprovar seu Regimento, ad referendum do Ministro do Trabalho;

VI – examinar e aprovar os Regimentos dos Conselhos Regionais, modificando o que se fizer necessário para assegurar unidade de orientação e uniformidade de ação;

VII – conhecer e dirimir dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais e prestar-lhes assistência técnica permanente;

VIII – apreciar e julgar os recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais;

IX – fixar o valor das anuidades, taxas, emolumentos e multas devidas pelos profissionais e empresas aos Conselhos Regionais a que estejam jurisdicionados;

X – aprovar sua proposta orçamentária e autorizar a abertura de créditos adicionais, bem como operações referentes a mutações patrimoniais;

XI – dispor, com a participação de todos os Conselhos Regionais, sobre o Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunal Superior de Ética Profissional;

XII – estimular a exação no exercício da profissão, velando pelo prestígio e bom nome dos que a exercem;

XIII – instituir o modelo das carteiras e cartões de identidade profissional;

XIV – autorizar o Presidente a adquirir, onerar ou alienar bens imóveis;

XV –emitir parecer conclusivo sobre prestação de contas a que esteja obrigado;

XVI –publicar, anualmente, seu orçamento e respectivos créditos adicionais, ou balanços a execução orçamentária e o relatório de suas atividades.

Art. 6º Os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional serão organizados nos moldes do Conselho Federal.

Art. 7º Aos Conselhos Regionais, compete:

I –eleger, dentre os seus membros, por maioria absoluta, o seu Presidente e o Vice-Presidente;

II –expedir a carteira de identidade profissional e o cartão de identificação aos profissionais registrados;

III –fiscalizar o exercício profissional na área de sua jurisdição, representando, inclusive, às autoridades competentes, sobre os fatos que apurar e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada;

IV –cumprir e fazer cumprir as disposições desta Lei, das resoluções e demais normas baixadas pelo Conselho Federal;

V –funcionar como Tribunal Regional de Ética, conhecendo, processando e decidindo os casos que lhe forem submetidos;

VI –elaborar a proposta de seu Regimento, bem como as alterações, submetendo-a à aprovação do Conselho Federal;

VII –propor ao Conselho Federal as medidas necessárias ao aprimoramento dos serviços e do sistema de fiscalização do exercício profissional;

VIII –aprovar a proposta orçamentária e autorizar a abertura de créditos adicionais e as operações referentes a mutações patrimoniais;

IX –autorizar o Presidente a adquirir, onerar ou alienar bens imóveis;

X –arrecadar anuidades, multas, taxas e emolumentos e adotar todas as medidas destinadas a efetivação de sua receita, destacando e entregando ao Conselho Federal as importâncias correspondentes a sua participação legal;

XI –promover, perante o juízo competente, a cobrança das importâncias correspondentes a anuidades, taxas, emolumentos e multas, esgotados os meios de cobrança amigável;

XII –estimular a exação no exercício da profissão, velando pelo prestígio e bom conceito dos que a exercem;

XIII –julgar as infrações e aplicar as penalidades previstas nesta Lei e em normas complementares do Conselho Federal;

XIV –emitir parecer conclusivo sobre prestação de contas a que esteja obrigado;

XV –publicar, anualmente, seu orçamento e respectivos créditos adicionais, os balanços, a execução

orçamentária, o relatório de suas atividades e a relação dos profissionais registrados.

Art. 8º Aos Presidentes dos Conselhos Federal e Regionais incumbe a administração e a representação legal dos mesmos facultando-se-lhes suspender o cumprimento de qualquer deliberação de seu Plenário que lhes pareça inconveniente ou contrária aos interesses da instituição, submetendo essa decisão à autoridade competente do Ministério do Trabalho ou ao Conselho Federal, respectivamente.

Art. 9º Constitui renda do Conselho Federal:

I –20% (vinte por cento) do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas de cada Conselho Regional;

II –legados, doações e subvenções;

III –rendas patrimoniais.

Art. 10. Constitui renda dos Conselhos Regionais:

I –80% (oitenta por cento) do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas;

II –legados, doações e subvenções;

III –rendas patrimoniais.

Art. 11. A renda dos Conselhos Federal e Regionais só poderá ser aplicada na organização e funcionamento de serviços úteis à fiscalização do exercício profissional, bem como em serviços de caráter assistencial, quando solicitados pelas Entidades Sindicais.

CAPÍTULO II

Do Exercício Profissional

Art. 12. O livre exercício da profissão de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional, em todo território nacional, somente é permitido ao portador de Carteira Profissional expedida por órgão competente.

Parágrafo único. É obrigatório o registro nos Conselhos Regionais das empresas cujas finalidades estejam ligadas à fisioterapia ou terapia ocupacional, na forma estabelecida em Regulamento.

Art. 13. Para o exercício da profissão na administração pública direta e indireta, nos estabelecimentos hospitalares, nas clínicas, ambulatórios, creches, asilos ou exercício de cargo, função ou emprego de assessoramento, chefia ou direção será exigida como condição essencial, a apresentação da carteira profissional de Fisioterapeuta ou de Terapeuta Ocupacional.

Parágrafo único. A inscrição em concurso público dependerá de prévia apresentação da Carteira Profissional ou certidão do Conselho Regional de que o profissional está no exercício de seus direitos.

Art. 14. O exercício simultâneo, temporário ou definitivo, da profissão em área de jurisdição de dois ou mais Conselhos Regionais submeterá o profissional de que trata esta Lei às exigências e formalidades estabelecidas pelo Conselho Federal.

CAPÍTULO III Das Anuidades

Art. 15. O pagamento da anuidade ao Conselho Regional da respectiva jurisdição constitui condição de legitimidade do exercício da profissão.

Parágrafo único. A anuidade será paga até 31 de março de cada ano, salvo a primeira, que será devida no ato do registro do profissional ou da empresa.

CAPÍTULO IV Das Infrações e Penalidades

Art. 16. Constitui infração disciplinar:

I –transgredir preceito do Código de Ética Profissional;

II –exercer a profissão quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não registrados ou aos leigos;

III –violar sigilo profissional;

IV –praticar, no exercício da atividade profissional, ato que a Lei defina como crime ou contravenção;

V –não cumprir, no prazo assinalado, determinação emanada de órgão ou autoridade do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, em matéria de competência deste, após regularmente notificado;

VI –deixar de pagar, pontualmente, ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, as contribuições a que está obrigado;

VII –faltar a qualquer dever profissional prescrito nesta Lei;

VIII –manter conduta incompatível com o exercício da profissão.

Parágrafo único. As faltas serão apuradas, levando-se em conta a natureza do ato e as circunstâncias de cada caso.

Art. 17. As penas disciplinares consistem em:

I –advertência;

II –repreensão;

III –multa equivalente a até 10 (dez) vezes o valor da anuidade;

IV –suspensão do exercício profissional pelo prazo de até 3 (três) anos, ressalvada a hipótese prevista no § 7º;

V –cancelamento do registro profissional.

§ 1º Salvo os casos de gravidade manifesta ou reincidência, a imposição das penalidades obedecerá à gradação deste artigo, observadas as normas estabelecidas pelo Conselho Federal para disciplina do processo de julgamento das infrações.

§ 2º Na fixação da pena serão considerados os antecedentes profissionais do infrator, o seu grau de culpa, as circunstâncias atenuantes e agravantes e as consequências da infração.

§ 3º As penas de advertência, repreensão e multa serão comunicadas pelo Conselho Regional, em ofício reservado, não se fazendo constar dos assentamentos do profissional punido, senão em caso de reincidência.

§ 4º Da imposição de qualquer penalidade caberá recurso com efeito suspensivo, ao Conselho Federal:

I –voluntário, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência da decisão;

II –“ex officio”, nas hipóteses dos incisos IV e V deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da decisão.

§ 5º As denúncias somente serão recebidas quando assinadas, declinada a qualificação do denunciante e acompanhada da indicação dos elementos comprobatórios do alegado.

§ 6º A suspensão por falta de pagamento de anuidades, taxas ou multas só cessará com a satisfação da dívida, podendo ser cancelado o registro profissional, após decorridos 3 (três) anos.

§ 7º É lícito ao profissional punido requerer, à instância superior, revisão do processo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da punição.

~~§ 8º Das decisões do Conselho Federal ou de seu Presidente, por força de competência privativa, caberá recurso em 30 (trinta) dias, contados da ciência para o Ministro do Trabalho. (Revogado pela Lei nº 9.098, de 1995)~~

§ 9º As instâncias recorridas poderão reconsiderar suas próprias decisões.

~~§ 10. A instância ministerial será última e definitiva, nos assuntos relacionados com a profissão e seu exercício. (Revogado pela Lei nº 9.098, de 1995)~~

Art. 18. O pagamento da anuidade fora do prazo sujeitará o devedor à multa prevista no Regulamento.

CAPÍTULO V Disposições Gerais

Art. 19. Os membros dos Conselhos farão jus a uma gratificação, por sessão a que comparecerem, na forma estabelecida em legislação própria.

Art. 20. Aos servidores dos Conselhos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional aplica-se o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 21. Os Conselhos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional estimularão, por todos os meios, inclusive mediante concessão de auxílio, segundo normas aprovadas pelo Conselho Federal, as realizações de natureza cultural visando ao profissional e à classe.

Art. 22. Os estabelecimentos de ensino superior, que ministrem cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, deverão enviar, até 6 (seis) meses da conclusão dos mesmos, ao Conselho Regional da jurisdição de

sua sede, ficha de cada aluno a que conferir diploma ou certificado, contendo seu nome, endereço, filiação, e data da conclusão.

CAPÍTULO VI

Disposições Transitórias

Art. 23. A carteira profissional de que trata o Capítulo II somente será exigível a partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da instalação do respectivo Conselho Regional.

Art. 24. O primeiro Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional será constituído pelo Ministro do Trabalho.

Art. 25. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1975; 154º da Independência e 87º da República. – **ERNESTO GEISEL – Ney Braga – Arnaldo Prieto – Paulo de Almeida Machado.**

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 702, DE 2011

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 82 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

“Art. 82.

§ 1º Os estabelecimentos de que trata o *caput* devem, quando da reserva ou venda antecipada de hospedagens, alertar os prováveis hóspedes acerca da obrigatoriedade da apresentação, no ato do registro no estabelecimento, de documento comprobatório da identidade e da filiação da criança ou do adolescente, bem como de documentos legalmente aceitos para a comprovação da autorização e da paternidade, maternidade ou responsabilidade legal atribuída ao acompanhante.

§ 2º O poder público veiculará, nos meses de novembro e dezembro, por cinco anos, campanha publicitária para divulgar o disposto no § 1º.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Todo hoteleiro já teve o dissabor de não poder acolher, como hóspedes, crianças e adolescentes acompanhados de adultos que, por toda a força da aparência física, são seus pais. O art. 82 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, permite a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, desde que autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável. Entretanto, o artigo nada diz a respeito da necessidade de apresentação de documentos que comprovem a maternidade, a paternidade ou a responsabilidade legal.

Não é nada incomum que, em ambiente familiar, os pais, ou o responsável legal, não vejam necessidade de providenciar a carteira de identidade para seus filhos menores. Caso tenham-na providenciado, é comum que não considerem indispensável levá-la consigo quando viajam – de fato, a verdade é que nem pensam na necessidade de apresentação de documentos que comprovem o vínculo. O resultado disso são constrangimentos indesejáveis, conflitos nos hotéis com pais inconformados e, eventualmente, a impossibilidade efetiva de acolher as crianças ou os adolescentes, os quais, ainda que acompanhados de pais ou responsável legal, terminam tendo que passar a noite indevidamente alojados.

Tudo isso pode ser evitado com a adoção de providências simples. Na grande maioria dos casos, os serviços de hospedagem são comercializados com antecedência, por meio de reservas ou informações junto aos operadores de turismo ou aos hotéis. Portanto, há ocasião para que os pais ou o responsável legal sejam avisados, previamente, acerca da necessidade de crianças e adolescentes viajantes portarem documento de identificação que decline a paternidade ou a maternidade – como o são a certidão de nascimento e a carteira de identidade –, bem como outro que comprove a guarda, a tutela ou outra forma de se atribuir responsabilidade legal ao acompanhante da criança ou do adolescente.

Contudo, sempre há aqueles que optam por não viajar com o apoio de um operador de turismo. Para que também esses sejam alcançados pelas informações sobre seus deveres, propomos que campanhas publicitárias de natureza simples sejam veiculadas, durante cinco anos, de modo a garantir-se que a sociedade “aprenda” a respeito.

A norma proposta é uma solução que atende a interesses de todos os envolvidos: viajantes, hoteleiros e sociedade, que, dessa forma, segue protegendo crianças e adolescentes em situação vulnerável, ao mesmo tempo em que torna mais fluentes e sem dis-

sabores os interesses daqueles que viajam, com fins lícitos, acompanhados dessas crianças e adolescentes.

Diante do mérito da presente iniciativa, esperamos contar com o apoio dos nobres Congressistas para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senadora **Maria Do Carmo Alves**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Texto compilado

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Título I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Seção II

Dos Produtos e Serviços

Art. 81. É proibida a venda à criança ou ao adolescente de:

I –armas, munições e explosivos;

II –bebidas alcoólicas;

III –produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida;

IV –fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida;

V –revistas e publicações a que alude o art. 78;

VI –bilhetes lotéricos e equivalentes.

Art. 82. É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2011

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para modificar a definição de bebida alcoólica e proibir a exposição, a propaganda, a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas em logradouros públicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 9º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 1º Consideram-se bebidas alcoólicas, para os efeitos desta Lei, os líquidos potáveis com teor alcoólico igual ou superior a meio grau Gay-Lussac.

§ 2º As disposições desta Lei, com exceção do § 2º do art. 4º, aplicam-se também

às cervejas, pasteurizadas ou não, que possuam teor alcoólico inferior a meio grau Gay-Lussac.” (NR)

“Art. 9º

.....

§ 3º Considera-se infrator, para os efeitos desta Lei, toda e qualquer pessoa natural ou jurídica que, de forma direta ou indireta, seja responsável pela:

I – divulgação da peça publicitária ou pelo respectivo veículo de comunicação;

II – exposição, consumo ou comercialização do produto, no caso de violação do art. 4º-B.

..... ” (NR)

Art. 2º A Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-B:

“Art. 4º-B São vedados a exposição, a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas nos seguintes locais:

I – em postos de combustível;

II – em qualquer recinto em que se realize evento organizado ou patrocinado pelo poder público ou por concessionário de serviço público;

III – em logradouros públicos;

IV – em recintos de uso coletivo situados em bens de propriedade da União, de Estado, de Município, do Distrito Federal ou de suas autarquias e fundações.

§ 1º A vedação de exposição de que trata este artigo estende-se ao ato de trazer consigo bebida alcoólica de forma ostensiva.

§ 2º A vedação de que trata o inciso I deste artigo estende-se aos estabelecimentos comerciais localizados na área do posto.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

A questão do consumo abusivo de bebidas alcoólicas tem mobilizado a sociedade e o parlamento não poderia ficar indiferente ao problema. Nesse sentido, a aprovação da chamada “Lei Seca”, que penalizou duramente o motorista que dirigir alcoolizado, demonstrou o repúdio do Congresso Nacional às condutas irresponsáveis envolvendo o consumo de álcool.

É preciso, contudo, avançar no combate aos males advindos do abuso das bebidas. Apresentei, no primeiro semestre, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 307, de 2011, que *altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso*

e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para ampliar a definição das bebidas alcoólicas e estender as restrições legais para as cervejas, independentemente de seu teor alcoólico.

Espero, com a aprovação dessa proposição, incluir as cervejas, independente da graduação alcoólica, nas restrições legais à publicidade de bebidas, visto ser inaceitável que bebidas *ice*, alguns vinhos e as cervejas não sejam considerados bebidas alcoólicas para fins legais.

Mas nem só a propaganda veiculada no rádio e na televisão é perniciosa para nossa juventude. A exposição, em locais públicos, a vasilhames de bebidas e cenas de consumo dessas constitui forte fator indutor do consumo. Por isso, a exemplo do que ocorre em países como os Estados Unidos da América, propomos a proibição da exposição de bebidas alcoólicas em logradouros públicos.

Ademais, julgamos injustificável que o poder público atue como incentivador do consumo de um produto sabidamente nocivo às pessoas, motivo pelo qual propugnamos pela proibição da exposição e do uso de álcool em bens públicos e em eventos patrocinados ou organizados pela administração pública.

Por fim, propomos a proibição da exposição, venda e consumo de bebidas em postos de combustível. A associação entre bebida e direção está materializada na venda de bebida alcoólica no local de abastecimento dos veículos. É uma situação inaceitável, mas que, surpreendentemente, se torna cada vez mais comum.

Considerando a relevância do tema, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação do projeto de lei que ora apresentamos.

Sala das Sessões, – Senador **Wellington Dias**.

LEI Nº 9.294, DE 15 DE JULHO DE 1996.

Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O uso e a propaganda de produtos fumíferos, derivados ou não do tabaco, de bebidas alcoólicas, de medicamentos e terapias e de defensivos agrícolas estão sujeitos às restrições e condições estabelecidas por esta Lei, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Consideram-se bebidas alcoólicas, para efeitos desta Lei, as bebidas potáveis com teor alcoólico superior a treze graus Gay Lussac.

Art. 2º É proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumífero, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo, privado ou público, salvo em área destinada exclusivamente a esse fim, devidamente isolada e com arejamento conveniente.

§ 1º Incluem-se nas disposições deste artigo as repartições públicas, os hospitais e postos de saúde, as salas de aula, as bibliotecas, os recintos de trabalho coletivo e as salas de teatro e cinema.

~~§ 2º É vedado o uso dos produtos mencionados no caput nas aeronaves e veículos de transporte coletivo, salvo quando transcorrida uma hora de viagem e houver nos referidos meios de transporte parte especialmente reservada aos fumantes.~~

~~§ 2º É vedado o uso dos produtos mencionados no caput nas aeronaves e demais veículos de transporte coletivo. (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)~~

§ 2º É vedado o uso dos produtos mencionados no caput nas aeronaves e veículos de transporte coletivo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

~~Art. 3º A propaganda comercial dos produtos referidos no artigo anterior somente será permitida nas emissoras de rádio e televisão no horário compreendido entre as vinte e uma e as seis horas.~~

Art. 3º A propaganda comercial dos produtos referidos no artigo anterior só poderá ser efetuada através de pôsteres, painéis e cartazes, na parte interna dos locais de venda. (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

§ 1º A propaganda comercial dos produtos referidos neste artigo deverá ajustar-se aos seguintes princípios:

I – não sugerir o consumo exagerado ou irresponsável, nem a indução ao bem-estar ou saúde, ou fazer associação a celebrações cívicas ou religiosas;

II – não induzir as pessoas ao consumo, atribuindo aos produtos propriedades calmantes ou estimulantes, que reduzam a fadiga ou a tensão, ou qualquer efeito similar;

III – não associar idéias ou imagens de maior êxito na sexualidade das pessoas, insinuando o aumento de virilidade ou feminilidade de pessoas fumantes;

~~IV – não associar o uso do produto à prática de esportes olímpicos, nem sugerir ou induzir seu consumo em locais ou situações perigosas ou ilegais;~~

IV – não associar o uso do produto à prática de atividades esportivas, olímpicas ou não, nem sugerir

ou induzir seu consumo em locais ou situações perigosas, abusivas ou ilegais; (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

V – não empregar imperativos que induzam diretamente ao consumo;

~~VI – não incluir, na radiodifusão de sons ou de sons e imagens, a participação de crianças ou adolescentes, nem a eles dirigir-se.~~

VI – não incluir a participação de crianças ou adolescentes. (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

~~§ 2º A propaganda conterá, nos meios de comunicação e em função de suas características, advertência escrita e/ou falada sobre os malefícios do fumo, através das seguintes frases, usadas sequencialmente, de forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese devendo variar no máximo a cada cinco meses, todas precedidas da afirmação “O Ministério da Saúde Adverte”:-~~

~~I – fumar pode causar doenças do coração e derrame cerebral;~~

~~II – fumar pode causar câncer do pulmão, bronquite crônica e enfisema pulmonar;~~

~~III – fumar durante a gravidez pode prejudicar o bebê;~~

~~IV – quem fuma adoece mais de úlcera do estômago;~~

~~V – evite fumar na presença de crianças;~~

~~VI – fumar provoca diversos males à sua saúde.~~

§ 2º A propaganda conterá, nos meios de comunicação e em função de suas características, advertência, sempre que possível falada e escrita, sobre os malefícios do fumo, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, segundo frases estabelecidas pelo Ministério da Saúde, usadas sequencialmente, de forma simultânea ou rotativa. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

~~§ 3º As embalagens, exceto se destinadas à exportação, os pôsteres, painéis ou cartazes, jornais e revistas que façam difusão ou propaganda dos produtos referidos no art. 2º conterão a advertência mencionada no parágrafo anterior.~~

~~§ 3º A embalagem, exceto se destinada à exportação, e o material de propaganda referido neste artigo conterão a advertência mencionada no parágrafo anterior. (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)~~

§ 3º As embalagens e os maços de produtos fumígenos, com exceção dos destinados à exportação, e o material de propaganda referido no caput deste artigo conterão a advertência mencionada no § 2º acompanhada de imagens ou figuras que ilustrem o sentido da mensagem. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

§ 4º Nas embalagens, as cláusulas de advertência a que se refere o § 2º deste artigo serão seqüencialmente usadas, de forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese devendo variar no máximo a cada cinco meses, inseridas, de forma legível e ostensivamente destacada, em uma das laterais dos maços, carteiras ou pacotes que sejam habitualmente comercializados diretamente ao consumidor.

~~§ 5º Nos pôsteres, painéis, cartazes, jornais e revistas, as cláusulas de advertência a que se refere o § 2º deste artigo serão seqüencialmente usadas, de forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese variando no máximo a cada cinco meses, devendo ser escritas de forma legível e ostensiva.~~

§ 5º A advertência a que se refere o § 2º deste artigo, escrita de forma legível e ostensiva, será seqüencialmente usada de modo simultâneo ou rotativo, nesta última hipótese variando, no máximo, a cada cinco meses. (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

Art. 3º-A Quanto aos produtos referidos no art. 2º desta Lei, são proibidos: (Artigo incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

I – a venda por via postal; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

II – a distribuição de qualquer tipo de amostra ou brinde; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

III – a propaganda por meio eletrônico, inclusive internet; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

IV – a realização de visita promocional ou distribuição gratuita em estabelecimento de ensino ou local público; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

V – o patrocínio de atividade cultural ou esportiva; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

VI – a propaganda fixa ou móvel em estádio, pista, palco ou local similar; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

VII – a propaganda indireta contratada, também denominada *merchandising*, nos programas produzidos no País após a publicação desta Lei, em qualquer horário; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

~~VIII – a comercialização em estabelecimentos de ensino e de saúde. (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)~~

VIII – a comercialização em estabelecimento de ensino, em estabelecimento de saúde e em órgãos ou entidades da Administração Pública; (Redação dada pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

IX – a venda a menores de dezoito anos. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

~~Parágrafo único. O disposto nos incisos V e VI deste artigo entrará em vigor em 1º de janeiro de 2003, no caso de eventos esportivos internacionais e culturais, desde que o patrocinador seja identificado apenas com a marca do produto ou fabricante, sem recomendação de consumo. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)~~

§ 1º Até 30 de setembro de 2005, o disposto nos incisos V e VI não se aplica no caso de eventos esportivos internacionais que não tenham sede fixa em um único país e sejam organizados ou realizados por instituições estrangeiras. (Renumerado e alterado pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

§ 2º É facultado ao Ministério da Saúde afixar, nos locais dos eventos esportivos a que se refere o § 1º, propaganda fixa com mensagem de advertência escrita que observará os conteúdos a que se refere o § 2º do art. 3ºC, cabendo aos responsáveis pela sua organização assegurar os locais para a referida afixação. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

Art. 3º-B Somente será permitida a comercialização de produtos fumígenos que ostentem em sua embalagem a identificação junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na forma do regulamento. (Artigo incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

Art. 3ºC A aplicação do disposto no § 1º do art. 3ºA, bem como a transmissão ou retransmissão, por televisão, em território brasileiro, de eventos culturais ou esportivos com imagens geradas no estrangeiro patrocinados por empresas ligadas a produtos fumíferos, exige a veiculação gratuita pelas emissoras de televisão, durante a transmissão do evento, de mensagem de advertência sobre os malefícios do fumo. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

§ 1º Na abertura e no encerramento da transmissão do evento, será veiculada mensagem de advertência, cujo conteúdo será definido pelo Ministério da Saúde, com duração não inferior a trinta segundos em cada inserção. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

§ 2º A cada intervalo de quinze minutos será veiculada, sobreposta à respectiva transmissão, mensagem de advertência escrita e falada sobre os malefícios do fumo com duração não inferior a quinze segundos em cada inserção, por intermédio das seguintes frases e de outras a serem definidas na regulamentação, usadas seqüencialmente, todas precedidas da afirmação “O Ministério da Saúde adverte”: (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

I – “fumar causa mau hálito, perda de dentes e câncer de boca”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

II – “fumar causa câncer de pulmão”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

III – “fumar causa infarto do coração”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

IV – “fumar na gravidez prejudica o bebê”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

V – “em gestantes, o cigarro provoca partos prematuros, o nascimento de crianças com peso abaixo do normal e facilidade de contrair asma”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

VI – “crianças começam a fumar ao verem os adultos fumando”; (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

VII – “a nicotina é droga e causa dependência”; e (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

VIII – “fumar causa impotência sexual”. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

§ 3º Considera-se, para os efeitos desse artigo, integrantes do evento os treinos livres ou oficiais, os ensaios, as reapresentações e os compactos. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

Art. 4º Somente será permitida a propaganda comercial de bebidas alcoólicas nas emissoras de rádio e televisão entre as vinte e uma e as seis horas.

§ 1º A propaganda de que trata este artigo não poderá associar o produto ao esporte olímpico ou de competição, ao desempenho saudável de qualquer atividade, à condução de veículos e a imagens ou idéias de maior êxito ou sexualidade das pessoas.

§ 2º Os rótulos das embalagens de bebidas alcoólicas conterão advertência nos seguintes termos: “Evite o Consumo Excessivo de Alcool”.

Art. 4º-A. Na parte interna dos locais em que se vende bebida alcoólica, deverá ser afixado advertência escrita de forma legível e ostensiva de que é crime dirigir sob a influência de álcool, punível com detenção. (Incluído pela Lei nº 11.705, de 2008)

Art. 5º As chamadas e caracterizações de patrocínio dos produtos indicados nos arts. 2º e 4º, para eventos alheios à programação normal ou rotineira das emissoras de rádio e televisão, poderão ser feitas em qualquer horário, desde que identificadas apenas com a marca ou *slogan* do produto, sem recomendação do seu consumo.

§ 1º As restrições deste artigo aplicam-se à propaganda estática existente em estádios, veículos de competição e locais similares.

§ 2º Nas condições do *caput*, as chamadas e caracterizações de patrocínio dos produtos estarão liberados da exigência do § 2º do art. 3º desta Lei.

Art. 6º É vedada a utilização de trajes esportivos, relativamente a esportes olímpicos, para veicular a propaganda dos produtos de que trata esta Lei.

Art. 7º A propaganda de medicamentos e terapias de qualquer tipo ou espécie poderá ser feita em publicações especializadas dirigidas direta e especificamente a profissionais e instituições de saúde.

§ 1º Os medicamentos anódinos e de venda livre, assim classificados pelo órgão competente do Ministério da Saúde, poderão ser anunciados nos órgãos de comunicação social com as advertências quanto ao seu abuso, conforme indicado pela autoridade classificatória.

§ 2º A propaganda dos medicamentos referidos neste artigo não poderá conter afirmações que não sejam passíveis de comprovação científica, nem poderá utilizar depoimentos de profissionais que não sejam legalmente qualificados para fazê-lo.

§ 3º Os produtos fitoterápicos da flora medicinal brasileira que se enquadram no disposto no § 1º deste artigo deverão apresentar comprovação científica dos seus efeitos terapêuticos no prazo de cinco anos da publicação desta Lei, sem o que sua propaganda será automaticamente vedada.

§ 4º É permitida a propaganda de medicamentos genéricos em campanhas publicitárias patrocinadas pelo Ministério da Saúde e nos recintos dos estabelecimentos autorizados a dispensá-los, com indicação do medicamento de referência. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

§ 5º Toda a propaganda de medicamentos conterá obrigatoriamente advertência indicando que, a persistirem os sintomas, o médico deverá ser consultado. (Renumerado pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

Art. 8º A propaganda de defensivos agrícolas que contenham produtos de efeito tóxico, mediato ou imediato, para o ser humano, deverá restringir-se a programas e publicações dirigidas aos agricultores e pecuaristas, contendo completa explicação sobre a sua aplicação, precauções no emprego, consumo ou utilização, segundo o que dispuser o órgão competente do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, sem prejuízo das normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde ou outro órgão do Sistema Único de Saúde.

~~Art. 9º Aplicam-se aos infratores desta Lei, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação em vigor, especialmente no Código de Defesa do Consumidor, as seguintes sanções:~~

Art. 9º Aplicam-se ao infrator desta Lei, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação em vigor, especialmente no Código de Defesa do Consumidor e na Legislação de Telecomunicações, as seguintes sanções: (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

I –advertência;

II – suspensão, no veículo de divulgação da publicidade, de qualquer outra propaganda do produto, por prazo de até trinta dias;

III – obrigatoriedade de veiculação de retificação ou esclarecimento para compensar propaganda distorcida ou de má-fé;

IV – apreensão do produto;

~~V – multa de R\$ 1.410,00 (um mil quatrocentos e dez reais) a R\$ 7.250,00 (sete mil duzentos e cinquenta reais), cobrada em dobro, em triplo e assim sucessivamente, na reincidência.~~

V – multa, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), aplicada conforme a capacidade econômica do infrator; (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

VI – suspensão da programação da emissora de rádio e televisão, pelo tempo de dez minutos, por cada minuto ou fração de duração da propaganda transmitida em desacordo com esta Lei, observando-se o mesmo horário. (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

VII – no caso de violação do disposto no inciso IX do artigo 3ºA, as sanções previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo do disposto no art. 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

§ 1º As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas gradativamente e, na reincidência, cumulativamente, de acordo com as especificidade do infrator.

§ 2º Em qualquer caso, a peça publicitária fica definitivamente vetada.

~~§ 3º Consideram-se infratores, para efeitos deste artigo, os responsáveis pelo produto, pela peça publicitária e pelo veículo de comunicação utilizado.~~

§ 3º Considera-se infrator, para os efeitos desta Lei, toda e qualquer pessoa natural ou jurídica que, de forma direta ou indireta, seja responsável pela divulgação da peça publicitária ou pelo respectivo veículo de comunicação. (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

§ 4º Compete à autoridade sanitária municipal aplicar as sanções previstas neste artigo, na forma do art. 12 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, ressalvada a competência exclusiva ou concorrente: (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

I – do órgão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde, inclusive quanto às sanções aplicáveis às agências de publicidade, responsáveis por propaganda de âmbito nacional; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

II – do órgão de regulamentação da aviação civil do Ministério da Defesa, em relação a infrações veri-

ficadas no interior de aeronaves; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

III – do órgão do Ministério das Comunicações responsável pela fiscalização das emissoras de rádio e televisão; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

IV – do órgão de regulamentação de transportes do Ministério dos Transportes, em relação a infrações ocorridas no interior de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários de passageiros. (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

~~§ 5º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)~~

§ 5º O Poder Executivo definirá as competências dos órgãos e entidades da administração federal encarregados em aplicar as sanções deste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de sessenta dias de sua publicação.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de julho de 1996; 175º da Independência e 108º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Nelson A. Jobin – Arlindo Porto – Adib Jatene.**

(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foi protocolado na Secretaria-Geral da Mesa requerimento de autoria do Senador Delcídio do Amaral. Entretanto, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, a matéria deixa de ter seguimento.

É o seguinte o Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1.433, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, a Retirada de apoio à PE nº 105, de 2011.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2011. – Senador **Delcídio Amaral.**

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.434, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja considerada como desempenho de missão parlamentar no exterior, minha participação, no período de 04 a 09 de dezembro de 2011, na 17ª Conferência das Partes (COP-17), que ocorrerá em Durban, na África do Sul.

Comunico ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País no período de 04 a 10 de dezembro de 2011.

Sala das Sessões, em – Senador **Rodrigo Rollemberg**.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.435, DE 2011

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal c/c os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Exmº Srº Ministro da Saúde, para que se informem: 1) quais os procedimentos que estão sendo tomados para a liberação das pesquisas acerca da doença conhecida como Mucopolissacaridose (MPS) e 2) quais os critérios adotados pelo órgão para fornecimento de medicamentos aos portadores da doença e quantos destes são atendidos em todo o país.

Justificação

A Mucopolissacaridose, abreviadamente conhecida como MPS, é uma doença genética, degenerativa e acentuadamente evolutiva, que exhibe a deficiência ou falta de uma determinada enzima nos lisossomos, o que provoca o acúmulo de glicosaminoglicanos (GAG), que pode levar à disfunção celular e, na maioria dos casos, efeitos patológicos nas células, tecidos e órgãos.

Um número considerável de brasileiros é portador da doença, que tem cerca de 7 tipos catalogados pela pesquisa biomédica. Para todos esses tipos o tratamento, de tão caro, é quase inacessível – fala-se que as enzimas produzidas em laboratório chegam a custar quase R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

As pesquisas avançam, a despeito das dificuldades, já passando por diversas fases. De início foram feitos testes com animais em laboratórios (fase 1), passou para um grupo restrito de cobaias humanas (fase 2); esse grupo foi estendido para um número maior (fase 3) e espera-se chegar numa próxima fase (fase 4) na

qual os medicamentos assegurem, senão a cura, pelo menos o estacionamento da doença.

Na Paraíba, cerca de 14 pessoas estão esperando por esses tratamentos e pretendem a inclusão no grupo de cobaias humanas, conforme dados que recebi de portadores da doença!

Diante de tal quadro, tanto o tratamento quanto a pesquisa ficam sempre à mercê de uma ação efetiva do poder público, especialmente no âmbito normativo e assistencial do Ministério da Saúde.

Infelizmente, em ambos os casos a União não tem dispensado o tratamento que por direito merecem esses brasileiros. O fornecimento de medicamentos quase sempre é conseguido às duras penas pelos portadores, que se submetem aos entraves burocráticos típicos da administração pública, quando não têm que apelar para ações judiciais, igualmente demoradas ou de soluções precárias.

No que se refere ao apoio às pesquisas –já avançadas nos EUA, na Europa e mesmo em países vizinhos como Argentina e Uruguai -, o Brasil, novamente obstruído pela burocracia, pode atrasar o seu programa e perder a conexão com a linha adotada nesses países citados, porque ainda não autorizou o uso ora de medicamentos ora de grupos de cobaias humanas.

Essa autorização depende da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, que está demorando no exame do caso e, assim, prejudicando os portadores da doença.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a emblemática e paradigmática ADI 3510, sobre o uso das células-troncos, definiu que o Direito à Saúde é substancial à vida e à dignidade da pessoa humana, conforme os princípios consagrados na Constituição Federal.

Este requerimento pretende trazer esses dados à preocupação do Congresso Nacional com essa minoria de brasileiros com necessidades especiais, cujo número, conforme notícia do Jornal Nacional de ontem (21/11/2011) já representa (considerada em todos os aspectos) parcela significativa da nossa população.

Queria registrar, nesta oportunidade, o meu apoio e agradecimento ao meu amigo Patrick Teixeira Dornelles Pires, que me procurou representando os interesses de todos os portadores de Mucopolissacaridose.

Plenário, de novembro de 2011. – Senador **Cassio Cunha Lima**.

(Á Mesa, para decisão)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à Mesa para decisão.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência designa o Senador Ivo Cassol, como titular, para a vaga do PP no Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em substituição ao Senador Reditário Cassol, nos termos do **Ofício nº 77/2011**, da Liderança do PP.

É o seguinte o Ofício:

OF. Nº 077/2011–GLDPP

Brasília, 24 de novembro de 2011.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a Vossa Excelência a indicação do Senador Ivo Cassol (PP/RO) para a vaga deste Partido Progressista no Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, instituído pela Resolução nº 35, de 2009, em substituição ao Senador Reditário Cassol.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência votos de estima e apreço.

Respeitosamente, – Senador **Francisco Dornelles**, Líder do PP.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Mozarildo, V. Exª se inscreve para?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Para falar pela Liderança em segundo lugar, após o Senador Dornelles, que vai falar pela Liderança do PP.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, o senhor está inscrito em segundo lugar; e o Senador Dorneles, em primeiro lugar, pela Liderança do PP.

Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para inscrever-me para uma comunicação inadiável. Em seguida, o Senador Paulo Paim também está inscrito. Também chegou.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sim, ele falou também.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para me inscrever pela Liderança do PSDB.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É o terceiro inscrito, Senador, pela Liderança do PSDB.

Eu chamo à mesa o Senador Mozarildo, para presidir, porque o Senador Cristovam, que era o primeiro inscrito, cedeu o lugar. Como não tem ninguém, aqui, para substituí-lo, faço eu, então, o discurso que ia fazer mais tarde. Em seguida, falará o Senador Francisco Dornelles.

A Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra, a Senadora Marta Suplicy, do PT de São Paulo.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Quero, primeiro, agradecer ao Senador Cristovam Buarque, que era o primeiro inscrito, e saudar os Senadores Dornelles, Suplicy, Alvaro Dias, Paim e outros Senadores e Senadoras, e a você que está em casa, ouvindo-nos e nos assistindo.

Venho à tribuna, nesta tarde, para tratar de um assunto que tem preocupado muito a população do meu Estado, e, com certeza, é um problema de muitas outras cidades brasileiras.

Desde a madrugada desta quarta-feira, a Ponte dos Remédios, na Zona Oeste de São Paulo, uma artéria vital para a cidade, por ser um dos principais corredores de ligação entre a capital e o Município de Osasco, foi parcialmente interditada. Se o trânsito em São Paulo já é ruim, imaginem como ficou com a interdição da Ponte dos Remédios!

A interdição foi realizada pela Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo após a queda de cerca de 30 metros da mureta de proteção da ponte e da passarela de pedestres. Tivesse acontecido em outro horário, Senador Suplicy, nós teríamos uma tragédia. Felizmente, não há registro de vítimas do acidente, e a prefeitura deve decretar situação de emergência para realizar as obras de recuperação da parte danificada da ponte.

Os paulistanos, principalmente os moradores da região Oeste, aguardam o resultado do laudo técnico, que vai apontar exatamente as causas do acidente na Ponte dos Remédios, pois preocupa a falta de manutenção de pontes e viadutos da nossa cidade.

Esse não é um diagnóstico novo. De jeito nenhum. Segundo estimativas da própria Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, divulgadas ainda em 2006 pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, 90% das estruturas, como pontões, pontilhões, viadutos e passarelas precisam de reformas. Escutaram bem, paulistanos? Noventa por cento precisam de reformas. Hoje, não caiu a Ponte dos Remédios na cabeça de um transeunte, mais nada impede que nos outros 90% não possa ocorrer uma tragédia. Essa denúncia vem de 2006.

Na época, o Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), previa serem necessários gastos anuais de R\$150 milhões nos próximos dez anos para recuperar todas as estruturas desgastadas na cidade de São Paulo.

Estamos falando de um patrimônio estimado em R\$8 bilhões, que inclui 240 pontes, 700 pontilhões, 75 passarelas e dezena de viadutos. A maioria dessas pontes e viadutos tem mais de 30 anos de uso, e, nesses anos todos, alguma dessas obras só mereceu atenção quando esteve prestes a cair ou depois de acidentes que abalaram suas estruturas.

Além da falta de manutenção regular e da ação do tempo, essas estruturas têm sofrido com os impactos provocados pelo tráfego, que é cada vez mais intenso e muito pesado de veículos na capital.

Trata-se, portanto, não só de uma questão de segurança pública. Nós temos a segurança de um lado, mas temos uma questão de economia de outro lado, porque essa deterioração do patrimônio viário e a falta de inspeções regulares e de manutenção preventiva acabam inflando os orçamentos dos reparos emergenciais, pois as obras em uma ponte que não teve manutenção adequada vão custar 30% de uma ponte nova. Mas ela vai custar muito mais do que se o reparo tivesse sido feito no momento adequado, quando começasse a necessidade de manutenção.

Provavelmente é isto o que ocorrerá com a Ponte dos Remédios: um verdadeiro desperdício de recursos públicos. Quem conhece aquela ponte imagina o que são 30% do que vai ter que ser feito agora em relação a uma ponte nova. É muito recurso.

Ressalto essa preocupação, pois, em 1997, a mesma Ponte dos Remédios já tinha sido interditada para obras, porque a estrutura tinha se deformado. Em 2007, a prefeitura assinou com o Ministério Público um Termo de Ajustamento de Conduta, em que se compromete a implantar o programa de manutenção permanente de Próprios Municipais, cujo objetivo era a realização contínua de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas pontes, passarelas e viadutos de São Paulo. Infelizmente, a prefeitura descumpriu o acordo, e o programa de manutenção, que previa a recuperação estrutural dessa ponte de que estamos falando, a Ponte dos Remédios, até 28 de fevereiro deste ano, não foi devidamente executado.

Esse é o retrato da atual administração da capital paulista, uma gestão que é caracterizada pelo não cumprimento das metas, por não seguir planejamento e por realizar investimentos altos com resultados baixos, conforme concluiu o Tribunal de Contas do Município em seu relatório das contas do prefeito em 2010.

E não é só com ponte. Por exemplo, é inconcebível que recursos destinados à educação infantil fiquem no sistema financeiro, enquanto milhares de crianças aguardam uma vaga no cadastro para frequentar creche ou pré-escola. Em dezembro de 2010, eram cerca de 120 mil crianças não atendidas – sabem o que é

120 mil crianças para serem atendidas? –, enquanto mais de R\$140 milhões do orçamento da Secretaria Municipal da Educação se encontravam indisponíveis. Sem contar que o prefeito não utilizou integralmente as verbas destinadas ao Município pelo Fundeb, que poderiam viabilizar a criação de novas vagas. São milhares de famílias prejudicadas por essa política incompreensível. A maioria é de pessoas que são residentes na periferia da cidade de São Paulo, em bairros distantes dos locais de trabalho e sem nenhuma condição financeira para fazer uma opção por escola particular.

Agora, na questão do programa de manutenção, é a mesmíssima situação. Essa marca do mau gerenciamento fica muito evidente, quando, no início de novembro, na gestão Kassab, pela segunda vez, neste ano, o Prefeito Kassab revista onze metas do seu Governo – não é uma nem são duas; são onze – que deveriam ser cumpridas até o final de 2012.

O mais grave: a restauração de viadutos e o início de operações urbanas em bairros degradados estão entre as metas que foram alteradas e que terão a sua implementação atrasada.

Eu lembro que, quando exerci o cargo de Prefeita de São Paulo, destinamos – mesmo com a prefeitura falida, depois de Maluf e Pitta – mais de 60 milhões para a recuperação estrutural de nove viadutos, que apresentavam sérios danos em suas fundações, juntas de dilatação e também aparelhos de apoio, que estavam totalmente degradados. Fizemos em: 31 de Março, Elevado do Glicério, Antártica, Augusta, Plínio de Queiroz (Nove de Julho), Bresser, 25 de março, Mercúrio e Antônio Nakashima. Além disso, parte do recurso foi aplicado em reparos emergenciais em seis pontes e viadutos: o Pontilhão Jaguaré, na Marginal Pinheiros; o Viaduto Grande São Paulo, na Vila Prudente; o Viaduto Alberto Badra, em Aricanduva; o Viaduto General Milton Tavares, na ligação entre Marginal Tietê e rodovia Presidente Dutra; e as pontes Eusébio Matoso, na Zona Oeste, e Atílio Fontana (ponte Anhanguera).

Na administração que me sucedeu, em 2005, primeiro ano da gestão Serra/Kassab, apenas 12 milhões foram empregados nesse tipo de obra, quando as obras que iniciamos seguiram a passos lentos e muitas delas foram paralisadas. Segundo a prefeitura, de 2006 para cá, foram gastos 120 milhões em 27 pontes e viadutos do Município, um valor muito modesto, considerando que o orçamento de São Paulo praticamente triplicou nos últimos anos.

Com tantas ações necessárias e urgentes, é inexplicável a permanência do dinheiro no sistema financeiro em vez de estar a serviço da população, seja em creches, seja em manutenção de viadutos, seja fazendo corredor de ônibus para aliviar o tráfego.

go de São Paulo, para tanta coisa de que a cidade precisa. É inaceitável que o Município tenha uma disponibilidade de caixa: o Município de São Paulo tem 6,3 bilhões aplicados no mercado financeiro. Sabem o que é isso? É o orçamento de muitos Estados, que está aplicado no mercado financeiro, como se fosse uma poupança – para quem? –, enquanto faltam investimentos na cidade.

A manutenção preventiva dessas estruturas tem que ser tratada como uma questão de segurança pública, é óbvio, pois a falta de manutenção adequada pode resultar em catástrofes sociais e econômicas, ceifando vidas, afetando a mobilidade e o abastecimento de regiões inteiras, requerendo investimentos públicos de maior vulto em obras emergenciais, como está acontecendo reiteradas vezes e que poderiam ser evitados. É preciso que haja uma mudança nessa cultura de falta de manutenção para que situações como essa não se repitam.

E mais do que tudo: dinheiro público não é para ficar no banco fazendo superávit. O dinheiro público de uma cidade tão carente como São Paulo, com tantos bolsões de pobreza e necessidades, é para estar a serviço do povo e sendo aplicado na melhoria da qualidade de vida do povo da cidade de São Paulo.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra, pela liderança, o Senador Francisco Dornelles, do PP do Rio de Janeiro.

E devolvo a Presidência à Senadora Marta Suplicy.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, no início de novembro deste ano reuniu-se em Cannes, França, o G20, grupo do qual fazem parte as maiores economias do mundo. Em paralelo, foi realizada a cúpula empresarial dos países que o compõem, conhecido como o B20. O B20 é composto por presidentes de confederações empresariais e por 120 dirigentes de empresas globais. A delegação brasileira que participou do B20 foi chefiada pelo Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade.

Srª Presidenta, o cenário econômico mundial tem se deteriorado, com piora do quadro na zona do euro. A crise das dívidas na Europa tem produzido oscilações nas bolsas e levado as agências de risco a diminuir a nota de várias instituições bancárias e até de países. A taxa anualizada de inflação na zona do euro ficou em 3% em outubro, índice alto para os padrões europeus, enquanto o crescimento da economia ficou em apenas 0,2% no último trimestre. Analistas tendem a concordar que há risco real de que a Europa entre em recessão, caminho já trilhado por algumas de suas economias.

O Governo brasileiro tem tomado decisões importantes para mitigar os efeitos da crise, como as medidas contidas no Plano Brasil Maior em defesa da indústria nacional e a redução da taxa Selic, com efeito especialmente benéfico sobre as contas públicas. A participação dos representantes no B20 deu-se contra esse pano de fundo.

Srª Presidenta, além de concluírem pela necessidade de colaboração, em um ambiente em que as trocas internacionais consolidaram elos entre as economias, o B20 elaborou um extenso plano de trabalho, elegendo temas cruciais para a comunidade empresarial, alertando para um fato singelo, porém crucial: de que as empresas tanto dependem como podem também contribuir para a recuperação da economia.

Temas como “comércio e investimentos”, “governança global”, “políticas econômicas”, “prioridades sociais”, “tecnologia de informação”, “crescimento verde” e “sistema monetário internacional” estiveram sob o foco do B20 e, quanto a este último item, referente ao sistema monetário internacional, o Brasil participou no B20 sob a liderança do Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson de Andrade.

O eixo das discussões foi a volatilidade das taxas de câmbio e dos fluxos de capitais de curto prazo, procurando estimar os impactos sobre a alocação de recursos, a competitividade, os fluxos de comércio e os investimentos dos países afetados.

Nesse cenário, um ponto de atenção para o Brasil diz respeito ao compromisso das grandes economias com políticas macroeconômicas responsáveis e com taxas de câmbio flexíveis, que respondam aos fundamentos macroeconômicos dos países. É preciso, portanto, atacar o problema das políticas de desvalorização cambial distorcidas, as quais comprometem o equilíbrio das contas mundiais gerando mecanismos compensatórios, como, por exemplo, formas mais ou menos explícitas de protecionismo.

Algumas das sugestões do B20, entre elas o fortalecimento do FMI, parecem ter recebido a atenção dos principais dirigentes europeus. O grupo de trabalho coordenado, no caso do Brasil, pelo Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson de Andrade, julgou ser imprescindível o “reforço do papel do FMI em suas funções de supervisão e apoio à coordenação das políticas macroeconômicas nacionais, aumento da transparência nos mercados financeiros e apoio ao desenvolvimento de mercados financeiros eficientes”. Não se esqueceu também da representatividade dos países membros, sobretudo os emergentes, na composição do capital votante e no organograma do FMI.

Srª Presidenta, gostaria de destacar a importância dos trabalhos do B20, sua consolidação institucional

e os excelentes resultados obtidos pela delegação de empresários brasileiros sob a liderança do Presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, a quem parabeno pelo empenho e competência na defesa dos interesses empresariais do País naquele foro.

O empresariado brasileiro está de parabéns pela sua participação no B20

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Francisco Dornelles, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a ca-

deira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Dornelles. Foi encaminhado à publicação o Parecer nº 1.303, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 114, de 2011.

É o seguinte o parecer:

PARECER Nº 1.303, DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 114, de 2011, de iniciativa da Presidência da República, que altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

RELATOR: Senador RENAN CALHEIROS

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 114, de 23 de novembro de 2011, originária da PEC nº 61, de 2 de agosto de 2011, de iniciativa da Presidente da República. A proposição objetiva prorrogar mais uma vez a DRU, desta vez até 31 de dezembro de 2015.

O dispositivo desvincula de órgão, fundo ou despesa 20% da arrecadação de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

Nos termos do art. 1º da proposta, é alterada a redação do art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), prorrogando o seu prazo e atualizando sua redação. No entanto, são mantidos os mesmos termos da redação atual, dada pela EC nº 56, de 2007.

A DRU não reduz a base de cálculo das principais transferências aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios previstas na Constituição Federal. Ademais, a DRU excetua da desvinculação a arrecadação da contribuição social do salário-educação e os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

A cláusula de vigência da proposta consta do art. 2º.

Faço questão de ressaltar que a DRU tornou-se necessária porque o orçamento da União apresenta elevado volume de despesas obrigatórias, como as relativas a pessoal e a benefícios previdenciários, e também expressiva vinculação das receitas orçamentárias a finalidades específicas.

Nos termos da justificção da proposta, “esse delineamento tende a extinguir a discricionariedade alocativa, pois reduz o volume de recursos orçamentários livres que seriam essenciais para programar projetos governamentais prioritários, e prejudica a formação de poupança para promover a redução da dívida pública”.

A proposição originou-se da aprovação da PEC nº 61, de 2 de agosto de 2011, pela Câmara dos Deputados, em segundo turno de votação, em 22 de novembro de 2011, nos termos do relatório do Deputado ODAIR CUNHA. A proposição foi aprovada nos mesmos termos da proposta encaminhada pelo Poder Executivo.

Lembro que, em 1997, tive a experiência de relatar a proposta que resultou na EC nº 17, de 1997, que prorrogou o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até 31 de dezembro de 1999. Como se sabe, o FEF foi o mecanismo de desvinculação que precedeu a DRU e teve papel fundamental, à época, para permitir a consolidação da estabilização monetária no período posterior ao Plano Real. Com efeito, a proposta foi aprovada por maioria expressiva de votos no Plenário do Senado Federal.

A prorrogação do FEF, naquele difícil contexto econômico e político, justifica a prorrogação da DRU, pelas mesmas razões, quais sejam: preservar a estabilidade econômica, possibilitar o ajuste fiscal e conferir maior flexibilidade à gestão do orçamento da União.

II – ANÁLISE

1. Constitucionalidade, regimentalidade e técnica legislativa

A PEC nº 114, de 2011, atende aos requisitos de constitucionalidade previstos no art. 60 da Constituição Federal (CF). Com efeito, a proposta é de iniciativa da Presidente da República e não incide nas limitações materiais que constam do seu § 4º, ou seja, não tende a abolir as chamadas cláusulas pétreas.

A nova redação proposta ao art. 76 do ADCT, além de prorrogar o prazo da DRU, atualiza sua redação. Em especial, prevê explicitamente o fim da desvinculação dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), em consonância com a EC nº 59, de 2009.

A proposição também atende aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa, em especial, da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das normas jurídicas. Por fim, não há inclusão de matéria estranha a seu objeto.

Cabe informar que tramita nesta Casa proposta idêntico teor: a PEC nº 87, de 31 de agosto 2011, de iniciativa do Senador ROMERO JUCÁ e outros. A proposta foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

2. Mérito

A proposição em tela seria a terceira prorrogação da DRU, que está em vigência desde 2000. É sabido que a cada prorrogação desse instrumento, renovam-se as críticas dos que se posicionam contra a desvinculação. Não obstante, mostraremos que a DRU não prejudica os gastos sociais e, ademais, é necessária para preservar a estabilidade econômica, possibilitar o ajuste fiscal e conferir maior flexibilidade ao orçamento da União.

O orçamento da seguridade social é composto de: previdência social, assistência social e saúde. As ações do orçamento da seguridade estão protegidas por outros dispositivos constitucionais e legais que garantem seu aporte de recursos.

No caso da previdência social, a receita da contribuição social de empregados e empregadores é usualmente apartada do cálculo da DRU. Embora o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, que trata da DRU, não explicita que tal contribuição seja uma exceção, os órgãos de orçamento têm por prática retirá-la dos cálculos, recorrendo ao art. 167 da Constituição Federal.

Art.167. São vedados:

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

No caso da assistência social, o orçamento obedece à Lei nº 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que garante os benefícios de prestação continuada ao idoso e ao deficiente no valor de um salário mínimo. No Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2012, esses valores alcançaram o total de R\$ 13,2 bilhões, para o idoso, e R\$ 16,2 bilhões, para o deficiente.

Além disso, há o Programa Bolsa-Família, que é regulamentado pela Lei nº 10.836/04 e que garante o valor médio de R\$ 119,00 por família. Uma vez que a família seja beneficiária e continua dentro dos critérios para receber o benefício, não poderá deixar de receber o recurso. Os valores dos benefícios são alterados por decreto, conforme reza a referida lei.

No caso da saúde, o orçamento segue o art. 77 do ADCT da Constituição Federal, que determina que os gastos com saúde devam seguir a variação do Produto Interno Bruto (PIB). Essa regra transitória está em vigor até que seja publicada a lei complementar prevista no art. 198 da Constituição Federal, que trata da saúde.

Considerando o orçamento da seguridade social, a maior parte dos recursos desvinculados de contribuições sociais acaba redirecionada para esse orçamento. Portanto, com o crescimento das despesas da seguridade, atualmente o Tesouro Nacional realiza aportes significativos, de forma que não se pode afirmar que a DRU implique perdas para a seguridade social.

Cabe informar que dos R\$ 46,6 bilhões desvinculados das contribuições sociais, em 2010, em sua maior parte receitas do orçamento da seguridade social, R\$ 37,6 bilhões retornam como recursos de livre alocação (fonte 100) usados no pagamento de despesas desse orçamento. Ou seja, a área da seguridade social cedeu recursos líquidos de apenas R\$ 9 bilhões, que poderiam expandir suas despesas, valor bem inferior aos recursos desvinculados. Na proposta orçamentária para 2012 (PLN nº 28, de 2011), a totalidade dos recursos desvinculados retorna ao orçamento da seguridade social.

Em relação à Educação, a DRU desobrigava a União de destinar à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) 20% dos 18% da receita de impostos, vinculados a essa despesa pelo art. 212 da Constituição Federal. No entanto, a EC nº 59, de 2009, determinou a redução progressiva do percentual da DRU incidente sobre esses recursos. Assim, para efeito do cálculo dos recursos para a MDE, o percentual de desvinculação passou para 12,5%, em 2009, 5%, em 2010, e nulo no exercício de 2011. A tabela abaixo mostra essa evolução:

TABELA 1
REDUÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS A MDE - 2008 a 2011

| | R\$ milhões | | | |
|--------------------------------------|-------------|---------|---------|-------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 ¹ |
| 1 Percentual de Desvinculação | 20,0% | 12,5% | 5,0% | 0,0% |
| 2 Receita de Impostos | 256.147 | 244.071 | 280.141 | 347.713 |
| 3 Desvinculação (1*2) | 51.229 | 30.509 | 14.007 | 0 |
| 4 Redução de Recursos de MDE (3*18%) | 9.221 | 5.492 | 2.521 | 0 |

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

1: Lei Orçamentária para 2011

Vê-se que a redução de recursos destinados à MDE decresce de R\$ 9,2 bilhões, em 2008, quando o percentual de desvinculação era de 20%, e passa a ser nulo a partir de 2011. Cabe considerar que a PEC nº 87, de 2011, mantém explicitamente o fim da desvinculação desses recursos, em consonância com a EC nº 59, de 2009.

Considerando o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2012, ele traz como fonte condicionada à aprovação da DRU o valor de R\$ 62,4 bilhões, embora o total da DRU seja de R\$ 100,4 bilhões. Isso ocorre porque a proposta orçamentária considerou que a parcela da DRU retirada dos impostos já seria fonte livre. O cálculo está na tabela a seguir, enviado pelo Poder Executivo nas Informações Complementares ao PLOA 2012.

Conforme mostrado na tabela abaixo, a DRU é importante fonte de recursos para diversos órgãos orçamentários:

Tabela 2
ALOCÇÃO DOS RECURSOS DA DRU

| | R\$ Milhões | |
|----------------------------------------|-----------------|-------------|
| Discriminação | PLOA 2012 | % |
| Encargos Financeiros da União | 15.005,0 | 24,0% |
| Reserva de Contingência | 12.519,5 | 20,1% |
| Judiciário e Ministério Público | 7.549,9 | 12,1% |
| Defesa | 6.186,6 | 9,9% |
| Operações Oficiais de Crédito | 4.971,9 | 8,0% |
| Educação | 2.223,3 | 3,6% |
| Cidades | 2.000,0 | 3,2% |
| Fazenda | 1.902,1 | 3,0% |
| Legislativo | 1.750,3 | 2,8% |
| Justiça | 1.658,2 | 2,7% |
| Presidência da República | 1.328,2 | 2,1% |
| Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 1.266,2 | 2,0% |
| Planejamento, Orçamento e Gestão | 1.143,2 | 1,8% |
| Trabalho e Emprego | 1.062,4 | 1,7% |
| Ciência, Tecnologia e Inovação | 494,1 | 0,8% |
| Meio Ambiente | 347,7 | 0,6% |
| Transportes | 306,2 | 0,5% |
| Relações Exteriores | 297,4 | 0,5% |
| Integração Nacional | 186,8 | 0,3% |
| Desenvolvimento Agrário | 179,8 | 0,3% |
| Esporte | 27,6 | 0,0% |
| Total de Recursos Desvinculados | 62.406,4 | 100% |

Note-se que a DRU gera recursos para órgãos não contemplados com recursos vinculados. No orçamento de 2012, por exemplo, R\$ 15,0 bilhões foram destinados à Encargos Financeiros da União, R\$ 7,5 para o Judiciário e Ministério Público e R\$ 6,1 bilhões para o Ministério da Defesa.

Na proposta orçamentária para 2012, os Ministérios da Integração Nacional, Transportes, Meio Ambiente, Esporte e Cidades não tenham sido contemplados com montantes expressivos de recursos da DRU, são indiretamente favorecidos, pois, a maior parte de seu orçamento é financiada com recursos livres (não-vinculados).

Portanto, a não aprovação da DRU complicaria a aprovação e a execução do orçamento geral da União para 2012. Haveria insuficiência parcial de recursos livres para a geração do superávit primário ou para atender às despesas discricionárias do orçamento fiscal.

A não aprovação da proposta poderia comprometer a qualidade do gasto público e a obtenção da meta de superávit primário. A execução das despesas discricionárias do orçamento fiscal e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), fixadas, para 2012, em R\$ 81,4 bilhões e R\$ 37,9 bilhões, respectivamente, também poderia ser prejudicada.

A proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados nos mesmos termos em que foi encaminhada pelo Poder Executivo. Isso mostra que, após exaustivos e aprofundados debates, chegou-se a um consenso sobre a necessidade de prorrogar o mecanismo da DRU.

No Senado Federal, proposta de idêntico teor foi aprovada na CCJ, em que pese o Voto em Separado do Senador RANDOLFE RODRIGUES. Em sua análise, é alegado que o Relatório aprovado seria contraditório ao dizer que a DRU não prejudica a seguridade social. O que é mostrado é que, em 2010, a maior parte dos recursos desvinculados da seguridade social retornou a esse orçamento na forma de aportes do Tesouro Nacional.

Já para 2012, conforme demonstra o Relatório do Deputado ODAIR CUNHA, essa tendência se consolida. O Relatório diz: “A proposta orçamentária de 2012 prevê que serão desvinculados R\$ 53 bilhões do orçamento da seguridade social, mas este remanejamento de recursos, via DRU, é compensado com a transferência de R\$ 66 bilhões do orçamento fiscal (recursos de livre aplicação) para o da seguridade social”. Portanto, o Relatório aprovado pela Câmara dos Deputados corrobora a posição técnica do Relatório aprovado na CCJ do Senado Federal, a partir dos dados da proposta orçamentária para 2012.

Ademais, cabe reiterar que a não prorrogação da DRU seria um complicador para a administração orçamentária e financeira da União, ao reduzir os graus de liberdade na alocação dos recursos, o que tornaria a execução do orçamento bem mais rígida. Portanto a DRU permitiria maior flexibilidade na condução da política econômica e financeira nesse contexto de incerteza.

Estou convicto de que se trata de instrumento importante para termos maior tranquilidade no esforço de equilíbrio fiscal e na execução de programas prioritários de governo, condição indispensável para avançarmos no crescimento econômico sustentado e na eliminação da pobreza extrema.

III – VOTO

Pelo exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela **Aprovação** da PEC nº 114, de 2011.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 114 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 24/11/2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

| | |
|----------------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| PRESIDENTE: <u>Senador Eunício Oliveira</u> | |
| RELATOR: <u>Senador Eunício Oliveira</u> | |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB) | |
| JOSÉ PIMENTEL <u>[assinatura]</u> | 1. EDUARDO SUPPLY <u>[assinatura]</u> |
| MARTA SUPPLY <u>[assinatura]</u> | 2. ANA RITA |
| PEDRO TAQUES | 3. ANÍBAL DINIZ |
| JORGE VIANA | 4. ACIR GURGACZ |
| ANTONIO CARLOS VALADARES <u>[assinatura]</u> | 5. LINDBERGH FARIAS |
| INÁCIO ARRUDA <u>[assinatura]</u> | 6. RODRIGO ROLLEMBERG |
| MARCELO CRIVELLA | 7. HUMBERTO COSTA <u>[assinatura]</u> |
| BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC e PV) | |
| EUNÍCIO OLIVEIRA <u>[assinatura]</u> | 1. ROBERTO REQUIÃO <u>[assinatura]</u> |
| PEDRO SIMON <u>[assinatura]</u> | 2. VALDIR RAUPP <u>[assinatura]</u> |
| ROMERO JUCÁ <u>[assinatura]</u> | 3. EDUARDO BRAGA <u>[assinatura]</u> |
| VITAL DO RÉGO | 4. RICARDO FERRAÇO |
| RENAN CALHEIROS <u>[assinatura]</u> | 5. LOBÃO FILHO <u>[assinatura]</u> |
| LUIZ HENRIQUE <u>[assinatura]</u> | 6. WALDEMIR MOKA <u>[assinatura]</u> |
| FRANCISCO DORNELLES <u>[assinatura]</u> | 7. BENEDITO DE LIRA |
| SÉRGIO PETECÃO | 8. EDUARDO AMORIM <u>[assinatura]</u> |
| BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM) | |
| AÉCIO NEVES | 1. LÚCIA VÂNIA <u>[assinatura]</u> |
| ALOYSIO NUNES FERREIRA | 2. FLEXA RIBEIRO <u>[assinatura]</u> |
| ALVARO DIAS | 3. CÍCERO LUCENA |
| DEMÓSTENES TORRES | 4. JOSÉ AGRIPINO |
| PTB | |
| ARMANDO MONTEIRO <u>[assinatura]</u> | 1. CIRO NOGUEIRA |
| GIM ARGELLO | 2. MOZARILDO CAVALCANTI |
| PR | |
| MAGNO MALTA | 1. CLÉSIO ANDRADE |
| PSOL | |
| RANDOLFE RODRIGUES | 1. MARINOR BRITO |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º - A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....

Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

.....

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

§ 1º. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único renumerado para § 1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - no caso da União, na forma definida nos termos da lei complementar prevista no § 3º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - os percentuais de que trata o § 2º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

II - os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III - as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

IV - as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2010) Regulamento

§ 6º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)

.....

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 8º Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 11. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 13. O sistema especial de inclusão previdenciária de que trata o § 12 deste artigo terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º - Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 4º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

.....

TÍTULO X

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

.....

Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2011, 20% (vinte por cento) da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 2007)

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo não reduzirá a base de cálculo das transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios na forma dos arts. 153, § 5º; 157, I; 158, I e II; e 159, I, a e b; e II, da Constituição, bem como a base de cálculo das destinações a que se refere o art. 159, I, c, da Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 2º Excetua-se da desvinculação de que trata o *caput* deste artigo a arrecadação da contribuição social do salário-educação a que se refere o art. 212, § 5º, da Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 27, de 2000)

§ 3º Para efeito do cálculo dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição, o percentual referido no *caput* deste artigo será de 12,5 % (doze inteiros e cinco décimos por cento) no exercício de 2009, 5% (cinco por cento) no exercício de 2010, e nulo no exercício de 2011. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

Art. 77. Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - no caso da União: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

a) no ano 2000, o montante empenhado em ações e serviços públicos de saúde no exercício financeiro de 1999 acrescido de, no mínimo, cinco por cento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

b) do ano 2001 ao ano 2004, o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto - PIB; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II,

deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que apliquem percentuais inferiores aos fixados nos incisos II e III deverão elevá-los gradualmente, até o exercício financeiro de 2004, reduzida a diferença à razão de, pelo menos, um quinto por ano, sendo que, a partir de 2000, a aplicação será de pelo menos sete por cento. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 2º Dos recursos da União apurados nos termos deste artigo, quinze por cento, no mínimo, serão aplicados nos Municípios, segundo o critério populacional, em ações e serviços básicos de saúde, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 3º Os recursos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados às ações e serviços públicos de saúde e os transferidos pela União para a mesma finalidade serão aplicados por meio de Fundo de Saúde que será acompanhado e fiscalizado por Conselho de Saúde, sem prejuízo do disposto no art. 74 da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 4º Na ausência da lei complementar a que se refere o art. 198, § 3º, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-á à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o disposto neste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 17, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1997

Altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 56, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2007

Prorroga o prazo previsto no caput do art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009

Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993.

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004.

Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pede a palavra o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exatamente, peço a palavra pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. ALVARO DIAS. (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, quero registrar o protesto da oposição em relação ao desrespeito que se praticou hoje – como consequência, V. Exª faz a leitura agora –, numa estratégia que tem por objetivo a votação da emenda constitucional que prorroga a Desvinculação das Receitas da União (DRU), desvinculando recursos da ordem de R\$62 bilhões, numa espécie de cheque em branco ao Governo. O que ocorreu hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além de se consubstanciar em desrespeito à minoria, desgasta a imagem da instituição. Para servir ao Governo, para atender às imposições do Executivo, para, quem sabe, merecer as benesses do Poder Executivo, faz-se tudo nesta Casa, mesmo que isso custe a credibilidade de um instituição que é essencial no Estado democrático de direito.

Ora, Srª Presidente, pela manhã, foi feita uma reunião apressada, que aguardou a publicação no *Diário do Senado*, que foi impresso pela madrugada, provavelmente exigindo hora extra dos servidores desta

Casa. Esse *Diário* foi colocado, inusitadamente, pela primeira vez desde que aqui me encontro, sobre as bancadas dos Parlamentares na Comissão, para comprovar a publicação da proposta que veio da Câmara. Aguardamos por mais de uma hora até que o Presidente da Comissão ali chegasse. Também de forma apressada, atropeladamente, concedeu-se vista de duas horas, e se definiu que uma reunião subsequente seria realizada às 12h40. Sem aguardar a presença dos Srs. Senadores, em apenas dois minutos, aprovou-se o relatório, o parecer favorável à prorrogação da DRU. Isso ocorreu sem a presença de Senadores – apenas quatro Senadores estavam presentes –, sem a presença da oposição, de forma esperta, numa manobra rasteira, que compromete a respeitabilidade daqueles que a lideraram.

Não podemos concordar com isso. É evidente que o Governo, descuidado, deixa para a última hora providências que considera essenciais para a administração federal e usa a maioria esmagadora que tem aqui para atropelar e aprovar, da forma que entende, uma proposta que ignora, inclusive, a tentativa de acordo da oposição, que facilitaria a votação da prorrogação da DRU se o Governo permitisse deliberar, antes, como prioridade, a regulamentação da Emenda nº 29, para definir recursos para a saúde pública no País.

É bom registrar que a Emenda nº 29 tem precedência, chegou aqui antes. As lideranças assumiram o compromisso do regime de urgência ao subscreverem um requerimento de minha autoria. Mas isso foi desconsiderado. Em que pese o fato de ser tradição da Casa a precedência de terminar a Ordem do Dia, neste caso há ignorância, não há respeito ao Regimento e à tradição de que a matéria precedente deve ser deliberada prioritariamente.

Portanto, Sr^a Presidente, registramos aqui nosso protesto. Não estamos questionando o ato praticado agora, a leitura do documento, mas estamos questionando a prática de uma estratégia acintosa, afrontosa e desrespeitosa à oposição, numa manobra que desgasta a instituição que representamos. O Governo atropela para impor a sua vontade. O Governo atropela não a oposição, mas a instituição. O Governo usa esta instituição como se fosse um almoxarifado à sua disposição. Essa é a manifestação de protesto da oposição.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT - SP) – Senador Alvaro Dias, a sua indignação...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB - PR) – Evidentemente, vamos questionar todos os atos praticados para atropelar o Regimento e votar a proposta que prorroga os efeitos da DRU até 2015.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT - SP) – Senador Alvaro Dias, a indignação de V. Ex^a está registrada.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, quero, na verdade, contestar esse discurso feito pelo Senador Alvaro Dias, que não faz justiça à verdade. Em primeiro lugar, as decisões que foram tomadas pela Mesa, as decisões que foram tomadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania são absolutamente respaldadas no Regimento Interno desta Casa, inclusive com antecedentes exatamente iguais a esse que estamos vivendo neste momento.

O ilustre Líder da oposição sabe muito bem que a aprovação da Desvinculação das Receitas da União (DRU) é essencial para que possamos não somente permitir que a máquina pública possa funcionar, como principalmente dar ao Governo instrumentos capazes de enfrentar a eventualidade, quase a certeza, da presença dos efeitos da crise econômica internacional no Brasil.

Aliás, os governos que S. Ex^a compôs e defendeu foram os criadores desse mecanismo. Antes, havia o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), criado no Governo Fernando Henrique Cardoso; depois, a DRU. Inclusive, na época dos governos tucanos, incluía-se

a área da educação entre os recursos que eram desvinculados, enquanto, no nosso Governo, os recursos da educação saíram dessa Desvinculação. E por que o governo passado assim fazia? Porque isso era necessário, porque não se pode engessar o Orçamento. Muitas vezes, temos a necessidade de ter um mínimo de liberdade para priorizar determinadas políticas, para atender a situações emergenciais, para manejar com os mecanismos de política econômica para enfrentar situações como essa da crise, com recursos para serem contingenciados, com recursos para a ampliação do superávit primário, e por aí vai. Então, são razões absolutamente justas e necessárias.

O discurso de S. Ex^a, mais uma vez, então, vem somente demonstrar quão pobre de propostas e de ideias tem sido a oposição.

Há dois dias, daquela tribuna, vários de nós, integrantes da base do Governo, cobrávamos da oposição uma crítica e uma proposta adequada à Medida Provisória nº 540. O discurso era a cantilena de sempre: “Há inconstitucionalidade. Demorou! Passou-se por cima, a Câmara botou...”. Mas e o conteúdo? O que é que a oposição propõe ao País para enfrentar a crise? Propusemos o Brasil Maior, a Medida Provisória nº 540; a oposição votou contra. Estamos precisando da DRU para dar condições ao Governo de enfrentar a crise; a oposição não somente vai votar contra, como está criando todos os empecilhos possíveis e imagináveis para que essa proposta não seja votada.

Então, Sr^a Presidenta, na medida em que o Senador registrou um protesto, quero registrar meu protesto ao discurso, ao conteúdo, ao posicionamento da oposição.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Peço a palavra pelo art. 14 do Regimento da Casa, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Já entendi. O senhor tem direito à palavra, por ter sido citado pelo Senador Humberto Costa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, não só fui citado, como também ofendido, na medida em que afirmou ter eu faltado com a verdade. Jamais faltarei com a verdade. Algo que prezo é exatamente a sinceridade.

Na verdade, o Senador Humberto Costa deseja a oposição governando e não se opondo, quando cobra da oposição medidas para solucionar os problemas que seu Governo não consegue solucionar, invertendo a prioridade política. Na democracia, um grupo se elege para governar, e o outro se elege para se opor, para investigar, para denunciar, para cobrar.

Na verdade, a nossa proposta essencial, neste momento, é a de que o Governo acabe com a corrupção, deixe de permitir que se vão, pelos ralos da corrupção, bilhões de reais todos os anos. O que se utilizou hoje não foi o Regimento, foi o dribble regimental, ao se conceder vista da matéria por duas horas, valendo-se do art. 306 do Regimento, que diz respeito à segurança nacional e à calamidade pública. Um cheque em branco de R\$62 bilhões não diz respeito à segurança nacional, não diz respeito à calamidade pública. Calamidade é conceder ao Governo um cheque em branco de R\$62 bilhões quando esse mesmo Governo é conivente com práticas que denunciemos todos os dias e ainda hoje, práticas que têm origem nos Ministérios, entregues a partidos políticos da base, transformando-se em instrumentos que puxam para baixo a qualidade de gestão e que abrem portas para a corrupção, instalando fábricas de sindicatos, fábricas de organizações não governamentais não aparelhadas etc.

Portanto, Sr^a Presidente, quando a DRU foi instituída, ela se justificava. Era um mecanismo necessário diante da impossibilidade de planejar. A inflação galopante impedia que se planejasse para o dia seguinte ou para a semana seguinte. O Plano Real conferiu ao País a estabilidade econômica, a sustentabilidade financeira e a responsabilidade fiscal.

Prorrogar a DRU, agora, é desorganizar orçamentariamente a administração federal, é reforçar a tese de que o Orçamento é uma peça de ficção, que existe para o deleite de especialistas, para enfeitar bibliotecas ou para gastar papel. A execução orçamentária tem sido lastimavelmente comprometida pela inoperância de ações administrativas que resultam em percentuais reduzidos de execução, como ocorre com o PAC.

Portanto, não há justificativa agora que possa estabelecer parâmetro de comparação entre o momento em que se originou a DRU e este momento em que estamos vivendo no Brasil, que é outro. Assim, é a consagração da incompetência administrativa. É a confissão de que há ausência de planejamento e busca de flexibilização do Orçamento, para que os gastos ocorram conforme deseja o eventual detentor do poder no País.

É hora de acabarmos com esses mecanismos que possibilitam desorganização orçamentária e, sobretudo, facilitam a incompetência de gerenciamento. Mas estamos dispostos a facilitar a votação da DRU desde que o Governo aceite votar a Emenda nº 29.

Por que o Governo não quer regulamentar a Emenda nº 29? O Governo Federal e, provavelmente, alguns governos estaduais não desejam isso.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Alvaro Dias, creio que V. Ex^a já teve ampla oportunidade de externar seu ponto de vista.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – E a solução para a saúde pública no País? A dramática situação da saúde pública no País continuará sendo ignorada pelo Governo?

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Alvaro Dias.

Senador Humberto, sei que V. Ex^a foi citado e teria direito ao uso da palavra, mas eu...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Invoco o art. 14 do Regimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu não citei o Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Citou, citou.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas, se ele quiser falar, não há problema.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Disse que ele não falou a verdade. Eu entendi assim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Ah, mas ele falou meu nome!

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Citou, sim.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu não citei o seu nome.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mas eu gostaria que houvesse certa agilidade. Vários Senadores estão esperando para se inscrever.

Senadora Ana Amélia, V. Ex^a vai pedir que seja inscrita para falar sobre o tema ou vai fazer uma comunicação inadiável?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vou fazer uma comunicação inadiável.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a, então, é a terceira inscrita.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr^a Presidente, eu não citei o Senador Humberto Costa.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a disse que ele estava mentindo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Portanto, vou recorrer ao art. 14.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Citou, citou.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Em todo caso, vou propor outra coisa. Se o Senador Humberto Costa pudesse ceder a vez ao Senador Pimentel, que queria se pronunciar sobre o mesmo tema, daríamos mais agilidade à sessão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sem problema.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sem problema?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Peço a palavra pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, o Senador Pimentel pode usar da palavra. Depois, a sessão continuará normalmente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, inicialmente, quero parabenizar V. Exª pela leitura da emenda constitucional que diz respeito à DRU na sessão deliberativa dessa data em que tínhamos 46 Senadores inscritos e cujas presenças foram registradas. Portanto, totalmente regimental e legal a leitura que V. Exª faz.

Da mesma forma, nós iniciamos ontem, na Comissão de Constituição e Justiça, a leitura e o recebimento da matéria para os trâmites normais. A oposição legitimamente argumentou que não havia ainda a publicação no diário oficial da Casa daquela matéria. Embora nós tenhamos uma lei federal que determine que vale a publicação dos atos, até do Poder Judiciário, para fins de notificação, para fins de intimação, para fins de conhecimento, nos meios eletrônicos deste País, achamos por bem aguardar sua publicação.

Adiamos a reunião de ontem para hoje. Nós a fizemos pela parte da manhã após a publicação e distribuição do *Diário do Senado Federal* sobre a matéria; em seguida, encerramos a reunião, marcamos uma segunda, observando o Regimento, observando as regras desta Casa para, duas horas após, às 12h38min, com quórum suficiente, iniciarmos a reunião. Fizemos o debate, fizemos a votação e tivemos número suficiente para aprová-la com margem significativa, vindo esta matéria ao plenário da Casa

É por isso que esta matéria vem ao plenário da Casa e que V. Exª, cumprindo o Regimento e cumprindo a Constituição, numa sessão deliberativa, dá encaminhamento.

Portanto, Srª Presidenta, a senhora, que é zelosa até com o tempo com os nossos pares, nesta matéria não seria diferente. Por isso as mulheres orgulham muito os cargos que preenchem, seja no Legislativo, no Executivo ou no Judiciário.

Parabéns pelo trabalho de V. Exª!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Pimentel.

Não havendo mais esclarecimentos sobre o tema, concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira como orador inscrito.

V. Exª tem a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, es-

tamos vivendo momentos de muita expectativa neste País, principalmente em função do que tem acontecido ultimamente, das ações que têm sido desenvolvidas pelo Governo da Presidenta Dilma no que diz respeito às ações sociais, aos projetos sociais e aos planos de Governo para atender os mais diversos segmentos da sociedade brasileira, principalmente os mais carentes. É exatamente a continuidade do governo do Presidente Lula, que se instalou neste País numa era diferente para os segmentos mais carentes da República.

Com a estabilização da moeda, com o controle da inflação, lógico que restavam aos governantes do meu País as ações que realmente pudessem trazer melhoria de vida para os mais diversos segmentos da sociedade brasileira, que, ao longo de muitos anos, ao longo de alguns séculos, viviam à margem do processo de desenvolvimento.

Srª Presidenta, Srs. Senadores, é preciso investir nas regiões mais pobres do País, mais especificamente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, esta um pouco melhor do que as duas outras, mas que ainda está muito aquém do ápice do desenvolvimento nacional naquilo que diz respeito às regiões Sul e Sudeste. A Região Nordeste, como todos nós temos consciência, abriga um maior contingente de pessoas carentes. Como é que podemos minimizar essas dificuldades?

É, exatamente, fazendo com que essas regiões possam receber investimentos capazes de gerar emprego, renda e melhoria de vida para a população.

O meu Estado, o Estado de Alagoas, ao longo de mais de dois anos, vem reivindicando, lutando, trabalhando no sentido de que se possa instalar, naquele Estado, um estaleiro, mais precisamente uma indústria que possa fazer navios, navios-sondas, sondas para exploração do petróleo após a descoberta do pré-sal, e a indústria naval passou a ter um desenvolvimento muito grande nesses últimos anos. Os investimentos têm sido maciços nesse segmento industrial brasileiro.

Nós estamos, Presidenta, exatamente lutando para que o estaleiro Eisa, de Alagoas, possa ser instalado no meu Estado. Para os projetos feitos, já apareceu investidor, mas a burocracia tem sido de tal monta que, até agora, não tivemos ainda uma definição da instalação do estaleiro Eisa no Estado de Alagoas.

É preciso que haja essa ação, e o Governo é exatamente o responsável para fazer com que essas regiões possam diminuir as desigualdades. A propósito disso, recentemente a Petrobras, que é a maior cliente ou a cliente número um nacional, tem desenvolvido um trabalho no sentido de incentivar, para que esses empreendimentos sejam instalados nas mais diversas regiões, como no Rio Grande do Sul, como no Rio de Janeiro e em mais alguns, como na Bahia, no Espírito

Santo. E agora nós estamos lutando para que Alagoas realmente possa ser um dos Estados brasileiros a receber esse empreendimento.

É um empreendimento que vai levar investimentos da ordem de R\$ 1,5 bilhão; é um empreendimento que vai gerar no momento da construção cerca de 10 mil empregos diretos; é um empreendimento que vai produzir quatro a oito unidades de navios-sondas e de navios-petroleiros, variando entre 40, 60 a 400 mil toneladas, para transporte de petróleo, gás, grãos, bauxita e minério de ferro, além de plataformas petrolíferas com capacidade para 170 mil toneladas. Com isso, estará apto a atender as demandas dos mercados nacionais e internacionais, Presidenta Marta.

Os investimentos necessários são da ordem, repito, de R\$ 1,5 bilhão, para que nós possamos, sem dúvida alguma, melhorar a vida, o panorama político e econômico do Estado de Alagoas e viabilizar, sem dúvida, a melhoria de vida dos segmentos mais carentes da sociedade do meu Estado.

No Estado de Alagoas, detentor, infelizmente, do menor IDH deste País, as dificuldades são enormes, e nós precisamos que o Governo da Presidenta Dilma intensifique uma ação mais agressiva no que diz respeito ao atendimento a essas regiões carentes do País.

Eu aqui, aproveitando a oportunidade, faço um apelo ao Governo da Presidenta Dilma, um apelo à Petrobras, um apelo a esse segmento público, para que possamos viabilizar a instalação do estaleiro de Alagoas.

Amanhã, dia 27, o Eisa, que é o estaleiro Mauá, do Rio de Janeiro, está entregando mais um navio à Petrobras, lançando-o ao mar, exatamente às 11h da manhã, com a presença da Senhora Presidenta da República Dilma Rousseff.

Neste instante, cabe considerar os inúmeros apelos que tanto nós, da Bancada de Alagoas, quanto o Governador Teotônio Vilela, que não tem medido esforços no sentido de viabilizar esse empreendimento, e que, paralelos a ele, outros empreendimentos serão, sem dúvida alguma, levados a Alagoas, porque o estaleiro não é apenas aquilo que é feito dentro daquela indústria de navios. Outras indústrias periféricas serão, sim, instaladas, assim como no Estado de São Paulo, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em outros Estados da Federação. Quando chega lá a implantação de uma indústria automobilística, em volta dela serão instaladas outras indústrias periféricas, que fornecerão os equipamentos e materiais necessários para que o automóvel possa ser montado.

É esse, nobre Presidenta Marta Suplicy, o apelo que faço, da tribuna do Senado Federal, nesta Casa que tem como fundamento principal a unidade federa-

tiva. Aqui, todos nós representamos um ente federado e deveremos nos unir para minimizar as dificuldades e as distâncias, Presidenta, que separam as regiões Norte, Nordeste e até Centro-Oeste...

(Interrupção do som.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. *Fora do microfone.*) – ... do Sul e do Sudeste. Minimizando essa dificuldade e esse distanciamento, nós poderemos, amanhã, ter um país, com a pujança que tem o Brasil, extraordinário, rico, muito rico – graças a Deus, nós somos –, mas com uma população ainda muito pobre. A maioria da população brasileira é de pobres, e nós só podemos diminuir essa distância exatamente fazendo com que as regiões subdesenvolvidas possam receber empreendimentos dessa monta e dessa natureza.

Por isso, apelo à Presidenta Dilma para que interceda junto à Petrobras, aos órgãos responsáveis e competentes para a instalação do estaleiro no meu Estado, meu querido Estado de Alagoas.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Benedito de Lira.

Com a palavra, o Senador Suplicy, para uma comunicação inadiável, como primeiro inscrito.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. *Fora do microfone.*) – Presidente Marta, e eu?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª é o segundo pela liderança. O primeiro foi o Senador Dornelles; agora, será o Senador Suplicy, intercalando; depois, teremos um Senador inscrito; depois, V. Exª, pela liderança.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta Marta Suplicy, a propósito da sessão de homenagem ao Dia da Consciência Negra, da Promoção da Igualdade Racial e da homenagem a Abdias do Nascimento, de iniciativa dos Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata e outros, recebi uma carta da Srª Mãe Silva de Oxalá, dirigida a todos os Senadores e Senadoras da República, que me pareceu oportuno ler, ainda mais por estamos na semana de Zumbi de Palmares e da Consciência Negra.

Diz a Mãe Sylvia de Oxalá:

Exm^{os} Srs. Senadores da República,
Exm^{as} Sr^{as} Senadoras da República,

Foi com muita honra e alegria que recebi de meu querido amigo Senador Eduardo Suplicy o convite para ir a Brasília neste mês da Consciência Negra, época propícia para comemarmos os avanços recentes em direção à eliminação das desigualdades raciais

em nosso País, e também para refletirmos sobre os desafios que ainda temos de enfrentar.

Infelizmente, minhas obrigações como lalorixá impediram-me de me ausentar de São Paulo, mas envio esta mensagem para fomentar o debate entre V. Ex^{as}.

No último período, temos razões para nos alegrar e para saudar o Governo Federal, que, abrindo espaços para o diálogo com os movimentos negros, soube tomar decisões importantes pela igualdade racial. A criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), com status de Ministério, garantiu que as ações voltadas para a população negra tivessem o apoio institucional necessário para serem implementadas de maneira sistemática e articulada. Somam-se a isso outras iniciativas voltadas para a população negra, como a criação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir), e do Programa Brasil Quilombola (PBQ). Ao final do Governo Lula também pudemos festejar a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, ainda que com restrições impostas pelo cenário político fragmentado.

Todas essas ações revelam que temos motivo para nos alegrar, pois finalmente, a pauta da igualdade racial encontrou no governo eco à altura de sua importância para o desenvolvimento do País.

Nesse início de Governo Dilma, vemos que o compromisso com a igualdade racial persiste, com o lançamento da campanha “Igualdade Racial é pra Valer”, entre outras ações, como a inclusão do 20 de novembro no calendário oficial como Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

Ainda assim, não faltam ao povo negro motivos para se indignar e lutar. Mesmo com tantos avanços, nosso País está longe de se ver livre da desigualdade baseada na cor da pele.

Aguardamos as análises e cruzamentos dos dados obtidos pelo Censo 2010, que já nos revelou que, pela primeira vez na história de nosso País, a população negra (pretos e pardos, segundo os critérios do IBGE), ultrapassou a população branca. Torcemos por uma melhora no quadro das desigualdades, mas sabemos que ainda não conseguimos reverter alguns quadros alarmantes. As taxas de homicídio são maiores entre os negros e atingem perspectivas de epidemia entre os jovens

negros. A renda do povo negro é mais baixa, enquanto a taxa de analfabetismo é mais alta.

Com base nos números, que nos mostram uma sociedade ainda racista, temos de cobrar efetividade das políticas e ações desenvolvidas pelo Governo. Exemplo importante é a Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo das escolas brasileiras. Infelizmente, o cumprimento da lei ainda não é regra, principalmente por falta de formação dos educadores a respeito do tema.

Como lalorixá, sacerdotisa do Candomblé e da Tradição Culto e Cultura dos Orixás, não poderia deixar de me dirigir a V. Ex^{as} para pedir que se empenhem no combate à intolerância religiosa em nosso País. O Brasil deve ser um exemplo para o mundo sobre como conviver com a diversidade de religiões, sem ódio, sem violência. Nossa Constituição Federal traça o rumo que devemos seguir – um Estado Laico e uma sociedade livre para o exercício e a expressão religiosa.

No entanto, me entristeço ao ter notícias dos ataques que minha religião, o Candomblé, e outras religiões de matrizes africanas vêm sofrendo nos últimos tempos. A revista IstoÉ publicou uma ampla reportagem em sua edição de 04 de novembro, dando conta de inúmeros casos de intolerância contra as religiões de matriz afro-brasileira. Intolerância que expressa em violência física e moral.

Em São Paulo, não são raros os casos de terreiros e de adeptos da religião agredidos. Um jovem filho-de-santo meu, ainda no ensino básico, foi fisicamente atacado por uma colega de classe, que lhe perfurou o olho com uma caneta ao saber que ele professava o Candomblé como religião.

Esse tipo de violência só tende a aumentar, quando o Estado se omite ou, pior, quando órgãos oficiais do Estado lhe dão força. É o que acontece na Assembleia Legislativa de São Paulo, que debate o Projeto de Lei nº 992, de 2011, de autoria do Deputado Feliciano Filho (PV), que visa proibir o uso...

(Interrupção do som.)

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou concluir, Sr^a Presidente.

(...) que visa proibir “o uso e o sacrifício de animais em práticas de rituais religiosos no Estado”. Os movimentos negros de São Paulo e do Brasil têm se manifestado contra essa proposição, porque ataca a liberdade religiosa com base em preconceitos contra as religiões afro-brasileiras.

O Candomblé sobreviveu devido à resistência e força de nossos antepassados escravizados, atacados em sua dignidade, cultura e história. Também foi com resistência e altivez que nossa religião sobreviveu aos anos de repressão já no período republicano. E, com o Candomblé, resistiram a cultura e a história do povo negro no Brasil.

É assim que o Candomblé deve ser encarado: como religião, cultura, história. Uma sociedade livre de preconceitos é uma sociedade que respeita as diferenças, que sabe conviver com a diversidade. Nós, povo de Orixá, sabemos conviver com a diferença, respeitamos as outras religiões e esperamos delas...

(Interrupção do som.)

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para concluir, Senador, por favor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...uma atitude recíproca.

Um abraço a todos e todas! Que Oxalá os abençoe e proteja,

Mãe Sylvia de Oxalá lalorixá do Axé Ilê Obá
Muito obrigado, Srª Presidente.

Aqui, quero externar a minha solidariedade aos propósitos de haver respeito às pessoas de todas as raças e de todas as religiões e ao credo de cada um.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Suplicy.

Eu quero registrar aqui uma notícia que chegou da Câmara, que, pela indignidade do pronunciamento e pelo absurdo, eu gostaria de deixar aqui... Eu não sei nem o que dizer de tão absurdo que é isto. É um discurso do Deputado Jair Bolsonaro, que, da tribuna da Câmara, nesta quinta-feira, além de repetir as tradicionais críticas às políticas pró-homossexuais do Governo, deu um passo além, desta vez: questionou a sexualidade da Presidenta da República, dizendo: “Dilma Rousseff, pare de mentir! Se gosta de homossexual, assumo! Se o seu negócio é amor com homossexual, assumo, mas não deixe que essa covardia entre nas escolas do primeiro grau!”.

O Deputado Alfredo Sirkis, do PV do Rio de Janeiro, discursou em seguida, reprovando a postura de Bolsonaro:

O que nós ouvimos aqui hoje foi um discurso que, se entendi direito, faltou com o decoro parlamentar ao fazer insinuações a respeito da própria Presidente da República, quando acho que a opção sexual de qualquer ser humano, Deputado, é uma questão de foro íntimo desse mesmo ser.

Como mulher, como cidadã, como mãe, como Senadora, como Vice-Presidente desta Casa, nós pedimos ao Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, que tome enérgicas providências e limites, porque está um freio de arrumação – sinto muito –, até onde a falta de decoro parlamentar desse Deputado, que tem ofendido pessoas, cidadãos comuns e, agora, até a própria Presidenta da República. E não é que tenha ofendido por tê-la chamado de homossexual, mas por estar falando algo que é de foro íntimo de uma pessoa, seja Presidente da República ou quem quer que seja. Ele tem ofendido várias pessoas reiteradas vezes.

E o sentido que deu a essa fala, pela Presidenta da República ser uma pessoa que tem se posicionado nessa luta pela conquista de direitos dos homossexuais, está indo muito além da conta. Uma coisa é você se posicionar, se colocar, outra coisa é ir além do que é o respeito a qualquer cidadão e, principalmente, a uma mulher que hoje ocupa a Presidência da República.

V. Exª quer falar, Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. *Fora do microfone.*) – Não quero comentar porque é uma fala da presidência.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª pode se pronunciar como Líder.

Desculpe. É o Senador Eduardo Suplicy antes...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu já falei.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Exatamente por isso levantei...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então é o Senador Anibal Diniz. Espere um pouco. O Senador Suplicy falou como comunicação inadiável. Agora tem que ser um orador inscrito, que é o Senador Anibal Diniz. Depois, fala um pela liderança, que é o Senador Mozarildo Cavalcanti. Pensei que V. Exª queria comentar o que eu tinha acabado de falar. Senador Anibal Diniz, com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Só queria manifestar a minha concordância com as observações de V. Exª, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – E era sobre isso que eu queria protestar, porque assim fica-se falando na tribuna, aqui – não estou entrando no mérito da sua fala e nem no da fala dele –, mas toda vez que se pede pela ordem para uma coisa que não tem nada a ver com a ordem, apenas para se prestar solidariedade, isso prejudica quem está devidamente inscrito.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta Marta Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, primeiramente, quero manifestar total solidariedade ao seu pronunciamento, Srª Presidenta, porque é inadmissível essa postura completamente afrontante ao decoro parlamentar que esse Deputado tem tido repetidas vezes, agora tentando atingir também a Presidenta Dilma. Vive agredindo o povo brasileiro e agora agride diretamente a Senhora Presidenta. Então, quero aqui manifestar minha solidariedade ao seu posicionamento no sentido de exigir, sim, que o Presidente da Câmara, Marcos Maia, juntamente com os demais Deputados, tome a providência devida para fazer com que ele responda por esses excessos que costumeiramente tem cometido.

Começo meu pronunciamento fazendo um alerta sobre a situação que a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre está enfrentando com relação ao número sempre crescente de haitianos que têm entrado no Acre pelos Municípios de Brasileia e Assis Brasil. Já foram atendidos pelo menos 700 haitianos que passaram pelo Acre desde o início do ano, e neste momento encontram-se em Brasileia 500 haitianos. Eles são trazidos por coiotes que usam as facilidades de fronteira e que cobram por isso. Os haitianos que chegam têm, digamos, condições mínimas. Eles pagam em dólar. Os preços variam de US\$1,2 mil a US\$1,5 mil para conseguirem transporte do Haiti até o Brasil, via Acre.

As autoridades nacionais ainda não tomaram providências. Então, o que está acontecendo? Por uma questão humanitária, o Governo do Acre tem mantido essas pessoas, tem assegurado sua alimentação e sua hospedagem, mas prevê que chegará um momento em que não terá mais condições de fazer isso e, aí, as autoridades do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Justiça precisarão tomar providências, definir como é que o Governo vai proceder.

Se as facilidades para a entrada vão permanecer, então o Governo Federal precisa entrar no sentido de ajudar no custeio dessas despesas. Se porventura for necessário adotar alguma medida restritiva, será preciso fazer contato com o Peru principalmente, por onde passam esses haitianos, no sentido de coibir a sua entrada, o que pode resultar num problema de grandes proporções.

Neste momento, por exemplo, há uma pousada com capacidade para receber oitenta pessoas, cem, no máximo, e está recebendo quinhentos haitianos, ou seja, as condições são sub-humanas, e isso pode resultar em consequências imprevisíveis.

Nesse sentido, vamos nos reunir com as autoridades diplomáticas para buscarmos uma saída. É preciso que o setor do Ministério das Relações Exteriores que trata desse tipo de assunto tenha uma posição no sentido de externar qual a atitude do Governo Federal em relação a essa situação, porque o Governo do Acre não tem possibilidade de bancar esse custeio sozinho.

Srª Presidente, gostaria de informar que, depois de termos participado de audiências públicas na Comissão de Educação e Esportes e depois de termos ouvido muitos pronunciamentos aqui a respeito do Enem, trago aqui, hoje, a informação de que apresentei, na última terça-feira, projeto de lei com o objetivo de alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Minha proposta pretende determinar a obrigatoriedade da realização do Exame Nacional de Ensino Médio – Enem, pelos concludentes do ensino médio.

Por que essa obrigatoriedade? Porque tem sido denunciado, com muita frequência, que as escolas participam do Enem apenas com os seus melhores. E isso maquia o resultado do Exame Nacional.

Então, uma forma que teríamos de fazer com que não houvesse mais essa possibilidade é tornar o exame obrigatório para todos os concludentes do ensino médio, de tal maneira que cada escola vai se mostrar exatamente como é na sua média, com os melhores e também com os alunos que não estão tão preparados.

O Exame Nacional de Cursos, o Enem, surgiu em 1998, com apenas 157 mil alunos inscritos e 115 mil alunos participantes. Em 2001, já contava com 1,6 milhão de inscritos e com 1,2 milhão de participantes.

Um grande impulso ao Exame ocorreu em 2004, com a criação do Programa Universidade para Todos – ProUni, que vinculou a concessão de bolsas a instituições de ensino privadas à nota obtida no Enem.

No ano seguinte, o exame alcançava a marca de 3 milhões de inscritos e de 2,2 milhões de participantes. Em 2010, 56% dos concludentes do ensino médio

participaram do Enem. Em 2011, o exame contou com mais de 6,2 milhões de inscritos.

Em 2009, o Ministério da Educação apresentou uma proposta de reformulação do Enem e de sua utilização como forma de seleção unificada nos processos de admissão para as universidades federais.

A partir de então, as universidades puderam utilizar os resultados do Enem de quatro formas: como fase única; com o sistema de seleção unificada, informatizado e *on-line* – Sistema de Seleção Unificada, Sisu –; como fase do processo de seleção; como pontuação no âmbito do processo seletivo; e, por último, como fase única para as vagas remanescentes do vestibular.

Para o Enem de 2011, o Sisu tem a adesão integral de 48 instituições de ensino públicas. No total, 167 estabelecimentos públicos decidiram considerar, de alguma forma, as notas do exame. Algumas centenas de instituições privadas tomaram o mesmo caminho.

Além de constituir forma de acesso à educação superior, o Enem é usado como certificação de conclusão do ensino médio em cursos de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Desde 2010, suas notas passaram a ser consideradas para a obtenção de crédito pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies. O exame serve, ainda, para avaliar a qualidade geral do ensino médio, orientando as políticas educacionais.

Ademais, o Enem, por meio de abordagem transdisciplinar e voltada mais para o raciocínio do aluno do que a memorização, tem o objetivo de modificar os currículos do ensino médio.

Nesse aspecto, apenas aos poucos altera-se o procedimento das universidades, particularmente as públicas, de exigir do egresso do ensino médio, nos exames vestibulares, excessiva gama de informações, responsável por uma sobrecarga curricular nesse nível de ensino.

Já para o acesso à educação superior, a obrigatoriedade do exame encontra-se ancorada na adesão das instituições de ensino, particularmente das mais prestigiadas.

Como indicado anteriormente, tem havido muito avanço nesse aspecto. As universidades são atraídas pelo Enem em virtude de suas qualidades pedagógicas e do próprio apelo do MEC.

O fato de muitas escolas estarem selecionando seus melhores alunos para fazer o Enem, com vista a obter boa avaliação institucional, produz informações publicitárias enganosas sobre os resultados do exame.

O MEC acertou, na divulgação dos resultados do Enem de 2010 por escola, em adotar categorias de participação no exame: de 75% a 100% (17,8% das escolas); de 50% a 74% (20,9% das escolas que par-

ticiparam); de 25% a 49% (33% das escolas); e de 2% a 24% (27,4% das escolas). Contudo, essa situação pode deixar de existir se o exame se tornar obrigatório para todos os alunos egressos do ensino médio.

O Enem, por suas qualidades pedagógicas e por constituir uma política de Estado, merece ser valorizado como instrumento de avaliação do ensino, de indução de mudanças curriculares e de seleção de candidatos aos cursos de educação superior.

Assim, participar do exame deve constituir um percurso necessário dos alunos ao se tornar um componente curricular obrigatório do ensino médio, como determina o presente projeto.

Por esses motivos, peço o apoio das Srs e dos Srs. Senadores para a transformação desse projeto em lei, o que vai respaldar muito mais o processo de acesso dos alunos da escola pública ao ensino superior público e gratuito.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Anibal Diniz.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, pela liderança do PTB.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy; Srs e Sras. Senadoras, Srs. Senadores, quero, hoje, fazer um registro que para mim é de grande felicidade. Quero registrar aqui um trabalho feito pelo *Congresso em Foco*. É um *site*, e já há também uma revista publicada. Foi feita uma matéria com 267 jornalistas que cobrem o Congresso, portanto, uma escolha feita entre os Parlamentares de acordo com sua atuação. A matéria publicada na revista diz: “Os Melhores Parlamentares de 2011. Conheça os 47 contemplados com o Prêmio Congresso em Foco 2011” Eles foram pré-selecionados por 267 jornalistas que cobrem o Congresso em eleição acompanhada pelo Sindicato dos Jornalistas de Brasília e, depois, submetidos à votação na Internet, juntamente com diversos Senadores, como a Senadora Ana Amélia, os Senadores Cristovam Buarque, Demóstenes Torres, Eduardo Suplicy, Jarbas Vasconcelos, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Pedro Simon, Pedro Taques, Raulo Rodrigues, Rodrigo Rollemberg, Aloysio Nunes, Humberto Costa e Wellington Dias.

Eu tive também a honra de ser incluído entre esses Parlamentares e fico muito feliz, principalmente por ser um Senador de um Estado pequeno como o meu, do Norte, como é o Estado de Roraima, e por conseguir ser bem avaliado por pessoas de categoria, como são os jornalistas que cobrem o Congresso Nacional; portanto, que são verdadeiros especialistas, e submetido, depois, a voto na Internet. Pelo que ouvi das

regras, não era uma enquete em que qualquer pessoa podia votar, não. Tinha que colocar o seu *e-mail*, votar e, se tentasse votar de novo, o voto não seria aceito.

Portanto, é algo sério e que muito me honra. Eu, evidentemente, fico feliz de fazer este registro, porque, realmente, para quem trabalha, buscando de fato trabalhar com seriedade, de maneira ética, sem estar envolvido com qualquer tipo de ação que não está amparada pela lei, é uma satisfação poder contar com esse prêmio.

Peço, Senadora Ana Amélia, que assume a Presidência agora, a transcrição dessa matéria, das páginas que se referem a esse prêmio.

Mas também quero aproveitar para registrar outro fato, depois de uma notícia alegre, porém baseado em uma coisa muito triste, que é o novo julgamento do Governador do meu Estado, que começou na terça-feira, cuja ação, aliás, foi movida pelo Ministério Público. Foi levada a julgamento, e os advogados do Governador levantaram uma penca de preliminares para anular o processo. Todas as preliminares foram rejeitadas, e o voto do relator foi pela condenação, pela cassação. É o segundo processo em que o Governador está sendo, portanto, cassado, por abuso do poder econômico, com gastos ilícitos com a aquisição de camisetas, gastos irregulares com pessoal, movimentação financeira ilícita, isto é, caixa dois, dinheiro sujo na campanha.

E a conclusão do Relator foi a seguinte:

Diante da movimentação financeira muito acima do razoável e sem obedecer às formalidades legais, julgo procedente o pedido para cassar os diplomas do Governador José de Anchieta Junior e do Vice-Governador Francisco de Assis Rodrigues, determinando que sejam diplomados nos seus cargos os segundo colocados no pleito; após o julgamento de eventuais embargos de declaração, conforme precedente do TSE.

Na verdade, é porque já existe outra ação, que vai ser julgada na próxima terça-feira, dia 29, no TSE, em que o Governador foi condenado no TRE, em fevereiro deste ano, um mês após ele ter sido diplomado.

Então, é uma penca de ações que se estão arastando porque a legislação permite toda a série de

manobras para que aquele que é acusado se defenda, e o Governador nada mais está fazendo do que usar de todos os mecanismos para se defender, pagando advogados caros – e muitos advogados – e pior: espalhando no Estado de Roraima, que é um Estado pequenino, com pouca gente, que está tudo sob controle, tanto no TRE quanto no TSE. “Sob controle” deixa margem para muitas interpretações.

Eu tenho repetido, porque tenho reiteradas denúncias contra ele, que não acredito nessas alevisias que ele espalha porque a Justiça tem demonstrado, tanto o TRE do meu Estado, que já por duas vezes o condenou na primeira ação, quanto o Ministério Público Eleitoral do Estado... O Eleitoral do TSE pediu a manutenção da sua cassação. No dia 23, o Ministro Versiani levará o seu voto, e os demais Ministros poderão votar.

Confio plenamente que o bom Direito está do nosso lado, e que ele, portanto, será cassado.

E já está a caminho uma segunda, mas há mais uma meia dúzia. Eu não posso acreditar que a legislação possa continuar permitindo – e aí por que vou apresentar uma modificação nessa legislação – que alguém que saiba de antemão que vai perder uma eleição a corrompa, pratique a corrupção porque depois ele consegue se manter no poder, fazendo sucessivas manobras de empurrar com a barriga. Ele deveria ter sido afastado do cargo, assumido o Presidente do Tribunal de Justiça, e ele se defenderia, podendo, sendo absolvido, voltar ao cargo, como acontece com qualquer servidor público contra quem se abra uma sindicância.

Mas vou encerrar, para não abusar do tempo, Senadora Ana Amélia, pedindo a transcrição dessas duas matérias: a referente à premiação do Congresso em Foco e também o voto do relator na segunda ação que está sendo julgada no Tribunal Regional Eleitoral, cassando o Governador de Roraima, que, portanto, já tem dois votos por sua cassação e foi pedido vista. Portanto, na próxima sessão, deverá dar prosseguimento e, com certeza, por mais uma cassação do Governador.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA
REPRESENTAÇÃO N.º 2741-19.2010.6.23.0000

ao da diplomação, ou seja, 20.12.2006, encerrando-se em 03.01.2007, prorrogando-se, todavia, em razão de não ter havido expediente normal do Tribunal Regional até o dia 06.01.2008, para o primeiro dia útil após o recesso, ou seja, 08.01.2007 (...)" (TSE, AgRgRO n.º 1.438/MT, DJe 31.08.2009, Rel. Min. Joaquim Barbosa).

Como se vê, conforme pacífica jurisprudência do TSE, o período de recesso forense não pode ser considerado dia útil, ainda que haja funcionamento do cartório eleitoral em regime de plantão, pois *"à parte é conferida a faculdade de utilizar ou não a prorrogação do prazo para o primeiro dia útil subsequente, quando o lapso temporal se expirar no curso do recesso forense"* (TSE, AgR-REspe n.º 35.856, Rel. Min. Marcelo Ribeiro, j. 6.05.2010).

Por fim, a Portaria n.º 263, de 13 de dezembro de 2010, que disciplinou o funcionamento desta Corte durante o recesso 2010/2011, estabeleceu que o Tribunal, no período de 20.12.2010 a 06.01.2011, funcionaria em plantão (art. 1.º) e textualmente determinou, em seu art. 4.º, par. único, que: *"O término do prazo para interposição (...) da ação de impugnação de mandato eletivo (quinze dias a contar da diplomação) que recaia no período previsto no artigo 1.º [recesso], ficará prorrogado para o primeiro dia útil após o recesso"*.

Assim sendo, afasto a decadência.

3. MÉRITO

3.1. Abuso do poder econômico (gastos ilícitos com aquisição de 45 mil camisetas)

Segundo a inicial, o Comitê Financeiro Único do PSDB de Roraima adquiriu 45.000 camisas amarelas, no valor de R\$ 247.500,00 – conforme consta em sua Prestação de Contas Eleitorais (Proc. n.º 2300-38.2010.6.23.0000) – com o escopo de distribuí-las a pessoas vinculadas à campanha eleitoral dos representados, o que é vedado pelo § 6.º do art. 39 da Lei 9.504/97 e pelo inc. I, do art. 22, da Resolução TSE 23.217/2010.

A defesa, por seu turno, sustenta que “a aquisição dessas camisas por parte do Comitê Financeiro Único do PSBD não pode ser imputada como gastos ilícitos praticado pelo Representado [José de Anchieta Júnior], eis que a responsabilidade por tal ato é única e exclusiva da agremiação partidária, e não da campanha majoritária para Governador do Estado” (fl. 516).

Prossegue assinalando que das 45.000 camisas, 19.900 foram apreendidas na própria transportadora, ou seja, apenas 25.100 camisas foram distribuídas para os mais de 5.000 cabos eleitorais e figurantes que trabalharam em torno de 80 dias na campanha do representado. Aduz que é óbvio que cada um recebeu mais de uma camisa, “posto que não seria lógico pensar que cada prestador de serviço iria trabalhar durante o período indicado com uma só camisa, além do mais fabricada em malha popular, de pouca durabilidade” (fl. 517).

Conclui afirmando que as camisas, todas apenas com a cor amarela, se destinavam à organização da campanha e não ostentavam qualquer símbolo, slogan ou sinal de identificação relacionada ao candidato ou às eleições.

Observe que os representados, ainda que não tenham sido responsáveis pela confecção e distribuição das camisas, foram beneficiados pelo fato. As testemunhas de defesa, inclusive a coordenadora da campanha, afirmaram que as camisas eram distribuídas para seus colaboradores (fls. 655, 663 e 666).

A questão discutida nestes autos é a potencialidade dessas 45.000 camisas beneficiarem os representados, mediante mau uso de recursos patrimoniais que, exorbitando os limites legais, desequilibrassem o pleito, ou seja, que as camisas tenham sido confeccionadas como instrumento de propaganda para influenciar a lisura do processo eleitoral.

O art. 39, § 6.º, da Lei 9.504/97 dispõe expressamente que é vedada na campanha eleitoral a confecção de camisetas. A exceção aberta pela jurisprudência refere-se àquelas destinadas aos colaboradores de campanha.

O tema que se levanta é justamente esse: qual o número de colaboradores de campanha?

Maria Angélica Fortunato Barreiros, primeira testemunha de defesa, que coordenou o Comitê Operacional da campanha dos representados (fl. 654) disse que, em todo o Estado, trabalharam para eles entre 2.500 a 3.000 pessoas e que “tão logo os colaboradores começavam a trabalhar na campanha recebiam 2 ou 3 camisas amarelas, para que fossem facilmente identificados” e que as camisas não tinham conotação eleitoral (fl. 655).

Maria Níria Mota Bezerra, testemunha de defesa, declarou que trabalhou no escritório de campanha dos representados (fl. 662) e que “as camisas amarelas eram utilizadas apenas pelos contratados, para identificação” (fl. 663). Afirmou que cada colaborador “normalmente recebia duas ou três camisas” (fl. 663) e que “no final do primeiro turno não houve aumento no número de colaboradores” (fl. 664). Não soube explicar porque a maior aquisição de camisas se deu no término do primeiro turno (fl. 664).

Isaias Barros Gomes, testemunha de defesa e único contador da campanha dos representados, disse que: “na campanha trabalharam no primeiro mês em torno de 1.800 pessoas, no segundo mês na faixa de 2.000 pessoas, no segundo turno também em torno de 2.000 mil pessoas” (fls. 665/666).

Destacou que as 45.000 camisas foram compradas para colaboradores de campanha no final de agosto/2010, mas somente chegaram em setembro/2010, pois “a empresa fornecedora não poderia atender [o pedido] de imediato em razão da demanda” (fl. 666).

A testemunha de defesa Mirlândia Almeida Dias, chefe de equipe de bairro da campanha dos representados, disse em seu depoimento que as pessoas que trabalhavam em sua equipe usavam camisa amarela para identificação (fl. 670).

Por sua vez, a testemunha dos representados Creuza Angélica, que colaborou na campanha dos réus em bandeiradas e carreatas, afirmou que “não recebeu nenhuma camiseta amarela” (fl. 660).

Desses depoimentos, dados pela cúpula da campanha dos representados (coordenador de Comitê Estadual e contador), extrai-se que trabalharam nas eleições de 2010, para os réus, em torno de 2.000 a 2.500 pessoas. Supondo que cada colaborador tenha recebido três camisas – quantidade máxima afirmada pelas testemunhas de defesa – chegaremos a um número entre 6.000 e 7.500 camisas necessárias para uniformizar todos os colaboradores de campanha. Consequentemente há um excesso, sem explicação, de 39.000 camisas, ou, na melhor das hipóteses 37.500 camisetas.

Mesmo acreditando, em um juízo hipotético, como verdadeiro o número de 5.000 cabos eleitorais mencionados na peça de defesa (fl. 517), ou os 7.000 contratados da prestação de contas (fl. 556) ainda assim a conta não fecharia, restariam

sem explicação, respectivamente, 30.000 ou 24.000 camisas, isso corresponde a 11% ou 8,82% do eleitorado estadual (271.890 eleitores). Se trabalharmos com a declaração do contador da campanha dos representados, esse percentual se eleva para 14,34% do eleitorado de Roraima.

Para se ter uma ideia do que isso representa (segundo os parâmetros fornecidos pelo contador da campanha dos representados), seria como se um candidato para governo em São Paulo – cujo eleitorado é de 28.037.734 eleitores – confeccionasse 4.640.244 camisas e desse total mais de 4.000.000 não apresentassem vinculação a colaboradores de campanha.

Em outras palavras, das 45.000 camisetas confeccionadas, apenas 6.000 têm vinculação com a campanha, ou seja, quase 87% não se destinavam a cabos eleitorais. Se considerarmos a defesa apresentada, esse número fica em 65%. Como se vê, elevadíssimo, qualquer que seja o parâmetro adotado.

Não há dúvida que em um Estado pequeno, o menor da federação em população, a uniformização de 14% do eleitorado causa grande impacto entre os demais eleitores, com evidente potencial para influenciar os indecisos, devido à capacidade de neles incutir a “sensação de vitória do candidato”. Esse panorama, além de influir na vontade do eleitorado, viola a igualdade de condições de participação entre os candidatos.

E, como é cediço, a doutrina e a jurisprudência eleitorais convergem no sentido de que a potencialidade lesiva da conduta, necessária para a configuração do abuso de poder, deve ser aferida de forma abstrata, bastando que a prática seja capaz de, em tese, proporcionar dividendos políticos que deixem os candidatos em situação de desigualdade.

O jurista José Jairo Gomes ensina que não é necessário provar que o abuso influenciou os eleitores, a ponto de levá-los a votar efetivamente no candidato beneficiado, bastando, assim, a simples ocorrência da possibilidade de influência no resultado do pleito (Direito Eleitoral, Ed. Del Rey, p. 230).

Vale dizer, “o nexo de causalidade quanto à influência das condutas no pleito eleitoral é tão somente indiciário, sendo desnecessário demonstrar, de plano, que os atos praticados foram determinantes ao resultado da competição; basta ressaltar, dos autos, a probabilidade de que os fatos se revestiram de desproporcionalidade de meios” (TSE, RESPE 28.387, Rel. Min. Carlos Britto, DJ 04.02.08, p. 8).

Os seguintes julgados bem definem a questão:

“Não é necessária a comprovação do nexo causal entre as condutas ilícitas e o resultado das eleições para ensejar a cassação do mandato eletivo. Precedentes” (TSE, ERESPE 28.534, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJE 06.08.09, p. 86).

“O abuso de poder econômico concretiza-se com o mau uso de recurso patrimoniais, exorbitando os limites legais, de modo a desequilibrar o pleito em favor dos candidatos beneficiados” (TSE, RO 1445, Rel. Min. Marcelo Ribeiro, DJE 11.09.09, p. 41).

Referindo-se especificadamente à confecção das 45.000 camisas, salientou o Ministério Público (fl. 692):

“(…) há que se notar que, além de ferir de morte o preceito do art. 39 § 6.º da Lei 9.504/97, que veda expressamente a utilização e distribuição de camisetas, brindes ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor, os Representados incidiram também em evidente abuso do poder econômico, dado ao expressivo volume de camisas adquiridas, o que atingiria quase 20% (vinte por cento) do eleitorado de Roraima, embora tal abuso não necessite ser demonstrado para ensejar a procedência da presente representação.”

Razão assiste à Procuradoria Eleitoral. Havia uma clara intenção de transmitir a sensação de apoio eleitoral em massa aos representados. Tal conduta deixa indubitado e absolutamente certo que adquiriram as 45.000 camisetas amarelas, com o fito de distribuí-las às pessoas para as usarem no dia do pleito.

A quantidade de pessoas que utilizariam estas camisetas amarelas representa aproximadamente 20% dos eleitores do Estado. Este fato ganha ainda mais realce e relevância quando se observa que a eleição foi decidida por uma diferença ínfima de 0,82% dos votos válidos.

Esses números traduzem visual potencial de desigualdade, e, nesses casos, evidencia-se também a premente necessidade de não se permitir a convalidação da eleição de quem, por si ou por interpostas pessoas, abusa do poder econômico para atentar contra a liberdade do voto e a soberania do sufrágio.

É claro, portanto, que houve gasto ilícito com a aquisição e distribuição de camisetas aos eleitores. Assim, exsurge tranquila convicção de que, além da evidência da ocorrência dos fatos – e da responsabilidade dos representados sobre eles –, a sua potencialidade para influenciar na vontade do eleitor e desequilibrar a disputa é indiscutível.

3.2. Gasto irregular com pessoal

Sustenta a inicial que o 1.º representado, José de Anchieta Júnior, efetuou despesas com pessoal no valor total de R\$ 5.521.455,00, sacados de sua conta de campanha por meio de 24 cheques, utilizando “folha de pagamento” e apresentando como comprovantes apenas listas de supostos beneficiários.

Entende o Ministério Público que a despesa com pessoal, como qualquer outra, deve ser paga por meio de cheque nominal ou transferência bancária à conta pessoal do contratado, conforme preceitua o art. 21, § 1.º da Resolução TSE n.º 23.217, *in verbis*:

Art. 21. São gastos eleitorais sujeitos a registro e aos limites fixados (Lei n.º 9.504/97, art. 26):

(...)

VII – remuneração ou gratificação de qualquer espécie paga a quem preste serviço às candidaturas ou aos comitês eleitorais.

(...)

§ 1.º Os gastos eleitorais de natureza financeira só poderão ser efetuados por meio de cheque nominal ou transferência bancária.

Destaca que o objetivo da aludida norma é aferir a aplicação dos recursos de campanha. Entretanto, como o 1.º representado sacou em espécie mais de 50% dos recursos arrecadados para supostamente pagar colaboradores de campanha, tornou-se inócua a fiscalização da prestação de contas.

A defesa argumentou que a movimentação financeira foi lícita eis que:

(1) não havia disponibilidade de folhas de cheques na agência do Banco do Brasil, onde o 1.º representado mantinha sua conta de campanha, conforme informado pelo próprio banco à fl. 653;

(2) ainda que se dispusessem das folhas de cheques, os bancos não teriam logística para atender aos saques dos cheques emitidos, inviabilizando a própria prestação de contas;

(3) o TRE/RR, por seu Presidente, autorizou publicamente saques com o escopo de se efetivar pagamento de pessoal em pecúnia, sendo certo que quase todos os candidatos assim procederam;

(4) o TSE já decidiu que o saque em espécie para pagamento de despesas se constitui em mera irregularidade formal (TSE, AgR-RMS n.º 737, Acórdão 27.04.2010);

(5) não se comprometeu a fiscalização, porque o destino do dinheiro pode ser verificado pela Justiça Eleitoral, haja vista que os pagamentos ocorreram com a ulterior emissão de quitação da despesa realizada.

Conclui afirmando que as irregularidades apontadas pelo Ministério Público na confecção de recibos é justificável, ante o número de pessoas contratadas e a diversidade de capacidade laboral dos colaboradores. Sustenta que essas falhas não comprometeram a regularidade das contas.

O 2.º representado, Francisco de Assis Rodrigues, disse que, quando do registro da candidatura dos representados, foi declarado à Justiça Eleitoral que o valor máximo previsto para gasto seria de R\$ 20.000.000,00 e que efetivamente gastaram menos da metade do valor autorizado, a saber: R\$ 9.786.000,00, ou seja, 48,93%.

Aduz que todos os recursos da campanha foram provenientes de conta bancária específica e que as despesas foram de origem lícita e não vedada.

Transcreve entrevista do então Presidente desta Corte, Des. Ricardo Oliveira, ao Jornal Folha de Boa Vista, segundo o qual: “não seria factível se emitir cheques de ordem bancária para um grande número de pessoas. Por isso, o controle interno do TSE faz essa orientação, que se pode fazer o pagamento do pessoal de campanha em dinheiro, mas desde que se tomem todos os cuidados” (fl. 769).

Conclui a defesa afirmando que nenhuma agência bancária de Roraima dispõe de folhas de cheques ou de estrutura para efetuar o pagamento de todos os colaboradores de campanha dos representados.

Como se vê, o cerne da questão consiste em saber se os gastos eleitorais de natureza financeira com pessoal (pagamento de cabos eleitorais) podem ser efetuados em espécie, por meio de folha de pagamento. E se isso é suficiente para comprovar gasto ilícito de campanha.

A coordenadora de campanha dos representados, Maria Angélica Fortunato Barreiros, em seu depoimento, afirmou que: “não foi efetuado nenhum pagamento em cheque para os colaboradores de campanha, porque são pessoas humildes e muitos nem tem conta bancária (...) além disso, a estrutura bancária do Estado é muito pequena e inviabilizaria os pagamentos” (fls. 655).

Nessa linha, declarou o contador da campanha, Isaias Barros Gomes: “Que o pagamento mediante cheque era inviabilizado pela quantidade de pessoas; que muitos não tinham conta bancária” (fl. 666) disse ainda que: “verificou-se informalmente junto ao banco [do Brasil] que era inviável o pagamento de colaboradores de campanha por meio de cheque ou cartão” (fl. 667).

Esta Corte já enfrentou o tema. Confira-se:

“O pagamento de despesas em dinheiro vivo, bem como seu montante, não tem, por si só, o condão de respaldar a aplicação do art. 30-A da Lei n.º 9.504/97, pois a ideia de ilicitude reside na comprovação de efetiva malversação de recursos eleitorais.

Proporcionalidade dos fatos (relevância jurídica) deve ser comprovada. Precedentes do TSE” (Representação n.º 2746-41, Rel. Juiz Stelio Denet, j. 16.08.2011).

Ocorre que esse precedente não se aplica ao presente caso, pois há prova que o dinheiro sacado não se destinou exclusivamente ao pagamento de pessoal. Com efeito, o contador de campanha dos representados, ouvido como testemunha de defesa, declarou que “na campanha trabalharam no primeiro mês em torno de 1.800 pessoas, no segundo mês na faixa de 2.000 pessoas” e “no segundo turno também em torno de 2.000 pessoas” (fls. 665/666). Disse ainda que os pagamentos eram mensais e que a média era de R\$ 100,00 ou R\$ 150,00, porém alguns receberam R\$ 300,00 (fl. 666).

Ora, simples cálculos aritméticos, utilizando para todos o valor máximo pago mensalmente (R\$ 300,00) revelam que a despesa de pessoal durante a campanha foi de R\$ 540.000,00 (R\$ 300,00 X 1.800) no primeiro mês, R\$ 600.000,00 (R\$ 300,00 X 2.000) no segundo mês e mais R\$ 600.000,00 no segundo turno. Ou seja, no total R\$ 1.740.000,00, bem diferente dos R\$ 5.521.455,00 declarados como despesa de pessoal. Se considerarmos que apenas alguns recebiam os R\$ 300,00, como declarou o contador dos representados em seu depoimento, esse valor cai ainda mais, para R\$ 870.000,00 se o valor mensal for de R\$ 150,00 ou R\$ 580.000,00 para R\$ 100,00. Como se vê, a importância efetivamente gasta se revela fração daquela que foi declarada à Justiça Eleitoral. E a diferença é grande, na primeira hipótese (R\$ 300,00 por mês/colaborador), restam sem explicação R\$ 3.781.455,00; no segundo caso R\$ 4.651.455,00 (R\$ 150,00 mês/colaborador); e R\$ 4.941.455,00 para os R\$ 100,00 por mês para cada cabo eleitoral.

Os gastos em dinheiro vivo, aqui mencionados, têm evidente potencial de desequilibrar o pleito, porque efetivamente o dinheiro sacado foi utilizado para outra finalidade.

A ideia de ilicitude reside na comprovação de efetiva lesão ao bem jurídico tutelado (lisura do pleito e igualdade de oportunidade), que se daria nas situações objetivamente pontuadas na legislação eleitoral.

Evidente que essa diferença entre o que foi realmente pago com despesa de pessoal – e o que foi sacado em dinheiro vivo e declarado que se destinava ao pagamento de despesa de pessoal – tem o condão de respaldar a aplicação do art. 30-A.

Assim sendo, neste tópico, os representados devem ser condenados por infração ao art. 30-A da Lei n.º 9.504/97.

3.3. Movimentação financeira ilícita

Sustenta o Ministério Público que a empresa de transporte de valores Transvig foi usada para depósito de dinheiro de campanha, irregularidade que obsta o controle dos gastos eleitorais.

Aduz que os representados realizaram movimentação financeira paralela à de campanha. Mais de R\$ 800.000,00, transportados pela Transvig do Comitê do PSDB para a campanha dos réus, não têm origem declarada, ou seja, configura captação ilícita de recursos e comprova que nem todo o valor movimentado saiu da conta de campanha no Banco do Brasil, como demonstram as Guias de Recolhimento de Entrega n.º 179397 (R\$ 15.000,00), n.º 180025 (R\$ 796.000,00), n.º 177342 (R\$ 30.650,00) e n.º 182406 (R\$ 12.000,00), todas originadas do Comitê do PSDB.

Registra, ainda, que após a votação do primeiro turno, ainda restaram na Transvig R\$ 617.950,00 depositados na empresa, sendo retirados R\$ 483.050,00 em 04.11.2010, sendo impossível efetuar qualquer controle.

A defesa do 1.º representado afirmou que a Transvig utilizava guias de recolhimento e entrega como forma de controlar o que entrava e saía de seu cofre. Quando se retirava dinheiro, era gerada uma guia.

Afirma que todos os valores foram sacados de sua conta de campanha. No caso em apreço, os recursos saíram da conta de campanha no Banco do Brasil para pagamento de colaboradores no comitê do PSDB, gerando uma guia administrativa. Como, nem todos receberam naquele dia, os valores restaram depositados no cofre da empresa, sendo encaminhados, posteriormente, para pagamento.

O 2.º representado disse que não realizava “movimentação financeira” na Transvig; os valores eram guardados lá por questão de segurança.

Em relação aos R\$ 800.000,00 supostamente originados do Comitê do PSDB, o contador da campanha dos representados, em seu depoimento, disse: “a importância mencionada no item “e”, de fl. 11, mais de 800.000 reais, foi composta de 4 valores, a saber: 796.200 reais, 15.000 reais, 30.650 reais e 12.000 reais; que [a campanha] tinha na Transvig, no dia 29.09.2010, o valor de 1.962.770 reais; que esse valor foi sacado do Banco do Brasil uma única vez, pela guia n.º 177339” (fl. 666).

Prossegue, afirmando que desses R\$ 1.962.770,00 “a tesouraria da campanha solicitou 400.800 reais para ser separado e envelopado para pagamento de pessoal de campanha; que depois, no mesmo dia, foi solicitado o valor de 205.200 reais, também para ser envelopado para pagamento de pessoal de campanha; que depois foram solicitados 145.200 reais; que a soma desses 3 valores totaliza 796.200 reais; que no mesmo dia essa importância foi transferida ao caixa forte da própria Transvig, guia n.º 180025; que essa operação foi realizada toda dentro da Transvig”.

Continua: “que os 15.000 reais eram remanescentes de valores que se destinavam ao pagamento de pessoal de campanha que retornou à Transvig porque seus destinatários faltaram; que esses valores faziam parte de um total maior: 187.400 reais, referente ao pagamento de pessoal; que essa importância está identificada nas guias n.ºs 177327 e 177328”.

Ressalta que: “o valor de 30.650 reais também se refere ao retorno à Transvig de pagamento de colaboradores faltosos” que se refere a “importância maior sacada na própria Transvig, por meio da guia n.º 181271, no total de 277.670”.

E “que os 12.000 reais também são retorno de um valor maior (500.000 reais), sacado através do cheque n.º, 850309”. Quanto à anotação PSDB, constante na guia, “refere-se apenas aos 796.200 reais” (fl. 666).

A testemunha de defesa, Maria Níria Mota Bezerra, que efetuava o pagamento dos colaboradores de campanha dos representados, destacou em seu depoimento que: “o dinheiro vinha em malote” e que “nenhum valor para pagamento veio envelopado do Comitê Financeiro” (fl. 663). Ora, se o dinheiro não vinha envelopado, ou seja, identificado, não há como saber se a sobra pertencia a esse ou aquele saque. Tudo era apenas um monte.

Com efeito, o volume movimentado pela campanha dos representados era elevado e não há prova de que os mais de R\$ 800.000,00 que constam como originários do Comitê do PSDB passaram pela conta de campanha. A contabilidade não é clara e a alegação de que desses R\$ 800.000,00, R\$ 12.000,00 são sobra de um saque de R\$ 500.000,00 ou de que R\$ 30.650,00 também são retorno de uma importância maior (R\$ 277.670,00) e assim por diante, não tem respaldo nos autos.

No caso em apreço, o Ministério Público comprovou suas alegações, ou seja, a movimentação financeira fora da conta de campanha.

Incumbia aos representados demonstrar contabilmente a origem desses valores e que passaram pela conta bancária da campanha, conforme preceitua o art. 333, II, do CPC, o que não ocorreu.

Como se sabe, a Lei das Eleições estabelece regras muito rígidas a serem observadas quanto à arrecadação e aos gastos de campanha (art. 17 e seguintes), veda o recebimento de recursos de determinadas fontes (art. 24), estabelece que todos os recursos sejam movimentados em conta bancária específica (art. 22) e fixa regras para a prestação de contas (art. 28).

A existência de recursos externos à conta de campanha consubstancia a utilização de “caixa 2” na campanha eleitoral, implica desequilíbrio nos meios conducentes à obtenção da preferência do eleitorado e conspurca a legitimidade e a normalidade do pleito.

Outrossim, importante destacar que se os valores não têm procedência declarada, deve ser considerado como captação ilícita de recursos.

O seguinte julgado bem esclarece a questão:

1. A utilização de “caixa dois” configura abuso de poder econômico, com a força de influenciar ilicitamente o resultado do pleito.
2. O abuso de poder econômico implica desequilíbrio nos meios conducentes à obtenção da preferência do eleitorado, bem como conspurca a legitimidade e normalidade do pleito.

(TSE, RESPE nº 28.387, Rel. Min. Ayres Britto, j. 19.12.2007).

Inegavelmente, a razão de ser de toda a legislação eleitoral – incluindo as regras que disciplinam a arrecadação e aplicação de recursos financeiros na campanha – é impedir que a manifestação popular seja indevidamente influenciada por comportamentos ilícitos ou abusivos.

Por isso mesmo, salvo melhor juízo, no exame da proporcionalidade da reprimenda de cassação do mandato não há como dissociar a ideia de “gravidade da conduta” e “potencialidade lesiva”, porquanto o ato ilícito somente poderá ser considerado “grave” se, entre outras circunstâncias, produzir efeitos danosos com capacidade para influenciar indevidamente na manifestação do eleitorado e na normalidade da disputa eleitoral.

Em razão disso é que destaco mais uma vez que a eleição de 2010 foi decidida por uma diferença de apenas 0,82% dos votos válidos.

Firme nessas razões, resta inegável a captação ilícita de recursos, indispensável para a aplicação do art. 30-A da Lei n.º 9.504/97, isto é, para julgar procedente a representação.

4. CONCLUSÃO

ISTO POSTO, diante da movimentação financeira muito acima do razoável e sem obedecer às formalidades legais, julgo procedente o pedido para cassar os diplomas do Governador José de Anchieta Junior e do Vice-Governador Francisco de Assis Rodrigues, determinando que sejam diplomados nos seus cargos os segundos colocados no pleito; após o julgamento de eventuais embargos de declaração, conforme precedente do TSE (Mandado de Segurança n.º 286-86.2011.6.00.0000, Rel. Min. Arnaldo Versiani).

É como voto.

Boa Vista, 22 de novembro de 2011.

Juiz **ERICK LINHARES**, Relator

Os melhores parlamentares de 2011

Conheça os 47 contemplados com o Prêmio Congresso em Foco 2011. Eles foram pré-selecionados por 267 jornalistas que cobrem o Congresso, em eleição acompanhada pelo Sindicato dos Jornalistas de Brasília, e depois submetidos a voto na internet.

Senadores

Ana Amélia (PP-RS) – Gaúcha de Lagoa Vermelha, tem 66 anos e exerce o primeiro mandato eletivo.

Primeira mulher a se tornar comentarista de economia na televisão brasileira, tornou-se conhecida por seu trabalho como jornalista no jornal Zero Hora e na RBS TV, com o programa Panorama Econômico. Filha de um carpinteiro e de uma merendeira, só conseguiu estudar graças à ajuda do então governador Leonel Brizola, que lhe concedeu uma bolsa de estudos. Apesar de seu partido fazer parte da base de sustentação do governo Dilma, mantém independência em relação ao Palácio do Planalto, o que a fez assinar, por exemplo, o pedido de criação de CPI para apurar os casos de corrupção no Executivo. No Senado, vem marcando sua atuação por mostrar os riscos da desindustrialização do país e pelo trabalho em favor do agronegócio. No Prêmio Congresso em Foco 2011, também é destaque na Defesa dos Municípios.

Cristovam Buarque (PDT-DF) – Nascido no Recife, 67 anos, está no segundo mandato no Senado. Engenheiro mecânico, é pós-graduado em Economia pela Universidade de Sorbonne, em Paris, onde se exilou durante a ditadura. Ainda nos anos 1970, foi chefe de projetos para a América Latina no Banco Mundial. De volta ao Brasil em 1979, começou a dar aulas na Universidade de Brasília (UnB), da qual viria a ser reitor. Elegeu-se governador em 1994. Instituiu o bolsa-escola e uma grande campanha de educação no trânsito. Já senador, foi o primeiro ministro da Educação de Lula, em 2003. Acabou demitido por criticar o governo. Trocou o PT pelo PDT, e pelo novo partido, foi candidato às eleições presidenciais de 2006. Mantém independência em relação ao governo. É a quinta vez que recebe o Prêmio Congresso em Foco. Em 2007, 2009 e 2010, foi o mais votado pelos internautas. Este ano, foi o senador mais votado pelos jornalistas e selecionado como destaque na Defesa da Democracia.

Demóstenes Torres (DEM-GO) – Natural de Anicuns (GO), tem 50 anos e está no segundo mandato de senador. Formado em Direito, é procurador de Justiça. Foi procurador-geral de Justiça de Goiás, secretário estadual de Segurança Pública e presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil. Uma das principais vozes da oposição aos governos Lula e Dilma, tornou-se um dos

maiores defensores da cassação do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) durante a crise que quase custou o mandato ao peemedebista. Também defendeu a expulsão do então governador José Roberto Arruda e de seu vice, Paulo Octávio, do DEM, quando veio à tona o caso mensalão do governo do Distrito Federal. Em 2010, foi um dos relatores do Ficha Limpa no Senado e presidiu a Comissão de Constituição e Justiça. É líder do Democratas desde o início do ano. Recebe o prêmio pela quinta vez. Também se destacou neste ano nas categorias Segurança Jurídica e Defesa da Democracia.

Eduardo Suplicy (PT-SP) – Paulistano, 70 anos, está em seu terceiro mandato no Senado. É professor universitário, economista e administrador de empresas. Tem pós-doutorado em Economia pela Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. Foi o primeiro senador a se eleger pelo PT, em 1990. Começou a trajetória política em 1979 como deputado estadual do antigo MDB. Um dos fundadores do PT, chegou à Câmara em 1983. Foi um dos primeiros políticos de expressão nacional a pregar no país políticas de renda mínima – conceito que inspirou iniciativas como o bolsa-escola e o bolsa-família. Tem como principal bandeira política a expansão do Programa Renda Básica de Cidadania, previsto em lei de sua autoria sancionada em 2004. Independente em relação ao governo, apoiou a criação da CPI dos Correios, no auge da crise do mensalão, em 2005. Recebeu o Prêmio Congresso em Foco em todas as suas edições.

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) – Natural de Vicência (PE), 69 anos, está no primeiro mandato no Senado. Foi um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição à ditadura militar. Começou na política como deputado estadual, em 1971, e chegou à Câmara em 1975. Participou ativamente da campanha pelas eleições diretas para presidente da República, as diretas já. Foi prefeito de Recife e governador de Pernambuco duas vezes. Presidiu o PMDB durante a campanha presidencial de 1989, quando o partido tinha, como candidato, Ulysses Guimarães. Apesar de integrar um partido da base de sustentação dos governos Lula e Dilma, sempre esteve aliado à oposição. Acusa, com frequência, setores do PMDB de apoiar o governo em troca de cargos e liberação de emendas. Fez parte do grupo que defendeu a cassação de Renan Calheiros (PMDB-AL) por quebra de decoro parlamentar em 2007. Recebe o prêmio pela quinta vez. Neste ano, também é destaque na Defesa da Segurança Jurídica.

Lindbergh Farias (PT-RJ) – Paraibano de João Pessoa, tem 41 anos e está em seu primeiro mandato no Senado. Como presidente da União Nacional dos

Estudantes (UNE), liderou a campanha dos “caras-pintadas”, que contribuiu para o impeachment do então presidente Fernando Collor, em 1992. Dois anos depois, elegeu-se deputado federal pelo PCdoB. Em 1997, assumiu a presidência da União da Juventude Socialista (UJS) e se filiou ao PSTU. Destacou-se na oposição ao governo Fernando Henrique, sobretudo como crítico das privatizações. Filiado ao PT, voltou à Câmara em 2002. Dois anos depois, elegeu-se prefeito de Nova Iguaçu e renovou o mandato em seguida. No ano passado, venceu a disputa para o Senado como o candidato mais votado do Rio de Janeiro. Presidente da Subcomissão das Pessoas com Deficiência, tem atuado na defesa dos portadores da Síndrome de Down. Também foi selecionado para a categoria Parlamentar de Futuro.

Paulo Paim (PT-RS) – Natural de Caxias do Sul (RS), 61 anos, é metalúrgico e sindicalista. Está no primeiro ano de seu segundo mandato de senador. Foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e secretário-geral e vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). No Congresso, é reconhecido pela atuação em favor do aumento real do salário mínimo, dos aposentados, da população negra e dos excluídos em geral. Antes de chegar ao Senado, foi deputado federal durante quatro legislaturas seguidas. É autor do Estatuto do Idoso, em vigor desde 2003, e dos Estatutos da Igualdade Racial e da Pessoa com Deficiência. Respondeu pela primeira vice-presidência do Senado entre 2003 e 2005. Atualmente, preside a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Recebe o Prêmio Congresso em Foco pela quinta vez. Neste ano, também é destaque em três categorias – Defesa da Democracia, Promoção da Saúde e Defesa do Consumidor.

Pedro Simon (PMDB-RS) – Nasceu em Caxias do Sul (RS) há 81 anos e está no seu quarto mandato no Senado. Advogado criminalista e professor universitário, estreou na política em 1954 como vereador. Depois de ser deputado estadual, chegou ao Senado em 1978 pelo MDB. Vice-presidente do partido, coordenou nacionalmente o movimento diretas já. Escolhido ministro da Agricultura por Tancredo Neves, acabou assumindo o cargo no governo José Sarney. Elegeu-se governador em 1986 e voltou ao Senado quatro anos mais tarde. Teve atuação destacada na CPI que derrubou o presidente Fernando Collor e na que investigou os chamados “anões do orçamento”. Foi líder do governo Itamar Franco e ajudou a aprovar, no Congresso, o Plano Real. De lá pra cá, sempre se posicionou com independência em relação aos sucessivos governos. Contemplado com o Prêmio Congresso em Foco em todas as seis edições, neste ano também foi selecio-

nado para as categorias Defesa da Democracia, dos Municípios e da Segurança Jurídica.

Pedro Taques (PDT-MT) – Natural de Cuiabá, tem 43 anos e está em seu primeiro mandato eletivo. Ex-procurador da República, tornou-se conhecido por sua atuação contra o crime organizado e os esquemas de lavagem de dinheiro. Suas maiores ações levaram à prisão aquele que é considerado o maior bicheiro de Mato Grosso, João Arcanjo Ribeiro (conhecido como Comendador Arcanjo), e o ex-senador Jader Barbalho (PMDB), acusado de desviar recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Tem se destacado nos debates jurídicos da Comissão de Constituição e Justiça. É autor de projeto que equipara a corrupção aos crimes hediondos e aumenta de dois para quatro anos a pena mínima para o delito. Apesar de ser de um partido da base da presidenta Dilma Rousseff, é independente em relação ao governo. Também é destaque na Defesa da Segurança Jurídica.

Randolfe Rodrigues (PSol-AP) – Pernambucano de Garanhuns, tem 39 anos e exerce seu primeiro mandato no Senado. É o mais jovem senador na atual legislatura. No Amapá desde os oito anos, começou a militância política no movimento estudantil. É professor universitário, historiador e bacharel em Direito, com mestrado em políticas públicas. Pelo PT, foi deputado estadual duas vezes. Trocou o partido pelo Psol em 2005 após a crise do mensalão. Em 2010, recebeu 203 mil votos e foi o senador mais votado do estado. Em seu primeiro dia na Casa, disputou a presidência do Senado contra o candidato à reeleição, José Sarney (PMDBAP). Fez um discurso contundente, em que defendeu a independência da instituição, transparência na aplicação dos recursos públicos e ética na administração da Casa. Preside a CPI que investiga irregularidades na área de direitos autorais. Destaque na categoria Parlamentar de Futuro.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) – Carioca, 52 anos, exerce o primeiro mandato de senador. Formado em História, é funcionário efetivo do Senado. Trabalhou como chefe de gabinete dos exsenadores Jamil Haddad (PSB-RJ) e José Paulo Bisol (PSB-RS). Foi deputado distrital por duas legislaturas e secretário de Turismo do Distrito Federal no governo Cristovam Buarque. No primeiro governo Lula, foi secretário de Inclusão Social do Ministério de Ciência e Tecnologia. Na Câmara, liderou a bancada do PSB durante dois anos, presidiu a comissão do Fundo Social do Pré-Sal e coordenou a Frente Parlamentar de Valorização do Servidor Público. No Senado, preside a Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e conduz as discussões sobre a reformulação do Código de Defesa do Con-

sumidor. É filho do ex-deputado sergipano Armando Leite Rollemberg. Recebe o prêmio pelo quarto ano consecutivo (de 2008 a 2010 como deputado). Destaque na Defesa dos Consumidores.

Categorias especiais

Aloysio Nunes (PSDB-SP) – Natural de São José do Rio Preto (SP), tem 66 anos e está em seu primeiro mandato no Senado. Começou a militância política no combate à ditadura militar. Aderiu à luta armada, com a Ação Libertadora Nacional (ALN), do guerrilheiro Carlos Marighella. Perseguido, exilou-se na França, de onde retornou em 1979. Em seguida, filiou-se ao PMDB, pelo qual se elegeu deputado estadual e vice-governador de São Paulo (na gestão Luiz Antônio Fleury Filho). Foi ainda deputado federal por dois mandatos e, no governo Fernando Henrique (já no PSDB), ministro da Justiça e secretário-geral da Presidência. Também foi da equipe do ex-governador José Serra. Com os 11,2 milhões de votos que recebeu em 2010, tornou-se o senador mais votado do país em todos os tempos. No Senado, é o relator do projeto que cria a Comissão da Verdade, destinada a apurar violações de direitos humanos durante a ditadura militar. Destaque na Defesa da Segurança Jurídica.

Humberto Costa (PT-PE) – Paulista de Campinas, tem 54 anos e está em seu primeiro mandato no Senado. Mudou-se com a família para a capital pernambucana quando tinha seis anos. Médico, é pós-graduado em Medicina Geral Comunitária, Clínica Médica e Psiquiatria. É também jornalista, e atualmente faz mestrado em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco. Começou sua militância política nos movimentos estudantil e sindical e foi um dos fundadores do PT em Pernambuco. Elegeu-se deputado federal em 1994. Em 2001, assumiu a Secretaria Municipal de Saúde na primeira gestão do prefeito de Recife João Paulo Lima (PT). Foi ministro da Saúde de Lula entre 2003 e 2005. Depois de perder a eleição para o governador Eduardo Campos (PSB), virou seu secretário estadual de Cidades. Atual líder do PT no Senado, foi selecionado para a categoria Promoção da Saúde.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) – Natural de Boa Vista, 67 anos, está na metade de seu segundo mandato no Senado. Médico ginecologista, é professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Foi diretor do curso de Medicina da UFRR, presidente do Conselho Regional de Medicina e secretário estadual de Saúde. Foi ainda deputado federal e constituinte. Elegeu-se senador pela primeira vez em 1998. Também se dedica às discussões sobre questões agrárias, assumindo a defesa dos interesses dos produtores rurais. É autor do projeto, aprovado no Congresso, que

prevê a realização de um plebiscito para a divisão do Pará e a criação dos estados de Tapajós e Carajás. Na legislatura passada, presidiu a CPI das ONGs, instalada para investigar a atuação das organizações não-governamentais no país. Apesar de seu partido fazer parte da base governista, mantém-se independente em relação ao Planalto. Selecionado para a categoria Promoção da Saúde.

Wellington Dias (PT-PI) – Nasceu em Oeiras (PI), tem 49 anos e está no primeiro mandato no Senado. Bancário e radialista, é formado em Letras, com especialização em políticas públicas. Antes de se eleger senador, governou o Piauí por dois mandatos. Iniciou-se na política como líder sindical. Foi dirigente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e presidente da Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal (APCEF) e do Sindicato dos Bancários do Piauí. Em 1992, elegeu-se vereador em Teresina. Depois de ser deputado estadual, tornou-se o primeiro petista a conquistar uma vaga na Câmara pelo Piauí. No Senado, buscou um acordo para aprovar proposta que prevê a redistribuição dos royalties do petróleo entre os estados e os municípios conforme os critérios aplicados na divisão dos fundos de participação dos estados e dos municípios. Foi selecionado nas categorias Defesa dos Municípios e Promoção da Saúde.

Deputados

ACM Neto (DEM-BA) – Natural de Salvador, tem 32 anos e está no terceiro mandato consecutivo de deputado. Herdeiro político do avô, o falecido ex-senador Antonio Carlos Magalhães, destacou-se nas legislaturas anteriores pela boa oratória e pela oposição ferrenha ao governo Lula. Mantém o discurso duro em relação ao governo Dilma Rousseff. Formado em Direito, ganhou projeção ainda em sua primeira legislatura como um dos sub-relatores da CPI dos Correios. Entre 2009 e 2010, acumulou a 2ª-vice-presidência e a corregedoria da Câmara. Como corregedor, pediu a cassação do então deputado Edmar Moreira (MG), acusado de direcionar dinheiro público para suas próprias empresas. Assumiu este ano a liderança do DEM na Câmara, função que já havia exercido em 2008. Ficou entre os melhores parlamentares do país em três das seis edições do Prêmio Congresso em Foco (2007, 2009 e 2011).

Aldo Rebelo (PCdoB-SP) – Alagoano de Viçosa, tem 55 anos e estava no sexto mandato quando foi indicado para assumir o Ministério do Esporte. Filho de um vaqueiro e de uma professora, cresceu numa fazenda que pertencia ao falecido ex-senador Teotônio Vilela, protagonista da campanha pela anistia no final da ditadura militar. Graduado em Jornalismo, presidiu

a União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1980. Em 1988, elegeu-se vereador em São Paulo. Na Câmara desde 1991, foi o primeiro líder do governo Lula na Casa, em 2003, e ministro das Relações Institucionais entre 2004 e 2005. Em seguida, voltou à Câmara e assumiu a sua presidência. É conhecido pela postura nacionalista. Durante a tramitação do novo Código Florestal, que relatou na Câmara, defendeu uma ampla reforma da legislação ambiental e acusou os ambientalistas, principais críticos de seu relatório, de se oporem aos interesses nacionais. Foi considerado um dos melhores parlamentares brasileiros em todas as seis edições do Prêmio Congresso em Foco.

Alfredo Sirkis (PV-RJ) – Carioca, tem 60 anos e está no primeiro mandato de deputado. Um dos fundadores do PV, foi presidente nacional da legenda e vereador no Rio três vezes. Começou sua militância política ainda na adolescência, em 1967, e participou ativamente de manifestações contra a ditadura, inclusive na luta armada, experiência narrada em seu livro *Os Carbonários*. Com o aumento da repressão, exilou-se na Argentina, no Chile, na Suécia e em Portugal. Voltou ao Brasil em 1979, continuou a exercer o jornalismo e passou a se dedicar a questões ambientais. Em 1998, candidatou-se à Presidência da República pelo PV, partido que presidiu entre 1991 e 1999. No ano passado, foi um dos artífices da candidatura de Marina Silva (PV) ao Planalto. Este ano, assumiu uma postura de independência em relação ao atual comando do partido depois que Marina deixou a sigla por divergências com a cúpula partidária.

Cândido Vaccarezza (PT-SP) – Baiano de Senhor do Bonfim, tem 56 anos e está no segundo mandato de deputado. Começou na política no movimento estudantil em seu estado natal. Participou da reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da fundação do PT na Bahia. É médico ginecologista e obstetra. Na década de 1980, mudou-se para Mauá (SP), onde foi secretário municipal e diretor-geral de hospital. Antes de chegar à Câmara, há quatro anos, foi deputado estadual por duas legislaturas. Considerado bom articulador, de caráter pragmático, teve papel importante nas campanhas vitoriosas de Arlindo Chinaglia (PTSP), em 2007, e de Michel Temer (PMDB), em 2009, para a presidência da Câmara. Sua atuação o levou a se tornar líder do PT em 2009. É líder do governo desde janeiro de 2010. Esta é a segunda vez em que foi selecionado para receber o Prêmio Congresso em Foco (a outra foi em 2010).

Carlos Sampaio (PSDB-SP) – Natural de Campinas (SP), tem 48 anos e está no terceiro mandato de deputado. Promotor de Justiça desde os 23 anos, afastou-se do Ministério Público Estadual aos 29 para

ingressar na política. Foi vereador em Campinas e deputado estadual. Na primeira passagem por Brasília, relatou a representação contra o deputado Pedro Corrêa (PP-PE), cassado pelo plenário por conta da sua participação no esquema do mensalão do PT. Este ano, voltou a relatar uma representação por quebra de decoro contra um parlamentar: a deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF), flagrada em vídeo recebendo dinheiro de propina das mãos de Durval Barbosa, delator do esquema que resultou na Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal. O parecer do deputado, pela cassação de Jaqueline, foi aprovado pelo Conselho de Ética, mas não obteve votos suficientes para ser aprovado no plenário, onde a votação foi secreta.

Chico Alencar (Psol-RJ) – Carioca, 62 anos, está no terceiro mandato na Câmara. Projetou-se na política como líder comunitário. Mestre em Educação, autor de 26 livros, é professor licenciado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Entre 1987 e 2005, foi filiado ao PT, pelo qual conquistou seu primeiro mandato na Câmara. Foi vereador e deputado estadual. Trocou o PT pelo Psol em 2005, no auge do escândalo do mensalão. Contundente nas críticas ao governo e também à oposição feita pelo PSDB e pelo DEM, é uma das principais referências na defesa da ética e da transparência na administração pública. Foi contemplado em todas as edições do Prêmio Congresso em Foco, Nos últimos três anos, foi considerado o melhor deputado pelos jornalistas que cobrem o Congresso. Em 2010, foi o mais votado pelos internautas. Neste ano, também ficou entre os destaques na categoria especial Defesa da Democracia e da Cidadania.

Delegado Protógenes (PCdoB-SP) – Nascido em Salvador, tem 52 anos e exerce o primeiro mandato eletivo. Como delegado federal, conduziu a Operação Satiagraha, que levou à prisão, entre outros, o banqueiro Daniel Dantas, em 2008. Foi acionado judicialmente por Dantas, que o acusou de ter cometido excessos nas investigações. O delegado acabou afastado de suas funções em meio à troca de acusações com a cúpula da Polícia Federal. Antes da Satiagraha, participou de investigações sobre lavagem de dinheiro do caso Corinthians/MSI e da prisão do comerciante Law Kin Chong, considerado o maior contrabandista do país. Convidado por vários partidos para concorrer na eleição de 2010, optou pelo PCdoB. Na Câmara, apresentou projeto que endurece a pena para a corrupção, equiparando esse tipo de crime aos cometidos contra a vida, como homicídio e estupro.

Domingos Dutra (PT-MA) – Natural de Buriti (MA), tem 55 anos e está no terceiro mandato na Câmara. Antes de entrar para a política, trabalhou como balconista de loja, estudou Direito na Universidade Fe-

deral do Maranhão (UFMA) e foi professor. Assumiu, em 1989, seu primeiro cargo político: vereador em São Luís. Em 1995, tornou-se o primeiro descendente de quilombola a assumir uma cadeira no Congresso. Dois anos mais tarde, tomou posse como vice-prefeito da capital maranhense, na gestão de Jackson Lago (PDT). Adversário histórico da família Sarney, fez greve de fome contra a decisão do PT de apoiar a reeleição da governadora Roseana Sarney (PMDB-MA). Na Câmara, é vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e um dos principais defensores dos direitos dos quilombolas e da aprovação da proposta que endurece o combate ao trabalho escravo. Distinguido pela segunda vez com o Prêmio Congresso em Foco (a primeira foi em 2010).

Dr. Rosinha (PT-PR) – Nasceu em Rolândia (PR) há 61 anos e está no quarto mandato consecutivo. É médico pediatra formado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), com especialização em Saúde Pública e Medicina do Trabalho. Foi fundador do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia. Como médico, trabalhou em postos de saúde da periferia da capital paranaense e presidiu a Associação dos Servidores Municipais de Curitiba (1985-1987). Em 1989, assumiu mandato de vereador. Antes de chegar ao Congresso, em 1999, foi deputado estadual. Adotou como uma das suas bandeiras a luta contra a terceirização dos serviços públicos, a valorização dos servidores e a ampliação das fontes de recursos para a saúde pública. Presidiu o Parlamento do Mercosul (Parlasul) entre junho de 2008 e fevereiro de 2009. Este é o quarto ano seguido em que recebe o Prêmio Congresso em Foco. Neste ano, pela segunda vez, foi considerado um dos destaques na Promoção da Saúde.

Duarte Nogueira (PSDB-SP) – Natural de Ribeirão Preto (SP), é engenheiro agrônomo e produtor rural, tem 47 anos e está no segundo mandato na Câmara. Filho do ex-prefeito Antonio Duarte Nogueira, que governou Ribeirão por dois mandatos, começou carreira política aos 28 anos, na eleição municipal de 1992. Candidato a prefeito da cidade natal, chegou ao segundo turno. Em seguida, elegeu-se deputado estadual por três mandatos consecutivos. Na Assembleia Legislativa paulista, foi vice-líder do governo Mário Covas, em 2000, e líder do governo Geraldo Alckmin entre 2001 e 2002. Na gestão de Covas, respondeu pela Secretaria Estadual da Habitação entre 1995 e 1996. No governo Alckmin, comandou a Secretaria de Agricultura e Abastecimento de 2003 a 2006. Conhecido pelo tom conciliador, assumiu no começo do ano a liderança do PSDB na Câmara.

Erika Kokay (PT-DF) – Nascida em Fortaleza CE), tem 54 anos e exerce seu primeiro mandato na Câmara. É psicóloga formada pela Universidade de Brasília (UnB) e bancária. Começou a militância no movimento estudantil, na resistência à ditadura no final do regime militar. Em 1982, foi aprovada em concurso público para a Caixa Econômica Federal e passou a participar do movimento sindical. Presidiu o Sindicato dos Bancários de Brasília entre 1992 e 1998 e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Distrito Federal de 2000 a 2002. Filiada ao PT desde 1989, foi eleita deputada distrital pela primeira vez em 2002 e reeleita quatro anos mais tarde. Líder do partido na Câmara Legislativa, destacou-se como uma das principais opositoras do ex-governador José Roberto Arruda. Na Câmara, tem atuação voltada para a defesa dos direitos humanos, do funcionalismo público e da saúde.

Henrique Fontana (PT-RS) – Nasceu em Porto Alegre, tem 51 anos e exerce o quarto mandato consecutivo de deputado. Formado em Administração de Empresas e Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, começou a carreira política como vereador em Porto Alegre, em 1992. Em 1996, reelegeu-se vereador e tornou-se secretário municipal de Saúde na gestão Raul Pont (PT). Chegou à Câmara em 1999 e se destacou na oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso. Em 2005, após a crise do mensalão, liderou a bancada do PT na Câmara. De 2008 a 2010, foi líder do governo na Casa e saiu-se em ao costurar a aprovação de vários projetos importantes, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Como relator da proposta de reforma política, apresentou recentemente anteprojeto que proíbe o financiamento privado direto aos candidatos, institui o voto proporcional misto e acaba com as coligações para eleições proporcionais. Recebe o prêmio pela quinta vez.

Ivan Valente (Psol-SP) – Paulistano, tem 65 anos e está no quinto mandato consecutivo. É professor, formado em Engenharia (1971) e Matemática (1972). Começou a vida política no movimento estudantil nos anos 1960. Foi preso e torturado durante a ditadura militar. Chegou à Câmara em 1995 após dois mandatos de deputado estadual em São Paulo, sempre pelo PT. Foi um dos autores do pedido de criação da CPI dos Bancos, que investigou o socorro dado pelo governo Fernando Henrique Cardoso a várias instituições financeiras. Nos início do governo Lula, destacou-se por criticar a política econômica implantada por seu então partido. Foi punido pela direção do PT por ter votado contra a reforma da Previdência. Em 2005, foi um dos criadores do Psol, formado em meio à crise do mensalão. No debate do Código Florestal, foi um dos principais aliados dos ambientalistas. Pela quinta vez

recebe o prêmio. Neste ano, também foi selecionado para a categoria Defesa do Consumidor.

Jandira Feghali (PCdoB-RJ) – Curitibana, 54 anos, exerce o quinto mandato de deputada. Formada em Medicina, é especialista em Cardiopediatria. Construiu sua carreira política dentro do movimento sindical no Rio de Janeiro. Foi presidente da Associação de Médicos Residentes do estado do Rio e da Associação Nacional dos Médicos Residentes e foi diretora do Sindicato dos Médicos. Assumiu o primeiro mandato eletivo em 1987, quando se elegeu deputada estadual constituinte. Chegou à Câmara quatro anos depois. De lá pra cá, ficou fora da Casa apenas na legislatura passada, após tentar uma vaga no Senado. Nos últimos quatro anos, foi secretária de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia de Niterói e comandou a Secretaria Municipal de Cultura do Rio. É fundadora da União Brasileira de Mulheres (UMB), entidade sem fins lucrativos que luta pelos direitos e emancipação das mulheres, e preside a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura.

Jean Wyllys (Psol-RJ) – Baiano de Alagoinhas, tem 37 anos e iniciou este ano o primeiro mandato de deputado. Professor universitário, é jornalista formado pela Universidade Federal da Bahia, com mestrado em Letras e Linguística. Seu envolvimento com a política começou na adolescência, nas pastorais da Juventude Estudantil e da Juventude do Meio Popular, nas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica. Primeiro parlamentar homossexual assumido a se eleger defendendo a causa LGBT, tornou-se conhecido nacionalmente ao vencer a edição do reality show Big Brother Brasil, da TV Globo. Na Câmara, tem se destacado na defesa dos direitos dos homossexuais e na luta contra a homofobia. Foi um dos autores da representação contra o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), acusado de ser homofóbico e racista por causa de declarações dadas a um programa de TV. A representação acabou arquivada pelo Conselho de Ética. Jean também foi selecionado para a categoria Parlamentar de Futuro.

Luiza Erundina (PSB-SP) – Paraibana de Uiraúna, 77 anos, está no quarto mandato consecutivo. É a mais experiente liderança feminina do Congresso. Professora universitária e técnica em educação e políticas públicas para a área social, é graduada em Serviço Social e tem mestrado em Ciências Sociais. O primeiro mandato eletivo veio em 1983, como vereadora em São Paulo. Em 1987, tornou-se deputada estadual. Em 1989, transformou-se na primeira mulher a comandar a maior cidade do país, ainda pelo PT, legenda que ajudou a fundar. Em 1993, no governo Itamar Franco, licenciou-se do partido para ser minis-

tra da Administração. Após a passagem pelo governo, porém, começou a se desentender com a direção do PT e acabou deixando a sigla em 1997, quando se filiou ao PSB. É uma das principais críticas do atual sistema de concessão e renovação de emissoras de rádio e TV. Ficou entre os melhores nomes do Parlamento brasileiro em todas as edições do Prêmio Congresso em Foco.

Manuela D'Ávila (PCdoB-RS) – Nasceu em Porto Alegre (RS), tem 30 anos e está no segundo mandato na Câmara. É formada em Jornalismo. Nas eleições de 2006 e 2010, foi, de toda a bancada gaúcha, quem recebeu a maior votação. Filiada ao PCdoB desde 2001, começou a atividade política no movimento estudantil. Foi vicepresidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE) e vereadora. Assumiu uma cadeira na Câmara pela primeira vez aos 25 anos. No Congresso, sempre rejeitou o rótulo de “musa” e relatou projetos como a Lei dos Estágios, o Estatuto da Juventude e o vale-cultura. Preside a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e integra as frentes parlamentares em defesa da liberdade na internet e pela Cidadania LGBT. É a terceira vez sucessiva em que recebe o Prêmio Congresso em Foco. Em 2009, foi eleita pelos internautas a grande vencedora entre os deputados. Neste ano, também foi selecionada na categoria Parlamentar de Futuro.

Mara Gabrilli (PSDB-SP) – Paulistana, 44 anos, é publicitária e psicóloga. Filiada ao PSDB desde 2003, foi a primeira titular da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de São Paulo. Também na capital paulista, foi vereadora entre 2007 e 2010. Vítima de um acidente de carro em 1994, ficou tetraplégica. Três anos mais tarde, fundou uma ONG com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência. O Instituto Mara Gabrilli apoia atletas com deficiência, fomenta pesquisas científicas e projetos culturais. Depois de denunciar a falta de acessibilidade na Câmara, inaugurou no começo do ano um sistema de registro de votos que capta o movimento de seu rosto no plenário durante as deliberações. Também participou do relançamento da Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Congresso.

Marco Maia (PT-RS) – Atual presidente da Câmara, é natural de Canoas (RS) e tem 45 anos. Metalúrgico, filiado ao PT desde 1985, começou a carreira política no movimento sindical e está no terceiro mandato consecutivo de deputado. Antes de chegar ao Congresso, teve experiência no Executivo local. Em 2001, comandou a Secretaria de Administração e Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul. Dois anos mais tarde, presidiu a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. Na legislatura passada, relatou

a CPI do Tráfego Aéreo e assumiu a vice-presidência da Câmara. Com a renúncia do então presidente, Michel Temer (PMDB-RS), para concorrer à vice-presidência da República, encerrou o ano na condição de presidente da Casa. Em fevereiro de 2011, elegeu-se presidente da Câmara para o biênio 2011-2012 após derrotar outros três candidatos. Tem estilo conciliador e bom trânsito com partidos da base e da oposição. Recebe o prêmio pela segunda vez.

Miro Texeira (PDT-RJ) – Carioca, 66 anos, está no décimo mandato na Câmara. Advogado e jornalista, começou sua vida política no antigo MDB, na oposição à ditadura militar. Ligado ao grupo do ex-governador Chagas Freitas, foi candidato a governador na eleição de 1982, vencida por Leonel Brizola. Em 1989, trocou o PMDB pelo PDT, do próprio Brizola. Em 2002, contrariou a orientação da legenda, que apoiava Ciro Gomes, e apoiou a candidatura de Lula à Presidência. Com a decisão do partido de se opor ao governo do petista, deixou o partido, ao qual só regressou quando o PDT voltou a fazer parte da base do governo. Foi ministro das Comunicações em 2003 e líder do governo na Câmara, ainda no primeiro mandato de Lula. Um questionamento apresentado por ele no Supremo Tribunal Federal levou à extinção da Lei de Imprensa. Recebe o Prêmio Congresso em Foco pela quinta vez. Neste ano, foi selecionado ainda na categoria Defesa da Segurança Jurídica.

Paulo Teixeira (PT-SP) – Paulista de Águas da Prata, 50 anos, é líder do PT na Câmara. Está no segundo mandato de deputado federal. Antes, foi vereador em São Paulo e deputado estadual por duas legislaturas. É formado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), com mestrado em Direito Constitucional pela mesma instituição. Foi subprefeito de São Miguel Paulista na gestão de Luiza Erundinacomo prefeita de São Paulo. Na administração de Marta Suplicy, comandou a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano e dirigiu a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab). Na legislatura passada, foi vice-líder do PT na Câmara e um dos principais adversários do polêmico projeto de lei que regulamenta crimes na internet e aumenta a vigilância sobre o internauta. Este ano, orientou a bancada do partido a votar contra as alterações no Código Florestal.

Reguffe (PDT-DF) – Nascido no Rio de Janeiro em 1972, tem sua carreira política vinculada à moralidade e à fiscalização dos gastos públicos. Formado em Economia e Jornalismo, como deputado distrital aliou-se à oposição ao governo de José Roberto Arruda (ex-DEM), apesar de integrantes do PDT terem assumido cargos no Executivo local. Assumiu este ano seu primeiro mandato federal. Foi eleito com a maior

votação proporcional do país (19% dos votos válidos para deputado federal). Como havia feito na Câmara Legislativa, abriu mão, no Congresso, dos vencimentos extras ao salário e reduziu o número de assessores em seu gabinete. Na Câmara, adotou postura de independência, mesmo com o PDT fazendo parte do governo. Costuma dizer que vota “a favor do que é bom e contra o que é ruim”. No Prêmio Congresso em Foco, também foi selecionado nas categorias Defesa do Consumidor e Parlamentar de Futuro.

Roberto Freire (PPS-SP) – Recifense, 69 anos, está no sexto mandato de deputado, o primeiro por São Paulo. Nos demais, representou Pernambuco. Presidente nacional do PPS, é um dos principais remanescentes em atividade do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Pela antiga legenda, concorreu à Presidência da República em 1989. Na década de 1960, defendeu, como advogado, o líder comunista Gregório Bezerra. Fez parte do chamado “grupo dos autênticos”, a parcela mais oposicionista na bancada do MDB –único partido no Congresso que fazia oposição à ditadura militar. Elegeu-se senador em 1994 e foi um dos líderes do governo Itamar Franco no Senado. Em 2002, foi o artífice da candidatura presidencial de Ciro Gomes pelo PPS e apoiou Lula no segundo turno. Após divergências com o novo governo, levou o PPS a deixar a base de apoio e seguir para a oposição, na qual o partido permanece até hoje. Recebe o prêmio pelasegunda vez.

Romário (PSB-RJ) – Carioca, 45 anos, exerce seu primeiro mandato eletivo. Um dos maiores nomes da história do futebol, foi eleito o melhor jogador da Copa de 1994, conquistada pela seleção brasileira, e o melhor do mundo naquele mesmo ano. No Brasil, jogou em três dos grandes clubes do Rio: Vasco, Flamengo e Fluminense. E também presidiu o América-RJ. Na Europa, destacou-se no PSV Eindhoven (Holanda) e no Barcelona. Empresário, filiou-se ao PSB em 2009 para disputar sua primeira eleição. Foi o sexto mais votado no estado. Na Câmara, driblou a desconfiança que paira sobre as celebridades que entram para a política. Tem atuado na fiscalização das obras e demais ações referentes à realização da Copa do Mundo e na defesa dos portadores de necessidades especiais. É autor de uma emenda, incluída em um projeto convertido em lei, que estendeu benefícios a pessoas com síndrome de Down e autismo.

Vicentinho (PT-SP) – Nascido em Santa Cruz (RN), tem 55 anos e está no terceiro mandato consecutivo. Começou a carreira política no movimento sindical. Foi trabalhador rural e minerador. Como metalúrgico na região do Grande ABC, em São Paulo, presidiu o Sindicato dos Metalúrgicos e a Central Única dos Tra-

balhadores (CUT), entidade da qual é um dos fundadores. Já adulto, completou seus estudos e formou-se em Direito. É um dos mais ativos integrantes da bancada sindicalista no Congresso. Em seu primeiro mandato, presidiu a Comissão Especial da Reforma Trabalhista, que acabou não sendo votada pela Câmara. Integra a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. No início do ano, relatou o projeto que reajustou o salário mínimo e criou uma política de aumento para os próximos quatro anos.

Categorias especiais

Alessandro Molon (PT-RJ) – Mineiro de Belo Horizonte, tem 40 anos e está no primeiro mandato na Câmara. Professor de Direito da PUC-RJ, é advogado e bacharel em História –área na qual fez mestrado. Antes de chegar à Câmara, foi deputado estadual por dois mandatos no Rio, entre 2003 e 2010. Na Câmara, é titular das comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO). Coordena a comissão externa sobre o legado da Copa e dos Jogos Olímpicos para o Rio e região. O órgão também tem, entre suas atribuições, acompanhar o andamento das obras. É autor do livro Graco Babeuf: o pioneiro do socialismo moderno, sobre o jornalista que participou da Revolução Francesa e foi executado por seu papel na Conspiração dos Iguais. É ligado ao movimento Renovação Carismática, da Igreja Católica. Destaque na Defesa da Segurança Jurídica.

Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS) – Natural de Porto Alegre, tem 57 anos e está licenciado de seu quinto mandato de deputado federal para chefiar o Ministério da Agricultura, ao qual chegou a convite de Dilma Rousseff, de quem é amigo há mais de duas décadas. Foi nomeado para substituir Wagner Rossi, então submerso em denúncias envolvendo sua gestão. Um mês antes de ser convidado, o deputado havia assumido a liderança do governo no Congresso. Sua experiência no Executivo, porém, vem de longe. No Rio Grande do Sul, foi titular das secretarias da Justiça, de Obras Públicas, Saneamento e Habitação e chefe da Casa Civil. Começou sua trajetória política em 1974, no MDB, mesmo partido do pai, o exdeputado Mendes Ribeiro. Advogado, elegeu-se vereador na capital gaúcha, em 1982. Foi ainda deputado estadual por dois mandatos, antes de chegar à Câmara. Destaque na Defesa da Segurança Jurídica.

Darcísio Perondi (PMDB-RS) – Gaúcho de Ijuí, tem 64 anos e exerce o quinto mandato na Câmara. É médico especializado em Puericultura e Pediatria. Atuou por 22 anos como presidente do Hospital de Caridade de Ijuí. Também comandou a Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Rio Grande do Sul

e foi vice-presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Brasil. No Congresso, coordena a Frente Parlamentar da Saúde e pressiona pela regulamentação da chamada Emenda 29, que aumenta o percentual de recursos para a saúde. Em 2004, foi um dos relatores, na Câmara, do projeto da Lei de Biossegurança, que liberou estudos com as células-tronco embrionárias e também a produção de alimentos transgênicos. Também tem atuação destacada na Frente Parlamentar da Agropecuária. Destaque na Promoção da Saúde.

Osmar Terra (PMDB-RS) – Natural de Porto Alegre, tem 61 anos e está no quarto mandato de deputado. É médico especialista em saúde perinatal, educação e desenvolvimento do bebê. Ocupou diversos cargos públicos na área da saúde. Foi secretário-executivo do programa Comunidade Solidária da Presidência da República, entre 1999 e 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso, e secretário estadual de Saúde do Rio Grande do Sul. Por duas vezes, presidiu o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde. Sua primeira eleição foi em 1992, quando se tornou prefeito de Santa Rosa (RS). É coordenador da Frente Parlamentar da Primeira Infância, que tem como objetivo apoiar e estimular políticas e ações voltadas para bebês e crianças até os seis anos de idade. É titular da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara. Destaque na Promoção da Saúde.

Luis Carlos Heinze (PP-RS) – Gaúcho de Candelária, tem 61 anos e está no quarto mandato consecutivo de deputado. É engenheiro agrônomo e produtor rural. Começou sua trajetória política assessorando cooperativas e sindicatos rurais. Em 1993, conquistou seu primeiro mandato eletivo como prefeito de São Borja (RS), município onde também foi secretário de Agricultura. É um dos principais articuladores da Frente Parlamentar da Agropecuária. Foi presidente da Comissão de Agricultura e trabalhou ativamente nas calorosas discussões sobre o novo Código Florestal na Câmara, defendendo os interesses dos ruralistas. Este ano, a pedido dos prefeitos das cidades que perderam recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) com a redução do número de habitantes, apresentou proposta que prevê um corte gradual no repasse da verba pública.

Júlio Cesar (DEM-PI) – Nasceu em Guadalupe (PI), tem 63 anos e está no quarto mandato de deputado. Advogado, professor e produtor rural, foi prefeito de sua cidade natal duas vezes. Comandou a Secretaria Municipal de Administração de Teresina, as secretarias estaduais de Agricultura e Segurança Pública e de Justiça do Piauí. Foi diretor-presidente da companhia estadual de saneamento e diretor de administração

e finanças da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no segundo governo Fernando Henrique Cardoso. Na Câmara, preside a Frente Parlamentar Municipalista e a Comissão de Agricultura e Pecuária. É autor de várias propostas que aumentam os recursos para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), repasse federal de verbas para as cidades brasileiras. Também integra a Frente Parlamentar do Cooperativismo. Destaque na Defesa dos Municípios.

Roberto Santiago (PV-SP) – Paulistano, 53 anos, está em seu segundo mandato de deputado. Comerciante, – bacharel em Direito, começou a militância política no movimento sindical. Filiado ao PV desde 2005, presidiu o Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana de São Paulo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade e a Federação Nacional dos Trabalhadores em Serviços de Asseio, Conservação e Limpeza Urbana. É vice-presidente nacional da Social Democracia Sindical (SDS) desde 2000. Na Câmara, preside a Comissão de Defesa do Consumidor e é relator da Comissão Especial do Trabalho Terceirizado, que vai definir o marco legal do setor que emprega mais de 10 milhões de pessoas no Brasil. Também foi designado relator do marco regulatório do uso da internet no país. Destaque na categoria Defesa do Consumidor.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, a Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sua solicitação será atendida na forma regimental, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Para falar como orador inscrito, o Senador Sérgio Souza. (*Pausa.*)

O Senador Paulo Bauer. (*Pausa.*)

A Senadora Angela Portela. (*Pausa.*)

A Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje é um dia corrido na Casa, porque estamos com o encerramento das emendas ao Orçamento e também com este rico debate sobre o Código Florestal. De maneira que gostaria de usar da tribuna para fazer três pequenos registros.

No último dia 23 de novembro, completou 23 anos a morte do economista baiano Rômulo Almeida, considerado pai da estrutura estatal da economia brasileira e um dos responsáveis pelo desenvolvimento econômico da Bahia. Já tive oportunidade de fazer referência nesta Casa sobre a importância de Rômulo Almeida,

durante a sessão especial em homenagem ao Dia do Economista. Na oportunidade, destaquei que o Brasil estava devendo a Rômulo Almeida uma homenagem à altura da contribuição dada por ele ao País não apenas no campo da economia, mas da política, quando esteve ao lado de todo o processo histórico de redemocratização do País.

Rômulo Barreto de Almeida nasceu em Salvador no dia 18 de agosto de 1914. Em 1933, bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia, dedicando-se à economia. Em 1941, tornou-se Diretor do Departamento de Geografia e Estatística do Território do Acre. Entre 1942 e 1943, foi Professor Substituto da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro. Em 1946, prestou assessoria à Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembleia Nacional Constituinte. No período de 1948 a 1949, participou de diversas subcomissões da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, também conhecida como Comissão Abbink.

A partir de 1953, Rômulo de Almeida tornou-se consultor econômico da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). Ainda no segundo semestre desse ano assumiu a presidência do Banco do Nordeste do Brasil. Com o suicídio de Vargas, em 1954, demitiu-se de seu cargo, já com a intenção de concorrer a uma cadeira na Câmara Federal.

No pleito de outubro de 1954, elegeu-se deputado federal pela Bahia na legenda do PTB. Iniciou seu mandato em fevereiro do ano seguinte, tornando-se vice-líder do PTB em março. Em abril, porém, deixou a Câmara para assumir a Secretaria da Fazenda baiana.

Ainda em 1955, criou e presidiu na Bahia a primeira Comissão de Planejamento Econômico do Estado. Em 1957, criou e presidiu o Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial da Bahia e foi nomeado vice-presidente da Rede Ferroviária Federal. Reassumiu seu mandato na Câmara em julho desse mesmo ano, exercendo-o até dezembro.

No período de 1957 a 1959, reorganizou o Instituto de Economia e Finanças da Bahia e, neste último ano, já durante o governo de Juraci Magalhães, foi secretário (sem pasta) para Assuntos do Nordeste em seu Estado. Representou também a Bahia na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e, nomeado posteriormente secretário de Economia, elaborou o projeto da Companhia de Energia Elétrica da Bahia (Coelba).

Foi diretor da Companhia Ferro e Aço de Vitória e, em 1961, nomeado representante do Brasil junto à Comissão Internacional da Aliança para o Progresso, da qual se exoneraria em 1966.

Com a extinção do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979 e a consequente reformulação partidária, vinculou-se à corrente trabalhista liderada por Leonel Brizola. Quando este perdeu a sigla do PTB para Ivete Vargas, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Rômulo de Almeida foi professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, do Curso de Planejamento do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) e da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (Ebap-FGV).

Foi diretor da Fundação Casa Popular, da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, da Empreendimentos Bahia S.A., da Elétrico-Siderúrgica Bahia S.A., além de presidir a Consultoria de Planejamento Clan S.A. Foi membro do Conselho-Diretor do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam).

Presidente de honra do PMDB baiano, em 1985, após ser cogitado para a presidência da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi nomeado, no início do governo Sarney, diretor de planejamento da área industrial do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Permaneceu nesse cargo até sua morte, ocorrida em Belo Horizonte em novembro de 1988.

Casou-se com Francisca Aguiar Almeida, com quem teve três filhos, entre eles o jornalista Eduardo Almeida.

No Instituto de Altos Estudos Rômulo Almeida, cuja diretoria toma posse agora, no próximo dia 30, vai ser decidido o novo plano de ação, entre eles a articulação com vistas a comemorar os 100 anos de nascimento de Rômulo Almeida, em 18 de agosto de 2014.

Tenho a certeza de que esta Casa também estará integrada a essas homenagens e tenho certeza, Sr^a Presidente, de que nos próximos anos o Banco do Nordeste, que comemora seu aniversário, comemorará a contribuição imensa de Rômulo Almeida à criação daquela instituição. Como ficou claro, Rômulo Almeida não é uma personalidade político-administrativa a quem apenas a Bahia deve, mas a quem o Brasil deve, que deu uma contribuição imensa a todo o Brasil.

Portanto, quero aqui me confraternizar com os familiares de Rômulo Almeida, com seu filho, em especial, nesse pequeno registro que faço desse que foi o grande líder da resistência democrática na Bahia, foi candidato ao Senado numa antecandidatura e com a sua antecandidatura organizou a oposição baiana ao enfrentamento da luta pela democracia em nosso Estado.

Portanto, sem fazer nenhuma consideração negativa, acho que o PMDB também deve uma grande homenagem a Rômulo Almeida em nosso Estado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Peço à Senadora Lídice apenas uma interrupção. Dar-lhe-ei mais tempo.

Associo-me à homenagem que a senhora está prestando a esse baiano que merece todas as honras, exatamente pelo que fez pela redemocratização, pela democracia e pela liberdade em nosso País.

Queria, em seu nome também, Senadora Lídice da Mata, tão envolvida com a educação, cumprimentar aqui as dezenas de alunos do Ensino Fundamental da Escola Municipal Cora Coralina, do Município goiano de São Simão. Bem-vindos todos vocês. *(Manifestação das galerias.)*

Queria cumprimentar vocês todos pela presença aqui, assistindo a esta sessão do Senado Federal. Desculpe-me, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Queria compartilhar com a senhora a audiência tão concorrida dos alunos.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sem dúvida, Presidente, que merecem tanto os elogios e a saudação desta Casa, não só pela contribuição cívica que fazem ao estarem presentes no nosso cenário, até em homenagem a essa grande poetiza do Brasil e de Goiás, que foi Cora Coralina. Parabéns à turma.

Finalizando, Srª Presidente, gostaria de fazer um registro sobre a iniciativa do Governo da Bahia, por meio da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, o Secretário Eduardo Salles, a respeito da implementação do projeto de entreposto frigorífico modelar.

É uma política pública importante que o Governo da Bahia inicia e que faz jus a toda pujança do sistema agroindustrial de carne no Nordeste. O nosso Estado tem uma participação destacada, um rebanho bovino composto por 10,7 milhões de reses, o maior contingente de todo o Nordeste. Por isso gostaria de registrar e parabenizar o Secretário Eduardo Salles e solicitar que o nosso pronunciamento a respeito desse assunto seja colocado integralmente nos Anais da Casa.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SENADORA LÍDICE DA MATA

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de parabenizar, senhoras e senhores senadores, o Comitê Paraolímpico Brasileiro pelo espetacular desempenho de nossos atletas nos

Jogos Parapanamericanos de Guadalajara, no México. Pela segunda vez consecutiva, o Brasil ficou na primeira colocação de seu continente, repetindo o feito de quatro anos atrás, no Rio de Janeiro.

Em solo mexicano, nossos atletas conquistaram 197 medalhas, das quais 81 de ouro, nada menos que 30 medalhas douradas a mais que o segundo colocado, os Estados Unidos. Um feito que merecia maior divulgação por parte da mídia, porquanto representativo da luta das pessoas com deficiência no Brasil, que diariamente superam a barreira do preconceito e os obstáculos impostos pela falta de acessibilidade das nossas cidades.

Atento a estas dificuldades e ciente de sua obrigação de promover a inclusão social dos mais de 45 milhões brasileiros que, segundo o IBGE, têm algum tipo de deficiência, o governo federal lançou, na última semana, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Viver Sem Limite. Com previsão orçamentária de R\$ 7,6 bilhões em ações estratégicas em educação, saúde, cidadania e acessibilidade, as ações serão executadas pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República até 2014 por 15 órgãos do governo federal.

Durante o lançamento do Plano, a presidenta Dilma Rousseff, chegou a declarar, emocionada: “Esse é um momento em que vale a pena ser presidente”, numa prova inequívoca de que o principal compromisso deste governo é com a redução das desigualdades, meta que não alcançaremos tratando igualmente os desiguais, mas promovendo políticas públicas voltadas à população historicamente alijada de programas consistentes de inclusão, como é o caso das pessoas com deficiência.

Portanto, senhor presidente, Srs. Senadores e senadoras, não é apenas uma feliz coincidência o lançamento do Viver Sem Limite na mesma semana em que nossos atletas paraolímpicos deram um show nas piscinas e estádios de Guadalajara, mas a comprovação de que a valorização de seu inesgotável potencial humano, em todas as suas dimensões, é a pista de mão única que levará o Brasil rumo ao desenvolvimento.

Muito Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senadora Lídice da Mata, a sua solicitação será atendida conforme determina o Regimento.

Convido o Senador Eduardo Suplicy para assumir a Presidência, já que sou a próxima oradora.

A Sra. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra a Senadora Ana Amélia, para uma comunicação inadiável.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Eduardo Suplicy, caras Senadoras e Senadores, novamente, saúdo os alunos da Escola de Ensino Fundamental Cora Coralina, de São Simão, Município goiano. Obrigada pela visita de vocês.

Senhoras e senhores telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, a aprovação do Código Florestal, ainda não concluída no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado, confirma, ratifica o intenso ritmo de trabalho que estamos desenvolvendo neste ano de 2011, que tem sido um ano de discussões fundamentais para o futuro do País. A sociedade brasileira tem bons motivos para se orgulhar do Senado Federal. Não tem faltado esforço da parte de todos para que os resultados sejam os melhores possíveis. No ambiente democrático, é preciso respeitar o contraditório.

Desde 1º de junho, quando o PLC nº 30, de 2011, foi-nos enviado pela Câmara dos Deputados, todos temos nos dedicado para encontrar o equilíbrio entre a preservação ambiental e a produção de alimentos.

Durante seis meses de profundas discussões que aconteceram dentro do espírito democrático que prevalece nesta Casa, ouvimos todas as partes interessadas na reformulação do Código, ambientalistas, cientistas, acadêmicos, produtores rurais pequenos, grandes e médios, e também o Governo.

Avaliamos as propostas que estavam sendo debatidas por diversos aspectos, como o econômico, por parte da agricultura empresarial, e como o social – todos os movimentos sociais foram ouvidos pelo Senador Jorge Viana e pelo Senador Luiz Henrique. Da mesma forma, ouvimos a área ambiental e, principalmente, a área da segurança jurídica. Ouvimos aqui especialistas e autoridades do Poder Judiciário nessas áreas.

Presidente Eduardo Suplicy, esse trabalho de conciliação foi endossado pelas palavras proferidas pela Presidenta Dilma Rousseff ontem à tarde, por ocasião das comemorações dos 60 anos da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA). Eu gostaria de reproduzir aqui as palavras da Senhora Presidenta:

A mesma maturidade para o diálogo que nos permitirá aprimoramos nossa política agrícola deve nos orientar na busca de um consenso em torno do novo Código Florestal. Muitos passos foram dados nessa direção. O Brasil não precisa e não pode contrapor seu papel de potência agrícola à preservação de nossas riquezas naturais e da nossa biodiversidade.

Talvez, sejamos o único país do mundo que tem condições de ser potência agrícola e energética sem deixar de ser potência de biodiversidade e de respeito ao meio ambiente.

Essa é a declaração primorosa, correta, adequada e oportuna feita ontem pela Presidenta Dilma Rousseff, num ambiente em que estavam reunidos centenas de produtores rurais, lideranças do setor produtivo de todo o País, pequenos, médios e grandes.

Eu não poderia deixar de aproveitar essa oportunidade, Senador Suplicy, para cumprimentar, de maneira muito especial, os Relatores, cujos trabalhos acompanhei desde o início. Foi um competente trabalho realizado diante de muitas dificuldades de acomodar tamanha diversidade de opiniões.

Os relatórios foram produzidos pelo Senador Luiz Henrique da Silveira, do PMDB de Santa Catarina, que é ex-Governador, com larga experiência na questão ambiental, e que é de um Estado dominado pelo minifúndio, pela pequena propriedade, e pelo Senador Jorge Viana, do PT do Acre, também ex-Governador de Estado, com larga experiência, que está estreando nesta Casa e que está fazendo um trabalho de grande valia não para hoje, nem para amanhã, mas para o futuro deste País. A expressão da qualidade e da dedicação desses dois Relatores merece nosso respeito e nossa admiração, da mesma forma que reverenciamos muito o que fez, na Câmara dos Deputados, o grande brasileiro Aldo Rebelo, hoje Ministro do Esporte, que, da mesma forma, com grande senso de responsabilidade, produziu o que foi possível na Câmara Federal. Agora, aqui, essa matéria passa pelas mãos habilidosas e pela habilidade política dos dois Relatores, Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana.

Espero que, daqui a pouco, a gente possa celebrar essa finalização na Comissão de Meio Ambiente. Aliás, acabou de ser tomada a decisão na Comissão de Meio Ambiente. Então, desta tribuna, posso dizer isso. É claro que, numa matéria tão complexa quanto essa, Senador Suplicy, é impossível agradar bem um e outro lado. O que foi decidido na tarde de hoje foi resultado de um grande esforço de conciliação nacional entre produtores rurais e ambientalistas. Devemos isso à habilidade desses Senadores, que muito trabalharam no Senado.

Eu também destacaria o trabalho do Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; do Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; do Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e, de modo especial, do Senador Waldemir Moka, grande negociador do Mato Grosso do Sul, que, como Deputado Federal, já havia feito esse

trabalho, e do Senador Blairo Maggi, que, com sua experiência de ter administrado o contraditório numa questão tão emblemática quanto essa, a questão de compatibilizar agricultura com preservação ambiental, deu valiosa e pessoal contribuição para que chegássemos a esse termo, nesta tarde, na Comissão de Meio Ambiente, em que, lamentavelmente, não tive voto. Mas contei, sim, com o apoio pessoal e político nessas questões.

A emenda que apresentei perante o ex-Governador e Relator Luiz Henrique foi aprovada, a Emenda nº 12, que trata de dar clareamento à segurança jurídica. E, hoje, outra emenda que trata do nexo causal na questão dos incêndios nas propriedades rurais, apresentada pelo Senador Blairo Maggi, foi incluída pela admissibilidade do Relator, Senador Jorge Viana.

Eu queria, com isso, reafirmar os cumprimentos e o reconhecimento pelo trabalho feito pelos dois Relatores.

Hoje, os produtores rurais estão podendo, com mais tranquilidade, saber que esta Casa fez o seu papel. A aprovação do novo Código é fundamental para que seja concedida segurança jurídica tanto aos produtores de alimentos quanto àqueles que tratam da preservação ambiental.

O crescimento da população mundial, que recentemente chegou a sete bilhões de habitantes, aumenta os riscos causados ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que exige que aumente a produção de alimentos.

As regras claras dão ao agricultor a garantia de que ele pode continuar a trabalhar com tranquilidade.

Para encerrar, passo aos números, Senador Suplicy. V. Exª conhece bem a economia, os números e as estatísticas.

O superávit comercial da agropecuária brasileira aumentou 22% neste ano comparativamente ao ano passado no mesmo período. Mais de US\$62 bilhões foi o que o Brasil faturou em divisas, produzindo tudo pelo campo, e isso não pode ser desprezado.

Felizmente, a Presidenta Dilma Rousseff, do alto da sua responsabilidade e da sua visão de estadista, reconheceu o papel que os agricultores pequenos, médios e grandes representam para o nosso País.

Hoje é um dia muito importante para esta Casa e para todos que se empenharam em trabalhar para aprovar o Código Florestal. O desafio maior virá para o Plenário, quando votaremos, então, definitivamente a matéria, que voltará para a Câmara.

Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia, pela avaliação que faz, e cumprimentando todo o Senado pelo empenho de todos os Senadores.

Eu próprio, juntamente com a Senadora Ana Rita, encaminhei uma proposta referente à agricultura familiar, que foi devidamente considerada pelos Relatores, especialmente pelo Senador Jorge Viana, na Comissão de Meio Ambiente.

Tem a palavra, como Líder do PT, o Senador Humberto Costa.

Tem a palavra, pelo tempo regimental, o Senador Humberto Costa, como Líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o Brasil, em especial o Nordeste brasileiro, tem muito o que comemorar nos últimos anos com os avanços que conquistamos em termos de crescimento econômico, aumento da renda e de qualidade de vida da população.

Com o empenho do ex-Presidente Lula, iniciamos um processo de reversão da elevada concentração de desenvolvimento que marcou a história deste País. Hoje, muitos trabalhadores e trabalhadoras de todos os recantos do Brasil, e em especial das áreas que no passado foram esquecidas, sentem que suas vidas mudaram. E continuarão mudando agora com as políticas tocadas pela Presidenta Dilma Rousseff.

Mais uma vez os grandes números deste País vêm demonstrar aquilo que enxergamos de perto quando visitamos os Municípios nordestinos.

As contas regionais de 2009, divulgadas ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que a participação do Nordeste no Produto Interno Bruto (PIB) – e igualmente a do Centro-Oeste – aumentou em 0,4 ponto percentual entre 2008 e 2009. Com esse crescimento, a região Nordeste passou a representar 13,5% do PIB brasileiro. Sabemos que ainda podemos avançar mais e que o Nordeste tem grande potencial para isso. Porém também sabemos que estamos no caminho certo.

Esse movimento foi acompanhado pela maioria dos Estados do Nordeste. E Pernambuco tem sido um dos grandes destaques da região, ao lado da Bahia. Entre 2008 e 2009, a participação de Pernambuco no PIB brasileiro subiu de 2,3% para 2,4%. Se olharmos apenas os percentuais, essa diferença pode parecer pequena, mas, como disse o presidente da Agência Condepe/Fidem, do Governo do Estado de Pernambuco, Antônio Alexandre da Silva, em entrevistas aos jornais de Pernambuco, isso representa um crescimento nominal de 10% na economia.

Com os investimentos públicos realizados no Estado, graças ao empenho do Governo Federal e do Governador Eduardo Campos, essa trajetória continuará ascendente. A construção de grandes empreendimen-

tos como a Refinaria Abreu e Lima, a Transposição de Águas do Rio São Francisco e a Petroquímica Suape já deu nova dinâmica à economia pernambucana. A participação da Bahia, por sua vez, subiu de 4% para 4,2%. Com isso, o Estado passou da condição de sétima para a sexta posição no *ranking* do PIB brasileiro.

Ainda que a economia brasileira permaneça bastante concentrada, já podemos colher os frutos desse processo de descentralização. A marca profunda do desequilíbrio regional que o Brasil, no passado, vergonhosamente ostentou vem agora sendo apagada e, em seu lugar, o País imprime os contornos da inclusão social e do crescimento mais igualitário para todos os brasileiros.

Ao registrar, portanto, esse papel importante do Nordeste no cômputo do crescimento do nosso País, reafirmo aqui a importância das políticas de desenvolvimento regional que o governo Lula e, agora, o Governo Dilma Rousseff têm procurado implantar no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra o Senador Alvaro Dias, como orador inscrito, pelo tempo regimental.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o Ministro Lupi continua ministro. É surpreendente, mas continua ministro. Perdeu a autoridade moral e política para continuar no Ministério, mas lá está.

Num primeiro momento, fez um desafio à Presidente: disse que duvidava que fosse retirado do Ministério. Um desafio sério. Depois, arrependeu-se e fez uma declaração de amor à Presidente da República. A indagação que temos de fazer agora: a permanência do Ministro se deve ao desafio lançado ou à declaração de amor feita?

Talvez a resposta nos informasse sobre as razões da permanência do Ministro, porque fica difícil compreender que alguém que é alvo de denúncias da maior gravidade – desvios de recursos, cobrança de propinas, mentira oficial à Câmara dos Deputados – tenha o beneplácito da Presidência da República para continuar no Governo.

O crime de responsabilidade explícito, com a mentira proferida, por si só se constitui quebra de decoro e justificaria o seu afastamento do Ministério. A fábrica de sindicatos instalada no Ministério com comprovação; 1.457 cartas sindicais registradas em um período de três anos e mais duas mil em tramitação; o aparelhamento de organizações não governamentais para a celebração de convênios com o Ministério, essas denúncias da maior gravidade não justificaram a demissão do Ministro, mas o seu prestígio.

E, por isso, há uma indagação: por que cargas d'água, há alguns meses, se tentou passar a ideia de que a Presidente da República estava promovendo uma faxina no Governo, quando, na verdade, em momento algum, houve uma ação rigorosa da Presidência da República para afastar ministros? Ao contrário, o posicionamento da Presidente Dilma Rousseff foi sempre de advogada de defesa, ao final perdendo a causa, mas sempre na defesa dos ministros denunciados. Ao final, a festa de despedida, as homenagens.

Apesar disso, as pesquisas de opinião pública revelaram que a Presidente cresceu popularmente porque estava realizando a faxina – uma farsa, uma mentira. Aliás, mentira não é quebra de decoro. Dizer a verdade, em alguns momentos, sim.

O Ministro Nelson Jobim não foi denunciado pela prática de corrupção. O Ministro Nelson Jobim não foi demitido por corrupção. Ele foi demitido não por dizer mentira, mas por dizer a verdade.

Dizer a verdade, demissão.

Dizer mentira, permanência no Governo.

Inversão de valores, inversão de prioridade ética.

Mas agora, Sr. Presidente, mais um ministro é alvo de denúncias. Aliás, não pela primeira vez: mais uma vez é denunciado o Ministro das Cidades.

Quando da primeira denúncia, nós aprovamos um requerimento para ouvi-lo em audiência pública, em sessão conjunta da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle. Vamos solicitar à Senadora Lúcia Vânia e ao Senador Rollemberg a definição de uma data para ouvir o Ministro Mário Negromonte, das Cidades, que é hoje alvo de denúncia na imprensa.

O jornal *O Estado de S. Paulo* informa que houve fraude: o Ministério alterou o projeto de infraestrutura para as obras da Copa do Mundo em Cuiabá, elevando para R\$1,2 bilhão o custo das obras, R\$700 milhões a mais do que o orçamento original.

A estratégia levou à demissão um servidor que se recusou a apresentar um parecer favorável à elevação do custo da obra. Com a demissão desse servidor, outro apresentou parecer diferente para substituir o anterior e autorizar a elevação do preço das obras em R\$700 milhões.

Portanto, Sr. Presidente, compete ao Senado Federal ouvir o Ministro e, certamente, como decorência de seu depoimento no Senado, decidir sobre providências subsequentes.

O jornal *O Estado de S. Paulo* ressaltou que Luiza Vianna afirmou a assessores que teria tomado a decisão após receber telefonemas de Peixoto, braço direito do Ministro, e de Guilherme Ramalho, Coordenador-Geral de Infraestrutura da Copa de 2014, do Ministé-

rio do Planejamento. “Nós fizemos outra nota técnica, com o mesmo número sim, e mudamos o conteúdo”, afirmou a Diretora de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades em reunião na última segunda-feira. A fraude teria ainda a participação da nova gerente de projetos da pasta, Cristina Soja.

Portanto, inicialmente, queremos ouvir o Ministro, e, se houver necessidade, obviamente, com a concordância da maioria, poderemos reivindicar outros depoimentos dos servidores envolvidos.

Eu concedo ao Senador Pedro Taques um aparte com maior prazer.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Sim, Senador Alvaro, esse tema é muito interessante e, sobretudo, importante para o povo do Estado que eu aqui, com muita honra, represento. A mudança de conteúdo técnico por vontade, conveniência, oportunidade política revela, no mínimo, prevaricação, porque, aí, é um sentimento pessoal de mudanças de dados técnicos. Eu, como Senador da República, representando o Estado de Mato Grosso, hoje oficieei ao Ministério das Cidades, solicitando informações a respeito disso. Mudar a matriz da mobilidade do modal de transporte por oportunidade e conveniência, acarretando prejuízos ao povo brasileiro, direta e indiretamente, é motivo de preocupação de todos nós. Portanto, desde logo, quero hipotecar a V. Exª o meu apoio ao esclarecimento deste fato.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques. V. Exª tem adotado aqui uma postura republicana. Integra um partido da base aliada do Governo, mas, em nenhum momento, compactua com atos que não sejam de correção, de lícitude e, sobretudo, quando diz respeito à aplicação de recursos públicos.

Nós esperamos que, já na próxima semana, seja possível agendar essa audiência pública aqui, no Senado Federal, para ouvirmos o Ministro das Cidades.

São quatro denúncias. A primeira delas dava conta de que existiria, no Ministério das Cidades, um mensalão para atender determinado partido. A segunda, em desvios nas obras do Programa Minha Casa, Minha Vida. A terceira, a denúncia de que houve a chamada “festa do bode” no interior da Bahia. E a quarta, a de hoje, relativamente a essas obras que estariam sendo superfaturadas através das fraudes de notas técnicas no interior do próprio Ministério.

Portanto, Sr. Presidente, são providências inadiáveis...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Concluindo, Sr. Presidente, são providências inadiáveis que devem ser adotadas no Senado Federal.

Se entendermos necessário, mais uma vez utilizaremos do expediente de protocolarmos, no Ministério Público Federal, representação para a necessária investigação judiciária. Isso depois do depoimento do Ministro aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Presidente, eu queria pedir a inscrição pela Liderança do PSOL, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Senador Ivo Cassol tem a palavra; em seguida a Senadora Marinor pela Liderança.

E o Senador Armando Monteiro havia solicitado?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Caro Senador, eu tinha solicitado aqui uma inscrição também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está agora solicitando?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Posso aguardar, posso aguardar então. Tenho certeza de que...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª se inscreve pela liderança ou como orador inscrito?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Como orador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Quero agradecer e cumprimentar o Sr. Presidente, os nobres Colegas, Senadores e Senadores, e todos os brasileiros que nos acompanham nos quatro cantos desse rincão brasileiro, especialmente no meu Estado de Rondônia.

Há poucos minutos, a Comissão de Meio Ambiente, juntamente com a Comissão de Agricultura, com os nossos Pares, conseguimos aprovar os destaques, aprovar as emendas e também aprovamos, em regime de urgência, para que o Código Florestal retorne a esta Casa.

Eu quero parabenizar o trabalho que a Câmara dos Deputados fez, mas também quero aqui parabenizar os nossos Senadores, especialmente o nosso Presidente Rodrigo Rollemberg, da Comissão de Meio Ambiente, e os relatores Jorge Viana e Luiz Henrique.

Muito se debateu e discutiu o Código Florestal. Eu sei e tenho certeza de que o Código Florestal não atendeu aos interesses de todos. Não atendeu nem

aos interesses de todos os Senadores que cuidam do setor produtivo, como também não conseguiu atender a todos os interesses do setor que se diz da preservação ambiental.

Mas nós, num entendimento comum, trabalhamos para que pudéssemos construir um relatório para que sejam tirados da clandestinidade os nossos produtores e sejam tratados como verdadeiros heróis brasileiros.

Fico triste quando vejo, como vi hoje, manifestação contra um e outro relator, faltando com respeito à Comissão, como se o produtor brasileiro fosse bandido. Quando usei a palavra naquela Comissão, eu disse: a esses que são tão radicais, a esses que a mando de alguém, a pedido de alguém, acham que o setor produtivo não precisa existir no Brasil, quero fazer uma pergunta. Como é que fazem para colocar arroz dentro de casa? Como é que fazem para colocar feijão dentro de Casa? Para colocar a carne na mesa? Como é que fazem para comprar uma roupa de algodão? Queria fazer uma pergunta às pessoas que não param para pensar e tratam os trabalhadores deste Brasil como se fossem bandidos. Gostaria de saber se, na terra deles, no Estado deles, arroz, por um acaso, dá em árvores? De repente, em algum Estado por aí os bois nascem em árvores. De repente, em algum outro Estado estão colhendo feijão em copa de árvore. Mostrem-me, por favor, porque também quero ir lá colher.

Para podermos nos sustentar, para podermos produzir alimentos, sobreviver, viver com dignidade, de uma maneira ou de outra precisamos fazer conviver o setor produtivo com o setor ambiental. Muitas das vezes, quem trabalha é tratado como bandido. Aí alguém diz o seguinte: “Deram anistia às pessoas que tinham multas.” É o contrário. Se multa e cadeia resolvessem, os cofres do Ministério do Meio Ambiente estariam superlotados. Temos de trazer essas pessoas para a legalidade, fazer com que se comprometam para recuperar essas áreas degradadas. Não podemos aceitar, na Amazônia, que aqueles que foram lá ocupar para não entregar, na época obrigados pelo Governo Federal a desmatar, venha algum ambientalista ou de repente alguém que ocupou a Pasta do Meio Ambiente, jogar para a plateia e para a Câmara.

Muito me estranha, muitas vezes, alguns setores da imprensa darem mais atenção a um baderneiro, a quem vem fazer manifestação e, infelizmente, não darem a verdadeira atenção àquele que trabalha de sol a sol, aquele que produz o alimento para colocar na sua mesa, àquele que está produzindo o couro para fazer o sapato e você andar elegante!

Quem desses ambientalistas não gosta de uma cervejinha gelada, de um refrigerante gelado? Quem desses ambientalistas já não se acostumou com ar

condicionado em lugares quentes? Quem desses ambientalistas não anda para cima e para baixo – São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro – de elevador? Tem de fazer o contrário, falar de nós. Mas vai subir de escadas! Subam de escadas e desçam de escadas! Ah, você tem de ir para outro Estado? Faz o seguinte: pega um jegue no meio do caminho e vai de jegue. Mas vai ter de pastar no meio do caminho também.

Então, nós não podemos aceitar. Nós somos o país que mais preserva: 61% das nossas matas são preservadas e cuidadas por nós. Portanto, o que tentamos buscar, nós, Senadores, como o Senador Aloysio, o Senador Armando, e tantos outros Senadores, juntos, de ontem de manhã até a tarde, sem almoço; hoje, do mesmo jeito – hoje veio um lanche do nosso nobre Colega, Senador Blairo Maggi, que trouxe uns pasteis para podermos comer. Muitas vezes, quem está em casa pensa que a vida de Senador....dizem que aqui é o Céu. Tenho certeza de que todo lugar em que estamos, quando vivemos em paz com nossos irmãos, é o Céu. Com certeza absoluta. E o inferno, quem acaba fazendo são as próprias pessoas que não amam nem a si próprias.

O que tentamos e fizemos foi o melhor para o País. Se hoje o Brasil tem recordes após recordes de produção agrícola, tem crescimento, Senador Armando, no agronegócio, é porque o setor produtivo dá o resultado de que precisa. É isso que tentamos buscar.

Então, de uma vez por todas, o nosso setor produtivo, tanto a pecuária, quanto a agricultura, quem preserva e como nós fizemos isso...Eu quero recordar, como ex-Governador, que diminuimos o desmatamento de Rondônia, diminuimos as queimadas em Rondônia, porque nós fizemos o dever de casa. Não foi ex-Ministro que fez, não. Por isso, quero parabenizar a Ministra do Meio Ambiente, a Dr^a Izabella, porque ela é uma técnica, é competente, soube participar com responsabilidade. Da mesma maneira, o relator Jorge Viana, como também o ex-Governador Luiz Henrique e atual Senador, que é também relator. Foi um trabalho árduo de toda uma equipe.

Então, não podemos, Aloysio, de maneira nenhuma, Senador, deixar cair tudo isso por terra por alguns que são mal amados até na sua casa ou são mal amados em qualquer outro lugar, Mas que não atrapalhem o Brasil, que nos ajudem a plantar. Tem muitos ambientalistas por aí que se dizem ambientalistas – porque aqui, em Brasília, em São Paulo, é fácil falar em ambientalismo, porque estão em uma sala, com uma televisão colorida bonita, olha para um lado e vê o lago; vê o outro lado todo florido; olha para a frente, o Banco Central; e o resto do País, uma miséria!

A maioria dos agricultores, em torno de cinco milhões, sequer está vivendo com um salário mínimo por mês.

Concedo a palavra para o Senador Aloysio.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Nobre Senador Ivo Cassol, nós tivemos dois dias intensos de trabalho na Comissão de Meio Ambiente, sem arredar o pé de lá. V. Ex^a retrata bem o ambiente em que transcorreu a reunião e o esforço, a colaboração, que a grande maioria dos Senadores desenvolveu para que nós pudéssemos ter uma lei, em primeiro lugar, em condições de ser aprovada; em segundo lugar, em condições de ser aplicada; e, em terceiro lugar, em condições de ser respeitada pelo alcance social e pela importância que ela tem para a preservação do meio ambiente e para a agricultura. Eu gostaria também, como Senador da oposição, de registrar um elogio ao trabalho do Ministro da Agricultura e da Ministra do Meio Ambiente e de suas respectivas equipes. Diferentemente do que ocorreu na Câmara, aqui no Senado, o Governo, através desses dois Ministérios, se envolveu, tomou posição, ajudou na composição. De modo que, além dos Senadores que foram mais diretamente responsáveis pela condução e pela elaboração, eu gostaria, como Senador da oposição, de fazer este registro e este reconhecimento ao trabalho do Ministro da Agricultura e da Ministra do Meio Ambiente.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Parabéns, Senador Aloysio. Com certeza, tanto o Ministro da Agricultura – e quero também parabenizá-lo – como sua equipe muito contribuíram. Quero dizer que, para nós, que temos uma preocupação, especialmente com o setor produtivo no Brasil, jamais podemos deixar de lado esse enfrentamento. Só vemos com tristeza quando muitos querem discutir a questão ambiental sem nunca ter colocado o pé na Amazônia, sem nunca ter ido ao meio de uma mata, sem nunca ter sido mordido por um mosquito, seja da malária ou qualquer outro, como nós enfrentamos e temos enfrentado.

A Senadora Ana Amélia, que representa o Rio Grande do Sul e defende o setor produtivo, concedo um aparte.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Ivo Cassol. Quero apenas reafirmar, inclusive endossando as palavras do Senador Aloysio Nunes Ferreira, porque usei há pouco a tribuna onde V. Ex^a está agora exatamente reconhecendo não só o trabalho dos relatores Luiz Henrique e Jorge Viana, mas também dos Presidentes das Comissões pelas quais o tema passou. Agora, fico feliz com a lembrança, que não foi por mim referida, do Senador Aloysio Nunes sobre o papel que o Ministro Mendes Ribeiro Filho e a Ministra Izabella Teixeira tiveram nesse processo. Essa

foi a valia grande de entendimento de pensamentos, às vezes conflitantes, mas que, com um bom diálogo democrático, foi possível consertar algumas das distorções que poderiam provocar sérias dificuldades, não para produtores ou criadores na região Nordeste, nas chamadas áreas de apicuns, mas também do declive de 25 a 45 graus, o que também poderia representar uma tragédia para os pequenos agricultores. Então, queria endossar a manifestação de V. Ex^a a respeito dessa matéria, confirmando todo o seu posicionamento e também do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado pelo aparte. Também quero aqui citar o nome desse grande homem, grande produtor brasileiro, Senador Blairo Maggi, e outro Senador que muito contribuiu para que o relatório, para que nós, da Comissão de Meio Ambiente e de Agricultura pudéssemos ter sucesso: o Senador Waldemir Moka, pela sua humildade, pela sua sabedoria, pela maneira simples de entendimento, no sentido de construirmos juntos.

Por isso, deixo aqui o meu abraço a todos os Senadores que contribuíram, ajudaram, e a todas as pessoas que debateram num bom combate e o meu repúdio àqueles que simplesmente querem ver o País de cabeça para baixo, sem sequer tratar quem produz com decência.

Então, estou aqui defendendo mais uma vez e agradecendo a todo mundo.

Para encerrar, digo que o setor produtivo e o setor ambiental precisam andar lado a lado. Precisamos ter consciência de que o setor produtivo e os que se dizem ambientalistas têm de estar lado a lado. Não podemos cada um ir para um lado, como se o nosso País fosse diferente. Precisamos, sim, de um lado, preservar, mas, ao mesmo tempo, alguém tem de começar a compensar aqueles que estão preservando.

Ao mesmo tempo, esse Código Florestal vem trazer tranquilidade ao homem do campo e aos pequenos agricultores. Há coisas que cada um tem de fazer? Tem. Então, portanto, não há anistia. Aquelas pessoas que cometeram crime terão que recuperar e terão oportunidade para isso. É isso que buscamos neste momento.

Por isso, agradeço. Deixo o meu abraço. Até a próxima oportunidade, se Deus assim o permitir.

Obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Aloysio Nunes, permita-me primeiramente fazer um registro da visita dos representantes da União de Partidos Políticos Latino-Americanos (Upla). Sejam muito bem-vindos aqui ao Senado Federal!

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, minha saudação também a nossos visitantes.

Eu dirijo uma questão de ordem a V. Ex^a que é um democrata a quem todos nós louvamos pelo seu compromisso com respeito às leis. A minha questão de ordem diz respeito ao cumprimento de uma disposição regimental que determina o início da Ordem do Dia, impreterivelmente – esse é o advérbio –, às 16h. Em sendo 16h09, creio que é hora de começarmos, então, a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Aloysio Nunes, nós vamos agora...

Vou solicitar ao Presidente José Sarney que possa, de pronto, vir ao plenário da Casa para que se inicie a Ordem do Dia.

Temos apenas...

Se me permite, vamos proceder a uma comunicação de cinco minutos da Senadora Marinor, pela Liderança do PSOL, enquanto aguardamos a presença do Presidente José Sarney para dar início à Ordem do Dia.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, visitantes que estão no Senado Federal, ocupo a tribuna, nesta tarde, em nome da Bancada do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), para registrar um fato grave que envolve a morosidade desta Casa em resolver questões essenciais, como é o caso da composição da instalação do Conselho de Comunicação Social, que foi criado a partir da Constituição Federal para atuar no acompanhamento da sociedade civil e na fiscalização e controle social relativos à propaganda de tabaco e de bebida, a agrotóxico, a programas de TVs e rádios, a monopólio e oligopólio e a programas com finalidades educativas e para interferir na produção da cultura nacional e regional, responsável por interagir com a concessão de serviços de radiodifusão, entre outras finalidades importantes. Esse Conselho deveria estar instituído pelo Congresso Nacional com representantes da sociedade civil, com profissionais de cinema, de rádio e de vídeo, com artistas, com jornalistas e, obviamente, com representantes da imprensa escrita, TV e rádio. Mas esse Conselho, há cinco anos, reuniu-se pela última vez.

Resolvi usar esta tribuna, para dizer que não é possível avançar na democratização deste País sem avançar em projetos e em programas que possibilitem dar vez e voz ao povo. Portanto, é preciso democratizar os meios de comunicação neste País. Esse é o único controle legal que a sociedade civil teria se o Congres-

so Nacional respeitasse o direito legal e instituisse o Conselho de Controle Social.

Estou trazendo essa questão aqui e devo dizer que, no início do meu mandato, procurei o Presidente José Sarney para fazer essa cobrança. Logo que comecei a receber projetos de rádios comunitárias, dentre outros, para relatar, eu disse: “Espere aí! Há um Conselho Nacional instituído pela legislação desde o ano de 1991!”. É um Conselho que foi criado a partir da iniciativa do ex-Senador Pompeu de Souza, que era jornalista, que atuava no debate sobre a democratização da comunicação no País e que, sem dúvida alguma, do ponto de vista da legislação, trouxe grande contribuição.

Então, Senador Suplicy, estou aqui para cobrar, de público, ao Presidente José Sarney que tome as providências devidas junto à Câmara dos Deputados para que essa lei seja cumprida. São mais de cinco anos sem que o Conselho funcione.

Eu queria também, para economizar o tempo, dizer que, no art. 42, esse Conselho afirma que a Anatel e a Ancine, no âmbito de suas respectivas competências, regulamentarão as disposições dessa lei até 180 dias de sua publicação, ouvido o parecer do Conselho de Comunicação Social. Esse parágrafo desse artigo afirma que, caso o Conselho de Comunicação Social não se manifeste em trinta dias do recebimento das propostas de regulamento, estas serão consideradas referendadas pelo Conselho.

Há uma série de coisas que se referem ao Conselho de Comunicação Social, que deveria estar instalado, funcionando, e que não aconteceram até agora.

Eu queria deixar à disposição e dar como lido este meu pronunciamento, que é bem grande. Nele, faço referência a detalhes do conteúdo da lei; a atividades que o Conselho deveria realizar, mas que não está realizando; à relação que o Conselho tem com a questão dos interesses das empresas de comunicação e do interesse público, entre outras questões.

Essa não é uma coisa menor, Senadora Ana Amélia. Estamos falando aqui da omissão desta Casa, da Mesa Diretora, em cumprir a legislação brasileira. E se trata de assunto de relevância, porque há a possibilidade de haver a participação dos atores, dos que atuam nesse segmento da comunicação, ajudando o povo brasileiro no controle social sobre essa matéria, que tem alterado leis, inclusive a partir de medidas provisórias, que estão no conteúdo das possibilidades da interferência desse Conselho.

Então, eu queria registrar aqui, em nome da luta pela democratização dos meios de comunicação neste País, meu descontentamento por esse comportamento da Mesa Diretora em relação ao cumprimento dessa lei.

Obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SR^a SENADORA MARINOR BRITO.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ocupo a tribuna na tarde de hoje para registrar um fato grave que envolve a morosidade dessa casa em resolver questões essenciais, como é o caso da composição do Conselho de Comunicação Social. Afirmando aqui meu compromisso e o esforço de nossa bancada para ver resolvido o quanto antes essa situação.

É constrangedor registrar, pelo quinto ano consecutivo, a ilegalidade do Congresso Nacional em relação ao cumprimento da Constituição Federal e da Lei 8.389/1991. No último domingo, 20 de novembro, cumpriram-se cinco anos que o Conselho de Comunicação Social (CCS), criado pela Constituição de 1988 (artigo 224) e regulamentado por lei em 1991, se reuniu pela última vez.

De lá para cá, a Mesa Diretora se recusa a convocar a sessão conjunta para eleição dos novos membros, como manda o parágrafo 2º do artigo 4º da Lei.

O Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso, é o único espaço institucionalizado de debate sobre o setor de comunicações em nosso país, com representação da sociedade civil. No entanto, reitero, não funciona há cinco anos por deliberada omissão do Congresso.

Dispõe a recente Lei 12.485/2011, que regula o chamado Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), o estabelecimento de novas regras para o setor de TV paga.

Em seu artigo 42, afirma que “a Anatel e a Ancine, no âmbito de suas respectivas competências, regulamentarão as disposições desta Lei em até 180 dias da sua publicação, ouvido o parecer do Conselho de Comunicação Social”. E no parágrafo único desse Artigo, afirma que “Caso o Conselho de Comunicação Social não se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento das propostas de regulamento, estas serão consideradas referendadas pelo Conselho”.

Dessa forma, a lei, sancionada em 12 de setembro de 2011, determina que até 12 de março de 2012 o Conselho de Comunicação Social ofereça um parecer sobre as regulamentações a serem produzidas pela Anatel e pela Ancine.

A lei, todavia, também prevê que, caso o Conselho não se manifeste, tudo ficará como se encontra hoje.

Embora seja um avanço, a movimentação decorrente da aprovação de uma nova lei que atribui tarefas específicas ao CCS, no entanto, não constitui exatamente uma novidade.

A Lei 11.652, de 7 de abril de 2008, por exemplo –que criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) –, em seu artigo 17, determina ao Conselho Curador da empresa de radiodifusão pública encaminhar ao CCS as deliberações tomadas em cada uma de suas reuniões. Mas, mesmo assim, nada aconteceu. O Conselho de Comunicação Social continua sem membros.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, os integrantes do CCS são eleitos em sessão conjunta do Congresso Nacional. Acontece que a Mesa Diretora, vencidos os mandatos dos conselheiros ao final de 2006, jamais promoveu a eleição dos novos membros. Trata-se, portanto, de evidente descumprimento de uma lei exatamente por parte do poder que tem o dever constitucional maior de criá-las e, espera-se, deveria cumpri-las.

A situação chegou a tal ponto, que uma integrante do próprio Congresso, a sempre combativa deputada Luiza Erundina, em agosto de 2009, entrou com uma representação na Procuradoria Geral da República para que o Ministério Público investigue os motivos pelos quais não se promove a eleição dos novos membros do Conselho. Infelizmente, não se conhece os resultados dessa representação.

A inatividade do Conselho, como era de se esperar, não merece a atenção da grande mídia, apesar dos empresários do setor constituir, pelo menos, a metade de seus membros.

Como se sabe, o Conselho, apesar de regulamentado em 1991, só logrou ser instalado 11 anos depois como parte de um polêmico acordo para aprovação de Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que, naquele momento, constituía interesse prioritário dos grupos de mídia.

A Emenda Constitucional nº 36, de maio de 2002, permitiu a propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão por pessoas jurídicas e a participação de capital estrangeiro em até 30% do seu capital.

O fato é que, mesmo sendo apenas um órgão auxiliar, o Conselho instalado demonstrou ser um espaço relativamente plural de debate de questões importantes do setor, tais como a concentração da propriedade, a outorga e renovação de concessões, a regionalização da programação, TV digital, radiodifusão comunitária, entre outros.

Vencidos os mandatos de seus primeiros integrantes, houve um atraso na confirmação dos membros para o novo período de dois anos, o que ocorreu apenas em fevereiro de 2005. Ao final de 2006, no entanto, totalmente esvaziado, o Conselho fez sua última reunião e a eleição dos novos membros até hoje não foi convocada pelo Congresso.

Por isso, Senhor Presidente, quero informar que, até que ocorra a nova eleição do Conselho de Comunicação Social, não encaminharei relatório dos projetos de decreto legislativo da Comissão de Ciência e Tecnologia, que se encontram sob minha guarda para emitir os respectivos pareceres, onde aprova o ato que outorga a criação de veículos de comunicação de radiodifusão e outros, principalmente em meu Estado.

O Congresso Nacional e, sobretudo, o Senado Federal, abriga um grande número de parlamentares com vínculos diretos com as concessões de rádio e televisão.

O Conselho de Comunicação Social é um órgão que – insisto, mesmo sendo apenas auxiliar – discute questões que ameaçam os interesses privados de alguns parlamentares e dos empresários de comunicação, seus aliados.

Essa é a razão, com toda certeza, pela qual o Congresso descumpra a Constituição e a Lei. Por isso, aproveito para, além do meu repúdio a esta situação vergonhosa, expressar minha disposição para propor alterações na lei que regulamenta o Conselho, para que situações como estas não se perpetuem indefinidamente, num claro desrespeito aos direitos de nossa cidadania.

Espero que os integrantes dessa Casa também se pronunciem a respeito desse fato.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Senador Paulo Paim ainda está? *(Pausa.)*

Ainda não chegou?

Estamos aguardando o Senador José Sarney, temos a notícia de que este está a caminho

O Senador Sérgio Souza tem a palavra, pelo tempo regimental. *(Pausa.)*

O Senador Sérgio Souza inverteu a ordem com o Senador Paulo Bauer.

Tem a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero agradecer ao Senador Sérgio Souza que muito gentilmente viabilizou a permuta do seu horário de pronunciamento comigo. O seu pronunciamento, certamente muito importante, será feito logo que eu encerre o meu, mas desejo, saudando a todos, registrar a presença dos vereadores do Município de Santo Amaro da Imperatriz, que nos visitam, que visitam a capital federal para buscar solução para problemas que aquele Município quer ver solucionado, especialmente na área do Ministério dos Transportes, na rodovia federal que corta aquele Município e precisa de melhorias, como viadutos e outras obras que permitam a segurança das

pessoas que, efetivamente, precisam cruzar a rodovia ou mesmo utilizar-se dela.

Compareço a esta tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores para fazer um registro.

No dia de hoje, exatamente às 17 horas, o Ministro dos Transportes, em audiência, atenderá um grupo de parlamentares, entre os quais eu me incluo. A audiência foi viabilizada exatamente em função de uma solicitação minha. Vários Deputados Federais estarão presentes, Deputados Federais de Santa Catarina, também o Senador Luiz Henrique e o Senador Casildo Maldaner, prefeitos, dirigentes de entidades de classe, deputados estaduais, enfim, uma comitiva muito expressiva estará na audiência para ouvir do Ministro dos Transportes a informação que ele nos prometeu há aproximadamente 45 dias, quando, em audiência, apresentamos pleito no sentido de que o Ministério lance o edital de licitação para a duplicação da rodovia BR-280, no trecho que vai da cidade de Jaraguá do Sul até a cidade portuária de São Francisco do Sul.

Precisamos registrar, Sr. Presidente – já fizemos vários pronunciamentos nesta tribuna sobre o tema – que aquela obra de duplicação é fundamental e absolutamente improrrogável, já que atende a uma região de alta expressão industrial e contribui para o escoamento da produção na direção do porto de São Francisco do Sul, que é um porto de grande movimentação em nosso Estado, principalmente de produtos da agricultura, produtos que são exportados em sua forma natural, ou seja, a granel.

Nós sabemos que aquela rodovia está com a sua capacidade exaurida há muitos anos. No período do veraneio, muitos veranistas se deslocam para as praias da ilha de São Francisco do Sul, que é uma ilha muito bela, uma ilha de praias maravilhosas, e o tráfego fica ainda mais intenso, chegando a 25 mil veículos por dia, numa rodovia que foi projetada para ter 8 mil veículos por dia, no máximo. Isso obviamente preocupa, porque as viagens se tornam muito demoradas, a segurança fica comprometida e os pedestres não se arriscam a cruzar a rodovia, principalmente na área em que corta áreas urbanas.

Posso dizer a V. Ex^a e às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que no dia 24 de outubro do ano passado, se não me falha a memória, nós vimos aquela rodovia ser objeto de uma notícia e de uma providência. Três dias antes da eleição, o Ministro dos Transportes, que hoje é novamente o titular do órgão, esteve presente na cidade de Jaraguá do Sul para lançar e anunciar o edital de licitação daquela obra, e no dia 15 de dezembro o edital foi cancelado para adequações técnicas.

Agora, no primeiro semestre deste ano, novamente, o edital de licitação foi publicado. Cancelado

outra vez, quando ocorreram as notícias dos escândalos e das irregularidades no Ministério dos Transportes e no Dnit.

O pleito que a região faz, o pleito que Santa Catarina apresenta é no sentido de que, efetivamente, essa obra seja executada. O pleito é para que a licitação seja providenciada em definitivo.

Duas vezes publicado, duas vezes cancelado, o pleito se apresentou já no final do governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi o governo que promoveu a licitação para contratação da empresa que faria o projeto de engenharia. O projeto de engenharia foi executado durante o período de governo do Presidente Lula. Foram seis anos de demora para fazer um projeto de duplicação de uma rodovia com menos de 100km de extensão.

No final do Governo Lula, publicou-se o edital de licitação, que foi cancelado. Depois, no Governo da Presidente Dilma, foi publicado outra vez, cancelado novamente. E agora nós esperamos que haja uma providência definitiva. É uma obra prioritária que não está sendo reivindicada para o conforto das pessoas; ela está sendo reivindicada para a viabilidade econômica da região. É preciso que o escoamento da produção, tanto agrícola quanto industrial, se faça e, com isso, as exportações brasileiras cresçam, o País se desenvolva, a região tenha maior perspectiva de desenvolvimento econômico.

Certamente, esperamos ter notícia positiva do Ministro. Na audiência anterior ele nos frustrou muito quando disse que o Ministério não faria mais licitações baseando-se em projetos que não fossem executivos. E o projeto básico, que foi elaborado naqueles seis anos, não poderia mais ser utilizado para a licitação. Agora está o Dnit trabalhando na construção, no detalhamento desse projeto básico, de forma tal que ele se torne um projeto executivo. E, se assim o for, obviamente que ele poderá e vai se transformar em um projeto que permita o edital de licitação. Mas a notícia que nos entristeceu na época foi a de que esse projeto só seria objeto de licitação em maio ou junho do ano que vem. Nós não queremos esperar tanto, não podemos esperar tanto, nós queremos que o Ministério faça um esforço para abreviar esse prazo. É exatamente esse prazo menor que nós desejamos ver efetivamente anunciado no dia de hoje.

Encerro, Sr. Presidente, antes do tempo, para permitir que o Senador Sérgio, do Paraná, possa aqui fazer o seu pronunciamento antes que a Ordem do Dia inicie. Naturalmente, eu o faço para demonstrar a minha gratidão e o meu agradecimento pela gentileza de ele fazer a permuta comigo.

Muito obrigado a todos os senhores e senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Podemos, então, iniciar a Ordem do Dia.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir o início da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Romero Jucá, inclusive atendendo à solicitação do Senador Aloysio Nunes, vamos iniciar a:

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO Nº 1.436, DE 2011

Sr. Presidente, nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno, requero inversão da Ordem do Dia a fim de que a matéria constante do Item 5 seja submetida ao plenário em primeiro lugar. Senador Humberto Costa.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 1.436, DE 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno, requero inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 5, seja submetida ao Plenário em primeiro lugar.

Sala das Sessões, em – Senador **Humberto Costa**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, qual é o item 5?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – É a inversão para que seja considerado o item 5 da Ordem do Dia, que se refere à DRU.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O PSDB não concorda com a inversão. O PSDB defende que, em primeiro lugar, se discuta e se vote a regulamentação da Emenda 29, que tem precedência regimentalmente. Portanto, o PSDB vota contra o requerimento que pede a inversão de pauta.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O PMDB vota a favor do requerimento do Senador Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, vamos colocar em votação.

Como o Presidente José Sarney se encontra no plenário, vou pedir a ele que presida a sessão e inclusive conclua, Presidente José Sarney, o processo de votação que foi solicitado por requerimento do Líder do PT, Senador Humberto Costa, para que a matéria do Item 5 seja...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não foi declarado o resultado. Vou...

O Sr. Eduardo Suplicy deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Então eu aguardo. Para não ter dúvida, eu já anunciei com antecedência.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, retiro o requerimento para evitar problema

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas, Sr. Presidente, já está o processo de votação em curso.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Retiro o requerimento. Não tinha sido votado ainda.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não podemos votar de qualquer modo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Retiro o requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O processo de votação está em curso.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Se o autor retirou o requerimento...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O autor é o Senador Humberto Costa.

Sr. Presidente, nós não concordamos...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Até foi errado, porque anunciou...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ...com a retirada do requerimento se o processo de votação já se iniciou.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Não se trata...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Então, não pode... Ele não está presente. Ele pode...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O Senador Romero Jucá já votou, eu já votei, e o Senador Sérgio Souza já votou.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sr. Senador, se V. Ex^a me explica que é do Humberto Costa, é mais um motivo para considerar, porque não se pode votar requerimento quando quem requer está ausente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, foi colocado em votação e já houve a vota-

ção. Eu apenas estou pedindo verificação da votação. Já houve a votação, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não. Não houve a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Eu peço à Mesa que me traga as notas taquigráficas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pode conferir as notas taquigráficas.

O Senador Romero Jucá votou “sim”. Eu votei “não”. Já houve o início do processo de votação. O Senador Suplicy estava presidindo a sessão e pode testemunhar que ele iniciou o processo de votação.

Peço o depoimento do Senador Suplicy, que é um homem que certamente não negará a realidade.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Nós vamos verificar as notas taquigráficas e, se houver iniciado...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas, Sr. Presidente, quando eu ia mencionar que iria ser iniciado o processo de votação, sem ter antes conferido, foi o momento em que V. Ex^a entrou. Então, eu disse: “Convido o Presidente para processar a votação”.

Então, de fato, com toda lealdade a V. Ex^a...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – V. Ex^a pode consultar as notas taquigráficas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, mas eu...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu creio que a...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu nem anunciei o resultado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não anunciou o resultado, mas colocou em votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, falei que iria ser colocado em votação, e adentrou o Presidente...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Tanto é, Senador, que eu votei. Eu votei! Eu votei “não”.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a mencionou que o Senador do PSDB era contrário...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – E o Senador Sérgio Souza disse que o PMDB vota “sim”. O Senador Romero Jucá votou “sim”.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não! O Senador Sérgio mencionou que o PMDB votaria a favor, que era a favor. Foi então que o Presidente José Sarney entrou no plenário, e eu disse que ele procederia a votação.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Peço a V. Ex^a que confira as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vou conferir as notas taquigráficas.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, as notas taquigráficas vão mostrar a realidade. O que houve nem foi encaminhamento, mas uma orientação do partido de como proceder neste caso. Nem foi encaminhamento da votação, porque realmente o processo de votação ainda não havia sido aberto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O Senador Sérgio Souza talvez não tenha prestado atenção, mas a votação é simbólica. A Liderança vota pelo partido. É isso que ocorreu.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, pela ordem.

Apenas para chamar a atenção para aquilo que é extremamente preocupante para o nosso País, para a nossa democracia e que vem se repetindo no plenário desta Casa, de manobras que são absolutamente desnecessárias para um Governo que tem, sabidamente, uma ampla maioria nas duas Casas.

O que está acontecendo neste instante é apenas o desdobramento de métodos que estão se acumulando ao longo dos últimos anos e que não contribuem em nada para a democracia brasileira.

O Governo tem número, tem maioria? Tem. Para que, então, atropelar o Regimento, atropelar o debate, impor esse conjunto de medidas provisórias no chamado “guarda-chuva”, com temas mais diversos, diminuindo esta Casa, reduzindo o papel do Senado Federal, que é a Casa que pactua a nossa Federação?

Dessa forma, a Federação vai ficando cada vez mais mitigada. E não conseguimos sequer negociar com o Governo o apoio a uma matéria que o Governo considera essencial, que é a DRU, a Desvinculação das Receitas da União, e, em contrapartida, estamos propondo a votação da Emenda 29, que atende um dos mais graves problemas da sociedade brasileira, que é a saúde. Estados e Municípios têm recursos mínimos para a saúde fixados em 12% e 15%, respectivamente, e a União continua se recusando a fixar o seu próprio percentual.

Como se não bastasse concentrar receitas, como não se bastassem as manobras que o Governo faz com as medidas provisórias, no momento em que se tenta encontrar uma solução para a saúde brasileira, com a fixação de recursos pela União nos 10% – e repito que Estados e Municípios já têm recursos fixados –, o Governo se recusa a fazer essa negociação, em nome da sociedade brasileira. E o que é mais grave, para completar: tenta, através de manobras como as que vão ser feitas agora, acelerar a votação da DRU com requerimentos que estavam em votação e, na

hora em que nós, da oposição, pedimos verificação, tenta-se interromper a votação.

Nós queremos a verificação de quórum, Sr. Presidente.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Presidente Sarney, pela ordem.

Enquanto V. Exª não...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sim. Tem V. Exª a palavra.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – ...não lê as notas taquigráficas, eu queria registrar que eu entrei com pedido de licença do plenário amanhã e na segunda-feira, em função do que foi aprovado hoje de manhã na Comissão de Direitos Humanos, do trabalho que vou realizar como Presidenta da Subcomissão da Infância e Adolescência no acompanhamento da chacinada ocorrida no Pará, no sábado passado, que ceifou a vida de seis jovens adolescentes de 14 a 17 anos.

Então, estou com a incumbência de acompanhar o processo de investigação, já que no Pará, a cada dia, morrem três adolescentes. E muitos deles têm sido chacinados por policiais, por ex-policiais, e precisamos interagir de maneira mais firme na cobrança e no acompanhamento do trabalho que o Governo do Estado, a Polícia Civil, o Ministério Público precisam realizar para concluir esse inquérito.

Então, queria deixar registrado. Como não é um requerimento que pede recursos, ele é um requerimento de deferimento da Mesa, mas faço questão de registrar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP. *Fora do microfone.*) – ...a V. Exª.

Estou aguardando a vinda das notas taquigráficas, porque o art. 303 do Regimento diz o seguinte: “A votação não se interrompe senão por falta de quórum e, observado o disposto nos arts. 178 e 179, pelo término da sessão”.

De maneira que, se a votação tiver sido começada, evidentemente V. Exª pode retirar o requerimento. Aliás, V. Exª não pode retirar o requerimento. O Senador Humberto Costa é que, não estando presente, o requerimento não pode ser votado. É o que diz o Regimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, o Senador Humberto Costa estava presente. Retirou-se em seguida. O Senador Suplicy anunciou o processo de votação. Eu me manifestei ao votar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Alvaro Dias, eu cheguei aqui... Eu não estou pegando o bonde andando, como se diz. De maneira que estou fazendo apenas o procedimento normal. V. Exª conhece: a minha ação dentro desta Casa sempre foi do maior equilíbrio. Jamais nós usamos de qualquer artifício para beneficiar uma parte ou

outra, senão para assegurar os trabalhos do Plenário. Por isso...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, não estou questionando isso. Estou apenas afirmando que o Senador Humberto Costa estava presente no início desta discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Então, eu acredito no depoimento de V. Ex^a.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu sento ao lado do Senador Humberto. Não é verdadeira essa afirmação. Ele não estava presente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Ele estava no plenário, ali atrás, foi chamado por uma jornalista e se retirou. Ele estava presente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Veja V. Ex^a como a situação é difícil, porque temos a palavra de dois Senadores sobre o assunto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu não digo mentira.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP. *Fora do microfone.*) – ...o Senador Humberto Costa estar presente, sob esse aspecto não podemos invocar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Como, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Se o Senador Humberto Costa está presente, essa falha...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu retiro.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a também está retirando.

Eu vou esperar as notas taquigráficas para saber se a votação foi começada. Está bem?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Eu acho que há outras matérias também em que V. Ex^a poderia pedir verificação, porque vamos ter que votar aqui, e isso não prejudicará jamais a discussão das matérias que não precisam de quórum para serem discutidas.

Então, estamos fazendo uma discussão sobre o nada.

Como está demorando e não está pronto, eu não quero interromper os trabalhos da Casa.

Vamos fazer a verificação de quórum.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito bem, Presidente.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, a liderança do Governo...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Primeiro, eu tenho que aprovar o requerimen-

to, porque não foi nem anunciado, segundo consta do depoimento de todos os que estão aqui presentes.

Eu ouvi do Senador Alvaro Dias a expressão “eu me antecipei”. Quando eu ia entrando aqui, ouvi “estou pedindo a verificação antecipada”. Pelo menos ouvi de V. Ex^a essa frase.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exatamente. Estava no processo de votação, e eu pedi a...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Então, era uma prova de que não havia o processo de votação.

Agora, vamos fazer o processo de votação.

Em votação o requerimento do Senador Humberto Costa.

REQUERIMENTO Nº 1.436, DE 2011

Nos termos do art. 175, IV, do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do Item 5 seja submetida ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Aprovado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A Oposição vota “não” e pede a verificação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Eu peço o apoio a V. Ex^a...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – O PT, Bloco de Apoio, vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Há número legal para a verificação.

Vamos proceder à...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pedimos a todos os Srs. Senadores do Bloco e do PT que compareçam ao plenário para votar “sim” nesse requerimento.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, a Liderança do PMDB recomenda a votação “sim” e convoca todos os Srs. Senadores do PMDB que estejam em seus gabinetes para que compareçam ao plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto “sim” e convida as Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão em seus gabinetes para que venham ao plenário votar. É um requerimento importante, que dá andamento à discussão da DRU.

Portanto, nossa orientação de voto é “sim” ao requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A Liderança do PSDB pede aos Srs. Senadores que não votem, já que estamos num processo de obstrução.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Romero Jucá, quero dizer a V. Ex^a que, se não houver número para a aprovação desses requerimentos, isso não impede que as matérias que são de discussão possam ser discutidas. Apenas não poderemos votar as outras matérias, mas, neste caso, podemos discutir a matéria.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, os democratas estão em obstrução. Eu garantirei o pedido de verificação, mas peço aos Senadores do Democratas que não registrem presença.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa ou em seus gabinetes....

Iniciamos a Ordem do Dia e estamos num processo de verificação de requerimento, apresentado pelo Senador Humberto Costa, para inversão da pauta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – O PT, o Bloco de Apoio ao Governo, convoca os seus Senadores e pedem o voto “sim”.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, só enquanto V. Ex^a aguarda o chamamento e a chegada dos Senadores, queria aproveitar para dar um informe em relação aos procedimentos da Comissão de Orçamento para as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Encerraremos, Sr. Presidente, no dia de hoje, o prazo para apresentação de emendas tanto ao PPA quanto ao PLOA, Orçamento da União para 2012. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, nós estamos convocando todos os coordenadores de bancadas e relatores setoriais para uma reunião segunda-feira, tendo em vista inclusive o calendário extremamente apertado para a apreciação dessas duas peças importantes, ainda na Comissão de Orçamento, para consequentemente avaliarmos aqui em plenário tanto o PPA quanto o Orçamento.

Então, fica aqui o alerta, o chamamento. As nossas comissões do Senado já concluíram as suas reuniões e apresentaram as emendas. E é importante que, também individualmente para os nossos Senadores, cada Senador possa fazer a verificação, digamos assim, desse processo de emendamento no dia de hoje. Lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o prazo estendido para o dia de hoje tanto vale para o Orçamento quanto para o Plano Plurianual.

Portanto, vamos encerrar esse prazo no final da sessão de hoje e, consequentemente, teremos reunião

da Comissão de Orçamento, na próxima terça-feira, já na fase de distribuição com os relatores setoriais.

Então, quero mais uma vez chamar a atenção dos nobres Senadores, já que dois importantes temas setoriais, como a infraestrutura e a educação, por exemplo, temas importantíssimos, serão relatados pelos Senadores Delcídio Amaral e Cyro Miranda. Então, é importante que nós nos debrucemos, nessas próximas semanas, sobre esses relatórios. É óbvio que temos também a relatoria da agricultura, com o Senador Ferraço, a relatoria no que diz respeito aos Poderes, com o Senador Inácio Arruda.

Então, é importante que os Senadores possam fazer essa caminhada no sentido de já discutirmos os relatórios setoriais. Ao mesmo tempo, Senador José Sarney, temos pedido a V. Ex^a que agende com o Presidente Marco Maia uma reunião para que nós, do Senado, possamos conversar com o Presidente Marco Maia acerca da apreciação da emenda constitucional que trata da tramitação das medidas provisórias.

Acho que essa é uma pendência importante.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Walter Pinheiro...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pela ordem, Senador!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Apenas para interromper V. Ex^a, pedindo desculpa, para pedir aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes ou em qualquer dependência da Casa que estamos em um processo de votação nominal e precisamos da presença deles aqui, no plenário, dos Senadores e Senadoras.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador José Sarney!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Então, a Mesa, uma vez mais, faz esse apelo.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Presidente José Sarney, o PSOL, também, em obstrução à votação da DRU...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pergunto ao Senador: Senador Walter Pinheiro, V. Ex^a ainda quer continuar com a palavra?

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu achei que ele tinha concluído.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Eu vou deixar ele concluir o discurso.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu queria cobrar de V. Ex^a, cobrar no bom sentido, não acuar V. Ex^a, mas comprometê-lo – e sei que V. Ex^a está comprometido – para que nós possamos marcar a reunião com o Presidente Marco Maia no sentido de discutirmos em que período a Câmara poderá apre-

ciar a emenda constitucional que trata da tramitação de medidas provisórias.

Assim, de uma vez por todas, nós estaríamos não só dirimindo dúvidas, mas também encaminhando soluções para esse grave problema da apreciação de medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Quero dizer a V. Exª que hoje, mais uma vez, pedi ao Presidente Marco Maia a necessidade de uma tramitação rápida das medidas provisórias que estão na Câmara dos Deputados.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu também queria convocar minha grandiosa bancada, Senador Randolfe, do PSOL, para, junto comigo, acompanhar o voto “não” ao requerimento e à obstrução.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, pelo glorioso Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, a orientação é voto “sim”. E os Senadores do PTB, que estão todos na Casa, por favor, dirijam-se ao plenário para que a gente possa terminar esta verificação de quórum.

A orientação para a votação, Sr. Presidente, é voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O apelo de V. Exª será ouvido pelos seus colegas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto aguardamos a votação, a presença dos Srs. Senadores, eu gostaria apenas de justificar este nosso posicionamento.

Na Ordem do Dia, como primeiro item, consta o projeto de regulamentação da Emenda nº 29, e nós consideramos prioridade absoluta a votação desse projeto. Por isso, nós não entendemos ser oportuno inverter a pauta para que se delibere sobre qualquer outra matéria antes dessa.

A saúde no País está exigindo a convocação à responsabilidade de todas as autoridades, especialmente, agora, dos Srs. Senadores. A saúde é um caos, brasileiros morrem nas filas do SUS, brasileiros amontoam-se em corredores de hospitais aguardando atendimento.

Há sempre a justificativa de que não existem recursos suficientes. E o Senado Federal tem, nesta hora, a responsabilidade de votar a regulamentação da Emenda nº 29 em primeiro lugar.

Foi essa a razão da nossa solicitação de verificação de votação, porque não concordamos com a inversão de pauta. Queremos que se vote, em primeiro lugar, a Emenda nº 29, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Alvaro Dias, se V. Exª não tivesse pensado a palavra, eu não citaria a V. Exª o art. 306:

“Art. 306. Nenhum Senador presente à sessão poderá escusar-se de votar, salvo quando se tratar de assunto em que tenha interesse pessoal, devendo declarar o impedimento antes da votação e sendo a sua presença computada para efeito de quórum.”

Mesmo que V. Exª não tenha votado, mas tendo falado, a sua presença...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exato, a minha presença é computada, até porque eu pedi a verificação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de cobrar aos apoiadores da oposição que votassem. É importante que os apoiadores registrem os seus votos também, assim como o Senador Alvaro Dias.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu fui apoiador, já votei e gostaria de consultar V. Exª até que horas vamos aguardar para fechar o painel e ver se há ou não quórum. Eu acho que já estamos com o painel aberto há mais de cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Eu estou apenas esperando a presença – e não é inusitado isso – dos companheiros que estão fora do plenário. E nós devemos dar-lhes o direito de vir aqui para votar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Está perfeito, Sr. Presidente. Acho que há um tempo de espera.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, registrando que nós acabamos de votar o Código Florestal. Alguns Senadores, provavelmente, estão ajustando-se para vir ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Agripino, também quero dizer que a sua presença está computada como quórum. Os apoiadores têm que...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro.

Hoje, o Senado Federal, por meio da Comissão de Meio Ambiente, votou o texto do Código Florestal, a redação apresentada pelo Senador Jorge Viana.

Quero dizer que o Senado Federal, por meio dessa Comissão, está fazendo um texto, Sr. Presidente, para todo o Brasil. O Brasil ganha com esse texto do Código Florestal, o Brasil dá um avanço para nós termos uma lei que realmente possa ser aplicada.

Quero enaltecer a condução dos trabalhos daquela Comissão, feita pelo Senador Rodrigo Rollemberg. Tivemos lá alguns momentos tensos, alguns momentos agitados, e o Senador Presidente daquela Comissão

soube conduzir aquela Comissão como deve ser conduzida, como se um magistrado fosse.

Quero enaltecer aqui a atuação do Senador Jorge Viana, Relator do Código naquela Comissão, e do Senador Luiz Henrique, Relator nas demais comissões. E também daqueles Senadores, todos eles, demonstrando os seus interesses em favor do Brasil, tanto defendendo as questões mais ambientais quanto as questões da produção.

Quero dizer, então, Sr. Presidente, que o Brasil está avançando, colocando um projeto de lei, uma lei que possa ser aplicada para que haja um equilíbrio entre a produção agropecuária, entre a produção agrícola, entre a produção de alimentos e a conservação do meio ambiente.

E esse Código, feito aqui por este Congresso Nacional, vai pautar os demais países. Estamos fazendo um desafio: que os outros países que criticam a nossa legislação ambiental façam algo à altura do Brasil, à altura daquilo que o Congresso Nacional está fazendo neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Sarney, quero aqui agradecer as palavras do Senador Sérgio Souza, mas quero fazer um registro. De fato, hoje, agora há pouco, nós encerramos, após duas longas sessões, realizadas ontem e hoje, a apreciação da revisão do Código Florestal pela Comissão de Meio Ambiente.

Eu quero agradecer a todos os Senadores da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Meio Ambiente e, de forma especial, aos presidentes dessas Comissões, pela condução dos trabalhos. Mas eu não poderia deixar de fazer um registro especial da atuação dos dois Relatores, Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana, dois homens experientes, dois ex-Governadores, duas figuras públicas destacadas do Senado brasileiro e que souberam conduzir com muita competência, com muita seriedade esses trabalhos.

Eu diria que o texto aprovado hoje afastou os radicais, afastou os radicalismos e representa um texto equilibrado, um texto que representa a média da opinião dos brasileiros, um texto que, tenho convicção, será aprovado pelo Senado Federal e será também aprovado pela Câmara dos Deputados.

Desde o primeiro momento, quando esse texto chegou aqui ao Senado, daquele ambiente conturbado em que foi apreciado na Câmara, eu disse que nós buscaríamos o entendimento e que construiríamos o entendimento. Houve muito ceticismo naquele momento sobre se, de fato, em um tema tão complexo e que vinha de um ambiente tão polêmico, seria possível construir o entendimento. Mas, graças à competência do Senador Jorge Viana e do Senador Luiz Henrique, graças à capacidade de diálogo desses Senadores e dos membros das quatro comissões, nós construímos um grande entendimento, que, tenho convicção, será referendado pelo Plenário do Senado e pelo Plenário da Câmara.

Eu digo que o Código Florestal, a revisão do Código Florestal representa um grande entendimento, um entendimento pelo Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para fazer um adendo e cumprimentar o Presidente Rodrigo Rollemberg pela condução equilibrada da Comissão de Meio Ambiente, que produziu hoje, no começo da tarde, o texto que vai chegar ao plenário contendo a proposta do Senado para o Código Florestal.

Eu até que acompanhei bastante as discussões. Eu diria que esse Código isolou os radicais, de um lado e de outro, e ficou um texto centrado. As discussões foram acaloradas. Houve momentos de tensão. Mas o texto ao final produzido, pela boa prática política do entendimento, redundou numa coisa positiva para o Brasil, que vai conciliar a preservação de futuro pela preservação do meio ambiente, pela garantia de equilíbrio ecológico, com a previsão da perspectiva de geração de emprego e de desenvolvimento.

Quero fazer aqui o registro do equilíbrio com que, ao final, conduziu a presidência da Comissão de Meio Ambiente o Senador Rodrigo Rollemberg, e os Relatores Luiz Henrique, do PMDB, e Jorge Viana, do PT, que, com paciência, com capacidade de dialogar, produziram o texto a que me refiro.

De modo que quero fazer aqui, de público, em nome do meu partido, o registro elogioso ao trabalho dessa trinca, que produziu um texto que vai chegar ao Senado, provavelmente na próxima semana, para ser votado e devolvido à Câmara dos Deputados.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dentro da mesma linha, eu queria elogiar aqui a condução do Senador Rodrigo

Rollemberg, pelo bom-senso, pela clareza com que foram colocados todos os tópicos da Comissão de Meio Ambiente, pela firmeza de quem estava sentado àquela mesa, o nosso Presidente da CCT, Eduardo Braga, e os Relatores Jorge Viana e Luiz Henrique.

Hoje, esta Casa demonstrou que, por todas as articulações feitas, foi o melhor texto que este País poderia conhecer.

Parabéns à nossa Comissão de Meio Ambiente hoje pela votação que desenvolveu!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O Senador Renan Calheiros pediu antes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ainda não vou falar hoje do Código Florestal, do papel dos presidentes das Comissões que trataram do Código Florestal, do papel dos Relatores, da amplitude da condução tanto do Senador Luiz Henrique quanto da condução do Senador Jorge Viana.

Eu quero falar de uma questão que nos preocupa mais, Sr. Presidente: é a votação desse requerimento. Esse requerimento parecia ser desnecessário. Não estava havendo aqui um direcionamento no sentido de fazer uma verificação. Eu acho que, não havendo necessidade, talvez seja o caso de nós suspendermos a apreciação do requerimento por ser absolutamente desnecessário. Senão, nós corremos o risco de derrubar uma sessão que não vai deliberar sobre nada, encurtando o calendário de tramitação da DRU, que estou tendo a honra de novamente relatar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Eu quero esclarecer a V. Ex^a, Senador Renan Calheiros, que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Eu cheguei atrasado e, por isso, estou fazendo essa colocação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – ... já tive oportunidade de dizer antes disso, porque, se o objetivo era evitar que fosse discutida a DRU, esse objetivo não existe, porque se pode discutir uma matéria e contar prazo sem número para votação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – É o que estou dizendo: desnecessário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Então, é isso que estamos fazendo. Eu disse que não tinha objetividade esse requerimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Vai derrubar a sessão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Para uma questão de ordem, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Nós já ultrapassamos a marca dos 15 minutos. Não podemos ficar interminavelmente aguardando a presença de Senadores. Não é a prática da Casa em outras votações. De outro lado, a inversão de pauta hoje realmente não tem consequência, mas, na próxima semana, terá. Passará à frente da Emenda nº 29. É exatamente o que não desejamos. A prioridade indiscutível, a prioridade nº 1 é a Emenda nº 29, que está posta dessa forma, tem precedência, está na Ordem do Dia como primeiro item da pauta. A inversão de pauta consagrará para a próxima semana a votação em primeiro lugar da DRU. E é exatamente a que nos opomos. Votaremos, facilitaremos, concordaremos com interstícios, acordos de lideranças para superar entraves regimentais para votar a DRU desde que antes se vote a Emenda nº 29, a favor da saúde pública no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Alvaro Dias, eu quero apenas dizer a V. Ex^a que esperarei mais cinco minutos para que se encerre. Não é a primeira vez que se faz isso. Apenas para poder encerrar.

E quero dizer a V. Ex^a que, se o objetivo era o de votar a emenda em primeiro lugar, se não tivermos número legal, não votaremos hoje a emenda a que V. Ex^a se refere.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas não é para votar hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – E, da mesma maneira, isso não impede que, em outras sessões, seja pedida inversão de pauta.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas, Sr. Presidente, não é para votar hoje. É para votar na próxima semana.

Eu apenas quero citar um precedente. Uma emenda constitucional de minha autoria deixou de ser aprovada nesta Casa por um voto, porque não concederam sequer cinco minutos para que Senadores pudessem chegar ao plenário.

Portanto, nós temos sempre uma interpretação com dois pesos e duas medidas nesta Casa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não foi nesta Legislatura; foi na Legislatura anterior.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, volto a registrar: esse pedido de verificação não está com suporte técnico. A Senadora Marinor, que deu apoio à contagem dos votos da oposição, não exerceu o seu voto. Portanto, não está presente. E, não estando presente, cai o pedido de verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Não.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – A não ser que ela volte. Era preciso três apoimentos, mais o do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Romero Jucá, a presença da Senadora é contada para efeito de número, mas ela não...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É contada. É evidente que é contada, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sim. Tem que ser contada.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O Senador Romero Jucá está querendo fazer uma reforma oral do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Romero Jucá, nós temos 37 votos com a presença dela contada; 38 com a do Presidente. Então, não temos número para isso.

Se, dentro de dois minutos, não tivermos número...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Presidente Sarney, estou aqui.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Olhe lá. A Marinor está aí.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Aí ela tem que votar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Aí a senhora vai ter que votar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma indagação sobre o mérito.

Acho que nós estamos discutindo sobre procedimentos, sobre fatos que podem ou não ter consequência, mas há uma coisa que já ocorreu e que eu gostaria de ver ou não reafirmada no plenário.

No início desta semana, fizemos uma reunião de líderes, na Liderança do PSDB, e foi estabelecido um pacto entre Governo e oposição de que nós concordá-

ríamos em votar a DRU, na medida em que o Governo concordasse em votar a Emenda nº 29 antes da DRU. É o objeto de toda essa discussão.

O que eu gostaria, até para me posicionar como Presidente do meu partido, como Senador, é de saber se o Governo reafirma ou não o entendimento prévio que teve numa reunião de líderes sobre se concorda em votar a DRU...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Mas vai-se discutir.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – ... votando antes a Emenda nº 29. Eu gostaria de ter esse esclarecimento e esse posicionamento por parte das lideranças do Governo. Eu acho que isso, para nós, é fundamental.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, os dois minutos já se esgotaram.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Eu vou encerrar a votação. Pode V. Ex^a ficar tranquilo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, sobre o tema, eu quero registrar que não há entendimento ainda sobre a votação da regulamentação da Emenda nº 29. Aliás, nós fizemos um acordo, assinamos a urgência. Sabendo o Senador Alvaro Dias que para essa matéria não há designado nem relator ainda, não pode ser votada no plenário.

Se essa urgência da Emenda nº 29 for utilizada para tentar obstaculizar a tramitação da DRU, nós, da base, retiraremos o pedido de urgência da Emenda nº 29, Sr. Presidente, e a matéria voltará às comissões.

Portanto, nós estamos querendo fazer essa questão *pari passu*, dentro de um entendimento. Estamos conversando, mas não vamos também aceitar que esse pedido de urgência que foi assinado pela Base do Governo sirva para obstaculizar a discussão da DRU. Se for dessa forma, nós vamos, na próxima semana, retirar a urgência do pedido que está sobre a Mesa.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – E quero dizer ao Senador Alvaro Dias, mais uma vez, da isenção da Mesa, que fez a votação e pediu verificação...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – ... baseado na sua palavra de que o Senador Humberto Costa estava presente...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – ... sem mesmo olhar as notas taquigráficas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Então, é a isenção que a Mesa tem tido nos nossos trabalhos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Encerrada a votação, vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

Senado Federal

REQUERIMENTO Nº 1436, DE 2011 DE INVERSÃO DE PAUTA

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 24/11/2011

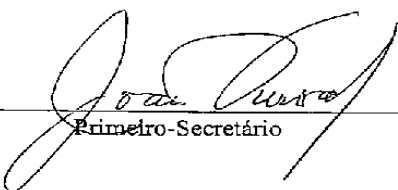
Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 24/11/2011 16:42:54
Encerramento: 24/11/2011 17:06:23

| Partido | UF | Nome do Senador | Voto | Partido | UF | Nome do Senador | Voto |
|---------|----|--------------------------|-------|---------|----|-----------------|------|
| PR | AM | ALFREDO NASCIMENTO | SIM | | | | |
| PSDB | PR | ALVARO DIAS | NÃO | | | | |
| PP | RS | ANA AMÉLIA | NÃO | | | | |
| PT | RR | ÂNGELA PORTELA | SIM | | | | |
| PT | AC | ANIBAL DINIZ | SIM | | | | |
| PSB | SE | ANTÔNIO CARLOS VALADARES | SIM | | | | |
| PR | MS | ANTÔNIO RUSSO | SIM | | | | |
| PTB | PE | ARMANDO MONTEIRO | SIM | | | | |
| PP | AL | BENEDITO DE LIRA | SIM | | | | |
| PR | MT | BLAIRO MAGGI | SIM | | | | |
| PMDB | AM | EDUARDO BRAGA | SIM | | | | |
| PT | SP | EDUARDO SUPLICY | SIM | | | | |
| PSDB | PA | FLEXA RIBEIRO | NÃO | | | | |
| PTB | DF | GIM ARGELLO | SIM | | | | |
| PT | PE | HUMBERTO COSTA | SIM | | | | |
| PCdoB | CE | INÁCIO ARRUDA | SIM | | | | |
| PP | RO | IVO CASSOL | SIM | | | | |
| PDT | BA | JOÃO DURVAL | SIM | | | | |
| PT | AC | JORGE VIANA | SIM | | | | |
| DEM | RN | JOSÉ AGRIPINO | NÃO | | | | |
| PT | CE | JOSÉ PIMENTEL | SIM | | | | |
| PSB | BA | LIDICE DA MATA | SIM | | | | |
| PT | RJ | LINDBERGH FARIAS | SIM | | | | |
| PMDB | MA | LOBÃO FILHO | SIM | | | | |
| PRB | RJ | MARCELO CRIVELLA | SIM | | | | |
| PTB | RR | MOZARILDO CAVALCANTI | ABST. | | | | |
| PT | RS | PAULO PAIM | SIM | | | | |
| PMDB | RS | PEDRO SIMON | SIM | | | | |
| PDT | MT | PEDRO TAQUES | SIM | | | | |
| PMDB | AL | RENAN CALHEIROS | SIM | | | | |
| PSB | DF | RODRIGO ROLLEMBERG | SIM | | | | |
| PMDB | RR | ROMERO JUCÁ | SIM | | | | |
| PMDB | PR | SERGIO SOUZA | SIM | | | | |
| PR | TO | VICENTINHO ALVES | SIM | | | | |
| PMDB | MS | WALDEMIR MOKA | SIM | | | | |
| PT | BA | WALTER PINHEIRO | SIM | | | | |

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 31
Votos NÃO : 04 Total : 36
Votos ABST. : 01


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – SIM: 31; NÃO, 4.

Uma abstenção; 36 votos.

Não há número legal para deliberação da Casa.

Prossegue a Ordem do Dia em discussão das matérias em pauta.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, nosso Líder do Governo acaba de dizer que não tem relator ainda para a Emenda nº 29.

Na condição de substituto do Senador Tião Viana nesta Casa, eu gostaria de reivindicar a relatoria da Emenda nº 29.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O Presidente já designou o Senador Humberto Costa para líder da Emenda 29 nesta Casa. Infelizmente, o pedido de V. Ex^a é a destempo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria só colocar que não há, do ponto de vista do PMDB, nenhuma objeção a que nós votemos a Emenda nº 29. Eu acho que nós podemos construir, independentemente dos prazos da tramitação da DRU, uma grande convergência para votarmos a Emenda nº 29. Não vejo nenhuma dificuldade, nem nada conflita absolutamente. Quer dizer, do ponto de vista da DRU, nós temos prazo. Nós precisamos apenas seguir um calendário detalhadamente estabelecido, planejado. Não vejo dificuldade nenhuma. Nós precisamos garantir o quórum, nós precisamos deliberar nas segundas e nas sextas-feiras, tudo isso dentro do Regimento, porque sabemos que, depois de conceder uma liminar com relação à tramitação da Câmara dos Deputados, o Supremo não terá nenhuma dúvida em conceder uma liminar se o Senado porventura atropelar o Regimento. E não é esse o propósito de V. Ex^a nem de nenhum Senador da Casa. De modo que tudo com relação à DRU está absolutamente tranquilo, bem encaminhado. E tudo com relação à Emenda nº 29 será bem encaminhado também.

O PMDB defende que nós votemos a Emenda nº 29. Não há dificuldade alguma com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Item 2 da pauta, Projeto de Lei...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, pela ordem.

Apenas para registrar Cássio Cunha Lima na votação anterior: acompanho a posição do meu partido.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata registrará.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para agradecer a manifestação do Senador Renan Calheiros.

Essa foi uma manifestação da oposição. Nós transformaríamos em acordo a deliberação sobre a DRU se votássemos antes a Emenda nº 29.

A oposição mantém a proposta. Se o Governo aceitar deliberar sobre a Emenda nº 29 como prioridade, não criaremos dificuldade alguma para a votação da DRU.

Essa é a proposta da oposição.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os Líderes ouviram a sua proposta, de maneira que essa é uma deliberação que não é da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 2:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2011 –COMPLEMENTAR (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.408, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011 –Complementar, do Senador José Pimentel, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal –Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências.*

Os pareceres sob nºs 1.276 e 1.277, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, apresentando a Emenda nº 1, foi favorável e de Assuntos Econômicos, o Senador Benedito de Lira favorável ao Projeto e à Emenda nº 1–CCJ.

Discussão do projeto. (Pausa.)

Sem oradores, encerro a discussão.

A votação será adiada, para que tenhamos número na Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 5:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2011

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (DRU).*

O parecer é favorável, sob nº 1.254, de 2011, foi Relator, na Comissão de Constitui-

ção, Justiça, o Senador Renan Calheiros, com votos contrários dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torres, Alvaro Dias e Pedro Taques e, em separado, do Senador Randolfe Rodrigues.

Transcorre hoje a segunda sessão de discussão.

Em discussão a proposta. *(Pausa.)*

Sem oradores, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 6** da pauta.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante a Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Não há acordo de liderança, mesmo assim, poderemos fazer a discussão.

Se tivermos orador inscrito, que ele se manifeste perante a Mesa. *(Pausa.)*

Sem oradores, encerro a discussão.

Está encerrada a Ordem do Dia, sem mais matérias a tratar.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2007 –COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.314, de 2011)

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar (nº 306/2008, naquela Casa), de iniciativa do Senador Tião Viana, que *regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para*

dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; institui contribuição social destinadas à saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas do Governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências*.

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2009

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista*.

Parecer, sob nº 2.414, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate*

e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.

8

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.*

9

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando voto de congratulações e aplausos pelos 93 anos do ex-Presidente da África do Sul e Nobel da Paz – Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.*

Parecer favorável, sob nº 920, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.437, DE 2011

Nos termos do inciso II do art. 74 e do arte 75, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a constituição de Comissão Temporária Externa, composta por 03 (três) membros titulares e 03 (três) membros suplentes, com o objetivo de realizar visita *in loco* ao Campo de Frade e às demais instalações da empresa petrolífera Chevron Brasil Petróleo Ltda., bem como às instituições responsáveis pela investigação, fiscalização e pelo monitoramento do referido caso, para que seja informado a esta Casa a situação do recente acidente ambiental de vazamento de óleo na Bacia de Campos/Rio de Janeiro, e para que, caso seja necessário, sejam propostas medidas efetivas para salvaguardar o patrimônio ambiental, comum ao povo brasileiro.

Sala das Sessões, – Senador **Lindbergh Farias.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O Senador Alvaro Dias está inscrito, como primeiro orador, após a Ordem do Dia. *(Pausa.)*

Já falou.

Então, Senadora Angela Portela. *(Pausa.)*

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, venho à tribuna com muita satisfação, depois de dois dias praticamente votando o texto do Código Florestal, em reunião da Comissão de Meio Ambiente, que começou ontem pela manhã, estendeu-se aproximadamente até a Ordem do Dia da data de ontem, reiniciou na data de hoje e terminamos por volta das quinze e trinta da data de hoje. Muitos Senadores passaram sem almoço, passaram noites debatendo pela madrugada esse texto, para que pudéssemos ter um texto que, realmente, venha a engrandecer o Brasil, Senador Waldemir Moka, o Brasil como a liderança que tem na produção de alimentos, assim como na conservação do meio ambiente. O Senado Federal fez, através dessas Comissões, um texto que possa ser aplicado.

Quero aqui enaltecer os Presidentes das seguintes Comissões: CCJ – Senador Eunício Oliveira; CCT – Senador Eduardo Braga; CRA – Senador Acir Gurgacz; e CMA – Senador Rodrigo Rollemberg. Quero também saudar os relatores da matéria, Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique.

Quero destacar, ainda, o trabalho de dezena dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras, na apresentação de proposições de emendas, para que chegássemos a um texto que possa ser aplicado, em que o cidadão brasileiro possa ter orgulho deste Congresso Nacional, do Senado Federal, porque aqui, senhoras e senhores, construímos, como Casa Revisora que somos, um texto que vai ser aplicado pelo cidadão brasileiro, porque sentaram à mesma mesa cientistas, juristas, ministros do meio ambiente, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), os ruralistas. Sentaram-se também à mesma mesa, Senador Moka, Sr. Presidente, os ambientalistas.

Não saem vencedores, ou perdedores. Não temos aqui ruralistas vencedores, também não temos ambientalistas vencedores.

O que nós temos aqui é um Brasil vencedor.

O Brasil vai passar a pautar o mundo no que diz respeito a produção de alimentos e meio ambiente, ou seja, no que diz respeito a produção de alimentos de maneira responsável e sustentável.

O que nós construímos, nas tramitações dessas comissões, até o momento, foi um texto com responsabilidade. Vai haver um aumento na plantação de árvores, na recuperação de ATPS, principalmente daquelas que foram suprimidas nos últimos anos. Um texto que garante a recuperação de pelo menos quinze metros de APP em rios de até 10 metros de largura e em rios superiores a esses dez metros garante a recuperação de APPs de trinta a cem a 100 metros.

Isso é um avanço, porque o que tínhamos até hoje, o que temos ainda, na verdade, no Código vigente, é uma legislação que não pegou, é uma legislação que não foi aplicada. E, no momento em que sentam na mesma mesa todos esses para discutir uma legislação em prol da população brasileira, em prol do povo brasileiro, todos ganham. Mas quem ganha mais é o Brasil e quem ganha também é o Planeta, na medida em que nós estamos mantendo a conservação das florestas e, ainda mais, ampliando naquelas áreas consideradas essenciais e que são denominadas áreas de conservação permanente.

Quero destacar que a Comissão de Agricultura viajou o Brasil para ouvir diversas regiões, entre elas, Sr. Presidente, o Estado do Paraná, que é o maior produtor agrícola deste Brasil e que responde por, pelo menos, 25% da produção agropecuária deste País. Também foi ouvido e foi atendido neste texto, como foi o Estado do Mato Grosso, como foram os Estados do Nordeste, como foram todos os Estados da Amazônia Legal.

O texto produzido até então pelos Srs. Relatores Luiz Henrique e Jorge Viana é um texto em respeito ao cidadão brasileiro, em respeito ao povo, em respeito ao meio ambiente e em respeito à produção de alimentos.

O que nós queremos dizer é que construímos aqui um texto de equilíbrio entre produção de alimentos e conservação do meio ambiente. Porque sem esses dois fatores, alimento e meio ambiente, não há sobrevivência no Planeta, não há sobrevivência do ser humano.

Ouvi, hoje, na Comissão de Meio Ambiente, um Senador dizer que todos nós, indistintamente, comemos e nos vestimos e temos, no nosso convívio diário, a utilização de produtos que vêm do meio agrícola, principalmente do meio rural.

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil, tem uma cobertura de vegetação nativa que chega a 61%, e quero crer que vamos até mesmo aumentar essa cobertura vegetal, porque em Estados do Sudeste, do Centro-Oeste e do Sul muitas áreas de preservação permanente estão descobertas. E com essa legislação que obriga a recomposição dessas APPs, nós vamos ter um aumento em milhares e milhares de hectares com reflorestamento e de vegetação nativa.

Outro avanço trazido pelo Código Florestal, Senador Agripino, é a permissão do pagamento de serviços ambientais. O que nós queremos dizer com isso? O cidadão de bem, o cidadão que preserva o meio ambiente e aquele que faz além da sua obrigação tem que ser privilegiado, porque nós, brasileiros, somos conhecidos como aqueles que dão o jeitinho. E aquele que dá o jeitinho é o cidadão esperto, e, às vezes, vêm atos que beneficiam esses famosos espertos e degradam a cidadania daquele que agiu à margem da lei, sobre a lei, fez além do que a lei lhe permitia.

Nós queremos colocar aqui que o Congresso Nacional, que o Senado Federal está escrevendo um texto que vai ser aplicado, mas, muito mais do que isso, um texto que vai privilegiar aquele que preserva além do que é da sua obrigação com o pagamento dos serviços ambientais. Nós vamos privilegiar o cidadão que preserva além do que lhe é de obrigação.

Mas por que vamos fazer isso? Para que esse cidadão tenha no interior da sua propriedade, Senador Mozarildo, uma fonte de renda também da floresta permitida pelo manejo, mas permitida também pelos serviços ambientais que aquela floresta dá a todo cidadão brasileiro e a todo o Planeta. Então, esse cidadão vai fazer um pouco daquilo que o Senador Luiz Henrique vem dizendo: fazer valer a floresta em pé. No dia em que a floresta em pé valer o mesmo tanto que uma floresta deitada, tenho certeza de que nenhum agricultor familiar ou qualquer agricultor neste Brasil vai promover qualquer tipo de desmatamento. Muito pelo contrário, vai promover o reflorestamento porque passa a ser uma atividade sustentável para si e para sua família.

Durante a tramitação desse instrumento que passa a pautar as florestas em áreas privadas, no Código Florestal, desse novo texto, fui signatário de várias emendas e, de uma forma ou de outra, fui atendido em todas elas, tanto pelo Senador que relatou na Comissão de Ciência e Tecnologia e na Comissão Agricultura, Senador Luiz Henrique, quanto pelo Senador Jorge Viana Relator da CMA.

Destaco que fui eu um dos incentivadores, junto com mais alguns colegas aqui, destaco o Senador Eduardo Braga, da criação dos serviços ambientais, para que isso fosse colocado de tal forma no texto que garantisse a viabilidade da propriedade naquilo que também está imobilizado enquanto florestas.

Tivemos acolhida de todas as bancadas, tanto as bancadas mais próximas, algo que diz respeito à produção rural, quanto às bancadas mais próximas ao setor do meio ambiente. Isso sempre construído de forma responsável, ouvindo técnicos do Governo, técnicos da iniciativa privada, ouvindo o conselho científico

e ouvindo também aqueles que têm mais experiência no âmbito do Código Florestal.

Então, Sr^{as} e Srs., o novo Código Florestal não traz derrotados e nem ganhadores, nem tampouco vencedores. Quem venceu foi o Brasil e, no momento em que o Brasil faz uma legislação como essa, ele passa a pautar os demais países. Fazemos aqui uma convocação, um apelo para que os demais países que criticam a nossa legislação ambiental que façam o que o Congresso brasileiro está fazendo. Se fizerem o que o Congresso brasileiro está fazendo em prol da produção de alimentos e da conservação do meio ambiente, aí, sim, eles podem vir aqui dar palpite na nossa Legislação, ou pautar o nosso território brasileiro.

Quero dizer mais: com aproximação da COP-17, o Brasil poderá chegar lá com mais esse exemplo para o mundo. A COP-17 tem início no final da semana que vem, no dia 28, e vai até a segunda semana de dezembro.

Mais uma vez, eu gostaria de enaltecer a postura dos Srs. Senadores e Senadoras perante esse instrumento que vai mexer, necessariamente, com toda a população brasileira, com todo cidadão brasileiro, seja direta ou indiretamente, porque aqueles que não plantam, comem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Souza, o Sr. José Sarney, Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na sequência, falando pela Liderança do PSDB, a Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encaminhei requerimento à Mesa do Senado, solicitando a inclusão, nos Anais desta Casa, do artigo “Felicidades”, de autoria da jornalista Karla Jaime Moraes, publicado no jornal goiano *O Popular* desta quinta-feira.

Karla Jaime aborda o problema dos portadores de xeroderma pigmentoso, que, em última instância, é uma luta pela vida.

O xeroderma pigmentoso é uma doença rara, que provoca deformidades físicas, e, em Goiás, acomete moradores da comunidade de Araras, no Município de Faina, num quantitativo de cerca de duas dezenas de pessoas.

Essas pessoas situam-se, entretanto, num universo de possível incidência de 200 famílias. No mundo, a incidência é de um caso em cada grupo de 200 mil

pessoas. E, em Araras, está a maior concentração da doença registrada pelos pesquisadores em todo o mundo.

De minha parte, tenho feito um esforço especial para ajudar nessa luta pela vida.

A propósito, foi aprovado hoje, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por unanimidade, com relatoria do Senador Paulo Paim, o PLS nº 553/2011, de minha autoria.

Quero aproveitar a oportunidade e agradecer ao Senador Paulo Paim pela sua sensibilidade e, acima de tudo, por entender que um projeto dessa natureza não pode e não deve ser objeto de dúvida por parte do Executivo.

Aproveito a oportunidade para agradecer novamente a todos os outros Senadores que entenderam a importância do projeto.

O projeto visa a amparar os portadores da doença com isenção de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Em junho último, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou outro projeto de lei, também de minha autoria, que inclui o xeroderma pigmentoso entre as doenças e agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do Imposto de Renda Física sobre os proventos de aposentadoria e reforma.

O agravante da doença é que se apresenta como genética, cujo portador possui uma dificuldade em reverter as agressões que a radiação solar provoca no DNA das células da pele.

Cumprimento, pois, a jornalista Karla Jaime por abordagem tão humanista desse mal que acomete essa comunidade tão importante de Goiás.

Portanto, Sr. Presidente, eu vou pedir o registro desse artigo nos Anais desta Casa, e quero aqui registrar para os nobres Senadores que, quando este projeto estiver na Comissão de Assuntos sociais, eu desejo que os senhores se lembrem desse artigo cujo primeiro parágrafo vou ler, para que os senhores possam entender uma doença tão rara e muito pouco conhecida.

“É muita vontade de viver”, comenta um amigo, depois de ler depoimento de um dos moradores do povoado de Araras, distrito de Faina, onde calcula-se que mais de 50% da pequena população possua o gene recessivo do xeroderma pigmentoso, que torna os portadores suscetíveis a cerca de cem doenças, a mais temida delas o câncer de pele. As informações estão em reportagem especial de *O Popular*.

Impressionante o relato dessas pessoas que evitam o sol, forte na região, em constante luta contra os riscos e sequelas da doença, o descaso e a discriminação. Mas, como constatou meu amigo, o que sobressai é a força vital, as

felicidades, assim, no plural, porque não abstratas nem definição absoluta, mas cotidianas, descritíveis. Como expõe com sensibilidade Rogério Borges, ao reconstituir o cenário da casa de Djalma Antônio Jardim, 36 anos, 50 cirurgias. “Tudo limpinho, arrumado, cor da parede da sala combinando com a da capa do sofá, cozinha sempre arrumada, quintal capinado com quatro pés de acerola e arregadinhos”.

Djalma zela bem de seu sítio, onde sempre tem visitas. Quando sozinho, escuta música no volume máximo. “Djalma bota pra quebrar”, conta Rogério. O mesmo Djalma cuja parte direita da face foi atingida por tumores que o fizeram perder os dentes da arcada superior, o nariz e o olho direito, e que usa prótese facial removível para reconstituir o rosto.

Essa é parte de uma das comoventes histórias narradas e ilustra como a vida tende a prevalecer, apesar da tristeza que transparece no olhar, das dores físicas e na alma.

A herança genética não se pode mudar. Cabe assumir o que isso implica, com seu peso e leveza. Leveza!? É que superar limitações ou encontrar alternativas diante de barreiras intransponíveis é desafio que, aceito e vencido, torna a pessoa mais maleável e apta a usufruir das alegrias que lhe cabem. As felicidades ganham mais sabor. Em Araras, parecem ser generosos o cuidado, a amizade, como também são perceptíveis a resistência e o quanto tudo isso se converte em energia para persistir.

Portanto, Sr. Presidente, relatando esse artigo, eu gostaria aqui de deixar aos meus Pares a informação sobre essa doença que acomete os moradores de Araras, xeroderma pigmentoso, uma doença rara e que, naquela cidade, atinge 50% das pessoas.

O nosso desejo é que o Governo Federal tenha sensibilidade e inclua o tratamento na rede do SUS.

Hoje, eu recebi informações de que o Governo gostaria de pedir vista do processo. Acredito que, como são poucos os casos, é preciso que o Governo dê uma atenção muito especial a essas pessoas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SENADORA LÚCIA VÂNIA.

Senhor Presidente.

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Encaminhei requerimento à mesa do Senado solicitando a inclusão, nos Anais desta Casa, do arti-

go **Felicidades**, de autoria da jornalista Karla Jaime Morais, publicado no jornal goiano **O Popular** desta quinta-feira.

Karla Jaime aborda o problema dos portadores do Xeroderma Pigmentoso que, em última instância, é uma luta pela vida.

O Xeroderma Pigmentoso é uma doença rara, que provoca deformidades físicas, e, em Goiás, acomete moradores da comunidade de Araras, no município de Faina, num quantitativo de cerca de duas dezenas de pessoas.

Essas pessoas situam-se, entretanto, num universo de possível incidência de 200 famílias. No mundo a incidência é de um caso em cada grupo de 200 mil pessoas. E em Araras está a maior concentração da doença registrada pelos pesquisadores em todo o mundo.

De minha parte tenho feito um esforço especial para ajudar nessa luta pela vida.

A propósito, foi aprovada hoje, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por unanimidade, com relatoria do Senador Paulo Pairs, o PLS 553/1011, de minha autoria.

Aproveito a oportunidade para agradecer os comentários elogiosos feitos pelo nobre colega à minha pessoa.

O Projeto visa amparar os portadores da doença com isenção de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Em junho último a Comissão de Assuntos Sociais aprovou outro projeto de lei, também de minha autoria, que inclui o xeroderma pigmentoso entre as doenças e agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do Imposto de Renda Física sobre os proventos de aposentadoria e reforma.

O agravante da doença é que se apresenta como genética, cujo portador possui uma dificuldade em reverter as agressões que a radiação solar provoca no DNA das células da pele.

Cumprimento, pois, a jornalista Karla Jaime por abordagem tão humanista deste mal que acomete essa comunidade tão importante de Goiás.

Era o que tinha a dizer. Muito Obrigada .

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Da Redação

Felicidades

KARLA JAIME MORAIS

karla.jaime@ojc.com.br

“É muita vontade de viver”, comenta um amigo depois de ler depoimento de um dos moradores do povoado de Araras, distrito de Faina, onde calcula-se que mais de 50% da pequena população possua o gene recessivo do xeroderma pigmentoso, que torna os portadores suscetíveis a cerca de cem doenças, a mais temida delas o câncer de pele. As informações estão em reportagem especial do POPULAR (textos de Rogério Borges e fotos de Weimer Carvalho) publicada domingo.

Impressionante o relato dessas pessoas que evitam o sol, forte na região, em constante luta contra os riscos e sequelas da doença, o descalço e a discriminação. Mas, como constatou meu amigo, o que sobressai é a força vital, as felicidades, assim, no plural, porque não abstratas nem definição absoluta, mas cotidianas, descritíveis. Como expõe com sensibilidade Rogério Borges, ao reconstituir o cenário da casa de Djalma Antônio Jardim, 36 anos, 50 cirurgias. “Tudo limpinho, arrumado, cor da parede da sala combinando com a da capa do sofá, cozinha sempre arrumada, quintal capinado com quatro pés de acerola carregadi-

nhos”.

Djalma zela bem de seu sítio, onde sempre tem visitas. Quando sozinho, escuta música no volume máximo. “Djalma bota pra quebrar”, conta Rogério. O mesmo Djalma cuja parte direita da face foi atingida por tumores que o fizeram perder os dentes da arcada superior, o nariz e o olho direito, e que usa prótese facial removível para reconstituir o rosto.

Essa é parte de uma das comoventes histórias narradas e ilustra como a vida tende a prevalecer, apesar da tristeza que transparece no olhar, das dores físicas e na alma.

A herança genética não se pode mudar. Cabe assumir o que isso implica, com seu peso e leveza. Leveza!? É que superar limitações ou encontrar alternativas diante de barreiras intransponíveis é desafio que, aceito e vencido, torna a pessoa mais maleável e apta a usufruir das alegrias que lhe cabem. As felicidades ganham mais sabor. Em Araras, parecem ser generosos o cuidado, a amizade, como também são perceptíveis a resistência e o quanto tudo isso se converte em energia para persistir.

Porém, o caminho poderia ser menos árido.

Nada muito dispendioso: película protetora nos vidros da van que os conduz semanalmente por quase 300 quilômetros para tratamento em Goiânia, cobertura na quadra de esportes, manutenção do ambulatório específico para tratamento no Hospital Geral de Goiânia – pelo qual eles temem diante da perspectiva de gestão por Organização Social (OS) –, acesso a cirurgias, próteses, medicamentos e filtro solar, não como caridade, enfatiza-se, mas por direito. Essa gente merece dignidade.

A situação deles já é extremamente difícil, não dá para entender iniciativas que a complicam mais. Foi o que aconteceu: decreto do governo determinou que Edmar Fernandes da Costa, especialista em próteses bucomaxilofaciais, voltasse a trabalhar na Polícia Militar, o que o impede de continuar atendendo os portadores de xeroderma.

Djalma e demais moradores de Araras marcados pelo xeroderma, estudados pela medicina, negligenciados como cidadãos, têm muitas batalhas a enfrentar. Cada vitória deles é um pouco também de todos nós, tão carentes de humanidade e, por isso mesmo, de felicidades...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na sequência, falará a Senadora Angela Portela. (Pausa.)

Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)

Senador José Pimentel. (Pausa.)

Senador Rodrigo Rollemberg. (Pausa.)

Senadora Kátia Abreu, pela Liderança do PSD.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, Colegas Senadores, eu gostaria de falar hoje sobre a comemoração do aniversário de 60 anos da CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, ocorrido ontem.

E o nosso SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – completou vinte anos de treinamento, de qualificação profissional no campo, treinando os trabalhadores e também os pequenos agricultores do Brasil. Mais de um milhão de pessoas por ano são treinadas pelo SENAR. Agora, pela primeira vez, assim como o SESI, como o SENAC, vamos também partici-

par do Pronatec, que é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego para a qualificação de alunos do Segundo Grau, preparando mão de obra não só para a indústria, não só para o comércio, mas também para o campo brasileiro. E nós, como mais um “S”, participaremos dessa jornada, convocada pelo Ministério da Educação.

Ontem, Sr. Presidente, nós tivemos em torno de 1.500 presidentes de sindicatos rurais do Oiapoque ao Chuí, e, coincidentemente, o Presidente do sindicato da cidade do Oiapoque no Amapá estava presente e o do Chuí, no Rio Grande do Sul, também estava presente.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senadora, eu queria fazer uma correção geográfica. O Brasil não vai mais do Oiapoque ao Chuí. O extremo norte do Brasil é o monte Caburaí, lá em Roraima, 60 km acima do Oiapoque.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Como é o nome da cidade?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB –RR) – É o monte Caburaí. O ponto extremo norte é o monte Caburaí, no Estado de Roraima, 60 km acima do Oiapoque.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Se não tiver um sindicato rural lá nós vamos ter que criar. E eu peço a sua ajuda.

Mas a expressão Oiapoque ao Chui é conhecida de todos os brasileiros, e precisamos criar essa cultura. O senhor está correto. Obrigada pela correção.

Nós tivemos a representação. O Brasil todo tem 2.200 sindicatos rurais patronais e estiveram aqui 1.500 presidentes de sindicatos que vieram de todo o Brasil para lançar a nova política agrícola brasileira. Vai ser um novo tempo, uma nova etapa de muita perspectiva, de muita alegria, uma política que foi construída nos últimos dois anos e dez meses entre a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, a CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, também o Banco do Brasil, o Ministério da Agricultura – essencial, e o Ministério da Fazenda. Foi uma política criada entre o setor privado e o Governo Federal para que ela pudesse ser construída de comum acordo com todos os entes envolvidos.

E nós teremos uma etapa de muita prosperidade no Brasil. Nós sairemos daquela etapa, onde os produtores plantavam, geravam superávit, geravam produção, mas ficavam endividados. Geravam superávit e ficavam endividados, trazendo uma imagem distorcida para a sociedade como se os produtores rurais não gostassem de pagar conta. Mas, na verdade, é a política agrícola que está velha, envelhecida, atrasada, em torno de uns 15 a 18 anos que ela não mais está de acordo com a agricultura brasileira. Enfim, conseguimos chegar a um ponto de consenso, e novos pilares, novos mecanismos, novos formatos serão colocados, copiando alguns itens de países desenvolvidos, mas também desenvolvendo mecanismos aqui do Brasil.

Esteve presente na nossa comemoração, foi um dia de seminário, de trabalho, a Presidente Dilma Rousseff, confirmando a instalação da nova política agrícola deste País.

Também assinamos convênio importante com a Previdência, com o Ministro Senador Garibaldi Alves. Depois de 20 anos de luta com a Previdência, para que pudéssemos assinar um convênio onde também a CNA, e não somente a Contag, pudesse reconhecer os pequenos agricultores que são merecedores da aposentadoria especial, porque são representados da CNA, porque pouca gente sabe que 56% dos produtores que a CNA representa são pequenos agricultores do Brasil.

Agora, a CNA, também com seus sindicatos rurais, vai poder dar a carta possibilitando a esses pro-

dutores, mais de 200 mil, que estão à margem desse direito. Eles vão poder também participar da aposentadoria especial, assim que se enquadrem na lei.

Por último, comemorando ainda os 60 anos da CNA, tivemos a alegria e o prazer, dados pelo Senado da República, de ver votado na última comissão, a Comissão de Meio Ambiente, o Código Florestal Brasileiro. Depois de quinze anos de luta e debate, muito mais forte nesses três últimos anos, nós conseguimos.

Eu queria agradecer a todo o Senado Federal. Mesmo aquele único voto contrário que houve na Comissão ontem não tem importância. A democracia é isso, a democracia não prevê unanimidade, prevê o ganho da maioria. E nós fomos maioria na Câmara, com os Deputados, com 410 votos, e estamos sendo maioria nas comissões aqui no Senado. E o Senado está fazendo todo o esforço para votar rápido, mas votar com todo cuidado, dando a atenção e a oportunidade para que todos possam debater, mas tentando agilizar com o regimento da Casa, porque sabe da ansiedade e da agonia dos produtores, porque de novo o decreto vai vencer agora em dezembro.

Eu queria citar alguns nomes de Senadores que tiveram participação especial nesse processo. Não quero diminuir a participação dos demais, mas eu não poderia deixar de citar o nome dos relatores nas comissões: o Relator Jorge Viana, do PT do Acre, e o Relator Luiz Henrique, do PMDB de Santa Catarina. Ambos fizeram um trabalho extraordinário, um trabalho democrático, ouvindo as pessoas, discutindo e debatendo os pontos.

Mas eu gostaria também de ressaltar o trabalho muito eficiente do Senador Acir Gurgacz, lá de Rondônia; da Senadora Ana Amélia, que chegou agorinha ao Senado e está brilhando tanto, pelo seu conhecimento e pela sua capacidade – quero agradecer a sua presença ontem nas comemorações da CNA; ela já esteve na tribuna hoje, comentando esse assunto; o Senador Blairo Maggi, de Mato Grosso; o Senador Ivo Cassol, de Rondônia; o Senador Sérgio Souza, do Paraná; Cassildo Maldaner, essa pessoa extraordinária, de Santa Catarina; também o Senador Flexa Ribeiro, do Pará; Valdir Raupp, de Rondônia; Aloysio Nunes Ferreira, de São Paulo; Benedito de Lira, da nossa Alagoas; e, por último, quero agradecer a todos os partidos e a todos os líderes, de forma muito especial.

E deixo por último uma pessoa mais do que especial em todo esse trabalho. Lá na Câmara, nós tivemos o Deputado Aldo Rebelo, que se destacou como um nome nacional, hoje, pela sua luta, pelo seu nacionalismo. Não é produtor rural, não é fazendeiro, não é sequer chacareiro, mas entendeu o quanto a agropecuária significa para o Brasil, nos indicadores

econômicos – 25% do PIB, 37% do emprego, 38% das exportações –, e viu o quanto a comida, no Brasil, tem qualidade, tem abundância, e que foi transferido para a sociedade todo o preço barato da comida – lá em 1970, a comida significava 48% da renda do brasileiro; hoje ela significa de 15% a 17%, 18%. Esse ganho extraordinário foi dado pelo agronegócio, que é um patrimônio dos brasileiros, não é um patrimônio mais só do Brasil.

Aldo Rebelo se destacou na Câmara dos Deputados, mas aqui no Senado nós tivemos uma pessoa muito especial, o nosso Aldo Rebelo do Senado, que fez o mesmo papel, mesmo não sendo relator, mas que pegou essa bandeira e a levou até o fim, uma pessoa articulada, experiente, com o seu jeito simples de mato-grossense do sul, que é o Senador Waldemir Moka, que também chegou aqui, este ano, ao Senado Federal, e foi um brilhante Deputado Federal da bancada da agropecuária. Mesmo sem ter fazenda, mesmo sem ter chácara, mas, respeitando a vocação do seu Estado, respeitando que a questão do agronegócio é vital para o Estado de Mato-Grosso do Sul, ele foi um guerreiro nas negociações, dialogando com todos os partidos, com todos os líderes, com todos os Senadores.

E eu gostaria, Presidente – e, neste momento, a Casa é presidida pelo Senador Waldemir Moka –, de agradecer em nome dos 5 milhões e 175 produtores rurais do Brasil, não só de Mato-Grosso do Sul, mas de todo o Brasil, pelo seu desempenho, pela sua obstinação e, acima de tudo, pela sua competência em ter feito tudo terminar a bom termo.

Muito obrigada por tudo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senadora Kátia, posso fazer ainda mais um aparte.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Pois não, Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Agora, para elogiar o pronunciamento de V. Exª e, inclusive, dizer uma coisa: V. Exª foi muito modesta ao destacar o trabalho – e não há dúvida de que foram importantes mesmo – dos relatores, Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique, como também dos Senadores que V. Exª citou aqui – aqui presente o nosso Senador Waldemir Moka. É verdade. Mas V. Exª também foi uma pessoa muito importante, que soube, sendo presidente da Confederação Nacional da Agricultura, que, teoricamente, como querem alguns colocar, defende somente os grandes, V. Exª soube trabalhar muito bem para acabar com os extremismos, as dicotomias e outras “mias”, para que a gente pudesse construir uma lei que, muito mais do que um código florestal – nome de que discordo completamente, porque não trata da floresta, mas de quem vive no meio ambiente, seja na

floresta, no cerrado ou lá no meu lavrado de Roraima; o importante é cuidar do ser humano – embora tenha o nome de Código Florestal, resultante do Senado, é realmente uma lei importante que garante direitos, embora estabeleça deveres. Portanto, parabéns a V. Exª também!

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigado, Senador Mozarildo.

V. Exª não faz parte da Comissão de Meio Ambiente, mas nunca se negou a colaborar com os produtores rurais do País em todas as votações do Senado Federal e nós todos temos que agradecer a V. Exª pelo empenho e pelo entendimento do quanto esse setor é importante para o Brasil.

Eu quero aqui declarar que não existe, infelizmente, uma lei perfeita. Se existisse uma lei perfeita, seria o melhor dos mundos. O quer dizer uma lei imperfeita? É uma lei que não atende a cem por cento das pessoas, porque as pessoas, graças a Deus, são diferentes, com prerrogativas diferentes, entendimentos diferentes.

Então, se alguns ambientalistas estão contrariados com a votação do novo Código, quero dizer que também do lado dos produtores há descontentes, inclusive eu, com alguns pequenos trechos que não ficaram da forma que a gente esperava. Mas eu não estou querendo, com isso, dizer que sou boazinha, ser complacente, ser melhor do que ninguém. Muito pelo contrário, é apenas o entendimento democrático de que essa matéria vai continuar sendo estudada, vai continuar sendo pesquisada pelos pesquisadores do Brasil, pela nossa Academia em ciências agrárias, porque nós temos faculdades, universidades maravilhosas que pesquisam as ciências agrárias, assim como a nossa querida Embrapa. E tenho certeza de que a ciência e os pesquisadores, pesquisando todos os dias, vão nos orientando cada vez melhor e nós vamos amadurecendo, vamos crescendo no assunto do meio ambiente e vamos evoluindo as leis.

Não significa que mudança na lei tem que ser para pior, para desmatar, para destruir o meio ambiente. Pelo contrário. Se, daqui a dez anos, a ciência mostrar que nós cometemos algum erro, temos é que corrigir o erro humildemente, porque essa é a vida democrática. Dá trabalho? Dá trabalho, sim, mas não tem preço um país que faz a opção pela democracia. É ela que, de verdade, é o sistema que deixa as pessoas livres para falar o que pensam, deixa a imprensa livre, deixa livre o mercado. Dá trabalho porque as pessoas têm o direito de falar e as divergências são muitas.

Então, quero aqui ressaltar, Senador Moka, que, apesar do empenho de todos nós para que se melhorasse um pouco mais o texto do art. 61, que trata das margens de rios, não foi possível avançar como es-

perávamos. Tivemos um avanço? Tivemos. Antes, as margens de rios eram de 500 metros; foram reduzidas para até 100 metros – de 15, de 30 e até de 100 metros a possibilidade. Não quero dizer que a mata ciliar não é importante. Ao contrário, a mata ciliar é super, superimportante. O único problema é que o Brasil não é uma maquete eletrônica que viva de desenhos, e, infelizmente, ou felizmente, nós temos centenas e centenas de produtores rurais que ocupam há centenas de anos as margens dos rios. E são pessoas. Onde há pessoas, há soluções, mas há problemas. Como vamos fazer com essas pessoas que estão um pouquinho mais encostadas no rio, que são pequenos e médios agricultores? Porque eu repito aqui sempre, não canso de repetir: para os grandes agricultores, aqueles que plantam a agricultura extensiva, como a soja, como o milho, como o algodão – e falo aqui de público; não tenho medo que nenhum fique chateado comigo, porque sei que não ficarão –, para eles tanto faz 15 metros, 30 metros, 50 metros, até 100 metros. Não faz diferença na sua vida, no seu cotidiano e no seu plano de negócios, mas para o pequeno e médio produtor pode ser o seu fim, pode ser que ele fique sem nada, pode ser que ele tenha que vender as suas vacas de leite, pode ser que ele tenha que vender os seus carneiros, que ele tenha que desmanchar a sua pocilga, a sua suinocultura, a sua avicultura, a sua horta, a sua rocinha de milho, a sua cana, que ele produz para dar o que comer para as vacas de leite, que precisam de uma alimentação com mais gordura. É a alimentação das vacas de leite. Então, nós nos preocupamos muito com isso.

Eu disse e repito: 86% de todos os produtores do Brasil são pequenos. E, legalmente, a CNA representa 56% dos pequenos produtores, mas isso não significa que nós dividimos quem é da CNA ou quem é da Contag. Tudo é produtor rural. A tendência da grande maioria dos produtores rurais pequenos é sempre comprar uma terrinha ou ter a posse de terra na beira do rio. Isso por um motivo simples: ele é sabido, ele é inteligente, porque na beira dos rios as terras são melhores. Por isso, as pessoas procuram sempre comprar terra que tenha uma água boa, justamente para usufruir da natureza.

Então, esta é a preocupação que quero de novo aqui registrar: a questão dos agricultores nas margens dos rios.

Nós não podemos fazer o que a Europa fez. A Europa retirou todas as árvores de todos os rios. É uma coisa terrível de se ver. Deus nos livre de um dia chegarmos a uma situação daquela.

Mas, também não pode ser o radicalismo ao contrário. A margem de rio precisa ser preservada pela

água. Ela pode ter animais silvestres, mas pode ter um animal racional, que é o homem. Ela é tão preciosa que ela é útil para as plantas, útil para a água, útil para os animais silvestres, mas útil para o homem. Nós precisamos compatibilizar essa convivência, porque ela é saudável, ela é útil e ela é próspera.

Então, a ciência, os pesquisadores em ciências agrárias que estão no campo no dia a dia têm que ajudar a orientar os produtores. Por isso, a CNA criou o Projeto Biomas, junto com a Embrapa, numa grande parceria, na primeira PPP rural do País, em que nós conseguimos o financiamento, e os pesquisadores estão pesquisando as vitrines tecnológicas. São uma em cada bioma do Brasil as fazendas escolhidas pela Embrapa onde funciona uma vitrine para que o agricultor possa lá copiar o modelo de pesquisa e transpor para a sua fazenda, para a sua propriedade. É pesquisa em rede, gratuita, que vai beneficiar principalmente os pequenos e grandes agricultores.

Outra questão importante, Senador Moka, que foi uma batalha dura de V. Ex^a, foi manter a retirada das multas se os produtores corrigirem o seu erro. Alguns queriam que fosse apenas para os pequenos, mas isso não é justo. Se um médio produtor ou um grande produtor também corrigiu o seu erro cometido no passado, por que não estimulá-lo, incentivá-lo e retirar essa multa? Isso não é anistia. Anistia seria se ele fosse perdoado simplesmente sem ter que recompor o erro cometido. Mas, não. É condicionado. Vai lá e planta na sua margem de rio; vai lá e organiza a sua reserva legal; vai lá e organiza a sua área sensível. Aí, sim, as suas multas desaparecerão.

E também a questão dos morros que eu quero aqui discutir. Inicialmente, pensou-se em proibir a produção, a pecuária leiteira nos morros com 25°, mas, graças a Deus, os Senadores viram que ia prejudicar toda a bacia leiteira do País e, mais uma vez, o Senador Moka foi uma pessoa importantíssima nesse processo, e nós conseguimos reverter a situação.

Portanto, hoje, eu concluo dizendo que passou a votação mais complicada nas comissões. Eu poderia aqui nem estar discursando mais, mas eu quero reiterar, eu quero repetir que nós não estamos tratando de desmatamento. Nós não priorizamos desmatamento. As áreas que nós temos são suficientes para aumentar a produção de comida – duas vezes a de grão e três vezes a de carne no País –, para que possamos abastecer, continuar abastecendo o Brasil e também outros países lá fora.

Então, nós continuaremos preservando os 61% que nós temos de biomas nativos, virgens, que, desde que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, são do mesmo jeito – 61% – e nós produzindo em 27,7%.

Aí é perigoso diminuir um pouco a produção, porque vamos ter que recompor as margens de rios.

Então, Sr. Presidente, nós somos a maior floresta tropical do mundo e os primeiros produtores dos principais produtos que o mundo consome: primeiro em produção de comida e primeiro em preservação ambiental. Isso não tem preço.

O Brasil está de parabéns! O Congresso Nacional está de parabéns! E que a sociedade brasileira fique despreocupada. Nós teremos um novo tempo, uma nova alegria no campo, uma nova paz, um novo ânimo para produzir cada vez mais nessa mesma área privada que nós temos.

Muito obrigada, Senador Moka, pelo seu trabalho e pelo seu afinho. Mato Grosso do Sul está de parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero dizer à Senadora Kátia Abreu que a nossa Confederação não poderia estar em melhores mãos.

Tive a oportunidade de prestigiá-la e de lhe dar um abraço em nome dos produtores rurais. Vi a festa, vi a sua organização, e quero dizer que, quanto ao que aconteceu no Senado, V. Ex^a realmente foi muito modesta. Tudo o que aconteceu tem a participação, tem a articulação de V. Ex^a, que representa como ninguém os produtores rurais deste País.

Quero parabenizar V. Ex^a pelos 60 anos da Confederação Nacional da Agricultura.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Senador Moka. Obrigada pela sua presença nos 60 anos da CNA, que nos honrou e nos deu muita alegria ao estar conosco, junto com a Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador inscrito. Senador Lindbergh.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para registrar e agradecer aos relatores do Código Florestal, inclusive a V. Ex^a e aos Senadores que estavam, no começo da tarde de hoje, naquela Comissão, quando foi apresentado o Destaque de nº 46, quando os Srs. Senadores membros daquela Comissão, quase a sua unanimidade, deram apoio à nossa reivindicação que fazíamos por meio daquele destaque.

Aproveito para agradecer aqui a compreensão dos Relatores, do Senador Luiz Henrique e do Senador Jorge Viana, pelo compromisso público que assumiram, para que pudéssemos preservar o meio ambiente,

mas também resolver a questão da carcinicultura no Nordeste brasileiro, nos chamados apicuns.

Portanto, faço esse registro porque foi essa a luta, e sei que milhares de pessoas que dependem da pesca, que vivem da pesca, que vivem da criação de camarão e não sabem realizar outra atividade a não ser essa foram beneficiados pelo acordo proporcionado e pela compreensão dos relatores, Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana, obviamente contando com o apoio e a participação de V. Ex^a, Senador Waldemir Moka, a quem também agradeço neste momento.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero agradecer a V. Ex^a também pela condução, porque o Código Florestal começou sob a sua presidência.

Sou testemunha do acordo, e tenho certeza de que o Senador Jorge Viana e o Senador Luiz Henrique honrarão o acordo ao trazer para o Plenário a solução do problema que V. Ex^a levantou lá e que levanta aqui, agora.

Parabéns, Senador Eunício.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Que contou também com o apoio do Senador Armando Monteiro, sempre muito firme em suas posições e sempre defendendo os interesses dos pequenos produtores do Nordeste brasileiro.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção hoje para uma matéria do jornal *Valor Econômico* em que o ex-ministro da Economia Roberto Lavagna, Senador Armando Monteiro, chama a atenção para o desastre da Argentina, dizendo que deve servir de lição para a Europa.

É uma matéria muito interessante. Vou destacar aqui um trecho do ex-Ministro da Economia Roberto Lavagna que diz o seguinte:

A questão argentina não deixou nenhuma consequência. Os programas que estão sendo propostos na Europa envolvem cortar salários, reformar aposentadorias e diminuir investimentos, em um quadro de contração econômica e níveis muito altos de endividamento. É a mesma estratégia do governo De la Rúa.

É interessante porque aqui vem contando o passo a passo da crise argentina, das decisões dos go-

vernos, do Governo De la Rúa, até chegar à situação atual da Argentina.

Trago uma outra matéria, da *Folha de S. Paulo*, do James Galbraith, filho do John Kenneth Galbraith, fazendo uma avaliação no sentido de que a Europa precisa de um *New Deal*. Ele também questiona esse caminho. No meio de uma crise econômica como essa, só se fala de políticas de austeridade, de corte de investimentos sociais.

O James Galbraith faz um artigo que chama a atenção para outro aspecto que quero aqui colocar em discussão, que é sobre a restrição democrática. É esse passo que a Europa está dando. O que aconteceu na Grécia, quando impediram que o povo votasse no referendo, foi isso. Foi como se o povo não pudesse opinar. No caso da substituição do Berlusconi, a mesma coisa.

E aqui, quando se pergunta “o *que dizer sobre a democracia?*”, ele diz:

Está acabada. Na Grécia, temos uma pessoa que foi indicada para 1º Ministro, que nem é membro do Parlamento. Na Itália, Mário Monti foi indicado Senador vitalício, justo antes de virar 1º Ministro. O fato é que esses dois primeiros-ministros foram ditados por Berlim, Bruxelas e Paris. Não foram escolhidos pela população de seus países.

É esse o quadro. Estão dizendo para os países da periferia da zona do euro isto: “Se quiserem ficar aqui no euro, vocês têm que abrir mão também de uma parcela da soberania política”.

E diz mais – achei muito interessante a parte em que James Galbraith opina que a democracia está acabando na Europa e cita a influência do banco Goldman Sachs.

Há crescente influência do banco de investimentos norte-americano Goldman Sachs na condução dos países. Mário Draghi, o novo presidente do Banco Central europeu, foi vice-presidente do Goldman Sachs para a Europa, de 2002 a 2005. Mario Monti, novo Chefe do governo italiano, foi também do Goldman Sachs, foi seu Conselheiro Internacional. E o novo Primeiro-Ministro grego, Lucas Papademos, quando foi governador do Banco Central grego, de 1994 a 2002, atuou em operações controversas que envolveram o banco, segundo o jornal *Le Monde*, que classificou a situação como um governo Sachs europeu.

Digo tudo isso, Senador Armando Monteiro, Senador Moka – e vou tratar de outro assunto no meu pronunciamento, mas queria fazer referência a esses pontos – porque estou convencido de que, nesse de-

bate da crise econômica internacional, podemos falar de uma saída à brasileira. A saída à brasileira passou pelo caminho inverso do que aconteceu na crise de 2008, com Lehman Brothers, um caminho inverso à saída norte-americana.

Eu me lembro de que um das primeiras medidas do Bush naquela crise, além de salvar os bancos, foi diminuir impostos dos ricos, com o argumento de que isso poderia estimular o mercado, poderia aquecer a economia.

Nós tivemos, até há pouco tempo, a declaração de Warren Buffett, falando que nunca os ricos tinham pago tão pouco imposto nos Estados Unidos como agora. A saída nossa foi por outro caminho, foi pelo investimento no andar de baixo.

Aqui, o Presidente Lula foi muito firme no começo daquela crise de 2008, primeiro, ao estimular as pessoas a consumirem e ao partir para uma agenda que acabou, ao final de tudo isso, incluindo 39 milhões de brasileiros na classe média. Nós criamos um grande mercado de consumo de massas neste País.

E como fizemos isso? Fizemos isso, primeiro, porque demos crédito para o povo. Hoje aumentamos o crédito, que era de 22% em relação ao PIB, para algo em torno de 47%. E o Presidente Lula conta, em sua história das dificuldades... E eu quero registrar aqui a importância dos bancos públicos. Se nós não tivéssemos resistido naquele processo de privatizações que houve no País, tinham privatizado a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, e a gente sabe como foi importante, no momento da crise de 2008, existirem bancos públicos. O Presidente Lula conta que, em várias reuniões que teve com os técnicos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, existia a resistência de alguns a emprestarem para quem tinha menos de três salários mínimos. Eu já presenciei várias vezes o Presidente Lula, em uma discussão dessas com os técnicos, olhar para os técnicos e dizer: “O que vocês entendem de pobre? Pobre paga suas contas, paga suas dívidas”. E aquela mudança foi fundamental para que a gente tivesse hoje esse grande mercado de consumo de massas.

Falei do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, mas há o papel do BNDES, há o papel do Programa de Sustentação do Investimento. Às vezes eu vejo tantas críticas ao BNDES, mas a gente viu, nesses debates no começo do Governo Obama, a constatação do Governo do Presidente Obama de que o que faltou lá foi um banco público com capacidade de alavancar os investimentos, como o BNDES brasileiro. Nós não saberíamos o que teria sido daquela crise econômica se o BNDES não jogasse aquele papel.

Pois bem. Houve a política do crédito. Mas houve mais: políticas de transferência de renda e, fundamentalmente, a recuperação do salário mínimo, em que o Presidente Lula também, com sua sensibilidade, jogou um grande papel.

Política de recuperação de salário mínimo. Há um estudo do Ipea que mostra que a recuperação do salário mínimo, o peso do salário mínimo na Previdência Social teve papel fundamental na construção desse grande mercado de consumo de massas.

A Presidenta Dilma está enfrentando essa crise de outra forma, porque a crise exige outras respostas, Senador Armando Monteiro. Nós estamos aqui num quadro – eu estava preparando uma intervenção –, mostrando que cresce o número de analistas que preveem uma recessão na Europa. Mas se não for recessão é baixo crescimento na Europa e nos Estados Unidos, primeiro pela falta de liderança política, e o Presidente Lula fez algumas declarações há pouco tempo dizendo isso. Eu concordo com essa opinião. Falta liderança política para procurar outro caminho que não seja esse caminho de simplesmente cortes, cortes, cortes, austeridade, austeridade, austeridade. A Argentina é um bom exemplo. Falta alguém que tente construir um novo caminho que passe, como falou aqui, o James Galbraith, por um novo *New Deal*, qual seja o caminho que tente reestimular aquelas economias.

Nos Estados Unidos, a situação é a mesma. A briga entre democratas e republicanos coloca os Estados Unidos numa situação... A falta de acordo do Comitê de Parlamentares, de Democratas e Republicanos, mostra isso. O que impediu aquele acordo? Os democratas queriam mexer naquele dispositivo que eu citei aqui, do Presidente Bush, que diminuiu os impostos dos ricos. Os republicanos não concordaram com isso, queriam mexer em outros pontos.

Sabe-se que tem sido muito importante. Nos Estados Unidos, foram US\$130 bilhões, Senador Armando Monteiro. Políticas que, nesse caso, agora o Obama conseguiu fazer, se aproximam da nossa. Uma política que aumenta o prazo do seguro-desemprego, e tem sido muito importante para tentar estimular a economia, e a outra, redução de Imposto de Renda para setores médios da sociedade. Isso tem sido uma tentativa. Mas o impasse político dos Estados Unidos mostra que a gente vai viver um período de baixo crescimento, pelo menos de baixo crescimento econômico na Europa e nos Estados Unidos.

E aí qual é o cenário que vem para a gente? Um cenário de aumento da competição comercial global. Nós vamos viver um período de ataques fortes a nossa economia. Se eles não estão crescendo, o que suas empresas têm que fazer? Tentar conquistar o mercado

de países emergentes como o nosso, que crescem, que têm força, que têm robustez. Por isso, eu acho que a Presidenta Dilma, aqui naquela discussão do Plano Brasil Maior... Infelizmente, Senador Armando Monteiro, não conseguimos fazer um debate mais aprofundado sobre o Plano Brasil Maior. V. Ex^a conhece e inclusive, quando esteve à frente da CNI, puxou a discussão da inovação tecnológica. O jornal *Folha de S. Paulo*, nesta semana, em seu editorial, falava sobre isso e teve um papel central. O que a Presidenta Dilma quer com o Plano Brasil Maior? Tentar proteger o nosso mercado, tentar estimular a nossa indústria de alguma forma. Podemos dizer que estamos vivendo um período já de recessão industrial, pois são mais de dois trimestres que a indústria desacelera fortemente.

Não podemos virar simples exportadores de *commodities*, muito pelo contrário. É onde entra o papel da inovação tecnológica e, nesse aspecto, acho que tem que ser ressaltado o trabalho do Ministro Mercadante. No Governo da Presidenta Dilma, o Ministério da Fazenda se articula de forma muito mais forte com o Ministério de Ciência e Tecnologia e com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio também, porque temos que tomar medidas de proteção do nosso mercado. Acho que o Plano Brasil Maior entra nessa questão, que é central para este momento.

Quero também falar que vamos ter a próxima reunião do Copom. Todos nós neste País estamos aplaudindo as posições do Banco Central. Lembro que, no dia 31 de agosto – e é importante citar que o Banco Central começou a baixar a taxa de juros no dia 31 de agosto e o Plano Brasil Maior foi lançado no dia 2 de agosto. Ou seja, a Presidenta Dilma e o Governo brasileiro nesse aspecto estavam entendendo com muito mais profundidade a gravidade da crise econômica internacional do que os agentes de mercado, que conversavam e o centro da discussão era a inflação, a inflação, a inflação. Lembro-me de que, quando o Copom baixou em 0,5% a taxa de juros naquela reunião, as críticas que vieram foram muito duras. Felizmente, os dados mostraram que o Banco Central estava com uma posição correta, acertada. Espero que esse caminho se mantenha. Estamos construindo um outro arranjo macroeconômico e espero, sinceramente, que o resultado inclusive nas contas do próximo ano desse novo arranjo macroeconômico seja muito sólido, porque, só no primeiro semestre deste ano, pagamos de juros dessa dívida 119 bi e o impacto da redução da taxa Selic – é claro que hoje só temos um terço dos títulos indexados à taxa Selic – abre caminho também para redução de outros títulos prefixados que vão ter impacto grande nas contas públicas do próximo ano que nos permitam retomar o investimento com toda a força.

O mercado tem dito que vamos crescer no próximo ano algo como 3,5%. O Governo da Presidenta Dilma – e participei na Fundação Getúlio Vargas de um debate na segunda-feira, presenciei um debate em que estava presente o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, dizendo que o Governo vai perseguir os 5% de crescimento no próximo ano. Não é uma tarefa fácil, mas é uma tarefa necessária. Nós temos que continuar mostrando, como mostramos em 2008, que houve outro caminho aqui, uma saída brasileira, dessa vez com outro arranjo macroeconômico, centrado nessa redução da taxa de juros, na proteção do nosso mercado, no estímulo da indústria, mas nós temos que fazer este País crescer. E o Secretário-Executivo Nelson Barbosa fala de 5% em 2012, colocando, além do aumento do salário mínimo que nós vamos ter a partir de janeiro, a desoneração do Super Simples, as desonerações do Plano Brasil Maior. Coloca também o impacto dessa redução da taxa Selic. Pode estimular o mercado.

O desarme de medidas prudenciais tomadas no final do ano passado, em especial agora, facilitando novamente a expansão do crédito, mas, fundamentalmente, passa pela elevação no investimento público. A gente sabe que houve ajustes, reprogramações no início de 2011 e agora o investimento. Investir, investir, investir, investir tem que ser o centro dessa política 2012.

PAC II, Minha Casa Minha Vida, Plano Nacional de Banda Larga, Copa 2014, é fundamental o investimento, até porque a gente sabe que nós não podemos crescer só ancorados no consumo das famílias. Essa cria uma lógica inflacionária que vai nos pegar lá na frente. Então, investimento. Eu acho que esse é o centro da política também do Governo da Presidenta Dilma para o próximo ano.

Senador Armando Monteiro.

O Sr. Armando Monteiro (PTB – PE) – Senador Lindbergh, eu queria, mais uma vez, destacar a lucidez com que V. Ex^a contribui nesta Casa para o debate econômico. Tenho acompanhado as suas intervenções e sempre me pareceram muito adequadas e muito bem focadas. Quando V. Ex^a alude à perspectiva de que tenhamos um acirramento da competição em escala global, em decorrência dessa forte retração econômica dos países centrais, V. Ex^a o faz de forma muito correta, ou seja, nós vamos ingressar agora num período muito difícil e a indústria brasileira, especialmente, vai estar muito desafiada nesse novo cenário. Nós precisamos realmente focar nesta agenda estratégica que V. Ex^a lembra: a inovação, o estímulo a políticas de inovação, que serão a chave para os ganhos de produtividade no futuro. Então, eu me congratulo com o seu pronunciamento e lembro que a crise na Europa

vem se agravando dia a dia. Nós assistimos ontem a três eventos que são indicativos de que essa crise vai se agravar. Primeiro, a dificuldade que até a Alemanha está tendo de colocar títulos no mercado. Segundo, a economia da Grécia despenca por conta das medidas de ajuste. Vai cair 6% o PIB da Grécia este ano. É a previsão. Então, nem...

(Interrupção do som.)

O Sr. Armando Monteiro (PTB – PE) – Só para concluir. Nem com aquela renegociação que já permitia reduzir em 50% o estoque da dívida grega, os analistas acham que nem nessas condições a Grécia poderá enfrentar a renegociação da dívida. E, finalmente, a Bélgica se nega a capitalizar o banco, o efeito da quebra de um banco importante na Bélgica, com medo de agravar o seu endividamento. Então, nós estamos diante realmente de um quadro muito preocupante, e há claramente uma posição da Alemanha hoje de que não aceita pagar essa conta. Ou seja, não aceita que o Banco Central Europeu seja o financiador de última instância, não aceita a idéia dos eurobônus, em que você vincularia toda a comunidade ao processo de refinanciamento, e há analistas que preveem que só há uma saída agora, Senador Lindbergh: é a monetização das dívidas, ou seja, emitir euro, como os Estados Unidos fizeram na fase mais aguda da crise de 2008. Imagine V. Ex^a os desdobramentos que isso poderia ter em relação à inflação que decorreria. Então, é um momento difícil, o Brasil reúne condições eu diria que muito favoráveis para fazer essa travessia, mas não nos iludamos. Essa agenda pró-competitividade, essa agenda estratégica que V. Ex^a aponta é absolutamente inadiável.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu agradeço muito o aparte de V. Ex^a, Senador Armando Monteiro. V. Ex^a sabe que sou um admirador. Não estou jogando confetes. Mas nós atuamos juntos na Comissão de Assuntos Econômicos e sou um admirador da visão de V. Ex^a sobre os desafios para o País. E V. Ex^a toca num ponto que é incontestável. A gente fica na expectativa da reunião do Copom e não gosta nem de falar em taxas de juros, se bem que a gente acaba por falar, mas acho que há uma mudança da última reunião do Copom para cá porque houve um acirramento da crise econômica internacional. Sinceramente, acho que está aberta a oportunidade de baixar mais do que 0,5%. Baixar 0,75%, baixar 1%.

Fiquei impressionado quando acabou a eleição na Espanha e nos telejornais daqui – acordei um dia cedo – e disseram “na Espanha estão pedindo a remuneração dos títulos da dívida pública algo em torno de 7%. Isso é insustentável”. Isso eu vi nos telejornais. E nós?

Eu acho que temos que ficar atentos. A situação neste trimestre já aponta para o grau de dificuldade que vamos enfrentar, e falo novamente no caso da indústria. Na indústria alguns falam em recessão industrial. Eu acho que o Copom tem que ser firme.

Eu sempre falei, Senador Armando Monteiro, e acho que em 2008, em relação ao Banco Central, perdemos uma oportunidade e tivemos que ir mais firme no fiscal. Tem muita gente que critica, dizendo que o Governo foi no fiscal firme. O Presidente Lula tinha que fazer essa economia retomar um caminho, e ali o Banco Central falhou. Não é o caso do Banco Central, da posição lúcida que o Banco Central está tomando agora.

Ali na queda do Lehman Brothers, em setembro, tivemos duas reuniões no Banco Central, e o Banco Central falhou. Só veio baixar a taxa de juros à frente. Chamo a atenção para isso. Para esse arranjo macroprudencial dar certo, o Banco Central tem que ir nesse caminho porque, daqui a pouco, se existe um evento de crédito qualquer, se a crise toma um rumo de maior gravidade ainda, o que pode acontecer. Se algum país deixar a zona do euro, podemos ter que ir por outro caminho e não esse arranjo macroeconômico que é o caminho com que todos nós aqui, neste País, concordamos.

Só quero encerrar dizendo o seguinte, Senador Armando Monteiro.

No plano Brasil Maior há um meta, e acho muito importante as metas. Há a meta com relação a investimentos, que é chegar a 22,4% do PIB. Essa tem que ser uma meta perseguida pelo Governo da nossa Presidente.

Eu acho muito importante que metas sejam colocadas nesses planos.

Sr. Presidente, muito obrigado. Srs. Senadores, muito obrigado.

Eu tinha que falar sobre o caso Chevron, mas vou ver se falo amanhã, e sobre o plano das pessoas com deficiência também.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Lindbergh Farias, o Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Passamos a palavra agora ao Líder do PDT, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pessoas que

nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, hoje vivemos um dia histórico aqui, no Senado Federal, o dia em que aprovamos, na Comissão de Meio Ambiente, o Projeto de Lei que trata da reforma do Código Florestal Brasileiro.

Para mim, particularmente, Sr. Presidente, é o dia mais importante da minha atuação aqui nesta Casa. Cheguei aqui em novembro de 2009, Senadora Ana Amélia, com essa missão, os rondonienses me cobravam que os agricultores que foram para Rondônia estavam sendo penalizados. Tinham sido penalizados por uma lei que os tornava ilegais perante a legislação brasileira, que tornava todos os agricultores sem acesso aos programas nacionais, aos créditos dos bancos. Portanto, tinha aqui, como missão, colocar todos os agricultores do meu Estado de Rondônia dentro da legalidade. Em novembro de 2009, fiz o meu primeiro pronunciamento pedido providências nesse sentido, referindo-me à reforma do Código Florestal, que estava na Câmara Federal e que não andava.

Na época, eu propus uma lei colocando que os agricultores deveriam ser respeitados pela lei da época, em que os que desmataram à sua época, todos teriam que estar dentro da legalidade porque fizeram o que a lei da época lhes permitia. Hoje, chegamos com vários temas inclusos no novo Código Florestal, e esse é um deles, por meio do qual conseguimos fazer com que os nossos agricultores, agricultores de todo o País, voltassem à legalidade, mas principalmente os agricultores do Estado de Rondônia.

Hoje, foram seis horas de intenso debate, porém, mais importante que os debates foi o processo de tramitação dessa matéria aqui no Senado. Tive a honra de receber essa matéria como Presidente da Comissão de Agricultura. Nós escolhemos para ser o Relator da matéria o Senador Luiz Henrique. Não o escolhi sozinho, fiz com todos os membros da Comissão, da qual V. Ex^a também participou, inclusive da escolha do Relator dessa matéria. Propusemo-nos a debater juntos, Senador Lindbergh, com as demais Comissões, principalmente com a Comissão de Meio Ambiente, para que não houvesse aqui uma disputa entre ambientalistas, entre produtores rurais, no sentido de que um tem que ser melhor que o outro ou tem que ser mais beneficiado que o outro pelo Código Florestal.

E conseguimos, ao longo dos oito meses de trabalho, de discussão, mesmo antes do PLC 30 chegar à Casa, nós já começamos a debater e começamos a fazer as audiências públicas aqui no Senado. Inicialmente, somente na Comissão de Agricultura; depois, sempre em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente; mais tarde, com a Comissão de Ciência e

Tecnologia, que também foi habilitada a debater e a votar o Código Florestal Brasileiro.

Essa tramitação possibilitou que todos nós, Senadores, pudéssemos ouvir toda a sociedade brasileira. De algumas palestras, nós gostamos; de outras, não gostamos, mas nunca emitimos a nossa opinião, porque era importante ouvir a sociedade e colocar principalmente os nossos Relatores, Luiz Henrique, na Comissão de Meio Ambiente, na Comissão de Ciência e Tecnologia e na CCJ, e também o Senador Jorge Viana, na Comissão de Meio Ambiente – Luiz Henrique na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – possibilitar a eles que tivessem total amparo de todas as Comissões para que eles pudessem ouvir toda a sociedade.

E assim foi feito, foram oito meses de debate toda semana, ouvindo a sociedade, ouvindo produtores, ambientalistas, profissionais, ex-ministros de meio ambiente, ex-ministros de agricultura, a atual Ministra do Meio Ambiente, o atual Ministro do Desenvolvimento Agrário, ou seja, foi realmente uma tramitação muito intensa, mas de uma importância muito grande. E faço questão de mencionar a importância dos membros da Comissão de Agricultura, que sempre junto conosco estavam lá, às oito e meia da manhã, iniciando os nossos trabalhos, a Senadora Ana Amélia sempre a primeira a chegar, juntamente com os Senadores Cassido Maldaner, Blairo Maggi, Reditario Cassol, que por muito tempo esteve junto conosco, depois o Senador Ivo também, o Senador Waldemir Moka, vários Senadores que tiveram um trabalho muito importante junto conosco.

Concedo um aparte à Senadora Ana Amélia, com o maior prazer.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador Acir Gurgacz, eu apenas queria dar um depoimento pessoal, exatamente por essa atitude democrática tomada por V. Exª no comando da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Eu, ao contrário do nobre colega, que já está com meio mandato de Senado – e meio mandato que eu digo é meio mandato do primeiro período, dois anos de Senado – eu estou com apenas 11 meses de mandato. Como o senhor, também com essa decisão de hoje, embora não tenha votado na Comissão de Meio Ambiente, nós correspondemos à expectativa que os seus eleitores de Rondônia e os meus eleitores do Rio Grande do Sul tinham a respeito da nossa atuação em relação ao Código. Não poderíamos permitir que milhares de agricultores, que trabalham tenazmente para manter o País desenvolvido – e está aí o resultado do superávit comercial, US\$62 bilhões de exportação, provindos da agropecuária, com um crescimento de 22% em relação ao ano passado

–, não poderíamos deixá-los à margem da lei. Então, eu queria cumprimentá-lo, cumprimentar e endossar essa referência à contribuição valiosa que todos os setores deram, mas especialmente aos Relatores: o Senador Luiz Henrique, em três Comissões – Constituição e Justiça; Agricultura e Reforma Agrária e Ciência e Tecnologia – e o Senador Jorge Viana, na Comissão de Meio Ambiente. Os Presidentes, como o senhor; o Rodrigo Rollemberg, na Comissão de Meio Ambiente e o Senador Eduardo Braga, na Comissão de Ciência e Tecnologia. Foi um trabalho que consumiu de seis a oito meses, com tenacidade, abrindo espaço para todos. Eu fico com a palavra que disse aqui, em uma das audiências com o Poder Judiciário, a respeito do Código, na palavra do ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e ex-Ministro da Justiça Nelson Jobim, meu conterrâneo do Rio Grande do Sul. Aqui nesta Casa, existem dois grupos: o grupo dos que estão para marcar posição e o grupo dos que estão para apresentar solução. É o nosso caso, Senador Acir Gurgacz. Eu fico muito feliz. V. Exª tem toda razão em dizer que hoje é um momento histórico, porque conseguimos compatibilizar interesses tão divergentes em nome do interesse nacional. E eu fico muito feliz e honrada em ter participado desse momento tal qual V. Exª. Parabéns pelo seu trabalho e pelo pronunciamento que está fazendo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, V. Exª que nos levou a Esteio, no Rio Grande do Sul, para debater esse tema tão importante, junto com os agricultores, junto com os ambientalistas, as pessoas que dependem do nosso Código Florestal. V. Exª deu uma contribuição muito grande para que nós pudéssemos chegar hoje aqui e dizer: cumprimos o nosso dever, atingimos a nossa meta.

É evidente que falta passar aqui no Plenário a votação, mas é importante colocar dessa forma. E V. Exª colocou muito bem a importância dos nossos Relatores: o Relator Luiz Henrique, ex-Governador de um Estado do Sul do País, com oito anos de mandato à frente de um Estado importante e com um resultado positivo, altamente positivo, em seu Estado; e o outro Relator, também ex-Governador, oito anos governando um Estado da Amazônia, um Estado do Norte do País, à frente de um Estado importante, tendo como resultado uma administração impecável, exemplar. Portanto, dois ex-Governadores, dois Senadores que fizeram por merecer o voto dos seus eleitores, tanto o Luiz Henrique, em Santa Catarina, quanto o Jorge Viana, no Acre.

Quero aqui, mais uma vez, cumprimentar ambos os Relatores, que se dedicaram o que puderam, foram ao extremo do cansaço físico, psicológico, para atender

à sociedade brasileira, atender a todos aqueles que queriam opinar. Ouviram todos, sem pestanejar, sem deixar de ouvir. Ouviram.

Essa disposição dos Relatores é que fez com que não houvesse aquele cabo de força entre os produtores e os não produtores rurais e fez com que nós pudéssemos chegar hoje e dizer: nós fizemos um Código Florestal para a população brasileira; não para os amazônidas nem para aqueles que estão longe da Amazônia, mas, sim, para todo o País, sempre preservando as suas regiões, preservando os interesses das suas regiões, cuidando dos seus biomas e cuidando, principalmente, da nossa floresta, Senador Paim.

Destaco o trabalho feito na Câmara dos Deputados, em especial o trabalho do nosso Deputado e atual Ministro Aldo Rebelo, junto com os demais Deputados, alguns dos quais hoje estão aqui no Senado, como é o caso do nosso parceiro, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, Waldemir Moka, que teve uma atuação importante lá, na Câmara dos Deputados, e que também teve uma atuação importante aqui, no Senado Federal.

No relatório aprovado nas comissões, conseguimos convergir em muitos aspectos. Alguns ainda ficaram pendentes e, como último recurso da nossa democracia, teremos a votação em Plenário, que espero seja na semana que vem.

Não posso deixar de registrar que entendo, mesmo após debatermos muito, e isso não estava em discussão, que deixarmos a Amazônia engessada com 80% das florestas em pé é muito perigoso. Poderíamos ter deixado uma alternativa para que gerações futuras pudessem discutir se não poderíamos ainda fazer novos assentamentos na Amazônia, colocar pessoas lá para desenvolver, para gerar renda, emprego e novos assentamentos na Amazônia.

Mas creio que o Código Florestal que aprovamos, em algum item, deixa essa alternativa para que, quanto ao futuro da Amazônia, nós possamos cuidar da floresta, mas possamos também cuidar do ser humano e possamos colocá-lo dentro da floresta para que os dois, o homem e a floresta, possam viver em harmonia, para que o homem possa viver da floresta, possa continuar plantando junto, lá na Amazônia, junto com os demais Estados do País.

Portanto, tanto ambientalistas, quanto produtores, quanto pessoas que moram no Sul, pessoas que moram no Centro-Oeste, pessoas que moram no cerrado, pessoas que moram na Amazônia ainda ficaram com alguma pendência. Nem todos ficarão satisfeitos. Temos muitas coisas ainda a desenvolver. Mas o Código Florestal não termina por aqui. Ele está iniciando, ele vai iniciar ainda. Portanto, continuaremos a deba-

ter, porque é de interesse nacional, e tudo que for de interesse nacional vai ser discutido, vai ser debatido por esta Casa.

É bom destacar que já avançamos muito no sentido de construir um Código Florestal equilibrado, que permita o desenvolvimento da atividade agrícola e a regularização das propriedades rurais, trazendo segurança jurídica para o campo e proteção para as florestas e os nossos rios.

Saliento que sempre defendi as questões ambientais aqui neste plenário, mas sempre chamei a atenção para incluirmos o homem nesse meio ambiente, pois somente com a participação do homem, seja ele agricultor ou industrial, é que iremos conservar as nossas florestas e, sim, ter um meio ambiente agradável para a população viver.

Num de meus primeiros pronunciamentos neste plenário, em 2009, assim que assumi o mandato de Senador, manifestei meu compromisso com a defesa da Floresta Amazônica, dos povos da floresta, dos amazônidas, e cobrei do Governo a devida regularização fundiária da Amazônia Legal.

Desde o início do meu mandato, manifestei a preocupação com a reforma agrária. Por isso, hoje, para mim, é um dos dias mais importantes da minha atuação nesta Casa, dando uma resposta positiva à população do meu Estado, aos meus amigos, aos meus conterrâneos, aos meus amigos amazônidas, aos meus amigos rondonienses.

Ainda em tempo, quero aqui parabenizar a população de Ji-Paraná pelo seu aniversário em 22 de novembro, com 34 anos de emancipação política do meu Município, da minha cidade de Ji-Paraná.

Da mesma forma, dia 23, houve a emancipação política do Município de Vilhena. Hoje é a emancipação política da cidade de Cacoal, no Estado de Rondônia, assim como, depois de amanhã, é de Pimenta Bueno e, dia 27, de Pimenteiras do Oeste, com 16 anos de emancipação política. Os demais, Ji-Paraná, Vilhena, Cacoal e Pimenta Bueno, com 34 anos de emancipação política.

Portanto, ficam aqui os meus cumprimentos a todos os meus amigos de Ji-Paraná, de Cacoal, de Pimenta Bueno e de Vilhena. Não pude estar presente lá, porque estávamos aqui, debatendo e discutindo aquilo que é de mais importante para nós, em Rondônia, que é restabelecer a ordem jurídica para os nossos agricultores. Portanto, os cumprimentos a todos os ji-paranaenses, vilhenenses, cacoalenses, pimenta-buenenses e os meus amigos de Pimenteiras.

No domingo, estaremos em Pimenteiras, com o nosso Prefeito Vito, para comemorar o aniversário de Pimenteiras do Oeste.

Sr. Presidente, encerro aqui meu pronunciamento, mais uma vez cumprimentando todos os membros da Comissão de Agricultura, cumprimentando o meu colega Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg, pela condução de todo o trabalho nesses meses e, principalmente, pela condução dos trabalhos hoje, à frente da Comissão do Meio Ambiente, trabalho importantíssimo, onde teve uma condução exemplar presidindo essa votação. Cumprimento também o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga, meu colega lá do Estado do Amazonas, que debateu conosco, nesses meses todos, essa reforma do Código Florestal; o Senador Eunício Oliveira, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que junto conosco também fez um grande trabalho para aprovar essa matéria no dia de hoje, com a convergência da maioria dos membros de todas as comissões.

Sr. Presidente, eram essas as minhas colocações na tarde de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT– RS) – Muito bem, Senador Acir Gurgacz, pelo seu pronunciamento. V. Ex^a foi um dos baluartes no caminho para aprovarmos o Código Florestal, que, tenho certeza, vai ser aprovado.

Convido o Senador Lindbergh Farias para presidir, a fim de que eu use a tribuna para o meu pronunciamento.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a tem vinte minutos, Senador Paulo Paim, é claro, com a tolerância necessária.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT– RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Lindbergh Farias, Senador Simon, Senador Acir, quando eu vim à tribuna, Sr. Presidente, V. Ex^a perguntava: “E aí, Paim, qual é o tema de que vai tratar hoje?” Eu disse: olhe, meu querido Senador, eu vou tratar dos temas de que eu tenho tratado na tribuna que envolvem muito a questão social. É uma marca que eu acabei pegando quando cheguei à Câmara, e aqui no Senado desenvolvo a minha atividade na mesma linha.

A primeira coisa que eu quero dizer é da minha alegria de saber que a Câmara dos Deputados, Senador Lindbergh, aprovou um projeto de minha autoria, que foi agora para a sanção da Presidenta Dilma – tenho certeza de que ela vai sancionar – e que regulamenta a profissão de catador de lixo.

Um jornal do sul, o jornal *Diário Gaúcho*, do Rio Grande, estampa a alegria dos catadores de lixo ao

saber que o projeto foi aprovado nas duas Casas e que a Presidenta vai sancioná-lo. Esse projeto, na verdade, garante a eles o direito à cidadania. Eles vão ter a sua carteirinha, vão ter direito até de ser empreendedores individuais, se assim entenderem. Pagarão 5% para a Previdência e, conseqüentemente, terão direito à aposentadoria. Poderão montar cooperativas, poderão montar seu sindicato, poderão estabelecer até um piso salarial na cooperativa e, a partir dela, estabelecer negociação, inclusive, com as empresas de reciclagem, que são aquelas que recebem o material do catador de lixo.

Na verdade, eles são defensores do meio ambiente. Se não fossem os catadores de lixo nas ruas das cidades, juntando aquilo que grande parte de nós jogamos, que a sociedade joga nas ruas, como o papelão... Eles recolhem, guardam e, com isso, ganham o pão de cada dia e, agora, vão ter a sua profissão.

Para muitos pode ser pequeno. Para mim é muito importante saber que os catadores de lixo, agora, como eles disseram aqui, enfim vão garantir a sua cidadania.

Eu estou muito feliz. Fica aqui um abraço a todos aqueles que trabalharam nesse sentido, àqueles que realizaram o primeiro Congresso Nacional dos Catadores de Lixo, porque foi de lá que surgiu esse projeto.

Eu sempre digo, Senador Lindbergh, que não invento o projeto. Os projetos chegam a minha mão pela população. V. Ex^a, que é do Rio de Janeiro, sabe que o Estatuto do Idoso, eu recebi a primeira versão de um senhor idoso do Rio de Janeiro. Ele me mandou, eu analisei, vi, mandei para a Consultoria, apresentei, hoje o Estatuto do Idoso é lei e foi sancionado pelo nosso amigo que, tenho certeza, vai melhorar, vai ficar bom, vai voltar a falar, discutir, o nosso querido ex-Presidente Lula. Eu sei da amizade que V. Ex^a tem com ele. Enfim, esse é o tipo do projeto que o Lula gostaria de sancionar, na minha avaliação, mas esse a Presidenta Dilma vai sancionar com certeza e, quem sabe, o Presidente Lula vai estar lá nesse dia.

Queria também, depois desse registro, dizer que hoje, pela manhã, a Comissão de Direitos Humanos – CDH aprovou um projeto de lei, sobre o qual já dialoguei com V. Ex^a, que foi apresentado pelo Intersul. O projeto é apresentado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a sociedade pode fazer isso. Eu assumi a relatoria e o projeto que é aprovado poderá ser um marco que poderemos levar para o Mercosul.

Então, é com satisfação que informo que a Comissão de Direitos Humanos aprovou sugestão da sociedade civil brasileira e do Intersul – Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul.

O projeto de lei tem como objetivo conceder incentivos a propostas que favoreçam a integração regional sul-americana.

Senador Lindbergh, V. Ex^a percebe que, na verdade, esse é um projeto que interessa aos investidores que vão gerar emprego. Ao mesmo tempo em que trato dos nossos catadores de lixo com o mesmo respeito, eu trato aqui o investidor que tem compromisso com o social. Na fonte, leia-se distribuição de renda e geração de emprego.

Repito, o projeto de lei tem como objetivo conceder incentivos a propostas que favoreçam a integração regional sul-americana. A sugestão teve a redação final com a participação dos economistas Luiz Gonzaga Belluzzo, Denise Gentil, Miguel Bruno e José Carlos de Assis, que é do Rio de Janeiro, uma pessoa muito carinhosa, muito sensível, que, infelizmente, isso não é segredo, perdeu um filho de forma trágica há pouco tempo. Ainda comentava com ele, hoje pela manhã, essa situação.

Enfim, como assumi a relatoria da proposta, ela surge como um importante passo para a nossa integração.

O texto irá para a Secretaria da Mesa, onde, então, será destinado às comissões correspondentes.

Aproveitando que o Senador Simon está no plenário, lembro que apresentei esse mesmo projeto – assim foi combinado com o Intersul – nas comissões e eles apresentaram na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Eu acredito, Senador Pedro Simon, que os dois serão apensados e V. Ex^a será o relator do substitutivo global final que, com certeza, será um avanço, no meu entendimento, nessa ideia de integração da América do Sul.

É fundamental estimular o desenvolvimento dos países da América do Sul, conciliando estabilidade de preço, crescimento e promoção de pleno emprego, estabilidade externa, eliminação da miséria e redução dos índices de concentração de renda e riqueza, com o aumento do bem-estar para toda a população.

Pretendemos realizar uma audiência pública unificada, Câmara e Senado, bem como convidar representantes de outros parlamentos sul-americanos para o debate desse tema, que estará sob a relatoria do Senador Pedro Simon, na versão final, tenho certeza absoluta, porque já está com ele um dos projetos.

Como está em meu relatório, destaco que a aprovação do projeto fará com que tais empreendimentos sejam possíveis. Hoje apenas no território brasileiro, porquanto não se trata de norma do Mercosul, não se estendendo, por conseguinte, aos demais estados-partes do Bloco.

Caberia, portanto, ao Parlamento do Mercosul – onde estarei com V. Ex^a, Senador Pedro Simon, junto com a Senadora Ana Amélia, enfim, com outros os parlamentares – encaminhar projeto de norma ao Conselho do Mercado Comum, no sentido de estender para os estados-partes, iniciativa similar ou enviar anteprojeto de norma aos parlamentos nacionais dos demais países do Bloco com esse mesmo intuito. Não só os que estão no Mercosul, mas de toda a América do Sul.

Quero ainda, se me permitir, fazer dois registros, dentro do tempo, Sr. Presidente.

Primeiro, registrar que estive ontem na abertura da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, que ocorreu no auditório da Confederação Nacional do Comércio, com a presença de mais de novecentos delegados – percebo que alguns de Santa Maria estão aqui, acompanhados pelo Marcos -, participantes da delegação de todo o território nacional.

Ali foi debatido o envelhecimento com qualidade de vida, os avanços e os próximos desafios da política nacional do idoso.

O tema do encontro foi o “O Compromisso de Todos por um Envelhecimento Digno no Brasil”.

A Mesa de Abertura contou com a participação da minha querida amiga – e fui Deputado Federal com ela – Ministra da Secretaria de Direitos Humanos Maria do Rosário, que está fazendo um belíssimo trabalho na sua Pasta, naturalmente ligada à Presidência da República. Fica aqui o meu abraço à Ministra Maria do Rosário, que dirigiu esse evento.

Também cumprimento o Ministro Garibaldi Alves Filho, nosso Senador aqui, que, com muita habilidade, durante toda a sua fala, conseguiu as palmas, o riso do Plenário, sem se comprometer, em nenhum momento, de acabar com o Fator, que foi a minha fala, e também garantir o reajuste integral para os aposentados. Dizia o Ministro Garibaldi lá: “O Paim me cobra todos os dias.” Mas, por outro lado, Senador Simon, ele dizia o seguinte: “Manda quem pode e obedece quem tem juízo. O pedido do Paim tem um apelo muito grande, mas tenho que prestar conta para a Presidenta Dilma.”

Diz ele que estamos tentando também, nas esferas de governo, construir um entendimento. Claro que, na minha fala, fiz um apelo àqueles cerca de mil delegados, para que façam pressão dia e noite em cima dos membros da Comissão do Orçamento, para que se vote o reajuste dos aposentados em, pelo menos, 80% do PIB, como foi assegurado no ano passado e sancionado pelo Presidente Lula. Se aprovado aqui, espero que a Presidenta Dilma também o sancione e não volte a matéria.

Quero destacar também que, além do Ministro e da Ministra, a Secretaria Nacional da Promoção de

Direitos Humanos, Nadine Borges – que é do meu Rio Grande, de Canoas -, da Coordenadora Geral do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Rosemeire Rodrigues, da Deputada Federal, Flávia Moraes, da Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Carla Cristina Giacomini, que fez um belo pronunciamento aqui, assim como em Porto Alegre, defendendo os idosos do nosso País. Estiveram lá conosco a Deputada Janete Pietá, o Deputado Vítor Paulo, o Vice-Diretor dos Correios, Larry Manoel de Almeida, o Secretário de Estado da Justiça e de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, Fabiano Pereira, que lá representou o Governador Tarso Genro, o Prefeito de Bagé, meu amigo, Dudu Colombo, mostrando que Bagé é uma das poucas cidades do Brasil que já tem o Conselho Municipal do Idoso. Estivemos também com Ricardo Quirino, Secretário do Idoso do Distrito Federal.

Na ocasião, foi lançado a Campanha de Valorização da Pessoa Idosa em parceria com os Correios, com destaque para a divulgação das ações Disque 100, para o público específico, ou seja, o idoso disca o 100 e será atendido e poderá fazer a denúncia ou pedir socorro, se for o caso.

Por fim, a Terceira Conferência dos Idosos conferiu homenagens aos representantes da sociedade civil com atuação em prol dos idosos. Destaco aqui o Dr. Papaleo, médico da cidade de São Paulo, um dos homenageados; Aymoré Alves Marinho, do Conselho de Aposentados de Campo Grande; Eleusa César Menezes, vice-Presidente do Conselho de Idosos de Pernambuco; Denício Colin, representante dos idosos; Jorge Gilberto Leite, da Associação dos Aposentados de Caxias do Sul; o Flecha, Presidente da mais antiga associação de aposentados do Brasil e por fim Maria das Graças Monteiro, da Pastoral dos Idosos de Manaus.

Tinha sido dito lá, pelas autoridades que estavam compondo a mesa, que nenhuma autoridade seria homenageada, mas para surpresa minha o protocolo foi quebrado e por ser autor do Estatuto do Idoso, acabei também recebendo um belo troféu.

O evento vai até o dia 25 e tenho certeza que lá avançaremos nas políticas públicas para os idosos, além do Estatuto do Idoso.

Termino, Sr. Presidente, nesses últimos oito minutos que tenho, dizendo que estive recentemente um belo encontro no Rio Grande do Sul com o Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado.

Estive na sede da entidade, a convite deles. Disseram-me que também se sentiam muito gratos por tê-los recebido no meu gabinete, no primeiro semestre, e pelo fato de eu ter feito um pronunciamento sobre a situação do setor avícola gaúcho.

Quero destacar a palavra deles, concordo porque tem toda uma lógica, dizem eles: “O complexo agroindustrial avícola do Rio Grande do Sul tem participação considerável na balança comercial do Estado e participação de destaque no que se refere à sustentabilidade e à responsabilidade social.”

Senhores e senhoras, esse é de fato um setor muito importante para a economia brasileira e do meu Rio Grande.

Eles ponderam que, apesar disso, toda essa estrutura ainda se mantém, graças à pujança e a coragem daqueles que fazem da avicultura e, também, graças ao importante apoio daquele setor da sociedade, que entenderam a importância da engrenagem para o desenvolvimento econômico, social e distribuição de renda que esse setor faz.

No encontro que tive com eles, foram abordados inúmeros temas, Sr. Presidente, e quero aqui destacar, entre eles, insumos grãos milho. Pede uma política mais equilibrada para os leilões de milho e controle das exportações de grãos. Frigoríficos, em consulta pública ao Ministério do Trabalho, querem participar na construção das normativas que garantem a segurança e preservação da saúde do trabalhador nas indústrias avícolas.

Fiz esse debate também com representantes dos trabalhadores, e há um entendimento que empresário e trabalhador deverão sentar à mesma mesa, para garantir a segurança e saúde dos trabalhadores.

Créditos presumidos, ICMS, mercado interno, RS: salientam que em setembro do corrente ano, obtiveram com a participação dos Senadores do Rio Grande, a renovação do crédito presumido e, diante das dificuldades enfrentadas, necessitam de novo da renovação desse crédito. Falaram da ampliação do referido crédito presumido de 4% para 5% no financiamento. Consideram ser de máxima importância a necessidade dessa ampliação.

Quero destacar, ainda, Sr. Presidente, que o segmento avícola, naquele momento, falou muito sobre a atenção nos programas de financiamento e incentivos do Governo Estadual e Federal.

Enfim, foi um bom momento, foi uma confraternização. Estavam lá o presidente da Fiergs, lá lideranças dos empresários do Rio Grande, com os quais estabelecemos um bom diálogo para fortalecer o setor. Eu disse a eles que sou relator de um projeto dos trabalhadores, mas que farei o meu relatório dialogando com os trabalhadores e com os empreendedores sobre esse tema tão importante.

Por fim, Sr. Presidente, eu só quero deixar nos Anais da Casa, nesses últimos quatro minutos, o relatório da viagem que eu fiz, em nome da Comissão

de Direitos Humanos, para o Rio Grande do Sul para tentar conciliar uma situação entre quilombolas e agricultores. Fizemos uma grande audiência pública na Assembleia Legislativa, no dia 14; no dia 15, feriado, reuni agricultores lá no interior de Maquiné, Morro Alto, e no dia 16, reuni, então, quilombolas e agricultores.

Quero dizer da minha alegria, porque muitos diziam que teria bala correndo entre os pequenos agricultores e os quilombolas. Presidimos, lá no território quilombola, onde a maioria era de agricultores, e fizemos uma audiência do mais alto nível, onde falaram os quilombolas, falaram os agricultores e nós, no fim, não eu, a Comissão de Direitos Humanos foi aplaudida de pé, com brancos e negros de mãos dadas, no plenário, demonstrando que, se alguém pensava que iria conseguir jogar esse debate sobre a titularidade da terra dos quilombolas para um conflito entre brancos e negros, quebrou a cara.

Estamos participando da mediação e é bem provável que aqueles que tiverem que sair serão indenizados e, como disse a representante do Ministério Público, serão indenizados com preço justo. Ninguém tenha dúvida de que ninguém será afastado de lá sem que primeiro receba aquilo que tem de direito. Foi um grande momento, eu me senti acolhido por brancos, negros e índios, e o meu relatório demonstra essa boa vontade da construção do entendimento.

Poderia aqui ainda agradecer a todos aqueles que estiveram lá. Havia representante da Casa Civil, do Ministro Gilberto Carvalho, do Governo de Estado, do Ministério Público, dos agricultores, dos quilombolas e todos usaram a palavra quantas vezes quiseram. Foram mais ou menos, eu diria, entre o ato na Assembleia Legislativa e no território quilombola, em Morro Alto, mais ou menos umas doze ou quatorze horas de debate. Foi um grande momento e tinha que registrar esse documento aqui nos Anais da Casa.

Peço a V. Ex^a, meu Presidente, Senador Lindbergh Farias, que considere na íntegra os meus pronunciamentos.

Era isso e muito obrigado a V. Ex^a.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com satisfação que informo que hoje pela manhã a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou sugestão da sociedade civil brasileira, do Intersul (Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul) para projeto de lei com objetivo de conceder incentivos a propostas que favoreçam a integração regional sul-americana.

A sugestão teve a redação final dos economistas Luiz Gonzaga Belluzzo, Denise Gentil, Miguel Bruno e José Carlos de Assis.

Coube a este senador a relatoria desta proposta que ora surge como importante passo para a nossa integração.

O texto irá para a Secretaria da Mesa onde receberá um número e, posteriormente, despachado para a comissão devida.

Sr. Presidente, é fundamental estimular o desenvolvimento dos países da América do Sul, conciliando estabilidade de preços, crescimento e promoção do pleno emprego, estabilidade externa, eliminação da miséria e redução dos, índices de concentração de renda e de riqueza, com aumento do bem estar social das populações.

Pretendemos realizar uma audiência pública unificada, Senado e Câmara, bem como convidarmos representantes de outros parlamentos sul-americanos para debatermos este tema.

Como está em meu relatório destaco que a aprovação do projeto fará com que tais empreendimentos sejam possíveis apenas em território brasileiro, porquanto não se trata de norma do Mercosul, não se estendendo, por conseguinte, aos demais Estados Partes do bloco.

Caberia, portanto, ao Parlamento do Mercosul, encaminhar projeto de norma ao Conselho do Mercado Comum, no sentido de estender a todos os Estados Partes iniciativa similar, ou enviar anteprojeto de norma aos parlamentos nacionais dos demais países do bloco com esse mesmo intuito.

Era o que tinha a dizer,

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como autor do Estatuto do Idoso, fiquei emocionado ao participar da abertura da 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa que ocorreu ontem, dia 23 de novembro no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio com a presença de mais de 900 participantes de Delegações de todos os estados brasileiros para debater sobre o envelhecimento com qualidade de vida, os avanços e os próximos desafios da Política Nacional do Idoso.

O tema do encontro é “O Compromisso de Todos por um Envelhecimento Digno no Brasil”.

A mesa de abertura contou com a participação da Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, do Ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, da secretária Nacional de Promoção dos Direitos Humanos, Nadine Borges; da coordenadora geral do Conselho Nacional do Direitos do Idoso, Rosemeire Rodrigues; da Deputada Federal Flávia Moraes, da

presidenta do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Karla Cristina Giacomini; da deputada Janete Pietá, do Deputado Vítor Paulo, do vice diretor dos correios Larry de Almeida, do Secretário de Estado da Justiça e dos Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, Fabiano Pereira, representando o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, do prefeito da cidade de Bagé, Rio Grande do Sul, Dudu Colombo. Aliás, a cidade é pioneira na criação do Conselho Municipal do Idoso, de Ricardo Quirino –secretário do Idoso do Governo do Distrito Federal.

Sr. Presidente, na ocasião, foi lançada a campanha de valorização da pessoa idosa em parceria com os Correios, com destaque para a divulgação das ações do Disque 100 para este público específico.

Por fim, a Terceira Conferência dos Idosos conferiu homenagens a representantes da sociedade civil com atuação notória em prol dos idosos, sendo eles:

Doutor Papaléo –Médico na cidade de São Paulo

Aimoré Alves Marinho –Conselho dos Aposentados de Campo Grande de Campo Grande

Elusa César Menezes –vice-presidente do Conselho do Idoso de Pernambuco

Denise Colin –representante dos idosos, trabalha com idosos

Jorge Gilberto Leite –Associação dos Aposentados de Caxias do Sul

Maria das Graças Monteiro –Pastoral do Idoso de Manaus

Senador Paulo Paim –autor do Estatuto do Idoso e defensor das causas dos idosos, aposentados e pensionistas

Bem Sr. Presidente, quero destacar que o evento vai de 23 a 25 de novembro, no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (avenida W5, SGAS 902 Bloco C, Brasília).

Os representantes regionais participantes do encontro respondem pelos 21 milhões de idosos em todo o país.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na minha mais recente agenda no RS tive um encontro com o Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas no Estado.

Eles me receberam com muito carinho e agradeceram muito por eu ter aceito seu convite.

Disseram também que se sentiam muito gratos por terem sido recebidos em meu Gabinete no 1º semestre e pelo fato de eu ter feito um pronunciamento logo após, apresentado as demandas do setor avícola gaúcho.

Quero destacar as palavras deles, com as quais concordo plenamente: O complexo agroindustrial avícola do Rio Grande do Sul, tem participação considerável na balança comercial do estado e participação de destaque no que se refere a sustentabilidade e responsabilidade social.

Sr. Presidente, esse é, de fato, um setor muito importante para a economia brasileira gaúcha e eles ponderam que, apesar disso, toda esta estrutura ainda se mantém graças à pujança e coragem daqueles que fazem a avicultura e também graças ao importante apoio de políticos e governantes que visualizam neste segmento, uma importante engrenagem para o desenvolvimento econômico e social.

No encontro que tive com eles, foram abordadas as principais questões que afligem o setor. Entre elas:

Insumos Grãos/Milho: pedem uma política mais equilibrada para os leilões de milho e controle das exportações do grão

NR Frigoríficos em Consulta Pública: Ministério do Trabalho: querem participar da construção das normativas que garantem a segurança e a preservação da saúde do trabalhador nas indústrias avícolas

Créditos presumidos ICMS Mercado Interno RS: salientam que em setembro do corrente ano, obtiveram, com minha ajuda, renovação do crédito presumido e, diante das dificuldades enfrentadas necessitam da renovação desse crédito.

Ampliação do referido crédito presumido de 4% para 5% financiamento: consideram ser de máxima importância e necessidade essa ampliação

Quero destacar ainda, Sr. Presidente, que eles gostariam que o segmento da avicultura tivesse mais destaque e atenção nos programas de financiamentos e incentivos dos Governos Estadual e Federal.

Vou finalizar afirmando que é preciso que tenhamos bem claro que a segurança e sobrevivência do setor é muito importante para nossa economia.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO

(inseridos nos termos do art 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

Minuta

RELATÓRIO DE REUNIÃO Nº , DE 2011

Referente à STC nº , do Senador PAULO Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, acerca da elaboração de relatório contendo resumo da audiência realizada dia 14 de novembro de

2011, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, destinada a discutir a situação das comunidades quilombolas daquele estado.

Resumo

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, presidida pelo Senador Paulo Paim, realizou nos dias 14 e 16 de novembro de 2011 duas audiências públicas destinadas a discutir a situação das comunidades quilombolas do estado do Rio Grande do Sul e buscar soluções para os problemas que enfrentam.

Os debates foram organizados em parceria com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do estado, presidida pelo Deputado Miki Breier. A primeira audiência ocorreu no Teatro Dante Barone, localizado nas dependências da Assembleia Legislativa na capital Porto Alegre, com a presença de aproximadamente 500 pessoas. A segunda foi realizada no município de Maquiné (RS), no distrito denominado Morro Alto.

Na abertura dos trabalhos em Porto Alegre, o Senador Paulo Paim lembrou que a data 14 de novembro marca o Massacre de Porongos, ocasião em que, no ano de 1844, portanto, há 167 anos, durante a Revolução Farroupilha, os lanceiros negros que integravam o exército insurgente foram dizimados pelas tropas imperiais, após o que teria sido uma traição dos próprios líderes revolucionários. Como bem lembrou o Senador, a esses soldados, que eram escravos, estava prometida a liberdade, motivação maior de sua luta. Após a referência, o Senador leu poema de sua autoria alusivo à data.

Em seguida, foram chamados os integrantes da Mesa, que representam órgãos públicos e entidades do movimento social. A seguir, um breve resumo do pronunciamento de cada um deles, a saber:

Mário Teodoro – Referiu-se a ações que estão em curso no Legislativo Federal destinadas a garantir verbas orçamentárias para a execução das políticas públicas relacionadas ao direito a terra.

Nilton Tubino – Comunicou que a Secretaria Geral da Presidência da República está realizando diagnóstico detalhado acerca das questões quilombolas. Disse esperar que este trabalho seja concluído rapidamente e que venha a subsidiar tanto as políticas relacionadas à titulação das terras, como a implantação dos serviços públicos essenciais ao atendimento das necessidades da população quilombola.

Roberto Ramos – superintendente do INCRA, no Rio Grande do Sul, e representando o presidente do INCRA – afirmou que desde 2003, o decreto 4887, orienta o processo de titularidade dos quilombolas no RS. Disse que, na oportunidade, iria dar conhecimento

aos participantes acerca das condições enfrentadas pelo Órgão para o atendimento das demandas, dificuldades que envolvem até a ausência de parcerias entre instituições que deveriam atuar em conjunto para acelerar o processo de demarcação. Somam-se a esses problemas, conforme disse, decisões judiciais desfavoráveis, que também precisam ser enfrentadas com os poucos recursos humanos e materiais do INCRA. Com relação à Morro Alto, afirmou que existe uma situação conflituosa porque moram ali 450 não quilombolas. Contou que existem 75 processos abertos para demarcação. Trezes deles estão com Relatório Técnico de Delimitação e Identificação (RTDI) publicados e que, ao todo, as terras quilombolas atingem cerca de 10 mil hectares, o que corresponde a dez hectares em média por família, uma quantidade mínima, distante do atendimento das necessidades, conforme avaliou. Disse, também, que para acelerar a produção dos relatórios das outras localidades, o INCRA abriu processo licitatório, agregando mais profissionais à realização da tarefa.

Carlos Henrique Kaupper – Procurador-Geral do Estado – representando o governador Tarso Genro – Após saudar a plateia, disse que a titulação das terras quilombolas é uma questão prioritária para o governo estadual. Lembrou que o governador contribuiu para a elaboração do Decreto nº 4887, de 2003, e acrescentou que, não obstante ser um assunto da competência federal, sob a responsabilidade do INCRA, o governo estadual faz questão de atuar no assunto, em vista dos entraves que o processo enfrenta. Aduziu que essa questão, envolve também os municípios e, acima de tudo, depende muito da mobilização dos próprios quilombolas. Avaliou que realidade adversa requer muitos avanços. Informou que no Rio Grande do Sul apenas três comunidades estão tituladas, enquanto pelo menos mais uma centena aguarda regularização. Opinou sobre a necessidade de que a legislação sobre o tema seja aperfeiçoada, a fim de facilitar o andamento do processo e evitar entraves judiciais. Por fim, enfatizou que ao governo do Rio Grande do Sul não interessa fomentar disputas entre comunidades que necessitam de terras: colonos, quilombolas, indígenas. “A terra deve ser garantida a todos”, concluiu.

Júlio César Finger – representando o Ministério Público Estadual – Informou que, embora o assunto esteja relacionado à esfera federal, a instituição que representada acompanha o tema, a fim cuidar para que haja o efetivo o atendimento de direitos e de inclusão social. Elogiou a plateia por lotar um auditório com mais de 500 lugares numa segunda-feira, véspera de feriado. Avaliou que a mobilização é, de fato, o caminho mais seguro para quem busca respeito por

seus direitos. Disse que aqueles que já sofreram por demandar judicialmente e ver seus pleitos não reconhecidos sabem que existe uma cultura no país que faz as leis serem interpretadas de maneira contrária à inclusão social.

Fernanda Hahn – Defensora Pública Federal – Disse que a defesa dos quilombolas é assunto específico da instituição que representa. Mas lamentou que sejam poucos os profissionais atuando na área. Para atender ao Rio Grande do Sul, conforme disse, somente ela mesma trabalha com os quilombolas gaúchos. Acrescentou que muitos ali nem devem conhecê-la, dada a dificuldade com que desempenha suas funções. Contou que existem regiões cujos prefeitos nem sequer saber da existência de território quilombola dentro dos seus municípios. Informou que, em resposta às cobranças que recebe, o INCRA também informa que não tem pessoal, contando com apenas cinco pessoas para trabalhar com quilombolas. A essas dificuldades estruturais, avaliou, se junta a forte pressão política contrária à demarcação de terras quilombolas. Pediu empenho dos políticos presentes no fortalecimento da defensoria federal. Disse, ainda, que as comunidades quilombolas, além da questão da titularidade, enfrentam problemas também para garantir a oferta de serviços públicos essenciais, como água potável e energia elétrica.

Roberto Liegbott – Conselho Indigenista Missionário – representando também a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – Lembrou que naquele mesmo auditório, no dia 21 de outubro, a demarcação de terras indígenas e quilombolas foi debatida pela Comissão de Agricultura do Senado Federal. Contou que representantes dessas entidades, além de não terem sido convidados, após conseguirem se pronunciar, foram vaiados por defenderem o direito à titulação de suas terras. Disse esperar que a audiência da CDH se constitua um contraponto ao encontro anterior.

Acrescentou que era necessário refletir sobre a forma como o Governo Federal deve garantir os direitos dessas comunidades, legalmente estabelecidos. Pediu que o encontro concluísse pelo compromisso de resgatar o direito que a Constituição Federal (CF) garante aos indígenas e quilombolas. Pediu que o governo estadual não se sinta pressionado e atue no sentido de paralisar os procedimentos de demarcação, mesmo porque, avaliou, o Poder Estadual estaria extrapolando suas funções a se prestar a essa tarefa. O assunto toca a esfera federal, embora seja esperado que o governo estadual atue como colaborador e não um deslegitimador desses direitos. Informou que os indígenas originários têm direitos que antecedem a CF. Informou que a situação dos guaranis é lastimá-

vel, com caciques morando há trinta anos embaixo de lonas em beira da estrada, sem permissão sequer de ultrapassar as cercas. Disse também que as terras ocupadas pelos indígenas são tão exíguas, que algumas delas chegam a abrigar 30 famílias num espaço de apenas 7 hectares, o que não deixa lugar nem para que possam enterrar seus mortos e, assim, preservar sua identidade cultural por meio da conservação de seus costumes. Concluiu afirmando que “direitos negados, não podem ser negociados”.

Deputado Edegar Pretto – representando a presidência da Assembleia Legislativa – Conclamou a plateia à mobilização, lembrando que a ampliação de direitos sempre foi conquista pela via da participação popular. Reconheceu que há uma dívida com os povos indígenas e quilombolas que precisa ser corrigida. Para isso, disse que seria necessário punir os que se aproveitaram e roubaram essas terras.

Deputado Estadual Raul Carrion – coordenador da Frente Parlamentar Quilombola da Assembleia Legislativa – Lembrou à audiência que o direito à titulação das quilombolas foi previsto no Ato Constitucional das Disposições Transitórias porque, na visão dos constituintes, esse seria um resgate de direitos a ser efetuado rapidamente. No entanto, 23 anos depois, nem mesmo 5% da titulação devida foi alcançada. Calculou que, se o processo não for acelerado, serão necessários mais de 400 anos para que sejam emitidos todos os títulos devidos. Reconheceu que existe uma enorme pressão contra o dispositivo constitucional alusivo às terras quilombolas, lembrando, inclusive, que a regulamentação efetuada por meio do Decreto nº 4.887, de 2003, enfrenta uma Ação Direita de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. Pediu que o Governo Federal dê condições para que os órgãos encarregados do processo possam desempenhar suas tarefas. Ressaltou que a luta pela demarcação das terras quilombolas não é racial, mas pela efetivação de um direito previsto na Constituição. Em sua opinião, o movimento social deve evitar cair na armadilha de opor quilombola a indígena, a pequeno agricultor ou a sem terra. Disse que num País como esse há terra para todos. Acrescentou que de Morro Alto é simbólico, pois se houver recuo nesse caso, cuja titulação tem como base herança recebida pelos negros, isso certamente significará a derrota na questão quilombola. Com relação aos pequenos proprietários instalados na área, avaliou que existe a saída do reassentamento. Acrescentou que a área em processo de demarcação é bem menor que a de fato devida aos remanescentes. Sugeriu ao Governo Estadual a criação de um departamento dedicado à questão quilombola.

Deputado Estadual Miki Breier – presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa – Disse que a defesa dos direitos humanos abrange todos os segmentos que buscam amparo: mulheres, crianças, indígena, quilombolas, sem terra, pequenos proprietários, e de todos que desejam construir uma sociedade mais fraterna. Reclamou da distância entre as leis e sua efetiva aplicação.

Roberto Ortiz –representante do Quilombo de Candiota – Disse esperar sair da audiência com uma solução para os problemas que sua comunidade enfrenta. Acrescentou que um dos seus antecessores mencionou a necessidade de que sejam aprovadas leis que facilitem a titulação das terras indígenas e quilombolas. Chamou, então, a atenção dos parlamentares presentes para que tomem para si tal responsabilidade. Lamento, no entanto, que o segmento quilombola receba apenas “discurso e papel” do Poder Público, enquanto o agronegócio é beneficiado com apoio e recursos. Disse que infelizmente não há Justiça no Brasil para os pobres. Contou que tem amigos encarcerados por terem cometido pequenos delitos, enquanto políticos e empresários que roubaram milhões, estão fora da cadeia.

Laídes – representante do Quilombo de Mormaça – Contou que os negros de sua região vivem excluídos e sem direitos e recebem todos os dias oferta para deixarem suas terras. Mas a maioria resiste, informou. Concluiu seu pronunciamento da seguinte forma “não queremos morrer, nem matar, só um canto para plantar o feijão para a família manter.”

Manuel Dueira – representante do Quilombo de Limoeira –Disse que os negros brigam com dificuldade há muito tempo por seu direito à terra, enquanto outros, que chegaram depois deles, já receberam suas terras legalizados. Mas os que estavam antes, muitas vezes nessas mesmas terras, ainda sofrem para ver seu direito reconhecido. Disse que no Rio Grande do Sul existem apenas três comunidades tituladas, sendo duas urbanas. Porém, informou que a maior parte dos quilombos é rural, evidenciando o problema que é a regularização de somente uma comunidade nessa área. Ainda assim explicou que os quilombolas levaram dez anos para receber o título e não havia pequeno proprietário ali instalado. “E, nós, quantos anos vão levar?”, indagou. Lastimou a falta de representantes quilombolas nos poderes públicos e que as grandes reuniões, como a ocorrida na data da audiência, não se reverta em resultados concretos. Comparou os procedimentos adotados quando os pobres ocupam terras alheias, em relação a terras quilombolas ocupadas por quem não deveria estar ali. Disse que as pessoas se apropriam das terras dos quilombos e lá permane-

cem, com a bênção da lei. Enfatizou também que as comunidades precisam não só da titulação, mas de Saúde, de Educação, e disse que, se esses serviços forem implantados somente quando as terras forem tituladas, vai morrer muita gente antes disso. Pediu às autoridades visitarem os quilombos para conhecer de perto as comunidades e agir com mais efetividade.

Leomar Alves – representante do Quilombo de Palmas –Chamou a atenção para a necessidade de se acompanhar o trabalho de quem se elege e votar somente naqueles políticos comprometidos com a causa quilombola. Informou que sua comunidade foi exemplo de ameaças, de tortura, de embarreamento. Lamentou que houvesse apenas um negro presente na audiência da Comissão de Agricultura realizada anteriormente no estado e, ainda, assim, a serviço da defesa dos grandes fazendeiros instalados em terras quilombolas. Disse que os quilombolas também são agricultores, sabem trabalhar a terra. Prova disso, conforme mencionou, são documentários feitos pela Embrapa a respeito do trabalho realizado nos quilombos. No entanto, lamentou que, em vista da opressão, muita gente acabe desistindo de buscar seu território.

Manoel Silveira Conceição – Quilombo Morro Alto –Denunciou a ocorrência de atentando contra Vilson, morador do quilombo, que deveria ter comparecido à audiência. Contou que é neto de escravos e há quarenta anos luta pelo direito à terra. Informou que seu pai, o Manuel Chico, tem 95 anos, e, antes deles, também cuidava desse assunto. Explicou que o quilombo de Morro Alto é ocupado por negros desde antes do fim da escravidão, quando a proprietária deixou as terras como herança para 24 herdeiros, entre eles o seu avô. Contou que essa terra, originalmente composta por mais de 40 mil hectares, se viu reduzida a menos de 5 mil c, ainda assim, ocupada por terceiros ali instalados por se tratar de “terra de preto”. “Sou negro porque meu avô era negro, minha bisavô veio da África, nem português falava. Essa luta é de muito tempo. Nunca vi um palmo de terra. A que tenho, pouquinho, foi comprada. Não quero conflito com branco, me dou muito bem com eles. Quero as terras do meu avô”, declarou. Disse que as terras de Morro Alto são ocupadas por posseiros, mas declarou que isso não ocorreu por culpa dos negros e pediu que a Constituição fosse respeitada.

Irmão Antonio Cechin – representante da Pastoral Ecológica –Começou declarando que aprendeu, em seus 85 anos de vida, que a verdadeira amizade é coisa de pobre. Disse ter constatado isso após ser preso pelo regime militar de 1964 e, em vista disso, ser evitado por seus antigos amigos, enquanto era bem acolhidos nas comunidades de gente pobre. Contou

que seu pai era sem terra e talvez por isso esteja entre os fundadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra. Disse que veio dizer à audiência que a luta quem faz a lei. Recomendou ao Poder Público que atente para a produção solidária praticada pelas famílias das comunidades mais pobres. Contou a respeito do trabalho que realiza com catadores, para enfatizar que muitos empregos foram criados a partir dessa iniciativa, mesmo sem capital inicial. “É nas comunidades dos pobres que está a reserva de humanismo. Força histórica transformadora. São eles que mudam o mundo”, declarou.

Reginete Bispo – Instituto Ákaninni – Instituto de Pesquisa e Assessoria em Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnias – Referiu-se aos representantes quilombolas que já faleceram, no decorrer do tempo de luta pela titulação de suas terras, para enfatizar que tal luta já ocorre há cerca de trinta anos, o que considerou muito tempo para pouco avanço. Disse que o movimento quilombola mostra outra face do Rio Grande do Sul, estado sempre associado à colonização européia. Segundo ela, o movimento quilombola lembra a todos que existem 174 comunidades no estado que resistiram à escravidão e, hoje, se somam aos outros quilombos do País, em busca do reconhecimento do seu direito à terra. Citou pesquisa realizada pelo instituto que representa que mostrou a situação de 30 mil trabalhadores em regime análogo ao da escravidão, apenas na comunidade denominada Júlio Borges.

Onir Araújo – advogado do Movimento negro Unificado – apresentou críticas severas à postura dos poderes públicos em relação aos direitos dos quilombolas. Para ele, o atraso na demarcação demonstra a falta das autoridades em relação aos direitos dos povos indígenas e quilombolas. Contou que o Vilson, do Quilombo Morro Alto, sofreu um atentado e, por isso, não estava presente na audiência. Enfatizou acerca da gravidade da situação e que teme o recrudescimento da violência contra os quilombolas. Para ele, não há mais o que discutir: deve cumprir o previsto no decreto, pois os remanescentes de Morro Alto não vão abrir mão de um centímetro de seu território. Denunciou o que caracteriza como massacre etnocêntrico. Contou que durante a audiência da Comissão de Agricultura foi vaiado quando disse que indígena e quilombola também são agricultores.

Santiago Franco – Liderança indígena Guaraní – Disse que veio para a audiência e deixou muitas pessoas em sua comunidade ansiosas por uma solução acerca da demarcação de suas terras. Disse que o País cresce, mas não para todos, restando aos quilombolas e indígenas arcar com graves dificuldades para garantir sua sobrevivência. Disse que seu povo

não conseguiu evoluir, em vista do que classificou como massacre perpetrado pelas pressões políticas contrárias aos direitos indígenas. Informou que sua tribo está há 30 anos na estrada, sem direito de transportar as cercas do local.

Isabela Genelício – presidente da Chácara das Rosas e coordenadora da CONAC – Diz que é quilombola, negra, militante e lutadora pela causa do direito a terras quilombolas no RS. Manifestou preocupação com a aplicação da lei. Pediu que INCRA acelerasse o processo. Disse não aceitar como desculpa a falta de pessoal. Para ela, o que falta mesmo é vontade de trabalhar na garantia dos direitos da comunidade negra. Contou que a titulação das terras é somente um primeiro passo porque ela mesma, oriunda de uma comunidade com terras demarcadas, sofre pela carência de serviços públicos essenciais, como água potável, saúde e educação, além de estradas para o escoamento da produção. Pediu que os negros fossem tratados com igualdade na distribuição dos recursos públicos.

Ronaldo Franco de Oliveira – Secretaria de Cooperativismo e Desenvolvimento Rural do RS – disse que o órgão que por ele representado é uma novidade dentro da estrutura de governo e reconheceu que herdou cobranças relacionadas à terra quilombola. Discutiu acerca de políticas públicas para a área. Contou que a titulação é importante porque, enquanto não o reconhecimento da propriedade, não há instalação de serviços públicos. Disse que, em sua concepção, quilombola é trabalhador da agricultura também. E alertou para que não seja estabelecida uma falsa oposição entre os necessitados quilombolas e não quilombolas.

Evanir Albarello – representante da Comissão Pastoral da Terra, ligada à CNBB – Disse que desde 1985 acompanha os conflitos fundiários no estado e nota a constante ausência dos poderes públicos que somente aparecem para reprimir. Asseverou que o Estado é o responsável pela garantia do direito à terra dos povos indígenas e das comunidades quilombolas.

João Maurido Farias – representando a FUNAI – Disse que é difícil trabalhar em favor das minorias, no caso os indígenas, em razão das pressões de interesses os mais diversos, geralmente ligados ao agronegócio.

Pediu parceria dos outros órgãos. Contou que a FUNAI no Rio Grande do Sul não recebeu ordens para paralisar demarcação das terras indígenas. Pelo contrário, disse o trabalho já está em andamento, e o que foi solicitado de Brasília foi agilidade. Também explicou que a entidade não é estadualizada e a jurisdição não se confunde com os estados, mas como as etnias. Disse que não há garantia de direitos indígenas sem terra demarcada e que tem em interesse em cooperação para que se avance o processo. Tam-

bém criticou a audiência da Comissão de Agricultura e aproveitou para dizer que a legislação garantidora dos direitos deve ser mantida.

Encerradas os pronunciamentos previstos, o Senador Paulo Paim abriu a palavra ao Plenário. Inscreveram-se mais seis pessoas, a saber: **José Antônio**, da Unegro, que encaminhou documento contra o que chama racismo institucional; **Bira**, que contou acerca das dificuldades de viabilização financeira a vinda dos quilombolas para a audiência; **Joel Severo**, do Quilombo Rincão, que pediu solução para os problemas que envolvem a regularização das terras dos quilombolas, incluindo a cobrança de impostos, a participação nos censos agropecuários e a implantação de serviços públicos nas comunidades; para a construção de casa porque as famílias sem a titulação das terras, não há como ter terra; **Lélia Rosa**, que leu uma carta na qual mostra sua indignação com a demora na titulação das terras de Morro Alto; Pedro Sales, líder da etnia Cain-gangue, que pediu a realização de uma audiência pública para discutir assuntos indígenas específicos do RS; e **Mário Moreira**, líder Guarani, que declarou apoio à causa dos quilombolas. Pediu, no entanto, atenção das autoridades para as dificuldades dos indígenas.

Encerrada a primeira parte da audiência, o Senador Paulo Paim convidou os participantes a comparecerem à segunda parte do encontro, que se daria no dia 16 de novembro, no distrito de Morro Alto, localizado no município de Maquine (RS), nos recintos do clube da comunidade denominado Maracanã.

Na segunda parte, o **Senador Paulo Paim** abriu espaço na Mesa para os representantes dos proprietários assentados nas terras localizados dentro do território quilombola. Pediu respeito aos posicionamentos de cada um, declarando que ali, todos, brancos, negros e índios, estavam unidos em torno de uma mesma identidade: a busca da Justiça. Pediu aos convidados que ajudassem a organizar os trabalhos, evitando manifestações desairosas.

Antes de chamar as pessoas que iriam compor a mesa, o Senador abriu espaço para a apresentação de um grupo folclórico **Maçambique**, da comunidade quilombola, que apresenta cantorias em homenagem a Nossa Senhora do Rosário.

Depois da apresentação, o Senador chamou as autoridades e lideranças locais para comporem a mesa dos trabalhos. A seguir, um resumo do pronunciamento de cada um dos presentes.

Alcides Scussel – prefeito do município de Maquine – Cumprimentou o Senador Paim pelo que considerou “a feliz ideia” de vir conhecer de perto a situação de Morro Alto porque, na localidade, em sua opinião, as autoridades poderiam verificar como se organizam os

habitantes da área que está sendo pleiteada para ser regularizada e titulada como terra quilombola. Disse que a maioria dos habitantes é formada por agricultores e suas famílias, com perímetro urbano normal de um distrito. Disse que a titulação daquelas terras colocaria em situação de insegurança as famílias de agricultores. Disse que, embora seja prefeito de negros e de brancos, está preocupado com a desapropriação de uma área de 4,6 mil hectares, que ira desalojar 450 famílias de agricultores que não são descendentes de quilombolas, para beneficiar cerca de 130 famílias cadastradas como quilombolas. Avaliou a situação como complexa e delicada. Além desse problema entre os proprietários e os quilombolas, disse que o fato prejudica a cidade porque desmotiva empresários interessados em abrir negócios na localidade. Disse se preocupar com atitude de corrigir injustiça do passado, criando-se nova injustiça no presente.

Vereador Denílson Silva –presidente da Câmara Municipal de Osório – Disse que tem se debruçado há um tempo sobre o tema, sem menosprezo pelos agricultores e pelos descendentes de quilombolas. Contou estar comovido com o fato de, na audiência, o representante dos agricultores esteja sentado ao lado do representante da associação quilombola. Admitiu que é dever dos poderes públicos restabelecer um debate que permita aos remanescentes trabalhar na terra, de modo justo.

Vilson Marques da Rosa –após os cumprimentos, avaliou que houve um grande erro quando, no passado, as terras dos negros foram destinadas aos colonos brancos. Mas que, dos 47 mil hectares originalmente ocupado pelos escravos, o que se pleiteia hoje são somente 4,6 mil hectares. Disse lamentar que a situação com os agricultores tenha chegado à situação de violência e contou já ter sofrido dois atentados. Essas tentativas de intimidação, de acordo com ele, serão encaminhadas à Polícia Federal para que apure as responsabilidades. Em seguida, contou sua história de vida, associada à região: seu pai foi agricultor, a mãe, a primeira professora negra dessa região. Contou que ela teve que ser escoltada pela polícia porque os brancos diziam que não iriam mandar seus filhos para escola. Disse que há prefeitos incentivando a violência, mas que os negros querem apenas o devido respeito à lei. Afirmou que os agricultores que precisarem sair serão justamente indenizados, conforme preceitua a lei. Mostrou inconformismo quando se classifica de um lado “agricultor” e de outro “quilombola”, pois os negros também são agricultores, afirmou.

Marcelo Porciúncula – Procurador Geral do Estado – Informou que o órgão ao qual se vincula acompanha a situação e que busca construir um for-

mato conciliador entre as partes interessadas durante o processo de regularização. Informou que o assunto está a cargo da Comissão de Direitos Humanos da Procuradoria estadual.

Edson de Souza –representante dos agricultores – Após os cumprimentos, disse que negros e brancos enfrentam a questão da regularização das terras que se tem, que se usa, e da qual tiram seus sustento e de suas famílias. Afirmou que os agricultores instalados naquela localidade não invadiram terras, receberam-na com documentos registrados nos termos que a lei exige. Apontou erros no relatório antropológico produzido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Reafirmou que as terras ocupadas foram compradas pelos pais e avôs dos atuais proprietários. Comentou a respeito da dedicação com que os agricultores proprietários se ocuparam da terra, fazendo com que melhorasse a produtividade e modificando a matriz de produção, que passou da cana de açúcar, mais agressiva ao solo, ao de hortaliças. Graças a essa mudança, disse, o solo do distrito é hoje um dos mais produtivos do País. Afirmou reconhecer a dívida social aos povos negros, que, em conjunto com os outros habitantes, construíram a comunidade. Declarou que, se no passado houve esse erro, deve ser reparado, mas não à custa dos agricultores. Pediu que, em vez de indenizar os agricultores, cujas famílias são maioria na localidade, a União indenize os quilombolas. Pediu que fosse aberto um edital de venda da área para quem não quisesse mais morar nessa região. Lamentou que a questão venha apartando as diversas etnias que habitavam pacificamente o local há muitos anos. Deu como exemplo de convivência harmoniosa a festa de São Benedito, que reúne negros e brancos em torno da igreja. Agora, segundo ele, o processo se encaminha para a criação de um território isolado, separatista, o que considera muito ruim para a sociedade. Manifestou repúdio ao atentado sofrido pelo Vilson, declarou que os agricultores por ele representados não têm nenhuma relação com o fato, atribuído por ele a outras questões diversas daquela relacionada a Morro Alto. Pediu a preservação da paz e da harmonia na comunidade.

Ivonete Carvalho –Representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (**SEPPIR**) – Disse que sua tarefa na SEPPIR é coordenar o Programa Brasil Quilombola, que envolve 23 ministérios. A finalidade do programa é garantir um direito que está na Constituição, que é o acesso das comunidades quilombolas às suas terras. Afirmou que a Secretaria trabalha para reparar as injustiças cometidas contra a população negra nesse País. Assegurou que serão realizados todos os meios para assegurar o direito da população quilombola de Morro Alto. Acrescentou que

também há o esforço de garantir a abertura de canal de diálogo contínuo com as famílias de trabalhadores, de pequenos agricultores, que convivem com a população quilombola. Mas deixou evidente que o direito às terras é dos quilombolas. Com relação aos proprietários, afirmou está trabalhando no sentido de separar o joio do trigo porque existem agricultores, mas também posseiros, fazendas enormes, grandes proprietários e, por isso, é necessário estudar caso a caso. Para tanto, disse necessitar do apoio dos quilombolas e dos agricultores familiares, pois não dá para tratar o grande agricultor da mesma forma que o agricultor familiar. Afirmou que está em contato com o INCRA para que haja o próximo passo da demarcação, que são as notificações, a fim de que sejam avaliadas as situações individuais. Afirmou que o assunto deve ser tratado com tranquilidade e que aquela área não é a primeira a apresentar a necessidade de desintrusão. Pediu solidariedade para os quilombolas, uma parcela da população que vem sendo discriminada nessa região há muitos anos. Com relação à denúncia de atentado contra o Vilson, se dispôs a acompanhar o caso atentamente.

Manoel Francisco Antonio – presidente de honra do Quilombo, por ser o habitante mais antigo – Disse esperar se faça justiça e que seja dado aos negros o que lhes pertence, de acordo com a lei.

Onir Araújo – advogado dos quilombolas – Explicou a situação: existe um direito constitucional e um decreto que regulamenta esse direito. Disse que a área original era mais de 40 mil hectares e que a questão, hoje, envolve 10% desse território. Afirmou que a situação toca aqueles que vieram nos porões de navios, não vieram subsidiados. Os que vieram à força. Em contraposição, avaliou que as pessoas que historicamente ocupam o Poder no Brasil são herdeiros dos proprietários de escravos, identificado aí as dificuldades de implementação dos direitos legalmente estabelecimento. Afirmou ter documentos nos quais as autoridades diziam que iriam assentar imigrantes em “terras de pretos”. O que estamos discutindo, em sua opinião, é se o Brasil vai cumprir o que estabeleceu em 1988, que foi o compromisso de reparar os crimes que se cometeu no passado. O decreto prevê ações de desapropriação, com a devida indenização. Essa é uma diferença entre terra quilombola e terra indígena, explicou. Discordou da avaliação de que a comunidade conviva pacificamente, pois, conforme denunciou, os quilombolas empregados nas terras sofrem ameaças de demissão, no caso de comparecerem às reuniões da associação que cuida de seus interesses. Contou até que nas festas de São Benedito os negros eram proibidos de ultrapassar determinado local, de uso ex-

clusivo dos colonos brancos. Questionou também uma convivência pacífica à custa da retirada das terras dos negros que, agora, não têm onde plantar. Reclamou do governo federal e disse que o processo de notificação está atraso desde fevereiro. Afirmou que, de acordo com a lei, o proprietário que tem título vai ser indenizado. O que tem benfeitoria também. “Agora, por que os quilombolas são os donos têm que sair e ir para as periferias das cidades? A lei prevê direito a todos com a demarcação das terras quilombolas. O maior exemplo é a garantia de presença dos não-quilombolas nesta audiência, quando na anterior, da Comissão de Agricultura, os quilombolas foram proibidos de participar”, afirmou. Acrescentou que é necessário fazer as notificações porque, aí, os próprios proprietários terão um instrumento para questionar a demarcação. Reclamou também a respeito das políticas compensatórias devidas pelo DNIT à comunidade quilombola, em vista da construção de estrada na localidade, estagnadas em função da falta de regularização das terras.

Nilton Tubino – representando a Secretaria Geral da Presidência da República – Ressaltou que instalação de conflito não interessa a ninguém que veio a pedido do Ministro Gilberto Carvalho ouvir as partes. Afirmou que o Governo Federal vai tomar posição em cima da lei, mas que não haverá decisão isolada em Brasília, com desconhecimento da situação local. Disse que sua presença aqui tem o objetivo de juntar informações para subsidiar a Presidência da República. Acrescentou que o Governo Federal é o autor do decreto que regulamenta as terras quilombolas, e que age em sua defesa no questionamento apresentado no STF. Contou que o governo tem garantido segurança aos quilombolas, no Maranhão, com a presença da própria guarda nacional. Conforme explicou, Lá a questão é diferenciada porque muitas áreas são estaduais.

Encenada a participação dos integrantes da mesa, o Senador Paim fez uma breve preleção sobre a busca da paz e dos diálogo. Citou Martin Luther King, que sonhava em ver brancos e negros sentados à mesma mesa, sob a sombra da mesa árvore, partilhando o mesmo pão. Também citou Néelson Mandela quando classificou como violência contra uma criança ensiná-la a odiar o outros.

Em seguida, abriu a palavra à platéia.

Marilda Aparecida Sousa da Rosa, professora local, que saudou a presença de alunos da Escola Santa Terezinha. Disse que os negros estão sendo expulsos daquela região há muito tempo, por não terem terras para trabalhar. Disse que o Estado tem que resolver o problema dos agricultores, instalados indevidamente. A culpa da situação, conforme disse, não é dos negros. Pediu que parassem de dizer que quilombola não é

agricultor. Disse que ali havia um povo de paz, mas que não vai abrir mão de seu direito à terra;

Lélia Rosa, que contou as dificuldades que os negros enfrentam na região por terem sido jogados em áreas desfavoráveis ao cultivo agrícola e lamentou que sua filha e seus netos tenham se retirado em busca de melhores condições de vida por não encontrarem ali meios de subsistência;

Alan – da Costa do Marfim – que disse ser um aliado da luta dos quilombolas. Avaliou que a questão ali não é racial, mas pela garantia dos direitos sociais de todos; Osório Martins Cardoso, vestido com o traje típico gaúcho, disse morar na localidade há 20 anos e estar tranquilo com relação ao respeito aos seus direitos.

Professor José Catafesto, da UFRGS, informou a respeito de impasse para a implementação de medidas compensatórias em razão dos impactos sociais causados pela construção de trechos de rodovia nas terras quilombolas. Em sua análise, o perímetro do INCRA está plenamente justificado pelos documentos existentes, e que esse é menor que a área realmente devida. Disse que os maiores beneficiários da questão estabelecidas entre agricultores e quilombolas são os exploradores da mineração, responsáveis por danos ecológicos. Disse que a audiência não é para estabelecer o consenso, pois o direito ao quilombo já está reconhecido. Convidou o Senador para ir à Faxina, onde se espremam agricultores, ao lado de propriedades de veranistas, que raramente aparecem na região

Arnaldo Jonas – secretário do PT de Maquine – Disse que a comunidade se dividiu com o Programa Brasil Quilombola e a harmonia anterior foi quebrada, inclusive nas festas religiosas.

Manoel Conceição Rosa – Disse que apesar de ter trabalho na construção da igreja local não é mais convidado para participar das festas, como retaliação por estar lutando pela regularização de terras que, segundo explicou, pertencente a seus antepassados desde antes do fim da escravidão. Contou a história da construção da comunidade, ressaltando a participação de sua família, que há 60 anos enfrenta pressão a respeito da propriedade da terra.

José Inácio da Silva – disse que é pequeno proprietário de uma empresa de pedras. Declarou-se descendente afro, mas não quilombola, embora não seja contra o movimento. Conta que trabalha na exploração de pedreira, num terreno que era do seu avô, que foi escravo e que acabou de uma maneira comprando as terras que deixou para seus descendentes.

Laura Zaquer – defensora pública da União – colocou-se à disposição dos pequenos proprietários para trabalhar na indenização das terras desapropriadas.

das. Disse que o valor é justo e pago á vista. Por isso, afirmou não vê razão para intranquilidade;

Ao final dos trabalhos, o Senador Paulo Paim resumiu o conteúdo dos debates ali apresentados, afirmando que não se quer negro contra branco, nem branco contra negro, mas respeito às leis e indenização a preço justo.

Após a fala do Senador, a reunião foi encenada com uma salva de palmas.

Sendo esse o resumo dos trabalhos realizados pelas audiências nos dias 14 e 16 de novembro de 2011, coloco-me à disposição para outros esclarecimentos considerados necessário.

Consultoria Legislativa, 15 de novembro de 2011.

CARTA DE MORRO ALTO PELA GARANTIA DOS DIREITOS QUILOMBOLAS

Defende a efetivação do direito à titulação das terras pertencente ao povo quilombola do Rio Grande do Sul, bem como o provimento de serviços públicos essenciais ao atendimento das necessidades básicas dessa população, nos termos reivindicados pelas lideranças comunitárias presentes às diligências promovidas nos dias 14 e 16 de novembro de 2011 pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, presidida pelo Senador Paulo Paim, e à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, presidida pelo Deputado Miki Breier, nós, integrantes do Quilombo Mono Alto, em representação das reivindicações apresentadas pelos povos quilombolas do Rio Grande do Sul durante os debates realizados nos dias 14 e 16 de novembro, e

Considerando a histórica situação de abandono a que nosso povo foi relegado da escravidão;

Considerando a necessidade de que sejam assegurados os direitos constitucionais de nossa população quilombola, com o objetivo de reduzir os danos a que fomos submetidos;

Considerando a urgência de que seja provida segurança jurídica para que as famílias quilombolas possam trabalhar e produzir seu sustento, de maneira digna;

Considerando as previsões legais contidas no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, combinado com os arts. 215 e 216 da Constituição Federal;

Considerando as previsões legais contidas no Decreto nº 4.887, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003;

Considerando o parecer da Advocacia Geral da União acerca da constitucionalidade do referido Decreto (AGU nº 1/2006);

Considerando o contido no Estatuto da Igualdade Racial, consignado na Lei nº 12.288, de 2010, notadamente nos arts. 31 a 34, que se referem ao direito das comunidades quilombolas à titulação de suas terras;

Considerando os ataques promovidos pelos setores mais conservadores contrários à demarcação das terras quilombolas;

Considerando que no Estado do Rio Grande do Sul apenas uma comunidade quilombola recebeu a titulação de suas terras, quando o INCRA reconhece a existência de quilombos em mais de 80 municípios gaúchos;

Considerando que a paralisação do processo de reconhecimento da titulação das terras pertencentes ao Quilombo de Mono Alto, iniciado em 2004, e ainda hoje pendente;

Considerando, enfim, que nós, os quilombolas, já esperamos tempo demais;

Considerando, ainda, que as comunidades indígenas do Rio Grande do Sul também pedem atenção ao processo de demarcação de suas terras e têm enfrentado igualmente resistências poderosas ao reconhecimento de seus direitos;

REIVINDICAMOS:

A notificação imediata aos habitantes das terras do Quilombo Morro Alto do processo de demarcação das terras quilombolas, conforme relatório produzido pelo INCRA, e consequente aceleração dos trabalhos necessários à titulação das terras pertencentes aos descendentes de escravos que habitaram a localidade;

Que sejam providas de energia elétrica as cerca de 20 residências que vivem sem luz nas comunidades quilombolas de Rincão do Louro, Rincão da Faxina, Colônia São Manoel, Fazenda Cachoeirinha e Rincão do Quilombo;

A imediata instalação nos territórios quilombolas dos serviços públicos essenciais ao atendimento das necessidades básicas da população, especialmente de postos de saúde, escola e instalações de rede de água e esgoto;

Da mesma maneira, que sejam instalados equipamentos públicos que estimulem a prática esportiva nos territórios quilombolas, na forma de centros olímpicos, coma imediata aprovação do PLS 131/2008;

O cumprimento efetivo do processo de regulamentação das terras quilombolas da forma em que está consignada no Decreto nº 4.887, de 2003;

A alteração urgente da Portaria interministerial nº 419, de 2011, a fim de que sejam retiradas quaisquer

referências à paralisação dos processos de demarcação de terras quilombolas ou indígenas;

A rejeição da ADIN 3.239, impetrada pelo partido DEM, antigo PFL, que enseja derrubar o Decreto nº 4.887, de 2003, e desconhecer os direitos à terra dos remanescentes dos quilombolas;

A rejeição do PL 3.654, de 2008, de autoria do Deputado Valdir Collato, que revoga o conteúdo do citado decreto;

Providências no sentido de que sejam alocados e devidamente executados os recursos orçamentários necessárias ao cumprimento dos deveres do Poder Executivo em relação à demarcação de terras e garantia do atendimento das necessidades básicas das populações quilombolas e indígenas;

O fortalecimento da infraestrutura do INCRA, com a contratação de profissionais e provimento de condições técnicas para o cumprimento efetivo de suas responsabilidades;

O reforço do número de defensores públicos federais para o atendimento da nossa população quilombola, que é notadamente pobre, sem recursos para bancar o custo da advocacia privada na defesa de seus direitos;

A realização no Rio Grande do Sul de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado para discutir a questão das terras indígenas.

Diante do exposto, pedimos a Vossas Excelências que se posicionem sobre essas reivindicações e as encaminhem para as autoridades responsáveis, comprometendo-se com a adoção das providências devidas para que os povos quilombolas e indígenas possam alcançar melhores condições de vida e, enfim, ver efetivados os direitos que tão arduamente foram conquistados.

LEGISLATIVA

Propostas apresentadas:

PECs (3), PLSs (15), PR.S (1), Requerimentos em comissões (87), Outros requerimentos (50).

PEC 84/2011 – conceder aos dependentes e pensionistas dos credores de precatórias o direito de serem pagos com preferência, nas termos do § 2º do mesmo artigo.

PEC 100/2011 – para incluir a possibilidade de utilização de precatórios para o pagamento de financiamentos habitacionais.

PEC 104/2011 – Altera o art. 100 da Constituição para instituir novo modelo de execução em face da Fazenda Pública.

PLS 53/2011 – dispor sobre o posicionamento dos aposentados e pensionistas nas tabelas retributatórias constantes do Anexo 1 da lei.

PLS 67/2011 – Regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braille–

PLS 69/2011 – permitir que operações de crédito com recursos do FGTS destinadas aos entes públicos para investimentos em saneamento e habitação sejam excluídas do cálculo do limite de endividamento.

PLS 161/2011 – equiparar ao filho do segurado o menor sob sua guarda judicial, mediante declaração do segurado, desde que ele não possua condições suficientes para o próprio sustento e educação.

PLS 228/2011 – Complementar – Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao trabalhador na construção civil.

PLS 230/2011 – para permitir que seja deduzido da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física o valor da contribuição previdenciária oficial paga em nome de dependente sem rendimentos próprios.

SF PLS 232/2011 – Concede benefícios para projetos que favoreçam a integração regional na América do Sul.

SF PLS 258/2011 – Regulamenta a profissão de quiropraxista, e dá outras providências. Autor: Senador Paulo Paim –RETIRADO

PLS 343/2011 – Institui o mês de março como o “MÊS DA POESIA”.

PLS 493/2011 – permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento–

PLS 502/2011 – Estabelece a obrigatoriedade de que a pessoa jurídica integrante da administração indireta divulgue os nomes, currículos, endereços, telefones e endereços eletrônicos de seus conselheiros e dirigentes–

PLS 512/2011 – dispor sobre a aposentadoria especial dos segurados portadores de deficiência decorrente da Síndrome da Talidomida e dá outras providências.

PLS 583/2011 – dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para estabelecer a contagem no período de carência para a aposentadoria por tempo de contribuição do tempo de serviço como segurado especial, até o limite de vinte cinco anos para a mulher e trinta anos para o homem.

PLS 628/2011 – dispor sobre os reflexos da extinção do contrato de trabalho em face da aposentadoria por tempo de contribuição.

PLS 629/2011 – incluir o apoio cultural ao Serviço de Radiodifusão Comunitária entre os projetos aptos a receber recursos incentivados.

PRS 20/2011 – Denomina “Senador Abdias do Nascimento” a Sala da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

Projetos aprovados e remetidos à Câmara dos deputados

PLS 42/2010 – institui o Plano de Custeio, e dá outras providências e sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre a qualidade de segurado após quinze anos de contribuições para fins de concessão de pensão por morte.

SF PLS 535/2009 – para dispor sobre a unificação da arrecadação das contribuições sociais de empregado e empregador doméstico e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

PLS 536/2009 – Código de Defesa do Consumidor, para obrigar os fabricantes a credenciar pelo menos um serviço de assistência técnica autorizada em municípios com população superior a cem mil habitantes, e dá outras providências.

PLS 105/2008 – dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, para prever incentivo ao empreendedorismo.

PLS 526/2007 – manutenção da qualidade de segurado do regime geral de previdência social, para fins de geração da pensão por morte, daquele que tiver, no mínimo, cento e oitenta contribuições mensais.

PLS 27/2006 – estender aos titulares do Benefício de Prestação Continuada a prerrogativa de contratar empréstimo consignado em folha de pagamento

PLS 23/2003 – permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração. Autor: Paulo Paim

SF PLS 466/2003 – dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, estabelecendo que a pensão por morte é devida a partir do óbito do segurado.

Projetos aprovados e remetidos à sanção presidencial

PLS 618/2007 – Regulamenta o exercício das profissões de Catador de Materiais Recicláveis e de Reciclador de Papel.

Matérias relacionadas

PDS 23/2011 – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Caraça de Comunicações LTDA– para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais. Autor: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática;

PDS 57/2011 – Aprova o ato que outorga permissão à H. Sul Fm Radio Difusão LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nerval, Estado do Rio Grande do

Sul. Autor: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

PLS 72/2011 – ampliar os benefícios previdenciários devidos ao aposentado que retomar ao trabalho. Autor Rodrigo Rollemberg. Remetido a Câmara Dos Deputados.

PLS 168/2011 – Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Remetido a Câmara Dos Deputados

PLS 172/2011 – Proíbe a prestação de atividades de natureza permanente da Administração por trabalhador contratado por empresa interposta ou cooperativa de trabalho e modifica o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983 e a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. Autor: Walter Pinheiro.

PLS 173/2011 – Autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas. Autor: Vicentinho Alves.

PLS 189/2011 – para dispor sobre a contribuição previdenciária de empregados e empregadores domésticos. Autor: Vanessa Grazziotin.

PLS 144/2011 – Dispõe sobre a jornada de trabalho e a concessão de férias dos trabalhadores de saúde que atuam em unidades de urgência e emergência de serviços de saúde. Autor: Paulo Davim.

PLS 240/2011 – Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir a esclerose lateral amiotrófica entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do cumprimento de prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Autor Ana Amélia.

PLS 369/2011 – Determinar que a concessão de férias do trabalhador seja precedida de consulta pelo empregador sobre a data de seu gozo. Autor Ana Rita.

PLS 378/2011 – Garantir a todos os trabalhadores, efetivos ou comissionados, a jornada de turnos ininterruptos. Autor: Lindbergh Farias.

PLS 409/2011 – Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2004, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivas da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2000], para imputar responsabilidades na esfera administrativa, civil e criminal pelo descumprimento do inciso I, do art– 17. Autor: Eduardo Amorim.

PLS 473/2011 – Regulamenta o exercício da acupuntura. Autor– Eduardo Suplicy.

PLS 495/2011 – dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para ampliar o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes– Autor: Renan Calheiros.

PLS 599/2011 – Regulamenta o exercício da profissão de Quiropraxista. Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SF PLS 406/2011 – Altera a Lei nº 1664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de afies de saúde que assegurem a preveni, a detecção, o tratamento e o seguimento dos gires do colo uterino e de cama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, para mar o atendimento às mulheres portadoras de deficiência. Autor: Ana Amélia.

PLS 589/2011 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação –para dispor sobre o atendimento na educação especial. Autor: Cyro Miranda Remetido a Câmara dos Deputados.

PLS 34/2010 – dispor sobre o cõ uta especial do tempo de contribuição dos garimpeiros empregados e contribuintes individuais para fins de aposentadoria por idade e dá outras providencias. Autor Cyro Miranda Remetido a Câmara dos Deputados.

PLS 241 /2010 – para dispor sobre o salário-maternidade das seguradas mães de Prematuros. Autor: Marisa Serrano Remetido a Câmara dos Deputados.

PLS 526/2009 – Dá nova redação ao art. 2º, caput, e § 1º e 4º, da Lei nº 10.884, de 9 de junho de 2004, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir no Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), a assistência financeira ao transporte intermunicipal de estudantes ive it ios. Autor: Marisa Serrano Remetido a Câmara dos Deputados.

PLS 80/2008 – Altera o Art. 636 da Consolidação das Leis do Trilo (CLT), cevada pelo Decreta-Lei nº 5.452, de 1943, para prever o recolhimento de percentual de vinte por cento da multa devida na interposição de recursos contra decisões administrativas e dá outras providências . Autor: Gilberto Goeflner Remetido a Câmara dos Deputados.

PLS 385/2008 – dispõe sobre a compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Dísirito Federal e dos Municípios. nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para emissão de aposentadoria, e dá outras providencias. Autor: Antonio Carlos Valadares Remetido a Câmara dos Deputados.

PLS 314/2007 – vedar a fixação limite máxima e outras práticas eliminatórias, na admissão ou permanência da relação jurídica de trabalho do idoso e

dá outras providências. Autor Lúcia Vânia Remetido a Câmara dos Deputados.

PLS 411/2007 –Institui mecanismos de estímulo à instam de sistemas de cola, armazenamento o e utilização de ias pkivais e de reutilização de águas servidas em edificações públicas e privadas – Autor: Marcelo Crivela Remetido a Câmara dos Deputados.

PLC 42/2011 – que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Escolas de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, para estender sua aplicação aos diplomados em cursos de tecnologia nas respectivas áreas. Autor: Vicentinho

PLC 86/2011 – Denomina Açude Deputado Francisco Diógenes Nogueira o açude Figueiredo, localizado no Município de Alto Santo, no Estado do Ceará Autor Gorete Pereira.

CATADOR VAI SER REGULAMENTADO

Câmara aprovou projeto do senador Paulo Paim (PT) que regulamenta as profissões de catador e reciclador. Falta agora a aprovação da presidente Dilma

Depende ainda da aprovação da presidente Dilma Rousseff, mas a notícia da regulamentação das profissões de catador de materiais recicláveis e reciclador de papel, aprovada nesta semana pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, foi recebida com otimismo por quem garante o sustento a partir da catação de material reciclável.

– Com a lei, estamos tendo respeito e o reconhecimento do nosso trabalho. Somos uma categoria de trabalhadores, não somos mais lixeiros –afirma Ana Regina Medeiros de Lima, coordenadora da Federação dos Recicladores do RS.

Medo da burocracia

Ana observa que a lei vem mostrar que os catadores fazem parte do mercado, embora a maioria ainda não contribua para a Previdência Social e seja marginalizada. Pelos cálculos da federação, há no Estado cerca de cem grupos identificados e organizados que trabalham com reciclagem. Em cada um deles, trabalham em média 30 pessoas.

Alexandro Cardoso, representante no Estado do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, acredita na melhoria da autoestima dos trabalhadores, mas teme a burocratização da atividade com a criação da lei.

“O pessoal tinha preconceito”

Na Capital, entre os catadores há 8 mil carroceiros, 6 mil carrinheiros e 700 que trabalham em unidades de triagem.

Carmen Lúcia Araújo Bandeira, 40 anos, trabalha no Centro de Triagem da Vila Pinto, no Bairro Bom Jesus, há cinco anos e diz que o trabalho ainda não

é valorizado. Agora, com uma profissão, ela acha que as coisas vão melhorar.

– O pessoal tinha preconceito, chamava de lixeira – lembra.

Ana Lúcia dos Santos, 41 anos, tem dez anos de experiência em unidades de triagem. Com a novidade, se sente mais importante.

– Eles passam a ser personalidade reconhecida pela sociedade – comenta o senador Paulo Paim (PT), autor do projeto.

Saiba mais

– Após a presidente Dilma aprovar o projeto, os catadores deverão comparecer à Superintendência

Regional do Trabalho para obter o registro profissional. Menores de 18 anos podem exercer a profissão, desde que de acordo com a CLT.

–A proposta estabelece que o catador é aquele que, sozinho ou em uma cooperativa, colhe, seleciona e transporta material nas ruas e empresas para venda ou uso próprio.

–A lei facilitará a criação de associações e sindicatos. Os catadores poderão, por exemplo, cadastrar-se como pequenos empreendedores. Desta forma, terão acesso a vários benefícios, como, por exemplo, financiamentos para ampliar as atividades.

Vejo aproximar-se um novo horizonte. Ele parece sorrir, mansamente, como quem diz: “Te achega, vem experimentar as surpresas que tenho para ti”.

Eu o observo e penso nas infinitas possibilidades que há para todos nós. Fico desejoso que ele renove a nossa capacidade de amar, de ser solidário, de pensar no próximo.

Sei que a luta é árdua, mas podemos caminhar juntos...

Venham comigo trabalhadores, aposentados, pensionistas, brancos, negros, índios, ciganos, homens, mulheres, idosos, jovens, crianças, pessoas com deficiência, venham todos vocês independentemente de sua cor, de seu credo ou de sua orientação sexual.

Venham... a vida nos espera para um Novo Ano. Vamos construí-lo, vamos vivê-lo intensamente...

Orçamentária

- Defendi obras nas rodovias: BR-386 - duplicação da rodovia, RST 470 federalização dessa rodovia, BR 153 Rodovia Belém – Brasília - federalização total da estrada
- **Carvão Mineral** – manutenção da matriz energética do carvão no Leilão "A-5"
- Defesa da construção da 2ª Ponte do Guaíba
- Reestruturação da ULBRA
- Defesa das empresas de chaves de fenda em agenda no MDIC devido a importação chinesa e da desoneração dos setores calçadistas, moveleiro e de máquinas
- Participação dos Grupos de trabalho no Ministério da Previdência – Discussão sobre o fim do Fator Previdenciário e reajuste dos aposentados, entre outras questões previdenciárias.
- Defesa da prorrogação do Decreto de cancelamento dos restos a pagar de exercícios anteriores que resultou na edição do Decreto 7468.
- Defesa da desoneração temporária da cerva mate (PIS e Cofins). (recebeu setor produtivo, fez pronunciamento e defendeu a aprovação da emenda na MP 545/2011)
- Defesa da implantação do novo aeroporto Vila Oliva na Serra Gaúcha e do aeroporto de Nova Santa Rita (20 de setembro).
- Apoio ao Programa de prevenção ao Câncer de Mama no sentido de ampliar o acesso ao diagnóstico e ao atendimento na rede SUS
- Apoio à repartição do Royalties – emenda do Senador Pedro Simon em parceria com a CNM
- Defesa da criação das Varas do Trabalho no RS - aprovação do projeto no Senado
- Participação das reuniões do MERCOSUL
- LDO – apresentei inúmeras emendas e aprovei a garantia de ganho real aos aposentados e pensionistas no montante equivalente a 80% PIB de 2010 – Vetada pela Presidente Dilma
- Aprovação de emendas ao PPA 2012 nas Comissões do Senado como forma de dar maior transparência a execução dos recursos, aperfeiçoando metas, fomentando a participação social no processo orçamentário, incluindo indicadores sociais, reduzir as desigualdades, ampliando o acesso às universidades estaduais, garantindo ganho real às aposentadorias e pensões acima do mínimo para o RGPS.
- Aprovação de emendas ao PLOA 2012 nas comissões do Senado para as comunidades quilombolas, para programas de incentivo às mulheres e para atendimento as crianças e adolescentes.
- Apresentei ainda ao PLOA 2012 emendas individuais para garantir os recursos necessários ao reajuste dos aposentados e pensionistas a com benefícios acima do salário mínimo, equivalente a 80% do PIB de 2010, o que irá refletir em um reajuste por volta de 12%

COMUNICAÇÃO

Pronunciamentos: 340

Artigos: 36

Notícias: 769.

Palestras: 18.

Twitter: 13. 002 seguidores.

Facebook: 5.116.

Orkut: 4327 seguidores.

TV Paim: 50.

Blog: 23 posts. 2911 comentários.

Áudio Paim/Rádio: 260 clips.

Reedição do “Rufar dos Tambores”: 5 mil exemplares.

DEMANDAS / 40 mil mensagens

ASSUNTOS MAIS ABORDADOS

Fim do Fator Previdenciário

Aumento para os aposentados e pensionistas

Recomposição das aposentadorias

Estatuto do Idoso

Estatuto da Pessoa com Deficiência

Aposentadoria especial

Aerus

Emenda 29 (saúde)

Estatuto do Motorista

Desaposentadoria

Reg. Prof. Comercário

Periculosidade Vigilantes

Precatórios

DIREITOS HUMANOS

Até o dia 22 de novembro, a CDH realizou 91 reuniões. 21 delas deliberativas e 70 audiências públicas (motoristas, índios aposentados, racial, sindical, redução da jornada de trabalho, comissão da verdade, ficha limpa, quilombos...).

Ao todo, 43 projetos, de 89 proposições colocadas em pauta, foram aprovados na CDH. Três deles, respectivamente, de relatoria do senador Paulo Paim e dois de autoria dele.

Autoria

PLS 105/2008 - dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, para prever incentivo ao empreendedorismo. Remetido à Câmara.

PLS 201/2010 - Estende para 31 de julho de 2020 o prazo de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência. Matéria encaminhada à CAE.

Relatorias

PLS 173/2011 - Autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas. Autoria: Senador Vicentinho Alves. Encaminhado à CCJ.

PLS 176/2007 - Cria o Fundo Nacional de proteção aos trabalhadores da Fumicultura (FNF), com a finalidade de proteger os trabalhadores do setor e estimular a diversificação de atividades econômicas nas áreas cultivadas com tabaco, e institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de sucedâneos manufaturados do fumo (Cide-Fumo) e dá outras providências. Autoria: Senador Sérgio Zambiasi. Encaminhado à CCJ.

PLS 406/2011 - dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar o atendimento às mulheres portadoras de deficiência. Autoria: Senadora Ana Amélia. Encaminhado à CAS.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Quero aproveitar para parabenizar o Senador Paulo Paim pela aprovação do projeto que regulamenta a profissão de catadores. V. Ex^a sabe da ligação do Presidente Lula com eles naquela cerimônia belíssima, emocionante, e agora, em dezembro, a Presidenta Dilma vai a São Paulo num evento com os catadores, e acho que V. Ex^a deveria ir junto com a comitiva, para ser homenageado por esse projeto.

Além disso, como V. Ex^a falou do Intersul, acho que a discussão da integração sul-americana vai entrar na pauta do dia por exigência dessa crise econômica internacional.

V. Ex^a falou do economista José Carlos Assis, que é um grande amigo nosso, que está lançando um livro agora, *Universo Liberal em Desencanto*, uma crítica muito profunda às políticas neoliberais implantadas em todo o mundo. Ele comenta essa crise econômica, em especial na Europa.

De forma quero parabenizar muito o pronunciamento de V. Ex^a.

O Senador Paulo Paim será atendido na transcrição que solicitou à Mesa, na íntegra.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a está sendo convocado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, jovem Senador Lindbergh, eu aprendi a conhecer, a respeitar uma cara pintada num momento dos mais importantes da vida deste País.

V. Ex^a é testemunha viva dessa quadra de 1964 até hoje, da qual ainda não saímos em caráter definitivo, mas que, com a participação da sociedade, nós podemos dizer que fizemos a nossa história. V. Ex^a, no Rio de Janeiro, liderando a mocidade dali e do Brasil, serviu de um estímulo muito grande a todos nós. Ali foi uma oportunidade. Se não fora os jovens na rua, o Congresso não teria feito o que fez. Ali, como nas Diretas Já, como agora na Ficha Limpa, foram os jovens, foi o povo que pressionou esta Casa, e esta Casa avançou.

Aliás, eu não acho negativo isso. É uma grande qualidade essa de, graças a Deus, restar a nós a sensibilidade de aceitarmos a legítima pressão que vem da sociedade, como veio por parte, principalmente, dos jovens. Por isso, é uma alegria vê-lo aqui presidindo esta Casa.

A vida dá volta. Eu, quando entrei na vida pública, também fui presidente da junta da UNE, era um jovem. Mas vivi, como estudante, uma época mais tranquila do que a tua. Juscelino Presidente, uma maravilha, crescimento... Era uma fase, o Brasil explodindo. Até a vitória do Jânio Quadros! Parecia... Eu não votei no Jânio, votei no Lott, mas votei com raiva de votar no

Lott, porque o Jânio era muito mais brilhante. O Lott era uma biografia muito bonita, ia para a tribuna e perdia voto, ficávamos com raiva, porque ele não dizia nada com nada e o que dizia era bobagem. Sete meses empolgantes com o Jânio, e aquela renúncia, e toda a loucura que veio depois.

V. Ex^a tem uma missão importante. Eu estou saindo, estou indo para casa. Mas V. Ex^a está começando. E repare V. Ex^a, começando no Senado da República, tenho certeza, com um grande futuro.

Sr. Presidente, meu amigo Paim, eu fico emocionado com os relatórios que o meu amigo Paim faz da sua atividade. Eu não sei como na sexta, sábado, domingo e segunda ele fez o que ele fez: percorreu não sei quantos mil quilômetros, percorreu não sei quantos Municípios, participou de não sei quantas solenidades.

Eu sou admirador de V. Ex^a. Acho essa garra, essa coragem, essa bravura realmente muito positiva. E tenho certeza de que V. Ex^a tem um grande futuro.

Nós já tivemos a primeira mulher presidente. O americano está tendo o primeiro negro presidente. Quem sabe não vai inverter? O Paim está aí, na espera.

Eu estou aqui com tratamento dentário. Meu dentista é da maior competência, meu amigo, mas a gente sofre com dentista. Eu tinha que estar em São Paulo neste momento, mas estou impossibilitado de estar lá e venho a esta tribuna, falando devagar, pela obrigação de dizer aqui o que não posso dizer lá, em São Paulo.

Daqui a pouco, às 20 horas, no Sesc Vila Mariana, em São Paulo, teremos a solenidade de abertura de comemoração dos 35 anos da visita do Imperador D. Pedro II ao Líbano.

Você que está me assistindo na TV Senado já tinha ouvido falar nisso? Quantas pessoas tinham ouvido falar que, no século retrasado, D. Pedro II, numa caravana com mais de 200 brasileiros, visitou o Líbano?

Vale lembrar que – estamos aqui o Ministro da Previdência, Senador Garibaldi – há poucos minutos o Senador Paim desta tribuna lhe fazia uma saudação, a mais profunda e a mais respeitosa: Governador, Senador, Ministro, com a mesma simplicidade. Parece até um Pedro Simon, que não é ninguém na vida!

Vale lembrar que D. Pedro II, em suas viagens ao exterior – Estados Unidos, Europa, França de um modo especial – e mesmo nas suas viagens ao interior do Brasil, tinha por método registrar todas as impressões sobre diferentes locais por onde andou, por onde transitou, e o seu diário se constitui hoje em uma das mais importantes fontes de informação para o conhecimento da nossa história no período imperial.

Os documentos daquela viagem foram disponibilizados pelo Museu Imperial de Petrópolis e pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Os Correios

promoverão, no mesmo ato, o lançamento do carimbo comemorativo à data e o público poderá também conhecer – muitos, pela primeira vez – a bandeira e a espada do Imperador, fornecidos pela Casa Imperial do Brasil.

Haverá, ainda, exposição de fotos das cidades libanesas visitadas por D. Pedro II, além do lançamento do catálogo *130 anos de Imigração Libanesa no Brasil*, do Senador Roberto Khatlab.

Eu não poderei comparecer à solenidade, o que me entristece. Nós descendentes daquelas terras somos seguidores fantásticos da ciência e da religião. A ciência me impede de estar presente fisicamente, por motivos de saúde. A fé transporta a minha alma até lá, o que me deixa feliz por prestigiar, presenciar e participar da alegria de todos os amigos, tendo à frente a Sr^a Lody Brais, presidente da Associação Cultural Brasil-Líbano, coordenadora do encontro. Ela também, com essa feliz ideia, está contribuindo para a construção da nossa melhor história.

D. Pedro II governou o Brasil durante meio século. É uma pena, e daí a grande importância desse evento, que tenhamos uma Nação não preocupada com a sua memória histórica, que não dá valor a essa memória. A história tem que se lembrada, não importa se comparada às plantações de joio ou às plantações de trigo: se de trigo, para servir como referência para os tempos que virão; se de joio, para que nunca mais se repita.

Não há dúvida de que o reinado de D. Pedro II foi para o País um tempo de boas referências, um tempo viçoso de trigo. Eu não tenho dúvida também de que estamos vivendo um tempo de necessidade de voltar àquela história, para aquele tempo servir de espelho para os governos atuais, principalmente quando se fala de ética na política.

D. Pedro II foi um exemplo emocionante de dignidade e de ética. Se discorrermos sobre D. Pedro II, numa concepção positivista de como ele era, chegaremos à conclusão normativista de como os atuais governantes deveriam ser novos D. Pedros II, que debutou o poder com 15 anos, preparado evidentemente, milimetricamente para a função.

Era um tempo de grande agitação política que poderia ter escrito outra história para o País, mas, o que pode ser ainda mais importante, poderia ter comprometido a nossa geografia. Em diferentes pontos do Brasil, pipocavam movimentos de insurreição que, agora, mal frequentam os nossos livros escolares, mas que deveriam ser, hoje, elementos de discussão da nossa trajetória como Nação independente.

D. Pedro II não se movia por ambições desmedidas nem pelas pompas do poder. Os relatos sobre a sua vida dão conta de um caráter sem qualquer mácula,

movido pela melhor das definições de honestidade – se é que essa palavra necessite de qualquer outro sinônimo. Ele era honesto no trato da coisa pública. Não há nem mesmo uma mera insinuação sobre a sua conduta ética. Exerceu a política como sacerdócio e deixou o País rumo ao exílio aos 65 anos, deixando para trás um País íntegro na sua geografia e fortalecido na sua história. Aboliu a escravidão, construiu as bases para uma representação política mais democrática, via eleições, e deu sustentação para uma expressiva liberdade de imprensa.

Os seus minuciosos relatos escritos retratam a hierarquia das suas convicções: primeiro, Deus; depois a humanidade, a Pátria, a família, os indivíduos. Exatamente nesta ordem: Deus, a humanidade, a Pátria, a família, os indivíduos.

Ouso dizer que as críticas que se faz a D. Pedro, como governante, devem-se, contraditoriamente, às suas características como ser humano, à sua total falta de ambição pelas benesses do poder, o que não é diferente no tratamento aos governantes nos nossos dias. A nossa história recente dá conta de personalidades políticas folclorizadas pela mídia e pelos historiadores exatamente porque não trilham o caminho da pompa e porque defendem a soberania nacional em um ambiente de pressão pela globalização.

D. Pedro II deixou, íntegro, um País íntegro.

Ele era, no poder e na vida, o que todos os governantes deveriam ser lá e cá no tempo: honesto.

Ele é, na nossa história, uma referência perdida pela desmemória. Ele era um amante da arte, da ciência e do conhecimento.

A sua simplicidade no ser não significava, nem para ele, nem para o País, a estagnação no tempo. Buscava, para a construção do Brasil, o melhor de sua época. Podemos dizer, portanto, que vivemos hoje um tempo cujas paredes se ergueram sob alicerces bem fundados na época de D. Pedro II. A formação do nosso povo, rica nas diferenças, inclusive e principalmente. É esse o contexto da sua viagem ao Líbano, que hoje é lembrada, com reverência, pelos 135 anos passados.

D. Pedro II visitou o Líbano, portanto, em 1876. Viajou, como sempre, por conta própria, como em suas viagens a Paris, onde ele pegava empréstimos, inclusive bancários, para bancar as suas viagens. Não era dinheiro público, não era o dinheiro do tesouro, não era o dinheiro... Era a expensas própria.

Aliás, lembro aqui as suas histórias do exílio, morando em um hotel de segunda categoria, em uma vida quase de classe média baixa, a impressão que ele deixou na história deste País. Nessas suas viagens, nessas suas peregrinações, dispensava o gasto público, embora a importância de sua presença em outras terras. Na

linguagem atual, nunca utilizou “cartão corporativo”. Essa sua viagem teve, sem dúvida, influência importante na vinda de libaneses para o Brasil. A sua maneira cativante de ser moldou decisões já propensas a deixar aquele País, tendo em vista as perseguições políticas e religiosas que aconteciam por lá. A viagem de D. Pedro abrindo as portas e convidando-os para este continente foi o fato determinante da vinda de muitos libaneses.

Evidente que os conflitos, já existentes naquele tempo, motivaram a emigração em massa do povo libanês para outras terras. A América, em especial. Mas os registros históricos dão conta de que, ao descerem em terras americanas, os imigrantes tinham pouca noção geográfica de onde aportavam. Imaginavam muitos que se resumia a América aos Estados Unidos. Alguns historiadores contam que muitos libaneses ficaram espantados quando chegaram aos portos brasileiros e argentinos, imaginando terem vindo, na verdade, para a América do Norte.

Daí a importância da viagem de D. Pedro II. Ele fez-se conhecer e mostrou um país de braços abertos para os povos que se propunham trabalhar na sua construção enquanto nação livre e democrática.

Na chegada ao Brasil, os libaneses não tiveram grandes dificuldades de adaptação à nossa terra e à nossa gente. Existem estudos que dão conta de que até mesmo as brincadeiras infantis tinham muita similaridade. Muita similaridade! Já naquele tempo, o povo brasileiro tinha essa característica atual de convivência pacífica e de harmonia entre diferentes.

Havia, também, um traço de união entre brasileiros e libaneses: a importância dos laços familiares no cultivo da árvore da vida. Talvez possa estar aí o melhor significado para o “cedro do Líbano”, a árvore-símbolo daquele país: o emblema da bandeira do Líbano foi escolhido porque simboliza força e imortalidade. É muito comum ouvir-se a expressão “família libanesa”, tal e qual se diz “família brasileira”. Com a migração e com os laços de amizade que se estabeleceram, hoje há uma grande e extraordinária família unida, a família brasileira.

Volto ao cedro do Líbano, tão bem expresso no texto da proclamação do Grande Líbano como Estado Independente, em 1920: “O cedro sempre verde é um povo sempre jovem, apesar de um passado cruel. Embora tenha sido oprimido, jamais conquistado. O cedro é o seu sinal de união. E, pela união, pode enfrentar a todos os ataques”.

Onde nasce um cedro do Líbano, é sinal de que, ali, a terra é fértil.

Foi assim que nasceu a amizade entre os povos brasileiro e libanês. Em terra fértil. Forte e imortal.

Os libaneses que para aqui vieram mantiveram uma característica que lhes era própria nas terras de

origem: a profunda capacidade comercial. A estabelecida ou a chamada “porta-a-porta”. Neste último caso, há uma questão pouco estudada sobre a atividade comercial dos libaneses. Como “caixeiros-viajantes”, eles se embrenhavam no mais interior do País, no nosso Brasil, nas áreas rurais dos centros considerados mais prósperos e em outras regiões mais distantes como o Centro-Oeste, e não se caracterizavam, apenas, como vendedores de mercadorias: eles se transformaram, com seus sotaques carregados, em fonte de informações para aqueles povos. Eles transmitiam às populações locais, principalmente as mais isoladas, o que acontecia na capital e no restante do País.

No Rio Grande do Sul, na Revolução Farroupilha e em outros acontecimentos, como a Revolução de 30, eles eram...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ...eles eram os mascates, que levavam a orientação, de ponta a ponta, do que estava acontecendo; eram o elo de ligação [*fora do microfone*] entre brasileiros, que não tinham rádio, não tinham televisão, não tinham jornal, não tinham nada; eles é que faziam essa transmissão de orientação.

Pode-se dizer, portanto, que os libaneses foram um elemento dos mais importantes para a integração do nosso País. Eram verdadeiros “bandeirantes da informação”.

Havia outra mão de direção, também, nessa troca de informações. O contato direto com as populações locais serviu como elemento de harmonia com os brasileiros.

O Brasil, hoje, pela convivência entre os povos que aqui habitam, é uma verdadeira ONU. Ou, mais importante ainda, é o que a ONU pretende ser e um dia deverá ser: a verdadeira união entre os povos, sem guerras e sem outros conflitos de qualquer natureza que envolvam diferentes culturas, diferentes religiões, diferentes etnias. Difícil imaginar outro país onde reine tamanha harmonia entre os povos como o Brasil. Os que guerream lá fora vivem em paz aqui dentro.

Temos aqui brasileiros de descendência italiana, brasileiros de descendência alemã, brasileiros de descendência asiática, brasileiros de descendência negra, brasileiros de descendência holandesa, brasileiros de descendência libanesa, entre tantos outros povos que para aqui vieram, aqui ficaram e aqui fizeram a constituição dessa verdadeira raça brasileira.

Esses diferentes povos mantêm culturas de seus países de origem, mas, na essência do ser, são, agora, todos eles, brasileiros.

No nosso caso, somos, aproximadamente, oito milhões de brasileiros de origem libanesa, duas vezes a população atual do Líbano. Portanto, o Líbano é, também, aqui!

Mais do que isso: um Líbano de paz e de harmonia! Uma paz duradoura, que não se alcança, apenas, nas agitadas primaveras. Paz e harmonia que se fortalecem a partir de eventos como o de hoje, promovido pela Associação Cultural Brasil-Líbano, comandada pela nossa amiga Lody Brais.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Encerro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a fique à vontade.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Desde junho de 2010, com a promulgação da Lei nº 12.268, aprovada pelo Congresso Nacional, o dia 22 de novembro é dedicado, anualmente, à comunidade libanesa no Brasil. Louve-se a iniciativa da lei, porque a comunidade libanesa no Brasil também se dedica ao País todos os dias do ano.

Sim, no dia 22 festejamos mais um aniversário do Líbano, um pequeno país, uma grande nação. Sofreu nas mãos dos colonizadores, sofreu muito mais do que se poderia imaginar, mas mantém a sua dignidade e independência. Mantém a sua cultura, a sua história e a sua capacidade. Um país que, ao contrário dos seus vizinhos, tem no regime e na vida democrática o seu grande exemplo.

É por isso, Sr. Presidente, que, desta vez, eu, que tantas vezes venho à tribuna abordar os assuntos tão complicados ou tão diferentes, venho agora, como um bom brasileiro, como Senador desta Casa, trazer a cultura daquilo que dizia o grande Darci Ribeiro: a raça brasileira. Sim, nós estamos vivendo a formação da raça brasileira. Aqui, o branco, o negro, o índio, aqui, a mistura de todas as nações, de todas as civilizações está fazendo surgir um grande povo, que é esse povo brasileiro.

É com alegria que, descendente de libaneses, digo: esses fazem parte desta grande Nação!

Obrigado a V. Ex^a, bravo Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito bem, Senador Pedro Simon. V. Ex^a, que é uma referência, eu diria, luminosa para esta Casa, para nós Senadores, para a nova geração da política brasileira, fez hoje um belíssimo pronunciamento – não me cabe aqui comentar –, falando da contribuição do povo libanês na construção deste País e falando de Pedro II, que é um entusiasta da inovação, da ciência, da pesquisa, da botânica.

Sou Senador pelo Rio de Janeiro, Senador Ministro Garibaldi Alves, que está aí. Aquele reflorestamento da floresta da Tijuca surgiu por iniciativa de Pedro II, com o Major Archer. E não existiria o Rio de Janeiro desse jeito sem aquela iniciativa fantástica de Pedro II. Então, cumprimento V. Ex^a.

Chamo o próximo orador, Senador Walter Pinheiro. Depois, passo ao Senador Crivella, como Líder, e ao Senador Blairo Maggi.

Senador Walter Pinheiro, V. Ex^a tem 20 minutos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa Mesa repleta de Senadores combativos, brilhantes: a dupla do Rio de Janeiro, Lindbergh e o Senador Marcelo Crivella, com o nosso Senador Paulo Paim.

Quero aqui, Senador Pedro Simon, dizer que um dos grandes embates deste momento em que a gente vive é exatamente ter a oportunidade de olhar de forma muito mais criteriosa para o que acontece no Brasil hoje e o que efetivamente significaram as ações desse Brasil de ontem, que V. Ex^a aqui, na tribuna, tocou.

Em meio a toda esta crise econômica mundial, eu diria até que, do ponto de vista comparativo, meu caro Lindbergh, esta é maior crise ocidental desde a última grande guerra. Se fizermos um comparativo do que ocorreu com a economia no mundo, do que se processou do ponto de vista tecnológico, o que é importante acentuar, isso gerou uma economia no mundo brutal.

Nós assistimos a diversas movimentações. Em 1980, na década de 80, particularmente, com a chamada desregulamentação da economia, patrocinada principalmente pela Dama da Ferro Margaret Thatcher, na Inglaterra, e seguida à risca pelo então Presidente dos Estados Unidos, o ator Ronald Reagan, gerou-se toda uma movimentação no mundo inteiro de um verdadeiro ataque a essa chamada produção a partir do desenvolvimento econômico com as estatais. Nós sofremos isso. Foi o período de maior ataque à nossa Petrobras, à Telebras, à época, a toda uma estrutura de desenvolvimento que foi fundamental para desenvolver este País.

Se não fossem os investimentos da antiga Telebrás, nós não teríamos, de forma nenhuma, sequer conseguido instalar neste Brasil um parque industrial de ponta, com financiamento, produção, estímulo e, principalmente, desenvolvimento científico-tecnológico. O nosso CPqD, junto ao cinturão ali do conhecimento, tendo a Universidade de Campinas como o seu eixo central, foi decisivo para marcarmos um período da história e, decididamente, alargarmos o caminho do desenvolvimento científico-tecnológico neste País. En-

tão, é importante lembrar essa proeza num período de disputa que vivenciamos a partir dessa crise mundial.

E, mesmo nessa crise mundial com comparações, Lindbergh, não basta só a vinda aqui a esta tribuna de Senadores como V. Ex^a, Marcelo Crivella, Paulo Paim ou de Senadores do PT para fazerem a defesa de uma atitude econômica macroprudencial, mas extremamente ousada para o período que vivemos. Ainda que a classifiquemos como prudencial, ela é ousada.

Então, quem classifica – aí é importante lembrarmos isto –, quem eleva a nota do Brasil neste momento não somos nós; são as agências de fora.

O mesmo olhar crítico, eu diria até com lupa, que, ao longo dos anos, adotou contra o Brasil uma postura sempre dura, contumaz na sua crítica – e me refiro, por exemplo, a uma agência de classificação de risco muito conhecida no mundo, a Standard & Poor's –, classificou, na última semana, o Brasil no nível mais elevado na sua nota de crédito, portanto classificando essa verdadeira linha de soberania.

A agência eleva o *rating* de longo prazo na moeda estrangeira no Brasil, o chamado BBB menos, e não é nenhum *big brother*, mas fizeram *big brother* a vida inteira contra a gente, meu caro Lindbergh, na medida em que olhavam o tempo inteiro a movimentação no Brasil sempre de forma crítica. E essa elevação agora é a retirada desse menos dessa classificação, principalmente de longo prazo.

E o segundo nível, o chamado grau de investimento, é a partir dele que o Brasil recebe a avaliação de baixo risco a calotes. É assim que eles classificavam a gente, de caloteiros, e agora são obrigados a reconhecer essa proeza brasileira.

No período de oito meses, esta é a terceira vez que o Brasil sobe no conceito do grau de investimentos das agências de classificação de risco. Neste exato momento, na Bahia, uma empresa alemã, a Basf, grande empresa do ramo químico petroquímico, faz um anúncio de R\$1,2 bilhão de investimento na planta do chamado polo acrílico, para produzir uma matéria-prima que deve ser muito utilizada pela Braskem, uma das grandes empresas de química do mundo, a nossa brasileira Braskem, portanto demonstrando essa confiança de investimentos no Brasil e o demonstrando o acerto da nossa economia. É por isso que as agências de classificação se rendem a esse momento.

Em abril, o Fitch Ratings já havia anunciado a elevação do grau de confiança da economia brasileira, o chamado BBB menos, para BBB. Nessa avaliação, a agência considerou o potencial de crescimento sustentável da nossa economia dentro da faixa de 4% a 5%.

Essa agência ainda destacou que a perspectiva para a situação fiscal brasileira – prestem atenção –,

tão criticada ao longo de toda uma trajetória por essas agências, é de que o fortalecimento da posição de liquidez externa, no Brasil, havia melhorado, e também a capacidade de o País absorver choques. Portanto, um País preparado para enfrentar, inclusive, as turbulências da economia mundial.

Não estamos imunes. Não estou aqui dizendo que somos uma ilha em relação ao mundo, mas demonstramos que, nesse pouco espaço de tempo, apesar de muitos não acreditarem, o Brasil foi preparado para enfrentar inclusive essas turbulências.

Em junho, meu caro Senador Lindbergh, a Moody's anunciou a elevação da nota de crédito da nossa dívida soberana – aí é uma outra classificação – de Baa3 para Baa2. Ou seja, faz essa classificação da elevação de crédito da nossa dívida soberana para uma perspectiva positiva apontada, mais uma vez, por outra agência, quando ela eleva a nota brasileira, ainda no primeiro semestre. Essa elevação agora é confirmada pela Standard & Poor's, de acordo com o chamado cenário estável com que as agências classificam o Brasil nesse período.

De olho fixo no terremoto que está abalando as economias da Europa e dos Estados Unidos, parece que não estamos percebendo a importância dessa distinção da economia brasileira pelas agências que acompanham, volto a insistir, com lupa, o desempenho da economia internacional.

A própria Standard & Poor's justificou a elevação da nota da economia do Brasil, afirmando que esse aumento reflete, de fato, as políticas econômicas adotadas pelo Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

A agência cita, em seu relatório, medidas fiscais rigorosas das nossas autoridades econômicas – portanto, nosso Ministério da Fazenda –, a nossa excelente postura do Banco Central, que teve a coragem de cortar os juros na hora corretíssima na nossa economia, demonstrando também a sua proeza no sentido de estimular o crescimento econômico e estimular a manutenção da geração de postos de trabalho.

É importante salientar que, nesse relatório, a agência fala exatamente de um Banco Central, no Brasil, que enfrenta, com medidas corretas, as pressões inflacionárias. Isso não foi dito por mim, Senador Lindbergh, nem por V. Ex^a. Portanto, vem de fora. Aí alguns talvez até possam dar crédito agora, a partir disso, para não dizer que somos nós mesmos falando de nós mesmos.

De acordo ainda com essa agência, a S&P, “ao endurecer a política fiscal para combater a inflação, o Governo brasileiro alargou o alcance do uso das ferramentas monetárias, buscando influenciar a economia doméstica”.

Aí vem uma série de medidas, Senador Lindbergh.

Na hora em que falamos em desonerar a economia, tratar da indústria de *software*, da indústria de calçados, meu caro Paim, lá da sua região, estamos falando não exatamente de um processo de isenção, como todo mundo fala, ou seja, abrir mão de arrecadação do Tesouro. Não é isso. Ao contrário, trata-se de promover o aquecimento da economia, mantendo inclusive o nível de emprego, aumentar a circulação de moeda, ampliar o consumo e, consequentemente, ainda que com crise internacional, manter o nível de crescimento da nossa economia.

Como se vê, enquanto crescem as críticas desavisadas, os acertos da política econômica do Brasil vão tendo o reconhecimento externo. Isso é muito importante. Esse aumento da nota, em meio a esse turbilhão que sacode a economia mundial, é um manifesto de aprovação da nossa política econômica, Senador Jorge Viana. É um atestado – sei que muitos devem estar até emitindo esse atestado com a mão pesada, mas são obrigados a fazê-lo. Aí é importante salientar a confirmação da solidez dos fundamentos da economia brasileira.

Volto a insistir que não somos nós, base do Governo, que estamos da tribuna para enaltecer a política econômica do nosso Governo. É o julgamento dos rigorosos juízes, com sentença favorável, para uma economia que, até então, eles julgavam ser incapaz de sequer se suportar internamente. Quem diria, inclusive, que esta economia seria hoje referência mundial!

Concedo um aparte ao Senador Lindbergh Farias.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Senador Walter Pinheiro, quero parabenizar V. Ex^a pelo discurso. Temos mais é que assumir da tribuna a defesa dessa política econômica. Agora, Senador Walter Pinheiro, essas agências de classificação de risco estão tão desacreditadas, desmoralizadas... Mas V. Ex^a tem razão, nós temos que ressaltar o fato de a Standard & Poor's ter aumentado a nota brasileira, mas estão completamente desmoralizadas. Naquela crise do Lehman Brothers, quando houve a crise em setembro de 2008, sabem qual era a nota que eles davam? Triplo A, AAA. Aquele documentário sobre a crise norte-americana *Inside Job* retrata muito bem isto, a influência dessas agências, a relação dessas agências de classificação com os próprios bancos, e eu queria citar aqui um dado que tem muito a ver com o discurso de V. Ex^a. Hoje, a coluna da Miriam Leitão comenta a apresentação de Guido Mantega na Câmara dos Deputados e diz o seguinte – tem a ver com agência de classificação de risco: “*Um gráfico interessante apresentado por Mantega é o do CDS (Credit Default Swap) de 5 anos. O CDS representa o preço do seguro contra calote [5 anos],*

pago por quem compra títulos dos países. Quem compra um papel brasileiro paga mais de seguro do que quem compra um título americano ou alemão [Estados Unidos e Alemanha], mas paga menos do que quem investe na dívida francesa, espanhola ou italiana. [Aí, o que diz a Miriam Leitão?] Fica claro que o mercado já passou a ignorar as notas das agências nesta operação. A França com seu AAA [triplo A] é vista como mais arriscada em cinco anos do que o Brasil, que tem apenas BBB”. Eu não estou fazendo isso aqui para contraditar V. Ex^a não, muito pelo contrário. Eu já subi a esta tribuna para ressaltar esse feito da nossa política econômica, mas é que essas agências de classificação de risco estão tão desmoralizadas, que eu acho que é importante a gente dizer isso aqui. E V. Ex^a começou o discurso muito bem, esta crise econômica que a gente está vendo aí é a crise desses ideários neoliberais, é a crise da desregulamentação do sistema financeiro. E acabo, porque não quero tomar muito tempo de V. Ex^a, porque hoje já subi à tribuna e falei do James Galbraith, que é filho de John Kenneth Galbraith, que é um economista que falava que a Europa precisa de um New Deal, precisa tomar um caminho, e falava da preocupação com a democracia na Europa. O caso da Grécia é o seguinte: o povo não pode participar, não pode votar, não pode ter referendo. No caso da Itália, situação semelhante. Então, eu acho que a gente vive um momento do mundo muito interessante, preocupante, e eu acho, Senador Walter Pinheiro – estou me alongando muito – que nós aqui, no Brasil, podemos falar hoje, nesse debate da crise econômica internacional, de uma saída à brasileira. A saída nossa foi ao contrário da deles, de salvar bancos, de diminuir impostos dos ricos. A saída nossa passou pelo andar de baixo, por políticas de recuperação de salário mínimo, crédito para o povo, agora a política da Presidenta Dilma de diminuir as taxas de juros, de proteger o nosso mercado. Então, eu quero só parabenizá-lo, mas eu não resisti a criticar essas agências de classificação de risco. São responsáveis por essa crise econômica internacional também.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Só para lembrar a V. Ex^a, a crise da zona do euro não apresenta solução nesse horizonte. Vou dar um exemplo também. A procura por títulos soberanos na Alemanha, abaixo da expectativa no fato de ontem, provocou, inclusive, rumores e corridas na Europa, a partir, principalmente, do que representa a forte economia alemã para o mundo. Então, uma simples procura, ficando abaixo do que era a expectativa normal, Senador Jorge Viana, já foi suficiente para que temores e rumores pudessem se juntar nessa direção.

E mais, a diferença desse momento... É por isso que faço questão, Senador Lindbergh, de citar aqui as agências, exatamente para a gente ver que a saída da nossa economia não foi uma cópia, não foi um receituário, tampouco foi uma obediência a um processo do ditame, por exemplo, anteriormente muito bem utilizado neste Brasil, do FMI. Por isso fiz questão de abrir aqui falando da era da desregulamentação da economia. Vivi esse período, Jorge Viana, como trabalhador do sistema Telebras. Discuti, inclusive, o seu impacto na nossa economia. E aqui está o resultado de hoje.

Esse mesmo sistema de telecomunicações, que, àquela época, era o ponto central da desregulamentação da economia no mundo, os grandes conglomerados nessa área, hoje, no Brasil, por exemplo, Senador Lindbergh, é responsável por uma movimentação de R\$150 bilhões/ano. Centro e cinquenta bilhões de reais. O gigante americano da época, que foi fruto de um processo de intervenção, desmembramento – não estou falando de uma estatal, estou falando de um gigante americano nessa área, que era a AT&T, que tinha um milhão de trabalhadores. Foi desmembrada nas chamadas sete Baby Bells, portanto, resultou num processo de falência posterior.

O Brasil conviveu com uma dessas empresas que veio para cá. A nossa Embratel, com sede lá no seu Município do Rio de Janeiro, foi, durante muito tempo, controlada pela MCI americana, que tanto faliu lá como provocou rupturas aqui no Brasil, portanto, numa verdadeira reestruturação no mundo que não deu certo, num receituário que era justamente de estrangular, de reduzir o investimento do Estado, de desregular a economia e o discurso era que para se ter o crescimento econômico era necessário a saída, a retirada da presença do Estado, a retirada do Estado dessa economia. E o discurso era: para que você tenha o crescimento econômico, é necessária a saída, a retirada da economia da presença do Estado; a retirada do Estado dessa economia. Isso no Brasil foi ao contrário. Se não fossem os investimentos nesse período feitos pelo nosso governo... E não estou falando só da manutenção de uma empresa como a Petrobras, mas dos investimentos em infraestrutura, da coragem de lidar com um banco central capaz de regular uma economia a partir dos interesses da Nação, e não do mercado. Se não fosse isso, talvez hoje estivéssemos numa situação parecida com a da Grécia, tendo que recorrer a quem, se o chamado naquela época de Fernando Henrique eram os tigres asiáticos? Agora quem é que está em ruínas? O leão das Américas? A quem recorreríamos? Ao FMI? Pelo contrário, hoje, inclusive, estaríamos numa situação muito mais difícil se essa ação não fosse adotada.

Por isso, essa questão aqui confirma que não há mais países imunes à crise. Não temos mais países imunes, não é essa a discussão que estamos fazendo, não estamos nos transformando numa ilha de excelência na questão econômica. É uma crise que parece cada vez mais com aquela do *subprime* americano, dos Estados Unidos, e aí leva à própria questão de 2008, que V. Ex^a citou nesse instante, que foi exatamente a quebra do Lehman Brothers. Portanto, isso espalhou pânico para o mercado inteiro.

O centro, inclusive, dessa crise era exatamente a informação, a manipulação da informação, a mentira na informação e a especulação para atender a interesses cada vez minúsculos, concentrados, em detrimento dos investimentos, por exemplo, sociais.

Então, essa questão da informação e a manipulação, essas coisas levaram, efetivamente, a um conjunto de problemas no mercado financeiro mundial. Esse pânico, poderíamos dizer até que está de volta. Os fundos americanos estão fugindo dos bancos europeus, correndo léguas, estão se desfazendo dos ativos e cancelando negócios em todo o mundo, enquanto que a demanda por crédito desaba nesses domínios americanos.

Portanto, o risco de uma quebra desses bancos põe mais lenha na fogueira dessa crise mundial e que ameaça se transformar, efetivamente, em grave problema. A economia europeia hoje, de forma até mais, digamos, organizada, ainda que com ilhas de excelências... Você citou França, eu citei Alemanha – nós vamos encontrar, nesse mesmo conjunto europeu, o problema português, a decadência grega, o problema na Espanha – que teve oportunidade de vivenciar este ano, não só pela presença de pedintes na rua, mas pela própria movimentação de empresas espanholas que deixam de investir na Espanha e buscam o mercado brasileiro, inclusive, como alternativa.

No Brasil, como reconhecem essas agências de risco agora, estamos percorrendo o caminho literalmente oposto, a inflação sobre controle. Portanto, volto a insistir nisso, é bom a gente citar com certa incidência, Senador Lindbergh, com um esforço enorme, consequente e ousado do Banco Central nesse período. É importante citar isso. Então, com essa inflação sob controle, taxa de juros em queda, retomada do crédito, é importante a gente lembrar, efetivamente, que essa nossa economia, uma vez ancorada no mercado interno forte e pujante, é essa economia que pode nos levar tranquilos, enfrentando isso mesmo com problemas, mas com altivez e com condições efetivas de dizer ao povo brasileiro que nós vamos atravessar essa fase, lógico que com turbulência. Vemos aí a situação da nossa indústria, vai tendo dificuldades, até porque

esses mercados, Senador Lindbergh, que compravam em nossas mãos, que compravam do Brasil, esses setores, por exemplo, reduziram drasticamente.

Por isso que é importante virar um pouquinho a rota dessa história para o consumo interno, para a gente ter a capacidade de equilibrar, para a gente ter a oportunidade de continuar investindo no crescimento, gerando emprego e mantendo a nossa economia sob um controle, muito mais sob a égide social do que efetivamente do interesse de mercado.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Walter Pinheiro, o Sr. Lindberg Farias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Este foi o Senador Walter Pinheiro, brilhante, como sempre, fazendo um belo pronunciamento, defendendo a nossa macroeconomia, da Presidenta Dilma.

Passamos a palavra, de imediato, ao Senador Crivella, para o seu pronunciamento. Em seguida, ao Senador Jorge Viana.

Já cumprimento, permita-me, Senador Crivella, nosso querido Jorge Viana pelo brilhante trabalho na discussão do Código Florestal.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Brilhante trabalho!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador, Sr. Lindbergh, Sr. Walter Pinheiro, Sr. Jorge, eu estou aqui hoje, Sr. Presidente, para comemorar a aprovação de um projeto, na Comissão de Relações Exteriores, que é uma dívida que eu tenho com o povo da minha cidade, sobretudo os que moram em comunidades carentes.

O que ocorre? A polícia sobe o morro várias vezes, os traficantes revidam, às balas, e aí pessoas inocentes morrem com balas perdidas.

Durante muito tempo isso foi um dilema. Como acabar com a bala perdida? Como responsabilizar aquele que puxa o gatilho de um fuzil, de uma metralhadora, de uma pistola e mata uma criança?

Mataram, ano passado, um irmão meu da igreja, que estava se preparando, na sua casa, no Morro da Mangueira, no sábado à noite. Ia para o culto e deixou um rastro de sangue do Morro da Mangueira até o Hospital Central do Exército, onde veio a falecer com 29 anos de idade.

Hoje, Sr. Presidente, nós podemos aprovar um projeto na CRE que faz com que a munição nacional – e nós só temos uma fábrica, a Companhia Brasileira de Cartuchos – inclua, coloque na pólvora um marca-

dor químico. Esse marcador químico vai sair, quando for deflagrada a espoleta, junto com o projétil, e vai ficar no corpo da vítima. Ele vai marcar a arma e vai também marcar a mão do atirador.

Agora, esse marcador químico, que poderá ser visto com uma luz ultravioleta, traz um código de barras. Ele mostra onde a munição foi fabricada, quando ela foi vendida, quem comprou e para onde foi essa munição, de tal maneira que, a partir de agora, vamos ter um DNA na munição nacional. A partir de agora, nós vamos ter condições de identificar as pessoas que cometem crimes e que antes ficavam sem punição, inimputáveis, porque não havia como elucidar o crime.

Senador Paim, na última década, meio milhão de homicídios foram cometidos no nosso País. Meio milhão. Meio milhão de homicídios na última década! É muita coisa. Na guerra americana de Secessão foi o mesmo número de mortos.

Imaginem, no Brasil, homicídios: 500 mil pessoas morreram. Setenta mil crimes continuam sem culpabilidade, sem ser elucidados. A maioria, balas perdidas. Agora, se Deus quiser, vamos aprovar na CCJ, mandar à Câmara, espero que a Presidenta possa homologar. Os testes foram feitos na Marambaia, o Exército participou, o Instituto Militar de Engenharia e o Inpe. Isso é uma descoberta da nossa Universidade.

Isso é uma descoberta da nossa Universidade Federal do Rio de Janeiro, e espero que vá ser patenteada e aplicada no mundo todo, no momento em que as fábricas de munição estavam tirando os metais pesados e impedindo que os legistas pudessem até encontrar, na roupa do atirador, na mão do atirador, as provas de que foi ele que atirou.

Então, Sr. Senador Paulo Paim, quero aqui fazer um voto de esperança, pedir a Deus para que a gente consiga, realmente, a partir de agora, a partir desse invento, a partir dessa lei, acabar com isso de balas perdidas.

Eu tenho certeza de que, quando as pessoas entrarem nas comunidades carentes, antes de uma pessoa puxar o gatilho de um fuzil, de uma metralhadora, de uma pistola, vai pensar dez vezes, porque aquele projétil que sair do cano da sua arma vai ter DNA, vai ter uma identificação.

Não quero me delongar muito até porque acho que hoje é um dia em que o Senador Jorge Viana deve ocupar esta tribuna e falar conosco sobre a grande vitória do seu gênio político de conciliar interesses tão distintos, tão contraditórios. Amanhã, ele vai nos dar o texto final, e sei que o Brasil espera o seu pronunciamento.

Nós não podemos perder uma tonelada de grão, nós não podemos perder uma cabeça de gado. Nós

somos a fazenda do mundo, assim como a China é a fábrica do mundo. Nossa agricultura emprega milhões de brasileiros e é a segunda maior receita do nosso País, mas eu gostaria de contar ainda com esse gênio do Senador Jorge Viana, porque algumas questões, Senador, ainda me afligem.

Eu tenho preocupação com as áreas inclinadas das cidades. Eu acho que a gente precisa de um gerenciamento. Eu vivo no Rio de Janeiro e, na região serrana, temos problemas de crianças, famílias que morrem soterradas na lama e no lixo. Precisamos criar um gerenciamento não só com a inclinação, mas também com o tipo do solo.

Disse uma vez ao Senador Jorge Viana na época de nossa catástrofe. O Senador Walter Pinheiro deve conhecer isso bem porque fui às encostas e verifiquei que os solos com predominância arenosa são aqueles que escorregam mais. É fácil notarmos isso porque, se tivermos duas panelinhas, uma com farinha e outra com arroz, se jogarmos água, na panelinha de arroz, a água vai desarticular completamente os grãos porque eles são angulosos, são grandes. Isso se assemelha à areia, é como se fosse a areia da praia. A argila, aquela terra vermelha, o silte, são grãosinhos muito pequenos. Então, entre eles, há muito pouco espaço para a água e para o ar. Portanto, são fáceis de ser compactados.

Esses morros que têm predominância argilosa caem menos. Inclinações elevadas com solos arenosos não têm jeito, desaba tudo.

Eu também tenho uma preocupação, que eu quero levar ao Senador Jorge Viana, em relação às áreas inundáveis. Eu ainda não estou convencido, Senador, de que devemos não contar do eixo das áreas inundadas para o eixo regular. Eu tenho medo de a gente desmatar matas ciliares. A gente sabe que na beira do rio não dá árvore, porque, na época da cheia, com dois, três, quatro dias de inundação, apodrece a raiz da árvore. Então, essas árvores costumam ficar logo depois daquela matinha rala. Se nós contarmos agora as áreas inundáveis, não só das áreas inundáveis, mas do eixo regular, nós vamos, talvez, desmatar áreas ciliares, o que acho que não será bom para nós. Além do que, aqueles que hoje têm essa área, por exemplo, como uma APP, vão poder agora mudar para considerá-las como área de plantio e uma Reserva Legal. Isso vai mudar o cálculo de APP, de Reserva Legal, em áreas já consolidadas.

Eu não sei, eu não estou ainda certo a respeito disso.

Outra coisa, Senador Walter, que me preocupa é a questão do topo de morro. Nós contávamos a partir de 50, agora estamos contando a partir de 100.

O Inpe, Senador Jorge Viana, tem o Município de São José dos Campos completamente mapeado. Eles nos disseram que, contando a partir dos 100, não tem mais topo de morro em São José do Rio Preto. E por que eu falo de topo de morro? Porque, todos sabemos, a água cai no topo de morro, quando está desmatado, pega uma velocidade enorme caindo pelas encostas e vêm as enxurradas. Como nós temos o topo do morro arborizado, é claro que Deus nos deu as árvores exatamente para que as chuvas pudessem cair suavemente sobre o solo, porque elas têm que deslizar de folha em folha, de gota em gota, impedindo que precipitações mais volumétricas não tragam enxurradas para nós. Essa questão do topo de morro ainda me angustia.

Eu falei sobre áreas inclinadas na região de cidades, mas também, quer dizer, hoje o Código avança nas áreas inclinadas, nas áreas, digamos, que não são de cidades. Antigamente, nós podíamos ter nas áreas inclinadas entre 25 e 45 manejo, agora nós podemos ter atividades agropastoris, praticamente tudo. Há uma ressalva que eu li, dizendo que não podem ser transformadas áreas novas. Fico pensando como vamos fazer. Se nós dizemos: olha, antigamente era uma floresta, nós podíamos fazer manejo aqui, podíamos plantar cupuaçu, podíamos plantar açaí, agora nós permitimos, por exemplo, o gado, mas não podemos derrubar a floresta. Como é que vai ser essa maneira de nós atendermos a uma lei que nos deixa de certa forma algumas dúvidas.

Também tenho dúvida quanto à questão de diminuirmos reservas legais de 80% para 50% nos Estados, onde 65% ou mais das áreas tiverem assentamentos, reservas indígenas, eu diria, homologadas, e unidades de conservação.

Eu tinha uma preocupação, Senador Lindbergh, quando o Presidente da República fez em Roraima aquela homologação, aquela reserva legal da Raposa Serra do Sol. Achei que ali fomos pesados na mão. Acho que perdemos muitas áreas onde se plantava arroz. E diversas comissões aqui, debates, audiências públicas nos levaram a uma agonia tremenda, porque não sabíamos exatamente como definir aquilo e, de repente, o governo do Presidente Lula tomou essa decisão, e não vou comentá-la, é decisiva.

Agora, estamos revertendo isso de certa forma porque Roraima passou a ter mais de 65% das suas áreas em, eu diria, reservas indígenas e também unidades de conservação. Portanto, lá em Roraima e acho que também no Amapá, nós vamos diminuir Reserva Legal de 80% para 50%.

A Reserva Legal, é bom que se diga, não é um santuário. A gente pode plantar ali. Quer dizer, podemos ter manejo. Na Reserva Legal, nós não podemos

cortar a mata, mata rasa, mas podemos, como se tem aqui, plantar açaí, cupuaçu. Acho que grande parte do açaí e do cupuaçu produzido na Amazônia vem de Reservas Legais.

Por último, ainda tem esse sétimo ponto, dos sete que resumi no Código, que me preocupam, sem tirar o brilho dos Relatores. Eu já fui relator de projetos que me ocuparam noites, e fiquei tentando conciliar interesses diversos e sei dos compromissos que têm os Senadores Relatores. Eu verifiquei isso, eles se expuseram ao debate e tentaram conciliar, são gladiadores. Mas tenho ainda uma sétima coisa que me angustia, e gostaria de extravasar aqui, que é a questão da agricultura familiar. Temos a agricultura familiar como uma das maiores conquistas do nosso governo e de como elas se implementaram, o seu financiamento, o seu desenvolvimento. E temos um capítulo especial no Código Florestal apenas para tratar da nossa, eu diria, conquista maior no campo, que é a agricultura familiar.

Infelizmente, Senador, o Movimento dos Sem Terra, hoje, amarga profundamente. Dos 5.800 assentamentos – e me desculpe falar isso. Tenho a maior admiração por eles, mas a maioria são favelas rurais. Nós não conseguimos desenvolver aquilo.

Levei Stédile, por exemplo, à fazenda Nova Canaã, que teve oportunidade de trabalhar na Bahia, e ele disse para mim: “Puxa, Crivella, as 200 mil crianças que eu tenho não têm uma escola como essa. Nós não temos um sistema de irrigação como esse; não temos uma represa com essa”.

O que deu certo para nós foi a agricultura familiar, e graças ao nosso grande Presidente Lula. E eu não sei aí se a gente estudou bem as consequências, estender todos os benefícios da agricultura familiar para as propriedades com até quatro módulos fiscais! É isso o que me preocupa. Nós estamos estendendo aqueles benefícios todos para praticamente 90% das nossas propriedades no Brasil.

Essas coisas, de certa forma, me preocupam.

Eu elenquei aqui sete pontos. Repito, não quero tirar o brilho, não quero aqui tirar o valor de tudo que foi construído à custa de muito sacrifício, de muitas horas de debate, de incontáveis audiências públicas. Eu acompanhei, e a muitas delas não pude ir pessoalmente, mas aqui no Senado Federal temos um recurso. Quando não podemos ir às audiências públicas – e a única forma de comparecer a todos é encomendar um clone. Eu não sei se já estão fabricando clones. Eu gostaria de ter dois, três, quatro clones para servir melhor ao meu Estado. Mas, enquanto não tivermos os clones, a única maneira é pedir o DVD. Pedimos um DVD lá na TV Senado e ficamos assistindo à noite em casa. Pegamos no sono, dormimos. O fato é que

o trabalho que os meus companheiros fizeram para chegar aonde chegou é um Código que chegou aqui com 60 artigos e já está com quase 90. Eles lutaram muito. Foram horas e horas de labor.

Eu ainda tenho essas sete angústias. Eu não posso deixar de extravasar, mas tenho certeza de que ainda vamos conseguir respostas para elas e entregar à sociedade brasileira um Código Florestal que possa cumprir esse nosso grande ideal que é aumentar a nossa produção, preservando.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Em homenagem ao nosso Relator, estou economizando aqui sete minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Crivella, que faz ponderações sobre o nosso Código Florestal, demonstrando as suas preocupações.

É com enorme satisfação que eu passo a palavra ao nosso amigo, Senador Jorge Viana.

Ficam aqui os meus cumprimentos pelo brilhante trabalho que tem feito na Casa e, claro, neste momento, principalmente, com a relatoria do Código Florestal. V. Ex^a me disse, permita-me dizer isto: “Senador Paim, vote com tranquilidade. Construímos o melhor para o País”.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, querido Senador Paim.

Não vou fazer um pronunciamento, porque penso que nós ainda vamos ter, provavelmente, na semana que vem, oportunidade aqui na tribuna, neste plenário, de fazer o debate sobre o novo Código Florestal, que espero tenha a acolhida da ampla maioria dos Senadores desta Casa.

Vim à tribuna para agradecer as palavras, os pronunciamentos, que foram às dezenas no dia de hoje, valorizando o trabalho feito na condução dessa matéria tão complexa, tão difícil aqui no Senado. Eu divido isso, como fizeram os oradores, com o Senador Luiz Henrique, que foi o meu grande parceiro nessa jornada, que me convidou para que eu o ajudasse nas três comissões anteriores à Comissão de Meio Ambiente. Refiro-me à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tão bem presidida pelo Senador Eunício, que também soube conduzir a passagem dessa matéria por sua Comissão, com responsabilidade, com competência. Eu queria cumprimentar também os Senadores Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Quero dizer que, graças à oportunidade que o Senador Rodrigo Rollemberg me deu, eu assumi essa tarefa de ser relator do Código Florestal com o propósito de ajudar o meu País. Essa matéria chegou aqui sem solução. O mais otimista dos que apreciavam essa matéria dizia: “Olha, ela não tem chance; talvez seja votada, se for, no primeiro semestre de 2012”. De fato, era a matéria mais difícil de ser relatada, e eu só consegui chegar ao final deste dia com a consciência do dever cumprido, de ter ajudado o meu País, de ter dado mais segurança para que possamos conservar mais e melhor as nossas florestas, porque eu fui ajudado. Fui ajudado por Senadores de todos os partidos. A proposta é suprapartidária: o novo Código Florestal.

As dúvidas são absolutamente normais, os questionamentos, tanto aqui na tribuna, como também em casa, como também nos jornais. São muitas pessoas preocupadas com o meio ambiente, e é muito salutar que elas manifestem suas preocupações, tentem entender a norma, mas quero dizer, com tranquilidade, que não escrevi, não pus uma única linha no Código Florestal novo, eu e o Senador Luiz Henrique, sem ter levado em conta a precaução de ouvir as autoridades oficiais do meio ambiente, sem me aconselhar com aqueles desapaixonados – não que a paixão pela causa ambiental não seja boa, ela é muito boa, é nobre a paixão de todos pela causa ambiental, como é nobre a paixão de todos pela produção e criação no nosso País – e posso dizer desta tribuna que o Brasil está ganhando uma lei muito melhor do que a que temos. É uma oportunidade de sairmos de uma situação de faz de conta, de uma lei que tem rigidez, mas que não é cumprida.

Hoje, de manhã, no Bom Dia Brasil, ficou muito claro: menos de 1% das multas aplicadas na área ambiental é pago. Nos últimos dez anos, Senador Paim, foram aplicados R\$10 bilhões de multas, mas foram pagos menos de R\$50 milhões. É um instrumento de faz de conta. Não é que ele não tenha que ser usado, não é que comando e controle não tenham que funcionar, mas será que os 99% que não pagaram é que são os culpados?

Então, a nova proposta de Código Florestal – quero, mais uma vez, agradecer a todos os colegas que se manifestaram, que foram dezenas aqui hoje – não é um instrumento acabado, mas, além de apontar para o futuro, ela dá oportunidade ao Brasil de organizar melhor o nosso passado.

Toda essa discussão em cima do Código Florestal é porque um decreto do Presidente Lula, do dia 22 de julho de 2008, resolveu fazer um acerto de contas entre a situação real do País, a realidade real, e o que a Lei estabelece. Aí se chegou à conclusão de que ha-

via uma distância enorme entre a realidade do País na aplicação das leis ambientais e o que as próprias leis estabeleciam.

E aí alguns, apressadamente, falaram: “É fácil, mudemos a lei, e o Brasil segue assim”. Mas posso dizer que o Governo, que setores importantes da sociedade, ambientalistas, entidades não governamentais, que setores ligados à produção, do agronegócio à agricultura familiar, que também se preocupam com a água, com os nossos rios, com as nossas fontes, com as nossas nascentes, com o nosso solo, com nossas florestas, também estavam incomodados com essa situação, e foi essa soma de lucidez do País que, de certa forma, conduziu a solução para outro caminho.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco/PMDB – MS) – Senador Jorge Viana, V. Exª me concede um aparte?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Claro, com muita honra.

A Câmara fez a sua parte, uma parte importante, venceu boa parte dos problemas. Nisso trago um reconhecimento ao Deputado e hoje Ministro Aldo, que se esforçou, que avançou no que pôde, mas o conflito gerado lá, diferente do ambiente daqui, prejudicou que se avançasse mais. O Senado, como é próprio da Casa da Federação, com a ajuda de muitos Senadores – como eu falei, é suprapartidário –, conseguiu o ambiente equilibrado, devo dizer e aqui tenho que repetir, porque o meu pronunciamento ainda não havia chegado a algumas figuras que foram decisivas para que hoje nós estivéssemos tirando a matéria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Já agradei a todos, mas, como falei, foi suprapartidário.

Vou ouvir, com honra, o aparte do Senador Moka, porque vim à tribuna não para debater o Código Florestal, mas para fazer um agradecimento. Já agradei a todos que se pronunciaram, mas, Senador Moka, nenhuma palavra de reconhecimento do que eu e o Senador Luiz Henrique fizemos aqui pode vir desacompanhada do reconhecimento do trabalho de V. Exª, não na busca de me acompanhar, mas na busca de fazer uma mediação que só quem tem tantos mandatos como V. Exª e o conhecimento dessa matéria desde a Câmara pode fazer; como fez a Ministra Izabella, que cumpriu com sua equipe um papel importante, o Ministro Mendes Ribeiro, o Ministro Afonso. Sem desmerecer nenhum colega Senador, como Blairo, Acir – já falei de muitos –, devo cada reconhecimento que eu e o Senador Luiz Henrique recebemos no dia de hoje a V. Exª, porque sei que V. Exª, principalmente anteontem, quando os ânimos estavam se acirrando, ficando parecidos com os da Câmara, e a lucidez e a sensatez podiam estar correndo risco, V. Exª puxou

para si a responsabilidade de fazer uma mediação e, junto comigo, com o Luiz Henrique e com os Ministros, ajudou que hoje eu pudesse receber esses elogios junto com o Senador Luiz Henrique, elogios que são extensivos a V. Ex^a.

É com honra que ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco/PMDB – MS) – Senador Jorge Viana, conheci V. Ex^a este ano aqui, no plenário desta Casa. Já o conhecia como Governador, mas muito rapidamente, numa amizade com o irmão de V. Ex^a, Tião Viana, hoje Governador do Acre. Eu estava me dirigindo ao gabinete de V. Ex^a, porque depois do término eu não pude lhe dar um abraço pessoal, agradecer-lhe por tudo. E aqui, Senador Jorge Viana, eu quero dizer às pessoas que estão nos ouvindo e nos assistindo que, muitas vezes, receber um elogio de um ruralista, como eles dizem, embora nem produtor rural eu seja, estou aqui como cidadão, como o Moka mesmo, para dar um testemunho da sua determinação, da sua vontade, dizer àqueles que, hoje, injustamente o acusam que raras vezes eu vi na minha vida alguém mais comprometido, mais apaixonado com a questão do meio ambiente que V. Ex^a. O que nós fizemos foi exatamente aproximar. Nós tivemos que ceder inúmeras vezes. V. Ex^a sabe disso. Tem muita gente do segmento rural que também me faz críticas, porque acha que cedemos demais. Mas eu quero dizer que estou com a minha consciência tranquila porque que eu fiz o melhor para o País, eu fiz o máximo que eu podia fazer. E tenho certeza de que o texto que virá para o plenário tem, entre um monte de benefícios, uma coisa que é fruto de uma convergência de homens e mulheres que cederam às suas posições para que pudéssemos ter um texto com o qual possamos realmente produzir. E nós somos um País que produz muito na área de grãos, de carne. Também somos, podemos dizer, o País que mais preservou o seu patrimônio ambiental, afinal de contas nós temos ainda 61% da nossa vegetação nativa. Tenho certeza de que, para ter isso, V. Ex^a sempre lutou durante sua vida inteira. Então, quero aqui dizer ao amigo Senador Jorge Viana: muito obrigado pela convivência. Nós temos certeza de que o Brasil inteiro está acompanhando, principalmente, este final, produtores rurais e ambientalistas. A sociedade quer ver este Código Florestal votado ainda neste ano. A primeira parte foi cumprida. Vamos para o plenário. Eu vou continuar conversando com a Câmara dos Deputados no sentido de demonstrar a eles que aqui foi feito o possível. Eu espero, sinceramente, que a Câmara possa convalidar as alterações que aqui foram feitas não pelo Moka, pelo Jorge Viana, pelo Lindbergh e por tantos outros, já que o resultado dessa discussão, desse debate foi possível. Parabéns.! Encerrando, quero

dizer a tantos outros e, principalmente, a V. Ex^a e ao Senador Rodrigo Rollemberg, que foi testado inúmeras vezes na condução, hoje, de uma reunião tensa, difícil, que ela, tenho certeza, foi muito boa para o País. Muito obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Moka.

Como V. Ex^a traz a memória do Código Florestal na Câmara e o destino e o povo do seu Mato Grosso do Sul lhe deram o mandato de Senador, V. Ex^a nos ajudou a fazer as mudanças, os aperfeiçoamentos, que não foram poucos. Estou falando de mais de trinta mudanças importantes. Tiramos 33 faltas de regulamento e colocamos cada uma numa posição. Estabelecemos as datas, tiramos a insegurança jurídica no que foi possível, mas fizemos isso com limitações por parte de V. Ex^a, por minha parte, por parte do Senador Luiz Henrique.

Mas queria, antes de passar o aparte para o meu querido amigo e irmão Lindbergh, dizer que peço mais um favor a V. Ex^a: que V. Ex^a seja o portador e o condutor desta matéria, depois de apreciada aqui no plenário, junto à Câmara dos Deputados. Isso seria muito importante. Que V. Ex^a conclua este trabalho que o destino lhe permitiu: depois de pegar na Câmara e trazer para o Senado, que V. Ex^a leve de volta. É um apelo que eu faço. E vou estar contemplado pela sua condução deste projeto na Câmara. Espero sinceramente que, saindo daqui do plenário, ele possa ser acolhido.

Mas sei também, quando me refiro a anteontem, que V. Ex^a teve que enfrentar, por exemplo, a Senadora Kátia Abreu, que hoje cobrou mais, mas elogiou algumas coisas. Anteontem V. Ex^a falou: eu não vou lá, mesmo tendo sempre um compromisso com o setor produtivo. E V. Ex^a disse: não, eu vou trabalhar por um entendimento. Cedeu, construímos o possível, sem comprometer o meio ambiente e sem prejudicar os produtores.

Eu acho que é esse o papel que aprendi da política. Quando a política é feita com honestidade, com ética, com amor, com paixão, um país, um povo ganha muito.

Aqui estou vendo Lindbergh, Waltinho, V. Ex^a, o Senador querido que está presidindo esta sessão, Paulo Paim, E é este ambiente que está me acolhendo com amor e carinho aqui no Senado.

Foi minha prova de fogo. É como se eu estivesse tomando posse agora. Obviamente, eu tomei todas as precauções e digo com segurança a esse companheiro a quem vou dar o aparte agora, que tem ainda uma história muito bonita pela frente – tem uma história bonita para trás, mas a sua, para a frente, Lindbergh, é tão bonita para trás –, que eu tenho muita fé de que

é tão bonita para trás –, que eu tenho muita fé de que aquele povo do Rio de Janeiro vai lhe dar a melhor acolhida para que você siga e construa uma história ainda mais bonita do que a sua, que o trouxe até aqui.

É óbvio que todos os seus embates você faz com paixão, como eu também faço-, mas posso afirmar para você, como irmão, que ninguém mais do que eu dormiu menos nesses dias, nessas semanas, para que não cometêssemos o deslize de estar trabalhando contra o meio ambiente.

O companheiro Walter Pinheiro chegou ao meu lado ontem e disse: “E aí, Jorge, como está isso?” Eu falei: “Eu olhei cada passo dessa proposta. Pode assinar embaixo, Waltinho, que está seguro”. Consultei, o que eu não entendia – que não é pouca coisa –, os especialistas. Agora, é óbvio, é uma matéria muito complexa. Se ficarmos 10 anos trabalhando nela, estaremos reformulando sempre.

Por isso, é muito importante, com os ânimos mais acalmados, que cada contribuição seja realmente ouvida, seja considerada e, se possível, incorporada.

Com muita honra, ouço o aparte deste querido irmão, Lindbergh Farias.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Senador Jorge Viana, eu, na verdade, já o admirava de muito tempo, todos nós militantes da esquerda, do Partido dos Trabalhadores, pela revolução que V. Ex^a fez no Acre, pelo significado daquela revolução republicana lá ocorrida. Aqui dentro, digo que, desde o início, V. Ex^a foi uma das pessoas de quem logo me aproximei, por ter um espírito arejado de dialogar com todo mundo, por ter um bom canal com a oposição, por significar esse novo. Apesar de militante de muito tempo, é um novo PT. Eu confesso que foi muito duro, para mim, ontem, ter votado contra V. Ex^a, por toda essa relação, pelo que V. Ex^a significa. Então, espero que V. Ex^a entenda as nossas posições, discordâncias táticas, mas sempre observando que em nenhum momento, Senador Jorge Viana, perdemos de vista o que V. Ex^a representa para a causa ambiental do País. Eu posso ter tido leituras táticas diferentes, talvez eu ainda não tenha o acúmulo e a maturidade de construção de consenso que V. Ex^a consegue fazer. Talvez eu ainda traga dentro de mim mais o espírito do embate, do movimento estudantil, do confronto. Então, eu não me arrependo do meu voto, mas, para mim, foi muito duro o dia de ontem. Quero que V. Ex^a saiba disso. Não foi um dia confortável. Foi um dia duro, de sofrimento, tanto ontem quanto hoje. Se estivesse ali outro Senador, a situação seria diferente. Mas estava ali o Senador Jorge Viana, com toda a sua história, com todo o seu peso, com toda a sua generosidade, com toda a sua gentileza. Porque o Senador Jorge Viana é isso: ele consegue vir aqui hoje e

falar, trazer-me palavras acolhedoras. Eu queria subir nesta tribuna para dizer a V. Ex^a, como amigo, que entendesse a minha posição, porque eu não quero que nenhuma posição política diferenciada nos distancie, porque V. Ex^a me inspira. E, quando falo que me inspira, é porque me inspira mesmo. Não estou aqui jogando confetes. Mas V. Ex^a me inspira com a capacidade de diálogo, com a capacidade de ser inovador o tempo inteiro. Então, mestre, amigo, desculpe-me se, em alguns momentos, fomos duros demais no debate. Nós tivemos posições diferentes. Acho que a minha posição também, em determinados momentos, foi correta, mas quero trazer aqui o meu mais profundo respeito e o reconhecimento de que V. Ex^a conseguiu trazer também para o Código avanços. Não vamos discutir o mérito da discussão, de áreas em que nós temos de mexer. Queria que V. Ex^a soubesse disso, desse meu apressado, dessa minha admiração por V. Ex^a, e essas palavras são mais do que verdadeiras, Senador Jorge Viana. Parabéns, porque aqui nós temos tratar o senhor de V. Ex^a. Mas parabéns ao amigo e ao companheiro Jorge Viana. Peço que entenda e perdoe se, em algum momento, passei do ponto nesses debates. Um abraço, meu companheiro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, irmão, companheiro Lindbergh. Não tem nada disso. V. Ex^a se lembra de uma das nossas primeiras conversas? Eu, apostando, como sigo, no seu futuro? O seu passado é tão bonito que você não tem como se livrar de trabalhar todos os dias para ter um futuro à altura desse passado que já construiu neste País.

Eu falei para você que você só vai ter futuro no Rio de Janeiro, aquele futuro que eu imagino, como petista, como militante, como nosso sucessor pelo que o tempo lhe permite, se você se aproximar do meio ambiente, da causa ambiental. Você sempre teve relação. Mas eu falei para você: estou te empurrando e acho que é muito bacana que você entre.

O problema todo, boa parte das suas dúvidas é por conta dessa coisa maluca que nós vivemos no Senado de ter de estar em todos os lugares ao mesmo tempo, e você não pôde me ajudar como sei que você gostaria na construção dessa engenharia política difícil e dessa construção desse novo Código Florestal que nós trabalhamos.

Pode ficar certo: muitos ambientalistas, competentes, capazes e que têm conhecimento da realidade, ajudaram-me. Ali não é obra minha. Ali não tem um trabalho exclusivamente meu. E o que V. Ex^a chama de avanços, bem como outros colegas, eu ponho na conta desses de fora que me ajudaram.

A parte em que mais me envolvi foi a parte da engenharia política, que era a mais complicada. Se

eu não tivesse governado o Acre por oito anos, enfrentado o crime organizado, ter chorado a morte de Chico Mendes lá em 1988, na véspera de Natal! Se eu não tivesse tido no Chico Mendes a inspiração de minha vida, como causa de vida, a questão do desenvolvimento sustentável, do meio ambiente, do cuidado com os índios, com os seringueiros! Se eu não tivesse tido como professor de política, no meu nascedouro, o mestre Lula!

Vejam o meu privilégio: eu tive dois mestres me ajudando no começo da minha carreira: um era o Chico Mendes; o outro era o Lula. Estou fraco de mestre! Mas foi assim que começou. Se eu não tivesse uma companheira como a Marina, nesses anos todos, eu não teria conseguido ter o respeito! Se eu não tivesse um irmão como o Tião, um companheiro como o Binho e um mundo de anônimos que me construíram no que eu sou!

Agora, eu chego ao Senado, no primeiro ano, calouros aqui, e me dão a mais pesada carga para carregar: o Código Florestal. Se não fosse a vivência do Acre e o amor, o carinho e o respeito que esta Casa tem, eu não teria. Eu não tive votos de V. Ex^a contra; eu só tive o do meu querido e nosso amigo irmão Randolfe. Você ainda não votou contra mim! Mas se tivesse votado, em algumas circunstâncias, obviamente que isso não mudaria em nada o respeito, a amizade e os sonhos que nós temos.

Eu tenho feito um apelo aos Colegas que estão demonstrando uma preocupação com o futuro. Eu sei do que eu estou falando: não há anistia no novo Código Florestal. Eu sei do que eu estou falando: não há estímulo a novos desmatamentos. E eu digo a V. Ex^a que, em uma semana ou 10 dias, isso vai surgir e vai ficar muito claro.

É normal, nessa fase, que haja dúvida, que haja questionamento, mas eu ouvi da Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, que ligou para a minha casa, a nossa colega Kátia Abreu, num tom que não era nada amigável. Ligou para o meu celular – em que não tenho registro do nome dela, uma vez que ela nunca tinha me ligado na vida – ligou-me há dois dias e nunca tinha me ligado no meu celular, por isso não sabia o número. Atendi e ela falou muito duro: “Se os ambientalistas todos estão elogiando o relatório de V. Ex^a, se o Randolfe disse que não vai apresentar voto em separado é porque eu estou perdendo muito.” Foi esse tipo de situação que enfrentei. Hoje ela veio aqui e reconheceu pelo menos parte dos passos que nós conseguimos.

Hoje conversei longamente com Randolfe e não tenho nenhuma dúvida, querido Senador Lindbergh, e aqui temos 4 petistas, pessoas que têm muito amor

por esse partido: Walter, que tem muito a nos ensinar como líder, com a história bonita que ele tem – nós dois, nesse aspecto de Parlamento, aqui há uma estátua do Congresso –; Paim é o mais assíduo, juntamente com a Senadora Ana Amélia, é o que mais ouve os movimentos sociais, é o que está em qualquer batalha dos movimentos sociais. Mas, gente, eu não tenho nenhuma dúvida de que esse relatório que estou trazendo traz de volta, para dentro do PT, a agenda ambiental. É uma possibilidade que o nosso partido está tendo, com as imperfeições que ele pode guardar, por conta das circunstâncias que me impuseram limites, mas traz agenda, para dentro do nosso partido ambiental, pelas virtudes que ele carrega junto.

Digo, sem medo de errar, a V. Ex^{as} – e isso é muito importante: ainda há pouco, o debate era sobre o mundo, sobre economia. E ano que vem vamos ter a Rio+20. Não tenho dúvida de que, com os esclarecimentos, esse Código Florestal se firma como uma das legislações mais avançadas no mundo.

Digo, com tranquilidade, que todos os esforços, inclusive da querida companheira Marina, ex-companheira de partido e que ainda segue como Ministra por quase 6 anos, do nosso Presidente Lula, da nossa Presidente Dilma, de tentar frear essa destruição permanente dos nossos rios, das nossas florestas, não tiveram o sucesso que eles queriam que tivesse. O passivo ambiental é de mais de 20 milhões de hectares de florestas destruídos.

Com o novo Código Florestal – e por isso que digo que não anistia – podemos trazer de volta 10, 15, 20 milhões dessas florestas destruídas. E ele não abre espaço para que alguém repita os erros do passado. Não abre espaço!

Então, por esses aspectos, por reunir e entender.... Nós estamos falando de 5,2 milhões pequenos proprietários. O Rio de Janeiro, o Acre, todos os Estados, o Rio Grande do Sul, estão cheio de pequenos proprietários, com 40 hectares, com 50 hectares, que educam seus filhos, que nos ajudam a fazer do Brasil uma referência produzindo. Mas a lei brasileira não os trata de maneira diferente. A diferença de um grande fazendeiro, um grande proprietário para um agricultor familiar, para um pequeno proprietário não está, Senador Paim, no tamanho da propriedade. Não está só aí. Não está na maneira como ele trabalha a terra, como ele absorve a mão de obra familiar. Está também na impossibilidade desses mais de 4 milhões de proprietários de introduzirem tecnologia nas suas atividades. Eles são descapitalizados, e nós criamos um conjunto de instrumentos econômicos para os agricultores familiares e para quem tem até quatro módulos, com um tratamento bastante diferente.

Então, eu não estou aqui me vangloriando de nada, eu estou me penitenciando por problemas, por falhas que, certamente, este Código carrega junto com ele. Mas ele não carrega, ele tem uma diferença muito grande... E eu não estou desrespeitando o votado na Câmara, mas este Código não carrega o defeito de ser um código que deseduca as pessoas em relação ao meio ambiente. Ele não carrega o defeito de permitir novos desmatamentos. Ele não carrega o defeito de fazer anistia, se não ele não levaria a minha assinatura.

A minha carreira política nem começou com o Código Florestal, nem termina com ele. Ele é mais um estágio, é mais uma prova na minha vida.

Eu, quando ele for acolhido – e eu espero que seja aqui no Plenário do Senado –, eu espero que ele seja também acolhido depois na Câmara, eu quero me somar a todos os colegas que observam, que se preocupam na busca de fazer com que os governos estaduais e o Governo Federal implementem essa lei nova que o Brasil está ganhando, porque de nada vai adiantar a letra fria da lei. De nada vai adiantar. Os Estados do Brasil vão ter que passar por uma profunda mudança na governança e também na gestão ambiental, sob pena de nós seguirmos com essa política – com o todo respeito, porque eu não quero desmerecer ninguém – de uma espécie de faz de conta em relação à lei ambiental e à realidade ambiental do País.

O Brasil tem, sim, um futuro muito bonito que nos espera – já estamos até vivendo parte dele no presente – de seguir sendo uma potência de produção de alimentos, mas sendo uma referência, o G1 da biodiversidade.

E eu espero, sinceramente, que eu tenha dado uma contribuição para que erros graves não seguissem no projeto que veio da Câmara e para que alguns acertos e inovações pudessem ser incorporados na nova proposta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos ao Senador Jorge Viana, um dos relatores do Código Florestal, que, na sua humildade, na sua grandeza de líder, dividiu todo o mérito desse código com a sociedade brasileira, mas, me permita dizer, Senador Jorge Viana, principalmente com o outro relator, que foi o Senador Luiz Henrique.

Parabéns a V. Ex^a, parabéns ao Senador Luiz Henrique, que dividiu com V. Ex^a a relatoria do Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 1.304, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2011 (nº 16/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

RELATOR: Senador CYRO MIRANDA

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2011 (PDC nº 16, de 2011, na origem), decorrente da Mensagem nº 591, de 11 de outubro de 2010, encaminhada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional. A proposição submete à consideração desta Casa o texto do *Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica*, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

A referida mensagem presidencial é acompanhada da íntegra do tratado e exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores.

Na Câmara dos Deputados, a mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou e aprovou o projeto de decreto legislativo em análise. A proposição passou, em seguida, pelo crivo positivo da Comissão de Educação e Cultura e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa. Por fim, o projeto foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 25 de agosto de 2011.

Consequentemente, a proposição veio ao Senado Federal, foi recebida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 2 de setembro de 2011, não tendo sido apresentada emenda no prazo regimental.

II – ANÁLISE

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal, e não ofende outras normas fundamentais, nem regimentais. Tampouco verificamos vícios quanto a sua juridicidade.

Precisamente, o ato internacional em apreço é composto de 17 (dezessete) artigos e terá vigência inicial de 5 (cinco) anos, renovável automaticamente por iguais períodos, salvo manifestação contrária de uma das Partes.

Destina-se a encorajar a cooperação entre instituições culturais, públicas e privadas de Brasil e Dominica, a fim de estimular o conhecimento recíproco e difundir as respectivas culturas. Esse típico acordo de cooperação cultural pretende promover intercâmbio no âmbito das artes visuais, da música, da dança, do audiovisual, da literatura, da educação cultural, da museologia, da biblioteconomia e da preservação do patrimônio cultural, material e imaterial.

Para execução deste acordo será estabelecida Comissão Mista, coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores no Brasil e pelo Ministério de Relações Exteriores e o da Cultura em Dominica. Essa Comissão terá por função planejar, aprovar, gerenciar e executar programas de cooperação e supervisionar o cumprimento deste Acordo.

Em face dos elementos acima expostos, no mérito, estamos certos de que a adoção deste Acordo favorecerá as relações de amizade e cooperação com a Dominica.

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2011.

Sala da Comissão, 24 de novembro de 2011.

, Presidente



, Relator

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 194, DE 2011
ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 24/11/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

| | |
|-------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>Fernando Collor</i> | |
| RELATOR: SENADOR CYRO MIRANDA <i>Cyro Miranda</i> | |
| TITULARES | SUPLENTE |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | |
| ANIBAL DINIZ (PT) <i>Anibal Diniz</i> | 1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT) |
| EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i> | 2 - JORGE VIANA (PT) |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | 3 - LINDBERGH FARIAS (PT) |
| SÉRGIO SOUZA (PMDB) <i>Sérgio Souza</i> | 4 - MARCELO CRIVELLA (PRB) <i>Marcelo Crivella</i> |
| CRISTOVAM BUARQUE (PDT) | 5 - ACIR GURGACZ (PDT) |
| ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antonio Carlos Valadares</i> | 6 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) |
| BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| JARBAS VASCONCELOS (PMDB) | 1 - LOBÃO FILHO (PMDB) |
| LUIZ HENRIQUE (PMDB) | 2 - ROMERO JUCÁ (PMDB) |
| VALDIR RAUPP (PMDB) <i>Valdir Raupp</i> | 3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i> |
| VITAL DO REGO (PMDB) | 4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB) |
| PEDRO SIMON (PMDB) | 5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB) |
| FRANCISCO DORNELLES (PP) | 6 - EDUARDO AMORIM (PSC) |
| BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM) | |
| ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) | 1 - AÉCIO NEVES (PSDB) |
| PAULO BAUER (PSDB) | 2 - CYRO MIRANDA (PSDB) <i>RELATOR</i> |
| JOSÉ AGRIPIÑO (DEM) | 3 - CLOVIS FECURY (DEM) |
| PTB | |
| FERNANDO COLLOR | 1 - MOZARILDO CAVALCANTI |
| GIM ARGELLO | 2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B) |
| PR | |
| BLAIRO MAGGI | CLÉSIO ANDRADE |
| PSOL | |
| RANDOLFE RODRIGUES | VAGO |

PARECER

Nº 1.305, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2011 (nº 2.863/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para o Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço e de Transporte para as Localidades de Bonfim (Brasil) e de Lethem (Guiana), assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009.

RELATOR: Senador RANDOLFE RODRIGUES

RELATOR “AD HOC”: Senador PAULO BAUER

I – RELATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional referido.

Esta Comissão é, assim, chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2011 (PDC nº 2.863, de 2010, na origem), de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Naquela Casa, o acordo foi aprovado pelo Plenário, em 22 de setembro de 2011, após passar também pelo crivo das Comissões de Viação e Transportes, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania

Acompanha a proposição a Mensagem nº 209, de 5 de maio de 2010, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, bem como a Exposição de Motivos nº 427 (MRE/DAI/DAM IV/DIR II/AFEPA – PAIN-BRAS-GUIA), de 23 de novembro de 2009, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de cujo texto extraímos a seguinte passagem:

(...) o Acordo estabelece dois regimes especiais para as localidades fronteiriças de Bonfim e Lethem: um aduaneiro, destinado a simplificar o comércio de produtos de subsistência realizado pelos cidadãos residentes nas duas localidades, e outro de transportes, cujo objetivo é regulamentar os serviços de transporte realizados exclusivamente entre as duas cidades.

O acesso de Bonfim a Lethem foi recentemente facilitado com a abertura da Ponte sobre o Rio Tacutu, na fronteira entre os dois países. A integração entre as duas cidades, portanto, tende a ser cada vez maior. Os regimes especiais estabelecidos pelo presente Acordo visam a acompanhar essa realidade, simplificando e disciplinando o consumo para fins de subsistência e a circulação de pessoas e de cargas na região.

Pelo Regime Especial Fronteiriço, mercadorias adquiridas no exterior e destinadas à subsistência das pessoas residentes nas duas cidades serão isentas de impostos de importação e exportação, bem como de registros, licenças ou autorizações, salvo os controles sanitários, fitossanitários, zoonosológicos e ambientais.

Já o Regime Especial de Transporte visa a simplificar e harmonizar, exclusivamente entre as localidades de Bonfim e Lethem, a regulamentação relativa ao transporte de carga, ao transporte público coletivo de passageiros, ao transporte de passageiros de caráter ocasional em circuito fechado (fretamento) e ao transporte de táxis.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental. A proposição foi a mim distribuída em 20 de outubro de 2011.

II – ANÁLISE

O Acordo em apreço é composto de 22 artigos e um anexo. Ele está relacionado com o compromisso de ambos os governos com o desenvolvimento da região de fronteira, bem como com a melhoria das condições de vida dos habitantes locais. Nesse sentido, a construção da Ponte sobre o Rio Tacutu, na fronteira entre os dois países, é marco importante para o adensamento do relacionamento bilateral e para a vida das pessoas de ambos os países que vivem naquele espaço.

O ato internacional em apreço isenta dos impostos de importação e de exportação mercadorias para subsistência comercializadas, de modo exclusivo, nas localidades de Bonfim (Brasil) e Lethem (Guiana). O texto enquadra nas mercadorias isentas artigos de alimentação, limpeza, higiene e cosmética pessoal, peças de vestuário, calçados, livros, revistas e jornais. Ele estabelece, ainda, que as mercadorias deverão ser destinadas para o consumo pessoal e da unidade familiar, quando não revelem destinação comercial por seu tipo, volume ou quantidade.

O próprio adquirente fará o transporte dos produtos, que poderão ser submetidos à inspeção das autoridades de controle sanitário, fitossanitário, zoonosológico e ambiental.

Em relação ao regime especial de transporte, o tratado estabelece que as Partes deverão simplificar e harmonizar a regulamentação relativa aos transportes de carga, público coletivo de passageiros e de passageiros de caráter ocasional, todos de forma exclusiva entre as cidades referidas. O Anexo I, por sua vez, contém normas relativas às disposições específicas ou operativas que regulam diferentes aspectos do Capítulo II (Regime Especial de Transporte) do Acordo.

III – VOTO

Por todo exposto, e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2011.

Sala da Comissão, 24 de novembro de 2011.

, Presidente



Relator

SENADOR PAULO BAUER, RELATOR "AS 1409"

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 236, DE 2011
ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 24/11/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

| PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>Fernando Collor</i> | |
|----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| RELATOR AD HOC: SENADOR(A) PAULO BAUER | |
| TITULARES | SUPLENTE |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | |
| ANIBAL DINIZ (PT) <i>Anibal Diniz</i> | 1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT) |
| EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i> | 2 - JORGE VIANA (PT) |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | 3 - LINDBERGH FARIAS (PT) |
| SÉRGIO SOUZA (PMDB) <i>Sérgio Souza</i> | 4 - MARCELO CRIVELLA (PRB) <i>Marcelo Crivella</i> |
| CRISTOVAM BUARQUE (PDT) | 5 - ACIR GURGACZ (PDT) <i>Acir Gurgacz</i> |
| ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antonio Carlos Valadares</i> | 6 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) |
| BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| JARBAS VASCONCELOS (PMDB) | 1 - LOBÃO FILHO (PMDB) |
| LUIZ HENRIQUE (PMDB) | 2 - ROMERO JUCÁ (PMDB) |
| VALDIR RAUPP (PMDB) <i>Valdir Raupp</i> | 3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i> |
| VITAL DO REGO (PMDB) | 4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB) |
| PEDRO SIMON (PMDB) | 5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB) |
| FRANCISCO DORNELLES (PP) | 6 - EDUARDO AMORIM (PSC) |
| BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM) | |
| ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) | 1 - AÉCIO NEVES (PSDB) |
| PAULO BAUER (PSDB) <i>Paulo Bauer</i> | 2 - CYRO MIRANDA (PSDB) |
| JOSÉ AGRIPINO (DEM) | 3 - CLOVIS FECURY (DEM) |
| PTB | |
| FERNANDO COLLOR | 1 - MOZARILDO CAVALCANTI |
| GIM ARGELLO | 2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B) |
| PR | |
| BLAIRO MAGGI | CLÉSIO ANDRADE |
| PSOL | |
| RANDOLFE RODRIGUES | VAGO |

PARECER Nº 1.306, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2011 (nº 233/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Guiné Equatorial para Cooperação Educacional, celebrado em Bata, em 23 de outubro de 2009.

RELATOR: Senador CRISTOVAM BUARQUE

RELATOR “AD HOC”: Senador EDUARDO SUPLICY

I – RELATÓRIO

O texto do Acordo acima epígrafado foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem do Presidente da República nº 486, de 19 de agosto de 2010, endereçada pelo Aviso nº 607 da Casa Civil, de mesma data.

A citada mensagem vem acompanhada da Exposição de Motivos nº 63, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 18 de fevereiro de 2010, que explica as razões por que o ato internacional em apreço foi celebrado e historia sua negociação. Dá notícia de que o referido Acordo é o primeiro instrumento assinado entre os dois países no campo da cooperação educacional e estabelece como compromisso principal fomentar as relações bilaterais com vistas a contribuir para o mútuo desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades.

De estrutura parcimoniosa, versada em nove artigos, o Acordo estabelece como metas o fortalecimento da cooperação educacional e interuniversitária, o intercâmbio de informações e experiências, especialmente relacionadas ao incremento da qualidade da educação e a formação e o aperfeiçoamento de docentes, acadêmicos e pesquisadores (artigo II). Para tanto, as Partes promoverão intercâmbios de estudantes, professores, acadêmicos, pesquisadores, técnicos e especialistas, de missões de ensino e pesquisa, a elaboração e execução conjunta de projetos e pesquisa em áreas a serem definidas em mútuo acordo e o intercâmbio de programas e projetos

desenvolvidos pelos Ministérios da Educação de ambas as Partes (artigo III). O fomento de intercâmbio por meio de programa de bolsas será objeto de estudo pelas partes (artigo IV). Nada obstante, o ingresso de alunos de uma Parte em cursos de graduação e pós-graduação da outra Parte segue regido pelos processos seletivos nacionais aplicados por cada parte (artigo V). Assim também o reconhecimento ou revalidação de diplomas e títulos acadêmicos outorgados por instituições de ensino superior da outra (artigo VI). A difusão e o ensino das línguas e da culturas serão objeto de promoção mútua (artigo VII).

O financiamento das atividades previstas no Acordo será definido pelas Partes por instrumentos adequados e em conformidade com as respectivas leis e regulamentos. (artigo VIII).

Trata o artigo IX da entrada em vigor, da renovação e do procedimento de renúncia ao Acordo, os quais seguem as fórmulas consagradas pelo Direito Internacional.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

O envio do texto do Acordo, pelo Presidente da República, ao Congresso Nacional atendeu os dispositivos constitucionais pertinentes (arts. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal).

Pouco numerosos são os acordos em vigor entre Brasil e Guiné Equatorial. O artigo 4º da Constituição estabelece como princípio regente das relações internacionais do Brasil, entre outros, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a busca pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. O Acordo em apreço não poderia estar em maior afinidade com as linhas de uma política externa de Estado.

Oportuna e conveniente, a proposta não onera o Estado brasileiro para além de suas possibilidades, tampouco o vincula a obrigação de cooperação no plano educacional que comprometa de alguma forma os programas acadêmicos em vigor.

III- VOTO

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 243, de 2011, por sua conveniência e oportunidade.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2011.

, Presidente

 , Relator

SEN. EDUARDO SUPLICY, RELATOR "AD HOC"

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 243, DE 2011
ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 24/11/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

| | |
|-------------------------------------------------------------------|------------------------------|
| PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>Fernando Collor</i> | |
| RELATOR AD HOC: SENADOR(A) EDUARDO SUPLYCY | |
| TITULARES | SUPLENTE |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | |
| ANIBAL DINIZ (PT) <i>Anibal Diniz</i> | 1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT) |
| EDUARDO SUPLYCY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i> | 2 - JORGE VIANA (PT) |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | 3 - LINDBERGH FARIAS (PT) |
| SÉRGIO SOUZA (PMDB) <i>Sérgio Souza</i> | 4 - MARCELO CRIVELLA (PRB) |
| CRISTOVAM BUARQUE (PDT) | 5 - ACIR GURGACZ (PDT) |
| ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antonio Carlos Valadares</i> | 6 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) |
| BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| JARBAS VASCONCELOS (PMDB) | 1 - LOBÃO FILHO (PMDB) |
| LUIZ HENRIQUE (PMDB) <i>Luiz Henrique</i> | 2 - ROMERO JUCÁ (PMDB) |
| VALDIR RAUPP (PMDB) <i>Valdir Raupp</i> | 3 - ANA AMÉLIA (PP) |
| VITAL DO REGO (PMDB) | 4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB) |
| PEDRO SIMON (PMDB) | 5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB) |
| FRANCISCO DORNELLES (PP) | 6 - EDUARDO AMORIM (PSC) |
| BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM) | |
| ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) | 1 - AÉCIO NEVES (PSDB) |
| PAULO BAUER (PSDB) | 2 - CYRO MIRANDA (PSDB) |
| JOSÉ AGRIPINO (DEM) | 3 - CLOVIS FECURY (DEM) |
| PTB | |
| FERNANDO COLLOR | 1 - MOZARILDO CAVALCANTI |
| GIM ARGELLO | 2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B) |
| PR | |
| BLAIRO MAGGI | CLÉSIO ANDRADE |
| PSOL | |
| RANDOLFE RODRIGUES | VAGO |

PARECER Nº 1.307, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2011 (nº 58/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado no Rio de Janeiro, em 29 de maio de 2010.

RELATOR: Senador SÉRGIO SOUZA

RELATORA “AD HOC”: Senadora ANA AMÉLIA

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2011, que resulta da Mensagem nº 592, de 11 de outubro de 2010, enviada ao Congresso Nacional pela Presidente da República, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, com vistas à apreciação do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado no Rio de Janeiro, em 29 de maio de 2010.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou e aprovou o Projeto de Decreto Legislativo em análise. A proposição passou, em seguida, pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. O ato internacional foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 29 de setembro de 2011.

A proposição veio ao Senado Federal, onde foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, na comissão, a este Relator em 27 de outubro de 2011, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

O ato internacional em tela visa a permitir que os dependentes de agentes diplomáticos, de funcionários consulares, de pessoal técnico e administrativo e de adidos de missões diplomáticas e consulares de uma das Partes Signatárias sejam autorizados a exercer atividade remunerada no Estado acreditado, de acordo com a legislação do referido Estado e, uma vez obtida a respectiva autorização, nos termos do Acordo.

Segundo o Acordo, são considerados dependentes: cônjuges ou companheiros, em conformidade com a legislação de cada Estado; filhos e filhas solteiros menores de 21 anos; filhos e filhas solteiros menores de 25 anos que estudem em instituição de ensino superior reconhecida pelo Estado acreditado; e filhos solteiros portadores de deficiência física ou mental.

A autorização deverá ser solicitada junto ao Ministério das Relações Exteriores do Estado acreditado. A autorização será válida somente durante o período da missão do funcionário do Estado acreditante junto ao Estado acreditado ou durante o período de condição de dependente ou, ainda, durante o período do contrato de trabalho. A Embaixada deverá informar ao Cerimonial respectivo o término da atividade remunerada exercida pelos dependentes, bem como submeter novo pedido na hipótese de o dependente decidir aceitar qualquer nova atividade remunerada.

O instrumento internacional em pauta dispõe também sobre o regime de imunidades a vigorar para os dependentes, mesmo para aqueles que desfrutem de imunidades de acordo com as Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares ou outro ato de direito internacional aplicável, especificando que não gozarão de imunidade civil e nem administrativa no Estado acreditado no que diz respeito ao desempenho da referida atividade remunerada.

Fica acordado também que, no caso de delito criminal no decurso do exercício da atividade remunerada, o Estado acreditante deverá renunciar à imunidade de jurisdição penal, desde que tal renúncia não seja considerada contrária a seus interesses. Essa renúncia não será entendida como renúncia à imunidade de execução da sentença, para a qual uma renúncia específica deverá ser solicitada e será levada em consideração pelo Estado acreditante.

A autorização para o exercício da atividade remunerada terminará quando cesse a condição de dependente do beneficiário, na data em que o contrato se encerre ou, em qualquer hipótese, ao término da missão do indivíduo de quem a pessoa é dependente. Contudo, o prazo levará em conta um decurso de tempo razoável de adiamento, sem exceder três meses.

O Acordo sujeita os dependentes que exerçam atividade remunerada no Estado acreditado à legislação tributária e de previdência social aplicáveis naquele Estado, decorrentes da referida atividade.

O Acordo não implica o reconhecimento automático de títulos ou diplomas obtidos no exterior e, no caso de profissões que requeiram

qualificações especiais, o dependente deverá atender às mesmas que deve atender o nacional da Parte acreditada.

Ademais, o Acordo não confere ao dependente o direito automático ao emprego nem de residir no território da Parte acreditada, uma vez terminada a missão do indivíduo de quem a pessoa é dependente. A autorização pode ser negada nos casos em que a atividade remunerada possa ser desempenhada unicamente por nacionais, quando o empregador seja o Estado acreditado ou quando a atividade remunerada afete a segurança nacional.

O ato internacional em apreço permite o acesso ao trabalho aos brasileiros familiares dos agentes diplomáticos consulares e do pessoal técnico e administrativo das missões diplomáticas e consulares que se encontrem em missão oficial na Croácia que, de outra maneira, ver-se-iam obrigados a interromper sua carreira profissional. O mesmo vale para os croatas que se enquadram nas condições do Acordo residindo no Brasil.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, o ato internacional em exame reflete a tendência atual de estender aos dependentes dos agentes das missões diplomáticas a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

Proporcionar espaço profissional próprio para dependentes de membros do serviço exterior, que lhes possibilite o exercício de atividades outras que a mera função de acompanhamento de funcionário transferido para outro país torna-se prática generalizada na vida internacional, e o Brasil já tem acordos semelhantes com dezenas de países.

III – VOTO

Por todo o exposto, e visto que observadas a adequação legislativa e regimental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2011.

Sala da Comissão, 24 de novembro de 2011.

, Presidente



, Relator

SEN. ANA AMÉLIA
RELATORA AD. VOC.

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 286, DE 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 24/11/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

| | |
|---------------------------------------------------------------|------------------------------|
| PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR | |
| RELATOR AD HOC: SENADOR(A) ANA AMÉLIA | |
| TITULARES | SUPLENTE |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | |
| ANIBAL DINIZ (PT) | 1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT) |
| EDUARDO SUPLICY (PT) | 2 - JORGE VIANA (PT) |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | 3 - LINDBERGH FARIAS (PT) |
| SÉRGIO SOUZA (PMDB) | 4 - MARCELO CRIVELLA (PRB) |
| CRISTOVAM BUARQUE (PDT) | 5 - ACIR GURGACZ (PDT) |
| ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) | 6 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) |
| BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| JARBAS VASCONCELOS (PMDB) | 1 - LOBÃO FILHO (PMDB) |
| LUIZ HENRIQUE (PMDB) | 2 - ROMERO JUCÁ (PMDB) |
| VALDIR RAUPP (PMDB) | 3 - ANA AMÉLIA (PP) |
| VITAL DO REGO (PMDB) | 4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB) |
| PEDRO SIMON (PMDB) | 5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB) |
| FRANCISCO DORNELLES (PP) | 6 - EDUARDO AMORIM (PSC) |
| BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM) | |
| ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) | 1 - AÉCIO NEVES (PSDB) |
| PAULO BAUER (PSDB) | 2 - CYRO MIRANDA (PSDB) |
| JOSÉ AGRIPIANO (DEM) | 3 - CLOVIS FECURY (DEM) |
| PTB | |
| FERNANDO COLLOR | 1 - MOZARILDO CAVALCANTI |
| GIM ARGELLO | 2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B) |
| PR | |
| BLAIRO MAGGI | CLÉSIO ANDRADE |
| PSOL | |
| RANDOLFE RODRIGUES | VAGO |

PARECER Nº 1.308, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2011 (nº 63/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral sobre Cooperação e Parceria, assinado em Brasília, em 29 de março de 2010.

RELATOR: Senador MARCELO CRIVELLA

I – RELATÓRIO

Submete-se à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o projeto de decreto legislativo, cuja ementa está transcrita na epígrafe. Cuida-se de proposição que aprova o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral sobre Cooperação e Parceria, assinado em Brasília, em 29 de março de 2010.

O Acordo, veiculado pela Mensagem Presidencial nº 691, de 2010, foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto de decreto legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o qual foi examinado, posteriormente, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A proposição recebeu a chancela da Câmara dos Deputados em 29 de setembro de 2011. No Senado Federal, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, aqui, designada para minha relatoria em 27 de outubro de 2011.

Após o cumprimento de prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Nos termos da Exposição de Motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores que acompanha a Mensagem, trata-se de um acordo-quadro, que servirá de marco jurídico para a futura assinatura de ajustes complementares para a execução de programas específicos.

II – ANÁLISE

O acordo em análise destina-se, conforme seu artigo 1, a estabelecer relações de cooperação e de parceria em áreas a serem mutuamente acordadas, com vistas à promoção do desenvolvimento sócio-econômico, industrial, científico e tecnológico dos povos do Brasil e dos países integrantes da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

Cuidando-se, como se registrou, de um acordo-quadro, seus dispositivos seguintes projetam essencialmente a metodologia da cooperação, uma vez que o conteúdo de cada protocolo será decidido individualmente, tendo em conta o enquadramento desse acordo que ora apreciamos.

A cooperação será realizada por meio de formulação e implementação de políticas e programas em atividades de interesse comum e por meio de troca de informações, estágios, missões técnicas, seminários, reuniões, programas de formação e capacitação e pesquisas em áreas de interesse comum.

O acordo tem vigência indeterminada e poderá ser emendado, por via diplomática, por consentimento mútuo das Partes. Sua denúncia poderá ser comunicada a qualquer tempo por qualquer das Partes.

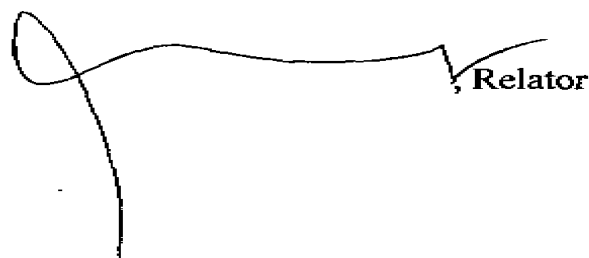
Convém registrar que o Acordo insere-se na política governamental de cooperação e parceria com os países africanos. A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, conhecida pela sigla SADC, para seu nome em inglês, existe desde 1992. Foi precedida pela Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral, que havia sido instituída em 1980. Atualmente ela é composta por 14 países: África do Sul, Angola, Botswana, Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurício, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. A população somada é de 257 milhões de habitantes, com um produto interno bruto de 471 bilhões de dólares.

II – VOTO

Por todo o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2011.

Sala da Comissão, 24 de novembro de 2011.

, Presidente



, Relator

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 287, DE 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 24/11/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

| | |
|-------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|
| PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>Fernando Collor</i> | |
| RELATOR: SENADOR MARCELO CRIVELLA | |
| TITULARES | SUPLENTE |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | |
| ANIBAL DINIZ (PT) <i>Anibal Diniz</i> | 1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT) |
| EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i> | 2 - JORGE VIANA (PT) |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | 3 - LINDBERGH FARIAS (PT) |
| SÉRGIO SOUZA (PMDB) <i>Sérgio Souza</i> | 4 - MARCELO CRIVELLA (PRB) <i>Marcelo Crivella</i> |
| CRISTOVAM BUARQUE (PDT) | 5 - ACIR GURGACZ (PDT) |
| ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antonio Carlos Valadares</i> | 6 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) <i>Rodrigo Rollemberg</i> |
| BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| JARBAS VASCONCELOS (PMDB) | 1 - LOBÃO FILHO (PMDB) |
| LUIZ HENRIQUE (PMDB) <i>Luiz Henrique</i> | 2 - ROMERO JUCÁ (PMDB) |
| VALDIR RAUPP (PMDB) <i>Valdir Raupp</i> | 3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i> |
| VITAL DO REGO (PMDB) | 4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB) |
| PEDRO SIMON (PMDB) | 5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB) |
| FRANCISCO DORNELLES (PP) | 6 - EDUARDO AMORIM (PSC) |
| BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM) | |
| ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) | 1 - AÉCIO NEVES (PSDB) |
| PAULO BAUER (PSDB) | 2 - CYRO MIRANDA (PSDB) |
| JOSÉ AGRIPINO (DEM) | 3 - CLOVIS FECURY (DEM) |
| PTB | |
| FERNANDO COLLOR | 1 - MOZARILDO CAVALCANTI |
| GIM ARGELLO | 2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B) |
| PR | |
| BLAIRO MAGGI | CLÉSIO ANDRADE |
| PSOL | |
| RANDOLFE RODRIGUES | VAGO |

PARECER Nº 1.309, DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 579, de 2011, do Senador Eunício Oliveira, que altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para restringir a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito ao financiamento de campanhas educativas sobre direção defensiva, cultura da paz e combate à violência no trânsito, e de desestímulo ao consumo de álcool e drogas por parte dos motoristas.

RELATOR: Senador VITAL DO RÊGO

RELATOR “AD HOC”: Senador DEMÓSTENES TORRES

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em exame altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB) com o objetivo de restringir a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito ao financiamento de campanhas educativas que promovam a segurança do trânsito.

Em sua justificação, o autor, Senador Eunício Oliveira, argumenta que os recursos arrecadados com a cobrança de multas acabam sendo utilizados para custear despesas como o pagamento de pessoal dos órgãos de trânsito ou mesmo para reforçar o caixa dos governos, numa clara distorção de sua função precípua, qual seja a de tornar nosso trânsito mais seguro.

Distribuído com exclusividade para a CCJ para decisão em caráter terminativo, o PLS nº 579, de 2011, não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão analisar a proposição sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Por ser a única Comissão a examinar a matéria, compete-lhe, ainda, o exame do mérito.

O Projeto de Lei do Senado nº 579, de 2011, versa sobre normas gerais de trânsito, matéria sobre a qual a União tem competência privativa para legislar, nos termos do art. 22, XI, da Constituição Federal, não havendo reserva de iniciativa em favor do Poder Executivo.

A proposição, portanto, não contém vícios de iniciativa e apresenta-se em conformidade com os preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais. Observa também as normas da técnica legislativa consolidadas

na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, ao se referir expressamente à Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

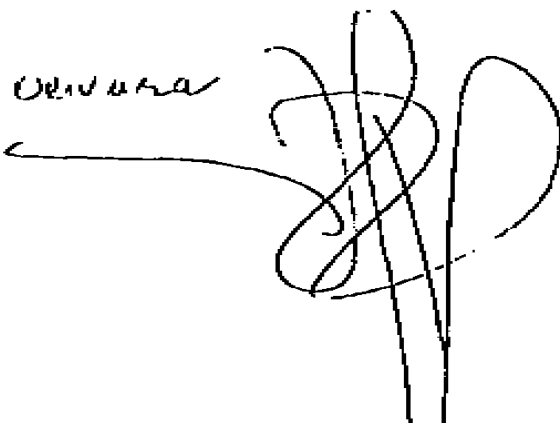
No que tange ao mérito, concordamos com o autor da proposição no sentido de que os recursos das multas devam ser utilizados “exclusivamente, sem desvio para outras finalidades, em prol da educação para o trânsito”, de modo a promover um trânsito mais civilizado e seguro a todos os cidadãos.

III – VOTO

Pelo exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei do Senado nº 579, de 2011.

Sala da Comissão, 16 de novembro de 2011.

Sen. Euríbio Oliveira



, Presidente

, Relator

EMENDA Nº 1 – CCJ

(AO PLS nº 579, de 2011)

Dê-se a seguinte redação ao art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, numerando o atual parágrafo único como § 1º e inserindo o seguinte § 2º, nos termos do § 1º do Projeto:

“Art. 320. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada em campanhas educativas sobre direção defensiva, cultura da paz e combate à violência no trânsito, e de desestímulo ao consumo de álcool e drogas por parte dos motoristas, e em sinalização de trânsito.

§1º O percentual de cinco por cento do valor das multas de trânsito arrecadadas será depositado, mensalmente, na conta de fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito.....

§2º Fica vedada a utilização dessas receitas para as despesas correntes e de custeio, em especial para o pagamento da remuneração do quadro de pessoal de quaisquer órgãos da administração.”(NR)

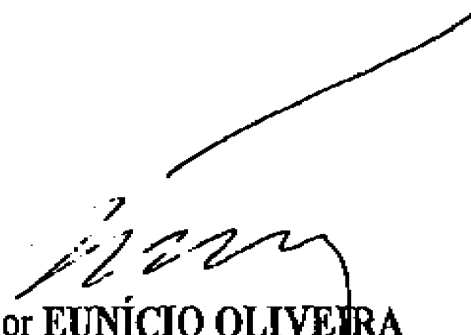
Sala das Comissões, 16 de novembro de 2011.



Senador ROMERO JUCÁ

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na 57ª Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de novembro de 2011, aprova o PLS nº 579, de 2011, com a Emenda nº 1-CCJ, apresentada pelo Senador Romero Jucá, durante a discussão, e na ocasião acatada pelo Relator *ad hoc*, Senador Demóstenes Torres.



Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 579 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/11/2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

| | |
|---------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| PRESIDENTE: <i>Senador EUNÍCIO OLIVEIRA</i> | |
| RELATOR: <i>Ad. Hc. Senador Demóstenes Torres</i> | |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB) | |
| JOSÉ PIMENTEL <i>[assinatura]</i> | 1. EDUARDO SUPLICY <i>[assinatura]</i> |
| MARTA SUPLICY <i>[assinatura]</i> | 2. ANA RITA <i>[assinatura]</i> |
| PEDRO TAQUES <i>[assinatura]</i> | 3. ANÍBAL DINIZ |
| JORGE VIANA | 4. ACIR GURGACZ |
| MAGNO MALTA | 5. CLÉSIO ANDRADE |
| ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i> | 6. LINDBERGH FARIAS |
| INÁCIO ARRUDA <i>[assinatura]</i> | 7. RODRIGO ROLLEMBERG |
| MARCELO CRIVELLA <i>[assinatura]</i> | 8. HUMBERTO COSTA <i>[assinatura]</i> |
| BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC e PV) | |
| EUNÍCIO OLIVEIRA <i>[assinatura]</i> | 1. ROBERTO REQUIÃO <i>[assinatura]</i> |
| PEDRO SIMON <i>[assinatura]</i> | 2. VALDIR RAUPP |
| ROMERO JUCÁ | 3. EDUARDO BRAGA |
| VITAL DO RÊGO | 4. RICARDO FERRÃO <i>[assinatura]</i> |
| RENAN CALHEIROS | 5. LOBÃO FILHO |
| LUIZ HENRIQUE | 6. WALDEMIR MOKA |
| FRANCISCO DORNELLES | 7. BENEDITO DE LIRA |
| SÉRGIO PETECÃO | 8. EDUARDO AMORIM |
| BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM) | |
| AÉCIO NEVES | 1. LÚCIA VÂNIA |
| ALOYSIO NUNES FERREIRA <i>[assinatura]</i> | 2. FLEXA RIBEIRO |
| ALVARO DIAS | 3. CÍCERO LUCENA |
| DEMÓSTENES TORRES <i>[assinatura]</i> | 4. JOSÉ AGRIPINO |
| PTB | |
| ARMANDO MONTEIRO <i>[assinatura]</i> | 1. CIRO NOGUEIRA |
| GIM ARGELLO | 2. MOZARILDO CAVALCANTI |
| PSOL | |
| RANDOLFE RODRIGUES | 1. MARINOR BRITO |

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 579, DE 2011

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

| TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B e PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B e PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
|---------------------------------------------------------------------------|-----|-----|-------|-----------|--------------------------------------------------------------------------|-----|-----|-------|-----------|
| JOSÉ PIMENTEL | X | | | | 1 - EDUARDO SUPLICY | X | | | |
| MARTA SUPLICY | X | | | | 2 - ANA RITA | X | | | |
| PEDRO TAQUES | X | | | | 3 - ANIBAL DINIZ | | | | |
| JORGE VIANA | | | | | 4 - ACIR GURGACZ | | | | |
| MAGNO MALTA | | | | | 5 - CLÉSIO ANDRADE | | | | |
| ANTONIO CARLOS VALADARES | X | | | | 6 - LINDBERGH FARIAS | | | | |
| INACIO ARRUDA | X | | | | 7 - RODRIGO ROLLEMBERG | | | | |
| MARCELO CRIVELLA | | | | | 8 - HUMBERTO COSTA | X | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC e PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC e PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| EUNÍCIO OLIVEIRA (PRÉSIDENTE) | | | | | 1 - ROBERTO REQUIÃO | X | | | |
| PEDRO SIMON | X | | | | 2 - VALDIR RAUPP | | | | |
| ROMERO JUCA | | | | | 3 - EDUARDO BRAGA | X | | | |
| VITAL DO RÊGO | | | | | 4 - RICARDO FERRAÇO | | | | |
| RENAN CALHEIROS | | | | | 5 - LOBÃO FILHO | | | | |
| LUIZ HENRIQUE | | | | | 6 - WALDEMIR MOKA | | | | |
| FRANCISCO DORNELLES | | | | | 7 - BENEDITO DE LIRA | | | | |
| SÉRGIO PETEÇÃO | | | | | 8 - EDUARDO AMORIM | | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| ÁRCIO NEVES | | | | | 1 - LÍCIA VÂNIA | | | | |
| ALOYSIO NUNES FERREIRA | X | | | | 2 - FLEXA RIBEIRO | | | | |
| ALVARO DIAS | | | | | 3 - CÍCERO LUCENA | | | | |
| DEMÓSTENES TORRES | X | | | | 4 - JOSÉ AGRIPINO | | | | |
| TITULAR - PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| ARMANDO MONTEIRO | X | | | | 1 - CÍRO NOGUEIRA | | | | |
| GIM ARGELLO | | | | | 2 - MOZARILDO CAVALCANTI | | | | |
| TITULAR - PSOL | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PSOL | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| RANDOLFE RODRIGUES | | | | | 1 - MARINOR BRITO | | | | |

TOTAL: 45 SIM; 44 NÃO; 1 ABSTENÇÃO; 1 AUTOR; 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 16 / 11 / 2011

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 5º, da RISP)
(atualizado em 03/11/2011).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E DADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 579, DE 2011

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA Nº 1-CCJ

| TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B e PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B e PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
|---------------------------------------------------------------------------|-----|-----|-------|-----------|--------------------------------------------------------------------------|-----|-----|-------|-----------|
| JOSÉ PIMENTEL | X | | | | 1 - EDUARDO SUPLICY | X | | | |
| MARTA SUPLICY | X | | | | 2 - ANA RITA | X | | | |
| PEDRO TAQUES | X | | | | 3 - ANIBAL DINIZ | | | | |
| JORGE VIANA | | | | | 4 - ACIR GURACI | | | | |
| MAGNO MALTA | X | | | | 5 - CLÉSIO ANDRADE | | | | |
| ANTÔNIO CARLOS VALADARES | X | | | | 6 - LINDBERGH FARIAS | | | | |
| INÁCIO ARRUDA | X | | | | 7 - RODRIGO KOLLEMBERG | | | | |
| MARCELO CRIVELLA | | | | | 8 - HUMBERTO COSTA | X | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC e PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC e PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| EUNÍCIO OLIVEIRA (PRESIDENTE) | | | | | 1 - ROBERTO REQUIÃO | X | | | |
| PEDRO SIMON | X | | | | 2 - VALDIR RAUPP | | | | |
| ROMERO JUCA | | | | | 3 - EDUARDO BRAGA | X | | | |
| VITAL DO RÊGO | | | | | 4 - RICARDO FERRAÇO | | | | |
| RENAN CALHEIROS | | | | | 5 - LOBÃO FILHO | | | | |
| LUÍZ HENRIQUE | | | | | 6 - WALDEMIR MORA | | | | |
| FRANCISCO DORNELLES | | | | | 7 - BENEDITO DE LIRA | | | | |
| SERGIO PETEÇAO | | | | | 8 - EDUARDO AMORIM | | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| ABÍCIO NEVES | | | | | 1 - LÚCIA VÂNIA | | | | |
| ALOYSIO NUNES FERREIRA | X | | | | 2 - FLEXA RIBEIRO | | | | |
| ALVARO DIAS | | | | | 3 - CÍCERO LUCENA | | | | |
| DEMÓSTENES TORRES | X | | | | 4 - JOSÉ AGRIPINO | | | | |
| TITULAR - PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| ARMANDO MONTEIRO | X | | | | 1 - CIRO NOGUEIRA | | | | |
| GIM ARGELLO | | | | | 2 - MOZARILDO CAVALCANTI | | | | |
| TITULAR - PSOL | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PSOL | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| RANDOLFE RODRIGUES | | | | | 1 - MARINOR BRITO | | | | |

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 15 / 11 / 2011

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
(atualizado em 09/11/2011).

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

TEXTO FINAL

**Do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 579, DE 2011
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:**

Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para restringir a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito ao financiamento de campanhas educativas sobre direção defensiva, cultura da paz e combate à violência no trânsito, e de desestímulo ao consumo de álcool e drogas por parte dos motoristas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 320. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada em campanhas educativas sobre direção defensiva, cultura da paz e combate à violência no trânsito, e de desestímulo ao consumo de álcool e drogas por parte dos motoristas, e em sinalização de trânsito.

§ 1º O percentual de cinco por cento do valor das multas de trânsito arrecadadas será depositado, mensalmente, na conta de fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito.

§ 2º Fica vedada a utilização dessas receitas para as despesas correntes e de custeio, em especial para o pagamento da remuneração do quadro de pessoal de quaisquer órgãos da administração.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de novembro de 2011.

, Presidente

Ofício nº 210/11 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 16 de novembro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
 Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com a Emenda nº 1-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 579, de 2011, que "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para restringir a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito ao financiamento de campanhas educativas sobre direção defensiva, cultura da paz e combate à violência no trânsito, e de desestímulo ao consumo de álcool e drogas por parte dos motoristas", de autoria do Senador Eunício Oliveira.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,



Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
 Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

FRAGMENTO DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS.

[...]

ITEM 2

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 579, DE 2011

Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para restringir a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito ao financiamento de campanhas educativas sobre direção defensiva, cultura da paz e combate à violência no trânsito, e de desestímulo ao consumo de álcool e drogas por parte dos motoristas.

Autoria: Senador Eunício Oliveira.

Relatoria ad hoc: Senador Ricardo Ferraço e, depois, do Senador Demóstenes Torres. Lembro que o projeto é terminativo nesta Comissão, o que exige quórum qualificada. Em 09/11/2011, foi concedida vista ao Senador Romero Jucá, nos termos regimentais. Em 16/11/2011, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Romero Jucá. Como o Senador Ricardo Ferraço foi o Relator e ele não estava no início da reunião, chegando só agora, pedi ao Senador Demóstenes Torres que fosse o Relator exclusivo para dar parecer à emenda do Senador Romero Jucá.

Como autor, desde já, coloco a V. Exª a disposição e o desejo de acatar a emenda por um entendimento feito entre o Líder do Governo e o autor do projeto, que, nesta manhã, modestamente, sou eu.

Para abrilhantar e para qualificar o projeto, concedo a palavra – e aí sem nenhuma modéstia, afirmativamente – ao Senador Demóstenes Torres, para dar seu parecer sobre a emenda, que, repito, tem, desde já, o entendimento entre o Líder do Governo e o autor da proposta, que é o Senador Eunício Oliveira.

Tem a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores....

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de tudo, peço vênia ao Senador Ricardo Ferraço, que brilhou tanto na semana passada com a tolerância zero e que foi também foi Relator desta matéria aqui na Comissão.

Agradecendo a V. Ex^a, passo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, Senador Ricardo Ferraço, originariamente Relator, o projeto proposta por V. Ex^a, Senador Eunício, altera o art. 320 da Lei nº 9.503, que é o chamado Código de Trânsito Brasileiro.

O que propôs V. Ex^a? Que a receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito seja aplicada exclusivamente em campanhas educativas sobre direção defensiva, cultura da paz e combate à violência no trânsito.

O Senador Romero Jucá tira a palavra "exclusivamente" e abre a proposição para que se invista também em sinalização de trânsito, o que, a meu ver, aprimora o projeto, porque, claro, só fazer propaganda é algo que interessa muito para a conscientização das pessoas, uma vez que temos aí no Brasil um troféu absolutamente indesejável: somos os campeões mundiais em morte e invalidez no trânsito e em acidentes. Mas quero crer que essa proposta do Senador Jucá faz com que haja ainda um passo adiante, porque a sinalização de trânsito é importante também em cidades pequenas, em rodovias, em grandes cidades. Em muitos locais a gente não vê isso. Há uma confusão grande. Há inclusive uma comparação, para quem viaja sistematicamente e escreve a respeito, de que no Brasil não há sinalização de trânsito.

Então, dirigindo os recursos para a conscientização, tanto daquele que não tem carro quanto daquele que tem, acerca das leis do trânsito, da direção defensiva, da cultura de paz no trânsito, bem como das ações que vão fazer com que a pessoa saiba como deve dirigir com a sinalização que está ali presente, eu acredito que vamos melhorar.

E para deixar bem claro o que pensava V. Ex^a, o Senador Romero Jucá ainda acrescenta o § 1º, que diz o seguinte: "Fica vedada a utilização dessas receitas para as despesas correntes e de custeio, em especial para pagamento de remuneração do quadro de pessoal de quaisquer órgãos da administração."

Infelizmente, acontece mesmo. Cria-se uma sinecura, quadros comissionados. Aquilo, de repente, vira mais um cabide de emprego, e, mesmo dentro da Polícia, cria-se um batalhão, desvia-se o recurso pra lá.

E, finalmente, o recurso da multa, que era para a educação e sinalização – precipuamente, essa era a intenção do legislador –, acaba esse recurso sendo desviado. De sorte que parabenizo V. Ex^a. Acho que é um projeto que avança muito. O Senador Romero Jucá, com essa emenda, conseguiu ainda melhorá-la, o que era aparentemente impossível, dado o grau de perfeição do projeto apresentado por V. Ex^a. Mas, de qualquer forma, estando melhorado, eu voto com entusiasmo e acho que vai fazer um grande bem ao Brasil. Parabéns a V. Ex^a. O meu parecer é favorável.

[...]

O Projeto e a emenda, porque todos os Senadores, ao votar com o Projeto, votaram também com a Emenda – Emenda nº 1 da CCJ – foram aprovados, o Projeto e a Emenda, à unanimidade dos presentes.

Comunico a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, tendo em vista que esta matéria é terminativa.

[...]

PARECER

Nº 1.310, DE 2011

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.374/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências. (em audiência nos termos do Requerimento nº 522, de 2011)

RELATOR: Senador CASILDO MALDANER

I – RELATÓRIO

Por força do Requerimento nº 236, de 2011, de autoria do Senador Lindberg Farias, foi enviado a esta Comissão para exame o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008, que “dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências”, de autoria do Deputado Sandro Mabel.

A proposição tem por objetivo regular a prestação de informações obrigatórias aos órgãos de defesa civil, sua natureza, procedimentos para seu suprimento, medidas de segurança preventivas para minimizar os riscos e reduzir a ocorrência de acidentes e desastres e penalização pelo descumprimento das disposições legais (art. 1º do Projeto).

O art. 2º determina que as pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, são obrigadas a notificar os órgãos competentes da defesa civil previamente, no caso de risco produzido por suas atividades, ou imediatamente, nos casos de situações anormais que possam causar danos pessoais, materiais ou ambientais.

O art. 3º estabelece que os órgãos competentes da defesa civil poderão requerer, às pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, informações técnicas sobre procedimentos potencialmente causadores de riscos, e, igualmente, realizar vistorias, testes e medições para a obtenção de dados necessários ao planejamento das ações de defesa civil.

O art. 4º obriga a promoção de medidas de segurança em instalações por parte dos responsáveis pelas atividades de usinas hidroelétricas, termelétricas e nucleares; diques e barragens destinadas à regularização de cursos d'água; depósitos de munições e explosivos; refinarias; destilarias e bases de distribuição de combustíveis; entre outros que vierem a ser relacionados pelos órgãos competentes.

Em seu art. 5º, a proposição determina que os órgãos responsáveis por rodovias ou ferrovias pelas quais seja realizado transporte regular de cargas perigosas deverão estabelecer, em conjunto com os órgãos de defesa civil, planos para atendimento de situações de emergência relacionadas com esse transporte.

O art. 6º prevê o pagamento de multa pelos infratores das regras estabelecidas na proposição, caso esta seja transformada em lei. Finalmente, o art. 7º contém a cláusula de vigência.

O projeto foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com duas emendas que eliminam do texto a necessidade de divulgação de informações aos órgãos de defesa civil relativas a empreendimentos, atividades ou instalações militares, em função do caráter estratégico dessas informações.

II – ANÁLISE

A CCJ já se posicionou favoravelmente em relação à constitucionalidade, juridicidade e adequação da técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008.

No que se refere ao mérito, consideramos oportuna e pertinente a proposição em tela, uma vez que, ao impor o dever geral de notificação à Defesa Civil, preventiva ou imediata, de ações ou procedimentos potencialmente causadores de danos pessoais, materiais ou ambientais, irá possibilitar aos órgãos encarregados da defesa civil condições de adoção de ações preventivas e acauteladoras desses danos, reduzindo o custo humano, econômico e ambiental desses eventos.

Além disso, a proposta não implica em aumento de despesas públicas, já que as informações serão prestadas pelas empresas que desenvolvem atividades que necessitem de ação da defesa civil. Na hipótese em que tais informações não sejam suficientes, os custos de vistorias, testes e medições, a serem realizados por órgãos competentes da defesa civil, serão cobertos pelas pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, responsáveis pelos empreendimentos ou atividades em questão. Se, por um lado, tais custos representam um ônus adicional para as empresas, por outro, deve-se considerar que, em geral, os custos de prevenção são menores do que os arcados pelas próprias empresas em casos de acidentes ou desastres.

As duas emendas aprovadas na CCJ, que retiram do escopo da lei os empreendimentos, atividades ou instalações militares, são pertinentes, tendo em vista o caráter estratégico das informações dessa área e o risco de que tais informações, como a localização de depósitos militares de munições e de explosivos, possam ser usadas para fins ilícitos.

III – VOTO

Em razão do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008, com as duas emendas aprovadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala da Comissão, 22 de novembro de 2011.

, Presidente



, Relator

DECISÃO DA COMISSÃO

Em Reunião realizada nesta data, após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ-CAE.

EMENDA Nº 1- CCJ-CAE

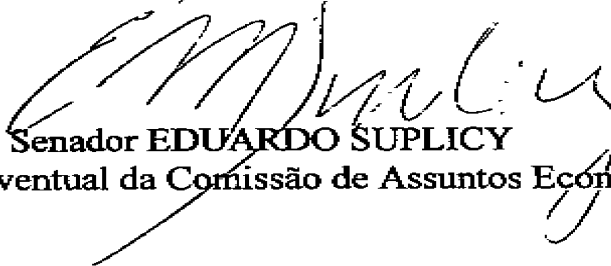
Suprima-se da parte final do § 3º do art. 3º da proposição a expressão “ou militar”.

EMENDA Nº 2-CCJ-CAE

Acrescente-se à proposição o seguinte art. 7º, renumerando o art. 7º existente como art. 8º:

Art. 7º O disposto nesta Lei não se aplica a empreendimentos, atividades ou instalações militares.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 2011.



Senador EDUARDO SUPLICY

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52 DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 22/11/11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

SEN. EDUARDO SUPLICY, PRESIDENTE EVENTUAL

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DOB, PRB) ⁽¹⁾

| | |
|------------------------------|----------------------------------|
| DELCÍDIO DO AMARAL (PT) | 1-ZEZÉ PERRELLA (PDT) |
| EDUARDO SUPLICY (PT) | 2-ANGELA PORTELA (PT) |
| JOSÉ PIMENTEL (PT) | 3-MARTA SUPLICY (PT) |
| HUMBERTO COSTA (PT) | 4-WELLINGTON DIAS (PT) |
| LINDBERGH FARIAS (PT) | 5-JORGE VIANA (PT) |
| ACIR GURGACZ (PDT) | 6-CRISTOVAM BUARQUE (PDT) |
| LÍDICE DA MATA (PSB) | 7-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B) | 8-INÁCIO ARRUDA (PC DO B) |

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

| | |
|--------------------------|--------------------------|
| CASILDO MALDANER (PMDB) | 1-VITAL DO RÊGO (PMDB) |
| EDUARDO BRAGA (PMDB) | 2-VAGO |
| VALDIR RAUPP (PMDB) | 3-ROMERO JUCÁ (PMDB) |
| ROBERTO REQUIÃO (PMDB) | 4-ANA AMÉLIA (PP) |
| EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB) | 5-WALDEMIR MOKA (PMDB) |
| LUIZ HENRIQUE (PMDB) | 6-SÉRGIO SOUZA (PMDB) |
| LOBÃO FILHO (PMDB) | 7-BENEDITO DE LIRA (PP) |
| FRANCISCO DORNELLES (PP) | 8-CIRO NOGUEIRA (PP) |
| IVO CASSOL (PP) | 9-RICARDO FERRAÇO (PMDB) |

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

| | |
|-------------------------------|-----------------------|
| ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) | 1-ALVARO DIAS (PSDB) |
| CYRO MIRANDA (PSDB) | 2-AÉCIO NEVES (PSDB) |
| FLEXA RIBEIRO (PSDB) | 3-PAULO BAUER (PSDB) |
| JOSÉ AGRIPINO (DEM) | 4-JAYME CAMPOS (DEM) |
| DEMÓSTENES TORRES (DEM) | 5-CLOVIS FECURY (DEM) |

PTB

| | |
|-----------------------|-------------------|
| ARMANDO MONTEIRO | 1-FERNANDO COLLOR |
| JOÃO VICENTE CLAUDINO | 2-GIM ARGELLO |

PR

| | |
|----------------|--------------------|
| CLÉSIO ANDRADE | 1-BLAIRO MAGGI |
| JOÃO RIBEIRO | 2-VICENTINHO ALVES |

PSOL

| | |
|---------------|----------------------|
| MARINOR BRITO | 1-RANDOLFE RODRIGUES |
|---------------|----------------------|

PARECER

Nº 1.311, DE 2011

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2010, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para facultar a portadores de diploma de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o acesso ao magistério na educação superior, nas condições que especifica. (em reexame, nos termos do Requerimento nº 986, de 2011).

RELATOR: Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

I – RELATÓRIO

Volta a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a requerimento, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 220, de 2010, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura desta Casa.

O PLS pretende alterar o art. 66 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para facultar aos portadores de diplomas de curso superior, não titulados em nível de pós-graduação, o acesso ao magistério na educação superior.

O art. 1º do projeto explicita, ao acrescentar ao art. 66 um segundo parágrafo, que serão admitidos como docentes na área tecnológica e de infraestrutura, na forma de regulamento, os portadores de diploma de graduação, desde que comprovem relevante experiência profissional.

O art. 2º prevê que a lei proposta entre em vigor na data de sua publicação.

A justificação se concentra em dois argumentos: o da preocupante falta de docentes pós-graduados, particularmente com mestrado e doutorado, nas áreas de tecnologia e engenharias – o que comprometeria seriamente o ritmo de desenvolvimento econômico exigido para o País no momento – e a existência de profissionais de notório saber nessas áreas, que têm seu acesso à docência cerceado pela exigência do atual parágrafo único do mesmo art. 66, a saber, o reconhecimento por universidade que tenha programa de doutorado em área afim.

O PLS veio a esta Comissão em 12 de agosto de 2010, só tendo sido distribuído para relatoria em 29 de março do presente ano. No dia 7 de junho, a Comissão aprovou parecer favorável, na forma de emenda substitutiva apresentada pelo Senador Álvaro Dias e relatada pelo Senador Paulo Bauer, na condição de relator *ad hoc*.

Aprovados os Requerimentos nº 986, de 2011, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, e nº 987, do mesmo ano, dos Senadores Álvaro Dias, Ana Amélia, Roberto Requião e Cristovam Buarque, para reexame da matéria na CE, o projeto foi reenviado a esta Comissão em 11 de agosto do corrente, instruído por pronunciamento da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e de outras entidades acadêmicas, que argumentam pela rejeição do projeto.

II – ANÁLISE

Está de parabéns a Comissão de Serviços de Infraestrutura por se sensibilizar com a urgente necessidade de prover de docentes qualificados os cursos de graduação, onde sua falta compromete o próprio funcionamento da educação superior e, por consequência, o desenvolvimento econômico do País. Mais ainda se louve a preocupação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte expressa em parecer anterior, por participar do esforço de dar uma solução a esse problema na esfera legislativa.

Na verdade, as leis, em geral, e a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), em particular, não buscam frear a aspiração dos jovens a um trabalho qualificado nem ignoram a necessidade de prover a sociedade de profissionais de nível superior. A Constituição de 1988, ao contrário, define a educação, inclusive a de nível superior, como direito de todos e dever do Estado.

Entretanto, o mesmo legislador que propugna a universalização da educação escolar vela por sua qualidade e pela preservação, nas instituições, das conquistas da ciência e da cultura.

Nesse sentido, mesmo com as nuances da emenda substitutiva de autoria do nobre Senador Álvaro Dias, a comunidade acadêmica ficou chocada com o que ela julgou um aligeiramento na formação e no acesso à docência na educação superior, propiciada como regra com o presente projeto.

Somos conhecedores dos esforços dos sucessivos governos e das universidades em elevar substancialmente o número de mestres e doutores nas instituições públicas e privadas. Também concordamos com as metas sobre a matéria do Plano Nacional de Educação que vigorou de 2001 a 2010 por força da Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, e do futuro plano decenal, já em tramitação no Congresso Nacional.

Precisamos nos precaver a respeito da qualificação docente, que pode estar ameaçada pela vigorosa expansão dos cursos superiores, incluindo os tecnológicos. Será necessário, em algum momento, que julgamos estar próximo, exigir que a formação se dê

exclusivamente em cursos de mestrado e doutorado, o que depende não somente de resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) como de dispositivos da LDB e de políticas de oferta qualificada de pós-graduação stricto sensu.

Além dessas ponderações, somos da opinião que a abertura da exceção para graduados das áreas de tecnologia e infraestrutura terem acesso à docência na educação superior pode dar início a uma enxurrada de pedidos ao MEC e ao CNE para a inclusão, na excepcionalidade, de outros setores do trabalho carentes de profissionais.

Finalmente, o recente incremento dos cursos de tecnologia (em todos os setores da economia) poderia dar oportunidade a uma distorção de interpretação do presente projeto, como se fosse guarida para diminuir a exigência acadêmica para os docentes formadores de tecnólogos, o que seria lamentável.

III – VOTO

Pelo exposto, nosso voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2010.

Sala da Comissão, 22 de novembro de 2011.



VICE
Presidente NO
exercício da
Presidência

Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 220/10 NA REUNIÃO DE 22/11/2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE

PRESIDENTE:

SEN. PAULO BAUER

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)

| | |
|-------------------|----------------------------|
| ÂNGELA PORTELA | 1-DELCÍDIO DO AMARAL |
| WELLINGTON DIAS | 2-ANIBAL DINIZ |
| ANA RITA | 3-MARTA SUPLICY |
| PAULO PAIM | (VAGO) |
| WALTER PINHEIRO | 5-PEDRO TAQUES |
| CRISTOVAM BUARQUE | 6-ANTONIO CARLOS VALADARES |
| LÍDICE DA MATA | 7-ZEZÉ PERRELLA |
| INÁCIO ARRUDA | 8-(VAGO) |

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

| | |
|------------------|------------------|
| ROBERTO REQUIÃO | 1-ROMERO JUCÁ |
| EDUARDO AMORIM | 2-VALDIR RAUPP |
| GEOVANI BORGES | 3-LUIZ HENRIQUE |
| GARIBALDI ALVES | 4-WALDEMIR MOKA |
| (VAGO) | 5-VITAL DO RÊGO |
| PEDRO SIMON | 6-SÉRGIO PETECÃO |
| RICARDO FERRAÇO | 7-CIRO NOGUEIRA |
| BENEDITO DE LIRA | 8-(VAGO) |
| ANA AMÉLIA | 9-(VAGO) |

Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)

| | |
|-----------------------|--------------------------|
| CYRO MIRANDA | 1-ALVARO DIAS |
| CÁSSIO CUNHA LIMA | 2-ALOYSIO NUNES FERREIRA |
| PAULO BAUER | RELATOR |
| MARIA DO CARMO ALVES | 3-FLEXA RIBEIRO |
| JOSÉ AGRIPINO | 4-CLOVIS FECURY |
| | 5-DEMÓSTENES TORRES |
| | (PTB) |
| ARMANDO MONTEIRO | 1-MOZARILDO CAVALCANTI |
| JOÃO VICENTE CLAUDINO | 2-(VAGO) |

(PR)

| | |
|--------------|--------------------|
| JOÃO RIBEIRO | 1-CLÉSIO ANDRADE |
| MAGNO MALTA | 2-VICENTINHO ALVES |

(PSOL)

| | |
|---------------|----------------------|
| MARINOR BRITO | 1-RANDOLFE RODRIGUES |
|---------------|----------------------|

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001.

Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT– RS)

– Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT– RS)

– A Presidência recebeu o **Ofício nº 210, de 2011**, do

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 579, de 2011.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 210/11-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 16 de novembro de 2011

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com a Emenda nº 1-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 579, de 2011, que “Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para restringir a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito ao financiamento de campanhas educativas sobre direção defensiva, cultura da paz e combate à violência no trânsito, e de desestímulo ao consumo de álcool e drogas por parte dos motoristas”, de autoria do Senador Eunício Oliveira.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,



Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT–RS) – Com referência ao **Ofício nº 210, de 2011**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT–RS) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.311, de 2011**, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, concluindo contrariamente ao Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2010, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para facultar a portadores de diploma de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o acesso ao magistério na educação superior, nas condições que especifica*.

De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT–RS) – O Sr. Senador Romero Jucá e a Srª Senadora Angela Portela enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, recebi o Relatório Anual 2010 referente ao FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –, que visa apresentar à sociedade os resultados econômicos, sociais e ambientais obtidos na gestão do fundo e na aplicação de recursos nos diversos programas voltados à habitação, ao saneamento e à infraestrutura.

Como observa, em sua apresentação, o Relatório “demonstra a grandiosidade e a importância do Fundo no desenvolvimento do País e na geração de postos de trabalho, melhorando a qualidade de vida e proporcionando dignidade e cidadania aos brasileiros”.

E os números do Fundo de Garantia são verdadeiramente impressionantes. De acordo com o relatório, são 275 mil contratos habitacionais assinados, 26 bilhões aplicados em habitação, 1 milhão e meio de empregos gerados, 8 bilhões aplicados em saneamento e infraestrutura, 51 milhões de pessoas beneficiadas e 256 mil contratos do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Como observa a “Mensagem da Presidência”, “tais números se traduzem em mais justiça social. A estabilidade econômica e o crescimento do País geraram empregos, a renda da população aumentou e permitiu que milhões de brasileiros deixassem a pobreza e ascendessem à classe média. Oportunidades estão sendo criadas e muitas vidas estão mudando para melhor. Esse desenvolvimento está refletido em

todos os cantos deste imenso Brasil. Pessoas alimentadas, crianças nas escolas, pais trabalhando, empresas lucrando e gerando mais empregos, num movimento de crescimento econômico sustentável. A população também se preocupa mais com o meio ambiente e com o País que deixará para as gerações futuras”.

Esse progresso promovido pelo Fundo é possível graças aos recursos obtidos, por meio, principalmente, das contas vinculadas, abertas em nome de cada trabalhador, quando o empregador efetua o primeiro depósito. O saldo da conta vinculada é formado pelos depósitos mensais efetivados pelo empregador, equivalentes a 8% do salário pago ao empregado, acrescido de atualização monetária e juros.

Além de ser este manancial de recursos para o investimento nacional, com “o FGTS, o trabalhador tem a oportunidade de formar um patrimônio, que pode ser sacado em momentos especiais, como o da aquisição da casa própria ou da aposentadoria e em situações de dificuldades, que podem ocorrer com a demissão sem justa causa ou em caso de algumas doenças graves”.

Importante, também, é observar que o relatório atenta para o Conselho Curador do FGTS, que compete aprovar a política de investimentos do FGTS, decidir sobre o reinvestimento ou a distribuição dos resultados, definir a forma de deliberação, de funcionamento e a composição do Comitê de Investimento, estabelecer o valor da remuneração da CAIXA, definir a exposição máxima de risco, entre outras tarefas destinadas a garantir que o dinheiro do trabalho se mantenha intacto, ao mesmo tempo em que é utilizado para promoção do desenvolvimento nacional.

O relatório é, pois, leitura obrigatória para todos aqueles interessados no progresso brasileiro. O FGTS é uma importante criação e cabe a nós, governo e sociedade, assegurarmos a sua continuidade e preservação.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, repetidas vezes temos ocupado esta tribuna para abordar a necessidade de ampliar a oferta de vagas em educação infantil. Sabidamente, a disponibilidade de vagas públicas nesta faixa etária não atende a 20% das crianças brasileiras.

Por essa razão, no PAC 2 uma das prioridades é a construção de seis mil creches até 2014, em uma iniciativa de grande relevância da presidenta Dilma Rousseff, reconhecendo a importância das creches para as mães trabalhadoras, que assim podem ausentar-se de casa para buscar o sustento de suas famílias.

Quero, nesta oportunidade, senhor presidente, registrar mais um avanço na melhoria da qualidade e na busca da universalização da educação infantil. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira

(23) o Projeto de Lei 511/11, do Senado, que institui a Semana Nacional da Educação Infantil.

Pela proposta, a data será comemorada na semana de 25 de agosto, Dia Nacional da Educação Infantil. A data é uma homenagem ao dia de nascimento da fundadora da Pastoral da Criança, a médica Zilda Arns, falecida em 2010 em um terremoto no Haiti.

A educação infantil é aquela referente à creche e à pré-escola, para crianças até 5 anos. O autor da proposta, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), lembrou que, em três décadas de atuação, a Pastoral acompanhou aproximadamente 2 milhões de gestantes e crianças menores de 6 anos e 1,4 milhão de famílias pobres, em 4.063 municípios brasileiros.

Nas palavras do senador Cristovam, “Dedicar um dia à educação infantil será uma maneira de aprofundar o compromisso do Brasil com o bem-estar de nossas crianças, traduzido em saúde e educação”.

Já aprovada no Senado, na Comissão de Educação e Cultura e agora na CCJ da Câmara em caráter conclusivo, a proposta seguirá para sanção presidencial, se não houver recurso para que seja votada pelo Plenário.

Acreditamos que, ao instituir uma Semana Nacional dedicada à educação infantil, este Congresso Nacional e a Presidência da República reforçam seu compromisso com a melhoria da qualidade do ensino básico brasileiro, com a oferta de vagas especialmente para as crianças pobres e com o reconhecimento das creches como um poderoso instrumento de redução das desigualdades e erradicação da pobreza.

Está de parabéns o senador Cristovam Buarque, autor da proposta, este Senado e a Câmara Federal, que aprovaram rapidamente o projeto.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não havendo mais nada a votar, esta sessão do Senado cumpriu todos os seus objetivos, e, com o brilhante pronunciamento do Senador Jorge Viana, só me resta dizer: está encerrada a sessão, como sempre sob a proteção de Deus, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 09 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2007 –COMPLEMENTAR

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.314, de 2011)*

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar (nº 306/2008, naquela Casa), de iniciativa do Senador Tião Viana, que *regulamenta*

o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; institui contribuição social destinadas à saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas do Governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

(Pendente de pareceres da CCJ, CAE e CAS.)

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2011 –COMPLEMENTAR

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.408, de 2011)*

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011 –Complementar, do Senador José Pimentel, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal –Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.276 e 1.277, de 2011, das Comissões:

–de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e

–de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Benedito de Lira, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1 –CCJ.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante a Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2009

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista*.

Parecer, sob nº 2.414, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2011

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (DRU)*

Parecer favorável, sob nº 1.254, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renan Calheiros, com votos contrários dos Senadores Aloysio

Nunes Ferreira, Demóstenes Torres, Alvaro Dias e Pedro Taques e, em separado, do Senador Randolfe Rodrigues.

7

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno*.

8

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano*.

9

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando voto de congratulações e aplausos pelos 93 anos do ex-Presidente da África do Sul e Nobel da Paz – Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011*.

Parecer favorável, sob nº 920, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 37 minutos.)

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
24/11/2011
quinta-feira

- | | |
|--------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 11h | Recebe o Senhor João Monteiro de Barros Filho, Presidente da Rede Vida de Televisão Sala de Audiências |
| 11h30 | Recebe o Vice-Presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo, Elieser Rabello Sala de Audiências |
| 12h | Recebe o Deputado Federal Francisco Escórcio e o Prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira Sala de Audiências |
| 16h | Ordem do Dia Plenário |

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,11)

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

| TITULARES | SUPLENTE |
|---------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾ | |
| Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,6) | 1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,7,9) |
| Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾ | 2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾ |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾ | |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Paulo Davim (PV-RN) | 1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) |
| VAGO ⁽⁸⁾ | 2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾ |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾ | 1. |
| PTB | |
| VAGO ^(3,11) | |

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
12. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾ | |
| Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾ | 1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾ |
| VAGO ^(6,15) | 2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾ |
| Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾ | |
| Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2) | |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾ | 1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(3,13) |
| Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾ | 2. Geovani Borges (PMDB-AP) ⁽³⁾ |
| Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,16) | |
| | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾ | 1. VAGO ^(7,8) |
| VAGO ^(10,12) | |
| PTB | |
| João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾ | 1. Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾ |

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽¹⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,7)

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(3,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁷⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾ | |
| Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,5) |
| Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾ | 2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾ |
| Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾ | 3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾ |
| Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾ | 4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾ | 1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾ |
| Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾ | 2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾ |
| Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾ | 3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾ |
| Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾ | 4. |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾ | 1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾ |
| | 2. |
| PTB | |
| Senador Fernando Collor ⁽²⁾ | 1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾ |

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO" À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾ | |
| Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾ | 1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾ |
| Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾ | 2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾ | 1. |
| Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9) | 2. |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾ | 1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁵⁾ |

Notas:

- Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
- Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
- Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
- Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
- Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
- Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
- Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
- Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
- Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO
NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA**

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal n°s 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

Instalação: 22/02/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|----------------------------------------|------------------------------------------|
| Senador Francisco Dornelles (PP) | 1. Senador Humberto Costa (PT) |
| VAGO ⁽¹⁾ | 2. Senador Vital do Rêgo (PMDB) |
| Senador Fernando Collor (PTB) | 3. Senador Waldemir Moka (PMDB) |
| Senador Aécio Neves (PSDB) | 4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| Senador Roberto Requião (PMDB) | 5. Senadora Ana Amélia (PP) |
| Senador Luiz Henrique (PMDB) | 6. Senador Vicentinho Alves (PR) |
| Senador Wellington Dias (PT) | |
| Senador Jorge Viana (PT) | |
| Senador Demóstenes Torres (DEM) | |
| Senador Pedro Taques (PDT) | |
| Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) | |
| Senador Eduardo Braga (PMDB) | |
| Senadora Ana Rita (PT) | |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) | |
| Senadora Lúcia Vânia (PSDB) | |

Notas:

* Em 31.10.2011, foi lido o Of. n° 031/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 22.02.2011.

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

MEMBROS

Gilson Dipp

Maria Tereza Moura

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 061 33033501

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾ | |
| Delcídio do Amaral (PT) | 1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15) |
| Eduardo Suplicy (PT) | 2. Angela Portela (PT) |
| José Pimentel (PT) ^(10,11) | 3. Marta Suplicy (PT) |
| Humberto Costa (PT) | 4. Wellington Dias (PT) |
| Lindbergh Farias (PT) | 5. Jorge Viana (PT) |
| Acir Gurgacz (PDT) | 6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾ |
| Lídice da Mata (PSB) | 7. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 8. Inácio Arruda (PC DO B) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 1. Vital do Rêgo (PMDB) |
| Eduardo Braga (PMDB) | 2. VAGO ⁽¹⁸⁾ |
| Valdir Raupp (PMDB) | 3. Romero Jucá (PMDB) |
| Roberto Requião (PMDB) | 4. Ana Amélia (PP) |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 5. Waldemir Moka (PMDB) |
| Luiz Henrique (PMDB) | 6. Sérgio Souza (PMDB) ^(4,8,17) |
| Lobão Filho (PMDB) | 7. Benedito de Lira (PP) |
| Francisco Dornelles (PP) | 8. Ciro Nogueira (PP) |
| Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,20) | 9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾ |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾ | 1. Alvaro Dias (PSDB) |
| Cyro Miranda (PSDB) | 2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾ |
| Flexa Ribeiro (PSDB) | 3. Paulo Bauer (PSDB) |
| José Agripino (DEM) | 4. Jayme Campos (DEM) |
| Demóstenes Torres (DEM) | 5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16) |
| PTB | |
| Armando Monteiro | 1. Fernando Collor |
| João Vicente Claudino | 2. Gim Argello |

| PR (21) | |
|------------------|----------------------------|
| Clésio Andrade | 1. Blairo Maggi |
| João Ribeiro (7) | 2. Alfredo Nascimento (22) |
| PSOL | |
| Marinor Brito | 1. Randolfe Rodrigues |

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- **** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
- 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
- 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
- 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
- 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
- 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).
- 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
- 18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾ | |
| Marta Suplicy (PT) | 1. Acir Gurgacz (PDT) |
| José Pimentel (PT) | 2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Eduardo Braga (PMDB) | 1. Romero Jucá (PMDB) |
| Luiz Henrique (PMDB) | 2. Armando Monteiro (PTB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 1. Flexa Ribeiro (PSDB) |

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾ | |
| Lindbergh Farias (PT) ^(4,7) | 1. Angela Portela (PT) |
| Clésio Andrade (PR) | 2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁶⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Francisco Dornelles (PP) | 1. Ciro Nogueira (PP) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 2. Waldemir Moka (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾ | 1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3) |

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|--------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾ | |
| Paulo Paim (PT) | 1. Eduardo Suplicy (PT) |
| Angela Portela (PT) | 2. Marta Suplicy (PT) |
| Humberto Costa (PT) | 3. VAGO |
| Wellington Dias (PT) | 4. Ana Rita (PT) |
| João Durval (PDT) | 5. Lindbergh Farias (PT) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 6. Cristovam Buarque (PDT) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 7. Lídice da Mata (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Waldemir Moka (PMDB) | 1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾ |
| Paulo Davim (PV) ⁽²⁾ | 2. Pedro Simon (PMDB) |
| Romero Jucá (PMDB) ^(3,5) | 3. Lobão Filho (PMDB) |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 4. Eduardo Braga (PMDB) |
| Ricardo Ferraço (PMDB) | 5. Roberto Requião (PMDB) |
| Eduardo Amorim (PSC) | 6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹¹⁾ |
| Ana Amélia (PP) | 7. Benedito de Lira (PP) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cícero Lucena (PSDB) | 1. Aécio Neves (PSDB) |
| Lúcia Vânia (PSDB) | 2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14) |
| Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10) | 3. Paulo Bauer (PSDB) |
| Jayme Campos (DEM) | 4. Maria do Carmo Alves (DEM) |
| PTB | |
| Mozarildo Cavalcanti | 1. Armando Monteiro |
| João Vicente Claudino ^(1,6) | 2. Gim Argello |
| PR ⁽¹³⁾ | |
| Vicentinho Alves | 1. Clésio Andrade |

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

*** Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

Instalação: 24/03/2011

| TITULARES | SUPLENTE |
|--------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾ | |
| Lindbergh Farias (PT) | 1. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Wellington Dias (PT) | 2. Lídice da Mata (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Waldemir Moka (PMDB) | 1. Ana Amélia (PP) |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 2. Eduardo Amorim (PSC) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| VAGO ⁽⁵⁾ | 1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾ |

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
 2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
 3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
 4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

Instalação: 12/04/2011

| TITULARES | SUPLENTE |
|--------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾ | |
| Humberto Costa (PT) | 1. João Durval (PDT) |
| Ana Rita (PT) ⁽¹⁾ | 2. Wellington Dias (PT) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Eduardo Amorim (PSC) | 1. VAGO ⁽³⁾ |
| Waldemir Moka (PMDB) | 2. Ana Amélia (PP) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Lúcia Vânia (PSDB) | 1. Maria do Carmo Alves (DEM) |

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
 2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
 3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

Instalação: 29/03/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾ | |
| Paulo Paim (PT) | 1. Vicentinho Alves (PR) |
| Lídice da Mata (PSB) | 2. VAGO ⁽³⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 1. Eduardo Amorim (PSC) |
| Ricardo Ferraço (PMDB) | 2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁵⁾ |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Paulo Bauer (PSDB) | 1. Aécio Neves (PSDB) |

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.
 2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 16/03/2011

Instalação: 29/03/2011

Prazo prorrogado: 16/12/2011

| TITULARES | SUPLENTEs |
|--------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾ | |
| Wellington Dias (PT) | 1. Angela Portela (PT) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 2. Cristovam Buarque (PDT) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Waldemir Moka (PMDB) | 1. Paulo Davim (PV) |
| Ana Amélia (PP) | 2. Eduardo Amorim (PSC) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| VAGO ⁽²⁾ | 1. Cícero Lucena (PSDB) |

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 16/2011-PRES/CAS, que comunica a instalação da Subcomissão em 29.03.2011, bem como a eleição dos Senadores Wellington Dias e Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

2. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 10/2011-PRES/CAS, que comunica a criação da Subcomissão mediante a aprovação do Requerimento ° 2/2011-CAS, em 16.03.2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 11/2011-PRES/CAS, que comunica a designação dos membros da Subcomissão.

***. Em 08.06.2011, o Presidente da CAS comunica a prorrogação do prazo inicial por noventa dias, de 26.06 para 7.10.2011 (OF. nº 61/2011-PRES/CAS).

****. Em 31.08.2011, foi lido o Ofício nº 137/2011-PRES/CAS, que comunica a prorrogação do prazo da Subcomissão por setenta dias (16.12.2011).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾ | |
| José Pimentel (PT) | 1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁾ |
| Marta Suplicy (PT) | 2. Ana Rita (PT) ⁽⁸⁾ |
| Pedro Taques (PDT) | 3. Aníbal Diniz (PT) ^(8,11) |
| Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾ | 4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26) |
| Antonio Carlos Valadares (PSB) | 5. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾ |
| Inácio Arruda (PC DO B) | 6. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Marcelo Crivella (PRB) | 7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 1. Roberto Requião (PMDB) ^(2,4,16,21,28) |
| Pedro Simon (PMDB) ^(3,17) | 2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16) |
| Romero Jucá (PMDB) | 3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,16) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16) |
| Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾ | 5. Lobão Filho (PMDB) |
| Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁷⁾ | 6. Waldemir Moka (PMDB) |
| Francisco Dornelles (PP) | 7. Benedito de Lira (PP) |
| Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁹⁾ | 8. Eduardo Amorim (PSC) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aécio Neves (PSDB) | 1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾ |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 2. Flexa Ribeiro (PSDB) |
| Alvaro Dias (PSDB) | 3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾ |
| Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾ | 4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾ |
| PTB | |
| Armando Monteiro | 1. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹⁰⁾ |
| Gim Argello | 2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾ |
| PR ⁽³⁰⁾ | |
| Magno Malta | 1. Clésio Andrade ^(20,22) |
| PSOL | |
| Randolfe Rodrigues | 1. Marinor Brito |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

**** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

***** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011 - GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
30. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------------------------------------------------------------|-----------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Pedro Taques (PDT) | |
| Lindbergh Farias (PT) | |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Eduardo Braga (PMDB) | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | |
| Demóstenes Torres (DEM) | |
| PTB | |
| Armando Monteiro | |
| PSOL | |
| Randolfe Rodrigues | |

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾ | |
| Angela Portela (PT) | 1. Delcídio do Amaral (PT) |
| Wellington Dias (PT) | 2. Anibal Diniz (PT) |
| Ana Rita (PT) | 3. Marta Suplicy (PT) |
| Paulo Paim (PT) | 4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,27) |
| Walter Pinheiro (PT) | 5. Pedro Taques (PDT) |
| Cristovam Buarque (PDT) | 6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾ |
| Lídice da Mata (PSB) | 7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾ |
| Inácio Arruda (PC DO B) | 8. VAGO |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Roberto Requião (PMDB) | 1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,22) |
| Eduardo Amorim (PSC) | 2. Valdir Raupp (PMDB) |
| Geovani Borges (PMDB) ^(7,13) | 3. Luiz Henrique (PMDB) |
| Garibaldi Alves (PMDB) | 4. Waldemir Moka (PMDB) |
| João Alberto Souza (PMDB) ⁽²⁰⁾ | 5. Vital do Rêgo (PMDB) |
| Pedro Simon (PMDB) | 6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽²³⁾ |
| Ricardo Ferraço (PMDB) | 7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾ |
| Benedito de Lira (PP) | 8. |
| Ana Amélia (PP) | 9. |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁴⁾ | 1. Alvaro Dias (PSDB) |
| Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25) | 2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁾ |
| Paulo Bauer (PSDB) | 3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾ |
| Maria do Carmo Alves (DEM) | 4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾ |
| José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾ | 5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁸⁾ |
| PTB | |
| Armando Monteiro | 1. Mozarildo Cavalcanti |
| João Vicente Claudino | 2. ⁽¹⁾ |
| PR ⁽²⁴⁾ | |
| Magno Malta ^(12,26) | 1. Clésio Andrade |
| João Ribeiro ⁽²⁶⁾ | 2. Vicentinho Alves |

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)

26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

27. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,20)

| TITULARES | SUPLENTE |
|---------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾ | |
| Anibal Diniz (PT) | 1. Ana Rita (PT) |
| Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16) | 2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾ |
| Jorge Viana (PT) | 3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) |
| Pedro Taques (PDT) | 4. Cristovam Buarque (PDT) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 5. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾ | 1. Valdir Raupp (PMDB) |
| Waldemir Moka (PMDB) ^(21,23) | 2. Lobão Filho (PMDB) |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,24) |
| Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾ | 4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾ |
| Eduardo Braga (PMDB) | 5. Garibaldi Alves (PMDB) |
| Ivo Cassol (PP) ^(13,14,25,26) | 6. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁾ |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 1. Cícero Lucena (PSDB) |
| Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11) | 2. Flexa Ribeiro (PSDB) |
| José Agripino (DEM) ^(19,29,30) | 3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁹⁾ |
| PTB | |
| Gim Argello ^(1,27) | 1. João Vicente Claudino ⁽²⁾ |
| PR ⁽²⁸⁾ | |
| Vicentinho Alves | 1. Blairo Maggi |
| PSOL | |
| Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾ | 1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10) |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (OF. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 059/2011-GLDEM).
20. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
23. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
24. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMDB).
25. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).
26. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 -GLDEM).
30. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 074/2011-GLDEM).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (1,2,6,8,9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (1,6)

Instalação: 15/03/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5) | |
| Jorge Viana (PT) | 1. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 2. Cristovam Buarque (PDT) |
| VAGO (4) | 3. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Waldemir Moka (PMDB) | 1. Eduardo Braga (PMDB) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 2. VAGO (7) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| VAGO (3) | 1. Kátia Abreu (PSD) |
| PTB | |
| VAGO (8,9) | 1. João Vicente Claudino |

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).

2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

9. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾ | |
| Blairo Maggi (PR) | 1. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Pedro Taques (PDT) | 2. VAGO ⁽¹⁾ |
| Aníbal Diniz (PT) | 3. Vicentinho Alves (PR) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 1. Valdir Raupp (PMDB) |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 2. Waldemir Moka (PMDB) |
| Eduardo Braga (PMDB) | 3. Lobão Filho (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cícero Lucena (PSDB) | 1. Flexa Ribeiro (PSDB) |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 2. Jayme Campos (DEM) |
| PTB | |
| VAGO ⁽⁴⁾ | 1. João Vicente Claudino |

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

| TITULARES | SUPLENTE |
|--------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾ | |
| VAGO | 1. Jorge Viana (PT) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 2. Pedro Taques (PDT) |
| Delcídio do Amaral (PT) | 3. |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| VAGO ^(2,3,5,6) | 1. Lobão Filho (PMDB) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 2. Eduardo Braga (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Flexa Ribeiro (PSDB) | 1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| PTB | |
| VAGO ⁽⁷⁾ | 1. João Vicente Claudino |

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,11,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾ | |
| Cristovam Buarque (PDT) ^(3,8) | 1. Vanessa Grazziotin (PC DO B) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 2. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Pedro Taques (PDT) | 3. Jorge Viana (PT) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Eduardo Braga (PMDB) | 1. Valdir Raupp (PMDB) |
| VAGO ^(5,7,10) | 2. |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cícero Lucena (PSDB) | 1. VAGO ⁽²⁾ |
| PTB | |
| VAGO ^(11,12) | 1. João Vicente Claudino |

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 7. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 8. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
 9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
 10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 11. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 12. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾ | |
| Ana Rita (PT) | 1. Angela Portela (PT) |
| Marta Suplicy (PT) | 2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,24) |
| Paulo Paim (PT) | 3. Humberto Costa (PT) |
| Wellington Dias (PT) | 4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(15,25) |
| Cristovam Buarque (PDT) | 5. João Durval (PDT) |
| Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹²⁾ | 6. Lídice da Mata (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Pedro Simon (PMDB) | 1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10) |
| Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13) | 2. Eunício Oliveira (PMDB) |
| Garibaldi Alves (PMDB) | 3. Ricardo Ferraço (PMDB) |
| João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾ | 4. VAGO ⁽²¹⁾ |
| Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾ | 5. VAGO ⁽¹³⁾ |
| Paulo Davim (PV) | 6. |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| VAGO ^(7,9,17) | 1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(5,23) |
| VAGO ⁽⁶⁾ | 2. Cyro Miranda (PSDB) |
| Clovis Fecury (DEM) ⁽¹⁹⁾ | 3. José Agripino (DEM) |
| PTB | |
| Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾ | 1. |
| Gim Argello ⁽¹¹⁾ | 2. |
| PR ⁽²²⁾ | |
| Magno Malta | 1. Vicentinho Alves |
| PSOL | |
| Marinor Brito | 1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾ |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾ | |
| Angela Portela (PT) | 1. Marta Suplicy (PT) |
| Lídice da Mata (PSB) | 2. Ana Rita (PT) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾ | 1. Eunício Oliveira (PMDB) |
| VAGO ⁽¹⁾ | 2. |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾ | 1. |

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾ | |
| Marinor Brito (PSOL) | 1. Ana Rita (PT) |
| Marcelo Crivella (PRB) | 2. Lídice da Mata (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Eduardo Amorim (PSC) | 1. Garibaldi Alves (PMDB) |
| Paulo Davim (PV) | 2. VAGO ⁽⁴⁾ |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| VAGO ⁽³⁾ | 1. Cyro Miranda (PSDB) |

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

| TITULARES | SUPLENTE |
|--------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾ | |
| Ana Rita (PT) | 1. Angela Portela (PT) |
| Wellington Dias (PT) | 2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾ | 1. Eduardo Amorim (PSC) |
| Paulo Davim (PV) | 2. Ricardo Ferraço (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cyro Miranda (PSDB) | 1. Cristovam Buarque (PDT) |

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|--------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾ | |
| Anibal Diniz (PT) | 1. Delcídio do Amaral (PT) |
| Eduardo Suplicy (PT) | 2. Jorge Viana (PT) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7) | 3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾ |
| Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10) | 4. Marcelo Crivella (PRB) |
| Cristovam Buarque (PDT) | 5. Acir Gurgacz (PDT) |
| Antonio Carlos Valadares (PSB) | 6. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Jarbas Vasconcelos (PMDB) | 1. Lobão Filho (PMDB) |
| Luiz Henrique (PMDB) | 2. Romero Jucá (PMDB) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 3. Ana Amélia (PP) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 4. Roberto Requião (PMDB) |
| Pedro Simon (PMDB) | 5. Ricardo Ferraço (PMDB) |
| Francisco Dornelles (PP) | 6. Eduardo Amorim (PSC) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 1. Aécio Neves (PSDB) |
| Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾ | 2. Cyro Miranda (PSDB) |
| José Agripino (DEM) | 3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾ |
| PTB | |
| Fernando Collor | 1. Mozarildo Cavalcanti |
| Gim Argello | 2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾ |
| PR ⁽¹²⁾ | |
| Blairo Maggi | 1. Clésio Andrade |
| PSOL | |
| Randolfe Rodrigues | 1. |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾ | |
| Cristovam Buarque (PDT) | 1. Blairo Maggi (PR) |
| Lindbergh Farias (PT) | 2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Luiz Henrique (PMDB) | 1. Marcelo Crivella (PRB) |
| Francisco Dornelles (PP) | 2. Inácio Arruda (PC DO B) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾ |

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾ | |
| Blairo Maggi (PR) | 1. Jorge Viana (PT) |
| Delcídio do Amaral (PT) | 2. Marcelo Crivella (PRB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Luiz Henrique (PMDB) | 1. Ana Amélia (PP) |
| Francisco Dornelles (PP) | 2. Pedro Simon (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Demóstenes Torres (DEM) | 1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾ |

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

| TITULARES | SUPLENTE |
|--------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾ | |
| Blairo Maggi (PR) | 1. Marcelo Crivella (PRB) |
| Jorge Viana (PT) | 2. Acir Gurgacz (PDT) |
| Delcídio do Amaral (PT) | 3. Cristovam Buarque (PDT) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,9) | 4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Valdir Raupp (PMDB) | 1. Lobão Filho (PMDB) |
| Ana Amélia (PP) | 2. Jarbas Vasconcelos (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾ | 1. VAGO ^(1,8) |
| PTB | |
| Mozarildo Cavalcanti | 1. Randolfe Rodrigues (PSOL) |

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
 2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
 3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
 4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. Nº 029/2011-CRE/PRES).
 5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
 9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
 10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|--------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾ | |
| Lindbergh Farias (PT) | 1. Humberto Costa (PT) |
| Delcídio do Amaral (PT) | 2. José Pimentel (PT) |
| Jorge Viana (PT) | 3. Wellington Dias (PT) |
| Walter Pinheiro (PT) | 4. Marcelo Crivella (PRB) |
| Acir Gurgacz (PDT) | 5. Pedro Taques (PDT) |
| Antonio Carlos Valadares (PSB) | 6. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Inácio Arruda (PC DO B) | 7. Vanessa Grazziotin (PC DO B) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Valdir Raupp (PMDB) | 1. Romero Jucá (PMDB) |
| Waldemir Moka (PMDB) | 2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11) |
| Lobão Filho (PMDB) | 3. Roberto Requião (PMDB) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾ |
| Ricardo Ferraço (PMDB) | 5. VAGO ⁽¹²⁾ |
| Eduardo Braga (PMDB) | 6. Casildo Maldaner (PMDB) |
| Ciro Nogueira (PP) | 7. Eduardo Amorim (PSC) |
| Francisco Dornelles (PP) | 8. Ivo Cassol (PP) ^(6,7,13,14) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Flexa Ribeiro (PSDB) | 1. Aécio Neves (PSDB) |
| Lúcia Vânia (PSDB) | 2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5) | 3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8) |
| Demóstenes Torres (DEM) | 4. Jayme Campos (DEM) |
| PTB | |
| Fernando Collor | 1. Armando Monteiro |
| Mozarildo Cavalcanti | 2. João Vicente Claudino |
| PR ⁽¹⁵⁾ | |
| Blairo Maggi | 1. Vicentinho Alves |
| PSOL | |
| | 1. |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
 2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
 3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
 6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
 9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
 12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 15. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾ | |
| Wellington Dias (PT) ⁽³⁾ | 1. Paulo Paim (PT) |
| Ana Rita (PT) | 2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾ |
| João Durval (PDT) | 4. Acir Gurgacz (PDT) |
| Lídice da Mata (PSB) | 5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁴⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Ana Amélia (PP) | 1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁵⁾ |
| Eduardo Amorim (PSC) | 2. Lobão Filho (PMDB) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 3. VAGO ⁽⁴⁾ |
| VAGO ⁽¹⁷⁾ | 4. Eunício Oliveira (PMDB) |
| Ciro Nogueira (PP) | 5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,20) |
| Benedito de Lira (PP) | 6. Garibaldi Alves (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21) | 1. Lúcia Vânia (PSDB) |
| Cícero Lucena (PSDB) | 2. VAGO ⁽⁷⁾ |
| Maria do Carmo Alves (DEM) | 3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾ |
| PTB | |
| Mozarildo Cavalcanti | 1. Armando Monteiro |
| PR ⁽¹⁹⁾ | |
| Vicentinho Alves | 1. Magno Malta |
| PSOL | |
| | 1. Randolfe Rodrigues ⁽¹⁶⁾ |

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾ | |
| Wellington Dias (PT) | 1. José Pimentel (PT) |
| Lídice da Mata (PSB) | 2. Magno Malta (PR) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Eduardo Amorim (PSC) | 1. Ciro Nogueira (PP) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 2. VAGO ⁽³⁾ |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Maria do Carmo Alves (DEM) | 1. Cícero Lucena (PSDB) |

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾ | |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 1. Acir Gurgacz (PDT) |
| Vicentinho Alves (PR) | 2. VAGO ⁽³⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Ana Amélia (PP) | 1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) |
| Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8) | 2. Lobão Filho (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| VAGO ⁽²⁾ | 1. Lúcia Vânia (PSDB) |

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾ | |
| Zeze Perrella (PDT) ^(2,6) | 1. José Pimentel (PT) |
| Lídice da Mata (PSB) | 2. |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 1. Eduardo Amorim (PSC) |
| VAGO ⁽⁸⁾ | 2. Eunício Oliveira (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| VAGO ⁽⁴⁾ | 1. Cícero Lucena (PSDB) |

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

7. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella foi eleito vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 221/2011-Pres/CDR).

8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾ | |
| Delcídio do Amaral (PT) | 1. Angela Portela (PT) |
| Zeze Perrella (PDT) ^(8,11,12,17) | 2. Eduardo Suplicy (PT) |
| Acir Gurgacz (PDT) | 3. Walter Pinheiro (PT) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾ | 4. João Durval (PDT) |
| Antonio Russo (PR) ^(23,25) | 5. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Waldemir Moka (PMDB) | 1. Garibaldi Alves (PMDB) |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 2. Roberto Requião (PMDB) |
| Eduardo Amorim (PSC) | 3. Valdir Raupp (PMDB) |
| Ana Amélia (PP) | 4. Luiz Henrique (PMDB) |
| Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,21) | 5. Ciro Nogueira (PP) |
| Benedito de Lira (PP) | 6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾ |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾ | 1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| Cyro Miranda (PSDB) | 2. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,10,15) |
| Jayme Campos (DEM) | 3. Clovis Fecury (DEM) ^(6,19) |
| PTB | |
| Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9) | 1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾ |
| PR ⁽²²⁾ | |
| Clésio Andrade ⁽²⁴⁾ | 1. Blairo Maggi |
| PSOL | |
| | 1. |

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

*** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro titular do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾ | |
| Angela Portela (PT) | 1. Delcídio do Amaral (PT) |
| Anibal Diniz (PT) | 2. Paulo Paim (PT) |
| Walter Pinheiro (PT) | 3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14) |
| Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(10,11) | 4. Lídice da Mata (PSB) ^(12,14) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 5. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Eduardo Braga (PMDB) | 1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 2. Luiz Henrique (PMDB) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 3. Ricardo Ferraço (PMDB) |
| Lobão Filho (PMDB) | 4. Renan Calheiros (PMDB) |
| Ciro Nogueira (PP) | 5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,16) |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 6. Benedito de Lira (PP) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cyro Miranda (PSDB) | 1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| VAGO | 2. Cícero Lucena (PSDB) |
| José Agripino (DEM) | 3. Maria do Carmo Alves (DEM) |
| PTB | |
| Gim Argello | 1. Fernando Collor |
| PR ⁽¹⁷⁾ | |
| Alfredo Nascimento ^(4,18) | 1. João Ribeiro ⁽¹⁸⁾ |
| PSOL | |
| VAGO ⁽⁶⁾ | 1. Marinor Brito |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 116/2011 - GLDBAG).
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

| SENADORES | CARGO |
|---------------------------------|-----------------------|
| Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) | CORREGEDOR |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

| TITULARES | SUPLENTE |
|---------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| PMDB | |
| Lobão Filho (MA) | 1. |
| João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾ | 2. VAGO ⁽⁴⁾ |
| Renan Calheiros (AL) | 3. Valdir Raupp (RO) |
| Romero Jucá (RR) | 4. Eunício Oliveira (CE) |
| PT | |
| Humberto Costa (PE) | 1. Aníbal Diniz (AC) |
| Wellington Dias (PI) | 2. Walter Pinheiro (BA) |
| José Pimentel (CE) | 3. Angela Portela (RR) |
| PSDB | |
| Mário Couto (PA) | 1. Paulo Bauer (SC) |
| Cyro Miranda (GO) | 2. VAGO ⁽²⁾ |
| PTB | |
| Gim Argello (DF) | 1. João Vicente Claudino (PI) |
| DEM | |
| Jayme Campos (MT) | 1. Maria do Carmo Alves (SE) |
| PR | |
| Vicentinho Alves (TO) | 1. |
| PP | |
| Ciro Nogueira (PI) | 1. |
| PDT | |
| Acir Gurgacz (RO) | 1. |
| PSB | |
| Antonio Carlos Valadares (SE) | 1. |
| Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93) | |

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago(PMDB-PB) ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

| SENADOR | BLOCO / PARTIDO |
|-------------------------------|------------------------|
| Waldemir Moka (PMDB/MS) | PMDB |
| Delcídio do Amaral (PT/MS) | PT |
| Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) | PTB |
| Demóstenes Torres (DEM/GO) | DEM |
| Benedito de Lira (PP/AL) | PP |

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

| MEMBROS |
|------------------------------------------|
| PMDB |
| PT |
| Gleisi Hoffmann (PR) ^(1,7) |
| PSDB |
| Lúcia Vânia (GO) |
| PTB |
| Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾ |
| DEM |
| Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾ |
| PR |
| PP |
| Ciro Nogueira (PI) ⁽²⁾ |
| PDT |
| PSB |
| Lídice da Mata (BA) |
| PC DO B |
| Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾ |
| PSOL |
| Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾ |
| PRB |
| Marcelo Crivella (RJ) |
| PSC |

| |
|-------------------------|
| Eduardo Amorim (SE) |
| PPS |
| PMN |
| Sérgio Petecão (PSD-AC) |
| PV |
| Paulo Davim (RN) |

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

| |
|-----------------------------------------|
| MEMBROS |
| PMDB |
| Waldemir Moka (MS) ⁽⁵⁾ |
| PT |
| Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾ |
| PSDB |
| Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾ |
| PTB |
| Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾ |
| DEM |
| José Agripino (RN) ⁽⁸⁾ |
| PR |
| Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾ |
| PP |
| VAGO ^(15,17) |
| PDT |
| PSB |
| Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾ |
| PC DO B |
| Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾ |
| PSOL |
| VAGO ^(14,16) |
| PRB |
| Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾ |
| PSC |
| Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾ |
| PPS |

| |
|----------------------------------------|
| PMN |
| Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾ |
| PV |
| Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾ |

Atualização: 11/11/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011, em substituição ao Senador Ivo Cassol, licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.
16. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
17. Em 14/11/2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

| |
|--------------------------------------------|
| MEMBROS |
| PMDB |
| Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾ |
| PT |
| Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾ |
| PSDB |
| Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾ |
| PTB |
| João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾ |
| DEM |
| Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾ |
| PR |
| Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾ |
| PP |
| Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾ |
| PDT |
| PSB |
| Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾ |
| PC DO B |
| Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾ |
| PSOL |
| Marinor Brito (PA) ⁽¹⁶⁾ |
| PRB |
| Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾ |
| PSC |
| Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾ |
| PPS |

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

| MEMBROS |
|------------------------------------------|
| PMDB |
| Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾ |
| PT |
| Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾ |
| PSDB |
| Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾ |
| PTB |
| Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾ |
| DEM |
| Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾ |
| PR |
| Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾ |
| PP |
| Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾ |
| PDT |
| Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾ |
| PSB |
| Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾ |
| PC DO B |
| Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾ |
| PSOL |
| PRB |
| Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾ |
| PSC |
| Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾ |
| PPS |

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 16/11/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

| MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS | MESA DO SENADO FEDERAL |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS) | <u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP) |
| <u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES) | <u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP) |
| <u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE) | <u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹ |
| <u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO) | <u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB) |
| <u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP) | <u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO) |
| <u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE) | <u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI) |
| <u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG) | <u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI) |
| <u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) | <u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) |
| <u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG) | <u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) |
| <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP) | <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) |
| <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) | <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL) |

(Atualizada em 16.11.2011)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

| Lei nº 8.389/91, artigo 4º | Titulares | Suplentes |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------|-----------|
| Representante das empresas de rádio (inciso I) | | |
| Representante das empresas de televisão (inciso II) | | |
| Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III) | | |
| Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV) | | |
| Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V) | | |
| Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI) | | |
| Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII) | | |
| Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: scn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

| Titulares | Suplentes |
|------------------------------------------|--------------------------------|
| PT | |
| Benedita da Silva | Bohn Gass |
| Dr. Rosinha | Newton Lima |
| Emiliano José | Sibá Machado |
| Jilmar Tatto | Weliton Prado |
| Paulo Pimenta | Zé Geraldo |
| PMDB | |
| Íris de Araújo | Fátima Pelaes |
| Marçal Filho | Gastão Vieira |
| Moacir Micheletto | Lelo Coimbra |
| Raul Henry | Valdir Colatto |
| PSDB | |
| Eduardo Azeredo | Duarte Nogueira ³ |
| Antonio Carlos Mendes Thame ² | Luiz Nishimori ³ |
| Sergio Guerra | Reinaldo Azambuja ³ |
| PP | |
| Dilceu Sperafico | Afonso Hamm |
| Renato Molling | Raul Lima |
| DEM | |
| Júlio Campos | Marcos Montes ⁴ |
| Mandetta | Augusto Coutinho ⁵ |
| PR | |
| Paulo Freire | Giacobo |
| | Henrique Oliveira |
| PSB | |
| José Stédile | Antonio Balhmann |
| Ribamar Alves | Audifax |
| PDT | |
| Vieira da Cunha | Sebastião Bala Rocha |
| Bloco PV / PPS | |
| Roberto Freire (PPS) | Antônio Roberto (PV) |
| PTB | |
| Sérgio Moraes | Paes Landim |
| PSC | |
| Nelson Padovani | Takayama |
| PCdoB | |
| Manuela D'ávila | Assis Melo |
| PRB | |
| George Hilton | Vitor Paulo |
| PMN | |
| Dr. Carlos Alberto | Fábio Faria |
| PTdoB | |
| Luis Tibé ⁸ | |

Senadores

| Titulares | Suplentes |
|----------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV) | |
| Pedro Simon (PMDB) | Casildo Maldaner (PMDB) |
| Roberto Requião (PMDB) | Waldemir Moka (PMDB) |
| Vago ⁷ | Valdir Raupp (PMDB) |
| Ana Amélia (PP) | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB) | |
| Paulo Paim (PT) | Eduardo Suplicy (PT) |
| Inácio Arruda (PCdoB) | Humberto Costa (PT) |
| Antonio Carlos Valadares (PSB) | Cristovam Buarque (PDT) |
| | Magno Malta (PR) |
| Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM) | |
| Paulo Bauer (PSDB) | |
| | José Agripino (DEM) |
| PTB | |
| Mozarildo Cavalcanti | Fernando Collor |

(Atualizada em 08.11.2011)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

| CÂMARA DOS DEPUTADOS | SENADO FEDERAL |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ² | <u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³ |
| <u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG) | <u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) |
| <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) | <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL) |

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: sclcn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

| Titulares | Suplentes |
|---------------------------------------------------------------|-----------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB) | |
| | 1. |
| | 2. |
| | 3. |
| | 4. |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV) | |
| | 1. |
| | 2. |
| | 3. |
| | 4. |
| Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM) | |
| | 1. |
| | 2. |
| PTB | |
| | 1. |
| PSOL ¹ | |
| | 1. |

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

| Titulares | Suplentes |
|-----------|-----------|
| | |



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada) | R\$ 58,00 |
| Porte do Correio | R\$ 488,40 |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada) | R\$ 546,40 |

ANUAL

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada) | R\$ 116,00 |
| Porte do Correio | R\$ 976,80 |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada) | R\$ 1.092,80 |

NÚMEROS AVULSOS

| | |
|------------------------|-----------------|
| Valor do Número Avulso | R\$ 0,50 |
| Porte Avulso | R\$ 3,70 |

ORDEM BANCÁRIA

| | |
|--------------------|-----------------------|
| UG - 020054 | GESTÃO - 00001 |
|--------------------|-----------------------|

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

| | | |
|--------------------|-----------------------|-----------------------|
| UG - 020054 | GESTÃO - 00001 | COD. - 70815-1 |
|--------------------|-----------------------|-----------------------|

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 276 páginas
(OS: 16321/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

